

CARLOS EUGÉNIO CORREIA DA SILVA

(Paço d'Arcos)

---

# VITA BREVIS

PREFÁCIO

DE

JOAQUIM DE CARVALHO

Prof. da Universidade de Coimbra  
Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa



IMPrensa DA UNIVERSIDADE

COIMBRA — 1934



OPRADO NUNO

VITA BREVIS

## OBRAS DO AUTOR

**A atitude moral e mental do tuberculoso perante a vida.** Conferência escrita para ser lida no Sanatório Sousa Martins e que por piedoso legado do autor foi editada e prefaciada pela Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Leonor Marques Guedes, em benefício dos tuberculosos pobres.

**Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas».** Prefácio do Dr. José Maria Rodrigues.

**Jornada de um Crente.** Prefácio do Rev.<sup>mo</sup> Sr. Arcebispo de Vila Real.

**Visão imperfeita de um Parnaso cristão** (Sonetos). Prefácio do Dr. Vieira de Almeida.



CARLOS EUGÉNIO CORREIA DA SILVA

(Paço d'Arcos)

---

# VITA BREVIS

PREFÁCIO

DE

JOAQUIM DE CARVALHO

Prof. da Universidade de Coimbra  
Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa

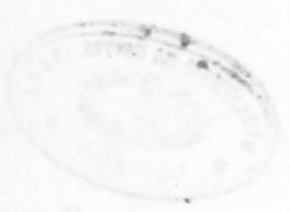


IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COIMBRA — 1934

VITA BREVIS

Desta edição  
fêz-se uma tiragem de 50 exemplares em papel de linho,  
numerados e rubricados



## PREFÁCIO

Conheci Carlos Eugénio Correia da Silva em serviço oficial, de exames de Estado, e do breve encontro brotou espontâneo e fervoroso o meu respeito pela sua alta inteligência e dignidade moral.

Impressionara-me profundamente a probidade do seu saber, a lucidez da sua argumentação, a consciéncia dos seus juízos e a humanidade dos seus votos, e porque assim pensava, ao lavrar-se a acta final dêsse serviço, como presidente do júri louvei e agradeci a colaboração do mais jovem dos nossos colegas. Carlos Eugénio ficou comovido com as minhas palavras, de frio dever. Proferira-as quem não habitava no mundo de ideas em que éle vivia, e sem descortesia para ninguém, mas com nitidez, inclinara os seus anos de experiência docente e o seu ideal universitário perante aquele rapaz de saber probo e consciencioso até ao escrúpulo.

Franqueou-me então a sua alma; confessou-me as suas aspirações, e porque lhe repugnava atravessar-se no caminho de alguém, consultou-me com cândida timidez se podia transitar da Faculdade de Letras de Lisboa, onde era professor auxiliar, para a Faculdade de Coimbra.

Decorreram alguns dias, e após uma rápida vinda a Coimbra anunciei-lhe que o meu antigo mestre e saudável amigo, Mendes dos Remédios, então director da Faculdade, se encarregara de falar aos colegas e oficialmente lhe transmitiria o aplauso unânime com que o acolhíamos na nossa Escola.

O convite de Coimbra fixava-o definitivamente ao magistério, e sobretudo apaziguava os escrúpulos de quem se sentia prêso a deveres de camaradagem e a compromissos espontâ-

neamente assumidos. Por isso êle ecoou na sua alma, e com alvoroço, a um tempo magoado e alacre, escrevia-me em 14 de Julho de 1930 esta carta, espelho de discipulos e de mestres:

Chegou-me ontem pelo correio um cartão de V. ... a comunicar-me a noticia que oficialmente já me fôra dada pelo sr. dr. Mendes dos Remédios.

E nesta hora porventura decisiva da minha vida, consumado já o facto na Congregação final de Coimbra, ao escrever à pessoa a quem devo que se tenham lembrado de mim, parece-me justo que escreva alguma cousa de mais verdadeiro do que uma protocolar carta de agradecimentos.

Para falar com franqueza a V. ..., embora eu me sinta felicissimo e por assim dizer *com alma nova* ao pensar na minha nomeação para Coimbra, no entanto avultam a esta hora ao meu espirito sacrificios em que até há três dias eu nem sequer reparava. Tem-me vindo agora à memória, insensivelmente, uma frase de Emile Gebhart em «L'agonie de Cicéron», ao mostrar Cícero a fugir da chacina da Roma dos triúnviros com a vaga esperança de achar um refúgio em Atenas, no sossêgo dos livros: «C'était bien l'éternel adieu qu'il donnait aux grands rêves de sa jeunesse et de son âge mûr.» Sinto agora esta frase como nunca a senti. Sinto que estou a dizer adeus para sempre ao que foi o sonho de seis anos da minha vida, . . . . .  
 . . . . .  
 sinto que digo adeus para sempre à terra e à casa

onde nasci, a esta Lisboa de que eu tinha tantas saudades por entre os nevoeiros de Friburgo e que, apesar-dos seus podres, da sua imoralidade escancarada, dos seus politiquetes de todos os matizes, dos seus snobs e ociosos, me encantou sempre pela luz e pela animação; sinto que digo adeus ao meu meio, a relações sociais que, apesar-de isolado, eu apreciava, e que ficam em Lisboa as pessoas queridas, que me rodeavam de carinhos.

Tudo isto pesa. São vinte e seis anos da minha vida (em que houve apenas o parêntese da minha estada na Suíça) a que hoje ponho um ponto final.

O que mais aumenta a minha confusão (chamemos-lhe assim) é ver que os lentes de Lisboa, pelo menos aqueles que eram deveras meus amigos, embora *reconhecendo todos a legitimidade do passo que dei e da atitude da Faculdade de Coimbra*, não escondem a sua pena por me ver ir embora. (Entro em pormenores concretos porque sei, por conversas suas, que êste assunto tem especial importância para V. ..., dadas as boas relações entre as duas Faculdades.) O dr. José Maria Rodrigues, quando lh'o comuniquei, mostrou-me a sua satisfação por ver a minha vida arrumada, e depois vieram-lhe as lágrimas aos olhos (nunca tal supus, pois na aula de Estudos Camonianos só me lembro de o ver comovido quando chegámos ao naufrágio do Sepúlveda). O Vieira de Almeida disse-me que se alegrava pela solução que aparecia na minha vida, mas não escondeu a sua tristeza por me

ver sair da Faculdade. O dr. Manuel Ramos, com quem se deu há anos o esfriamento que V. ... sabe, disse-me que, *se fôsse novo e solteiro como eu, há muito que tinha abalado para Coimbra*, mas acrescentou que era com pena que me via partir, pois sempre tinha esperado ver-me professor em Lisboa.

Foram estes afinal os meus mestres. E tudo isto pesa.

.....  
 Ai espera-me uma cidade linda, que Junqueiro (ouvi contar a T. de Pascoais) achava só comparável a Florença, uma terra onde nas minhas distrações escuso de estar a pensar nos taxis que me podem atropelar. Espera-me uma Faculdade que trabalha em conjunto, que sustenta uma revista, organiza cursos de férias e institutos estrangeiros, uma escola magnificamente instalada, com aulas esplêndidas e uma bela biblioteca *onde não se conversa*. Esperam-me lentes que prezam o *savoir-vivre* e que já hoje me estão a dar as mais cativantes provas de deferência e de estima.

Tudo isto também pesa muito. E é com alegria afinal que eu vou para Coimbra, com aquela alegria que eu, filho e neto de oficiais de marinha que tinham amor à sua profissão e às responsabilidades contraídas, sempre tenho pôsto *no cumprimento do meu dever*. Vou para Coimbra, — como diz esperar na sua carta o sr. dr. Mendes dos Remédios —, tentar prestigiar com a parcela do meu esforço a minha nova Faculdade, que aliás de mim não precisava.



Desculpe V. ... esta longa maçada, mas hoje senti a necessidade de ser franco com V. ..., em quem reconheço um verdadeiro amigo. Esta carta é confidencial, como V. ... evidentemente depreende; no entanto visto êsse assunto interessar especialmente V. ... e os seus colegas, pode fazer pleno uso da parte em que me refiro às boas relações que continuo a manter com os meus antigos mestres. Típica de que ninguém me leva a mal o passo que dei foi a opinião do dr. Agostinho Fortes: «Se v. não tem procedido como procedeu, então eu conclua que era totalmente destituído de espirito práctico.»

.....

*Subitamente, a auroa da vida propicia às suas devoções de clerc e de sábio transmudou-se em negro ocaso: os primeiros sintomas da implacável doença, que o vitimou, impuseram-lhe o internamento, em 2 de Agosto, no Sanatório Sousa Martins. Para nós, em Coimbra, êle foi então o colega desventurado e distante, sobre cujo leito se debruçavam as nossas mágoas, as nossas ansiedades e as nossas esperanças.*

*Confiávamos, e ternamente quisemos dar-lhe a sensação de que o não esquecíamos nem proveríamos a sua cátedra por outrem, a despeito da impossibilidade legal da nomeação. Carlos Eugénio compreendeu-nos.*

*O pensamento, nos breves momentos que os seus desvelados médicos lhe concediam e cada vez se iam tornando mais fugazes e raros, incidia verticalmente sobre preocupações científicas e docentes. Ao principio pôde rever grande parte do*

Ensaio sôbre os latinismos dos *Lusiadas*, publicado já pòstumamente, e embora se lhe insinuasse com pèrfida brandura a evocação dolorida de mentes ceifadas pelo bacilo assassino, confiava ainda no restabelecimento da precária saúde. Por caridade, mais do que lenitivo, o seu espirito sentia-se irmão daqueles sábios que caíram a meio da jornada, e sôbre cuja memória se inclinava com resignação cristã. Como lhe houvesse anunciado a minha ida a Oxford, pediu-me, em 17 de Agôsto, que verificasse « numa biblioteca universitária se Othon Riemann, o criador da sintaxe histórica latina (1853-1891), morreu tuberculoso.

« Tudo me leva a crer que sim, pois morreu com 38 anos, e cinco anos antes de morrer já datava o seu livro de *Interlaken* no mês de Outubro, que nêsses países já não é verão, e a 23 de Outubro, quando em Paris a vida universitária já está reaberta. Se assim fôsse, como muito lhe devo, dedicar-lhe-ia a minha primeira tese: « Á memória de Othon Riemann, o mestre da sintaxe histórica latina, falecido aos 38 anos, vítima da tuberculose pulmonar. » ».

Depois, teve ainda ânimo para elaborar mentalmente o plano da tese de doutoramento, « o meu ainda embrionário *De latina lingua in Lusitania et Gallaecia* », cujo título me anunciou em 7 de Janeiro de 1931 e para a qual havia coligido elementos nas inscrições do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos.

¡ Com que carinho e esperança me falara dêste livro! Ambicionava-o exaustivo, e consolava-o a certeza de que, pelo valor da documentação epigráfica inexplorada, a obra, escrita em latim, seria o digno testemunho da sua gratidão à

*nossa Faculdade. Para quem se educou e serve uma Escola, onde são profundos, embora nas coisas desta natureza nunca deva falar-se de profundidade ou excessos, o respeito pelas opiniões individuais, o dever pela obra comum, e o sentimento de uma missão a cumprir, na qual nos habituamos a ser continuadores e não pioneiros, talvez a nossa força e sem dúvida o nosso defeito, os planos do jovem colega e a seriedade da sua formação científica e moral eram cânticos de alegrias. Sentíamos que ele seria grande obreiro da nova edificação dos estudos grecò-latinos em Coimbra, e o seu labor alicerçaria sólidamente a ponte de ligação do saber clássico actual com os humanistas universitários que no século XVI nos precederam.*

*A realidade, porém, trata tôdas as esperanças e foi da sua pena, num dos derradeiros e heróicos esforços, que tive a cruel confirmação, quando em 9 de Abril o correio me trouxe este adeus, resignado mas inquieto:*

Sanatório da Guarda, 7 de Abril de 1931.

A carta que eu hoje escrevo a V. Ex.<sup>a</sup>, carta que há muito meditei, que há muito ansiava escrever e que só agora posso levar a cabo, devido à febre constante que durante quási um mês não me largou, é decisiva na vida dum homem.

O Dr. Ladislau Patrício, um amigo dedicadíssimo de tôdas as horas que aqui vim encontrar (é uma das cousas estranhas do meu destino quási não ter criado amizades sólidas e pelo contrário invejas implacáveis

nos rapazes da minha idade e ao mesmo tempo ter inspirado amizades profundas a homens feitos que para nada precisavam de mim, o que se explica talvez por um precoce amadurecimento do espirito, logo após uma infância e uma adolescência precoces), o Dr. Ladislau Patricio, ia eu dizendo, ficou de informar V. Ex.<sup>a</sup>, com a competência clinica que lhe assiste, dos motivos que justificam esta minha carta.

Infelizmente não se realizou a cura ideal que ambos os médicos deixaram prever a V. Ex.<sup>a</sup> como possível na sua estada aqui e que a radiografia de 7 de Janeiro pareceu confirmar, ao anunciar uma cura por resolução na pior zona bacilosa de Julho, a região infra-clavicular do pulmão direito. Após três semanas de *statu quo* em Janeiro, estando eu a pé, a temperatura começou a ageniari. Vim para a cama a ver se o repouso favorecia a normalização da temperatura. Foi contraproducente. O isolamento pesou desta vez como um fardo sobre o meu espirito e numa «cavalgada do espirito» (o termo foi do Dr. Patricio) deu-se um facto que foi uma surpresa para todos, a principiar por mim: doze anos da minha vida mental apareceram abruptamente dramatizados em verso. Poesia quasi puramente objectiva, independente da vontade, pois alguns dos melhores sonetos «Marco Aurélio», «Diálogo de monges medievos», «Beethoven» apareceram inesperadamente enxertados em outros que rasguei.

Esse esforço mental (que durou de 18 de Fevereiro a 10 de Março), enxertado num estado já um tanto

mórbido em que a revisão de provas e o estudo me causavam já alterações sensíveis da temperatura, e a Primavera, estação traiçoeira entre tôdas, caíram em cima de mim. A 6 de Março, ao ver-me com 37,8 e expectoração de sangue às 5<sup>h</sup> 20<sup>m</sup> da madrugada, o Dr. Paúl proibiu-me tôda a actividade mental; o meu sub-consciente respondeu-lhe com o soneto «Trenos dum espirito agrilhado ao corpo», um dos que lhe mando. No entanto obedeci conforme pude, e só infringi a proibição para rever, com permissão dêle, as oito primeiras páginas dumas provas que o Nazareth me mandara; as oito últimas já não pude rever.

A 14 de Março a análise à expectoração acusou de novo bacilos (escala 2, por homogenização). A 12 de Março a temperatura principiara a subir e desde êsse dia até hoje a temperatura ainda não entrou na normalidade, ainda não voltou à casa dos 36º, a-pesar-do emprêgo diário do anti-térmico. Fixou-se na casa dos 37, oscilando entre 37,1 e 38. Ontem foi o primeiro dia em que as oscilações foram normais, mas ainda assim a temperatura mínima foi 37,3. Agora estou a escrever-lhe com 37,5.

Ao mesmo tempo, os médicos sentem de novo, desde 17 de Março, ruídos discretos mas nítidos, desta vez na base do pulmão direito, foco que a radiografia de Julho deu como mal caracterizado e a de Janeiro deu como teimoso.

Em suma: nova *poussée* da doença, caracterizada em relação à primitiva por uma menor quantidade de

bacilos (4 de Agosto — escala 6 por exame directo; 14 de Março — escala 2 por homogeneização), mas caracterizada igualmente por uma persistência do estado sub-febril até agora ainda não registada.

Corolário imediato: não posso reger cadeiras em Outubro nem no próximo ano lectivo (à hora a que estou a escrever estas linhas já sei que o Dr. Ladislau Patricio lhe escreveu a dar essa informação) e tenho de prolongar a minha estada no Sanatório por período indefinido, que se espera no entanto não ir além de Outubro de 1932.

Em vista disso acho ser meu dever de homem digno e sério dizer a V. Ex.ª:

A Faculdade de Letras de Coimbra, que me abriu os braços, a Faculdade de Coimbra, que nada me deve e que tem sido para comigo duma extrema gentileza, não pense mais em mim, não fique presa, com prejuízo seu, a um D. Sebastião que nunca mais sai da Guarda, organize o preenchimento dos seus quadros como muito bem entender.

Meu Avô paterno, Conde de Paço d'Arcos, o último oficial de nome dos tempos da marinha veleira, que não era um literato mas um homem culto e vivia na intimidade de Tomaz Ribeiro, de Pinheiro Chagas, de Andrade Corvo e de Bulhão Pato, escreveu em rapaz novo uns *Folhetins marítimos* que, pelo colorido náutico, chamaram a atenção de Castilho. Um dêsses, que li quando tinha onze anos e nunca mais tornei a



ler, do qual nem uma frase me ocorre mas somente a idea global, chamava-se « *Homem ao mar* ». Aplico-o hoje à minha vida.

Isto disse-o *a sério* ao professor catedrático da Universidade de Coimbra. Agora vou falar ao amigo.

Não é segredo para nenhum dos que me conhecem que eu tive desde os vinte anos a legitima ambição de ser professor universitário. Essa ambição foi estimulada durante o curso pelos lentes catedráticos drs. José Maria Rodrigues, José Joaquim Nunes, Leite de Vasconcelos, Manuel Ramos, Agostinho Fortes, Silva Teles e Matos Romão e, ainda mais do que ninguém, pelo hoje catedrático Vieira de Almeida. Essa ambição, hoje quasi destituída de objecto e de finalidade, perdura ainda como um dos poucos coeficientes psicicos que me prendem à vida. Ainda não esqueci que a 19 de Julho de 1929, às seis horas da tarde, na sala grande onde tinham ensinado Rebelo da Silva, P. Chagas, Viale, Epifânio, Adolfo Coelho, Jaime Moniz, Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso, o dr. José Joaquim Nunes, presidente do júri, me annunciou que na minha formatura eu ficara distinto com vinte valores e acrescentou *ex cathedra*: « Agora venha para aqui. O seu lugar é cá dentro. »

Enganei-me? Enganaram-se todos aqueles que me estimularam e que portanto alguma responsabilidade tiveram na orientação da minha vida?

À luz do conceito estatolátrico e pombalino da Uni-

versidade, que a Monarquia constitucional quis pôr em prática arrancando em 1857 Gomes de Brito à Universidade de Coimbra, por ser miguelista, e que a República transformou em verdadeira arma anti-liberal, exigindo o atestado de republicanismo aos professores, eu nunca teria direito de entrar na Universidade. Detestei a demagogia e renego a ditadura. Português de sentimento, não o sou de mentalidade. Confesso que não compreendo a Universidade foco de cultura fanáticamente nacionalista; acho tão absurda a atitude mental de Treitschke ao preconizar o não-direito à vida das pequenas nações e ao teorizar o pangermanismo na sua cátedra de Heidelberg como a de Victor Bérard ao escrever um livro *Un mensonge de la science allemande*.

Se nos lembrarmos porém de que a Ciência e a Arte não têm pátria (o que não quer dizer que o homem de estudo não deva amar a sua pátria), se nos lembrarmos de que a Grécia perdura exactamente pelo que teve de cosmopolita, de que a única cousa que vingou do romantismo foi a universalidade estética de Goethe e de Chateaubriand e o cosmopolitismo de M.<sup>me</sup> de Staël, se não confundirmos a nobre idea de liberdade com a defesa exclusivista de interesses transitórios (cousa que eu não perdôo à hipocrisia da Inglaterra e da França durante a guerra), então talvez eu tivesse direito a um pequenino e modesto lugar na Universidade portuguesa.

Tinha-o talvez pela dupla herança de cultura que em mim se accumulara e de que V. Ex.<sup>a</sup> viu uma ima-

gem na rica biblioteca da nossa velha casa da rua de S. Ciro: a cultura geral, herdada, por meu Pai, dos homens públicos do constitucionalismo; a cultura clássica, herdada por minha Mãe, de meu bisavô, o latinista Filipe Belford. Tinha-o ainda mais pela avidez de saber que sempre me caracterizou desde o dia em que, ao fazer dez anos, pedi que me dessem como únicos presentes um queijo flamengo e uma gramática até o dia em que, proibido de estudar e amarrado ao leito dum Sanatório, exprimi a minha ânsia de infinito numa dúzia de sonetos cerebrais. Tinha-o talvez ainda mais pela formação humanística que recebera em Friburgo do para mim inesquecível Padre Charpine e pela aplicação que, uma vez chegado a Lisboa, pusera ao estudo da Filologia, ciência então nova para mim. Tinha-o pelo meu *curriculum vitae* de estudante em que em vinte e seis cadeiras tivera vinte e quatro distinções e dois quinze, e pela formatura que coroara o meu curso. Tinha-o pelo trabalho constante e pela minha atitude mental e moral que V. Ex.<sup>a</sup> teve o condão de compreender desde a primeira hora, atitude feita de amor ao estudo, isto é, de *recolhimento científico*, de desinterêsse, de incapacidade para a vida prática, de alheamento completo da política, dos negócios, das intrigas e mesmo quási dos divertimentos, numa palavra, de alheamento completo das realidades inferiores a que Platão chamara *sombras*. Tinha-o talvez ainda pelas minhas existentes ou inexistentes qualidades de expositor e de argumentador.

Há talvez farisaísmo ou vaidade no que acabo de escrever. Se há, é vaidade de naufrago. Comparo hoje o meu caso ao dos defensores de Cápuia que se suicidaram todos ao verem-se abandonados por Anibal e cercados pelos Romanos e em cuja bôca Tito-Lívio põe esta frase linda: « Anibal há-de saber que atraioçou aliados valentes. » (Et Hannibal sciet fortes socios a se proditos esse). Aliás digo hoje de mim por necessidade, porque o pulmão direito e a pleura atraioçaram o cérebro, o que os outros já tinham dito de mim, os lentes de Lisboa e V. Ex.<sup>a</sup> em carta não confidencial ao Dr. Ladislau Patricio.

8 DE ABRIL.

Então, como o cérebro ainda está cheio de vida, encaro diante de mim cinco hipóteses:

1.<sup>a</sup>) Hipótese ideal: ao sair do Sanatório em 1932, sem transtôrno algum anterior para a Faculdade de Coimbra, encontro na lusa Atenas um lugarzinho de assistente de Clássica (V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem — e nisso de-certo eu não sou ambicioso — que *prefiro ser assistente em Coimbra a ser lente catedrático em Lisboa*; talvez o possa dizer, — deixo ao seu critério, — ao Dr. Simões Ventura, embora evidentemente não lhe possa dizer o motivo confidencial em que isso assenta). E, enfim, no caso de não haver vagas em Clássica (não falaria nisto se V. Ex.<sup>a</sup> não m'o tivesse sugerido em conversa), talvez a Faculdade de Coimbra

não se deslustrasse, confiando a cadeira de Estudos camonianos, que Lisboa já tem e Coimbra ainda não) ao autor do «Ensaio sôbre os latinismos dos Lusíadas». Solução provisória, evidentemente, à espera de haver concursos para assistente em Clássica. Uma cadeira dessas *in perpetuum* dá êste resultado: o professor estraga a cadeira, dando-lhe um aspecto unilateral; a cadeira estraga o professor, confinando-o, na erudição pura, sem significado profundo, sem sistematização científica, sem finalidade superior.

2.<sup>a</sup> hipótese). Neste ano e meio fecham-se tôdas as vagas possíveis em Coimbra. Então nessa hora e só *então* eu teria o direito moral de aparecer em Lisboa, onde, como não há fome que não dê em fartura, há já hoje duas vagas em Clássica . . . . .

3.<sup>a</sup> hipótese). Fecha-se Coimbra, fecha-se Lisboa. Resta-me ainda dentro do ensino Universitário uma solução que me sorriu vagamente nos dias que antecederam a minha tuberculose e em que vi Lisboa fechar-se: ser professor de universidade no estrangeiro. Solução que o Dr. Paul outro dia me sugeriu ao ver-me muito desanimado. Solução fantástica, pois a Universidade estrangeira que mais facilmente me abriria as suas portas, a de Friburgo, está fechada para mim, pois o clima humidíssimo de Friburgo, de inverno um nevoeiro permanente, terra exposta aos ventos do Jura e dos Alpes, é contra-indicado para um tuberculoso.

4.<sup>a</sup> hipótese). Ser professor de liceu? Para ser efectivo, teria de ser de novo *aluno* duma das Facul-

dades, o que é ilógico, pois de ambas já fui assistente, pelo menos virtualmente; teria de passar como *examinando* as provas que em Maio último passei como *examinador* diante de V. Ex.<sup>a</sup>, o que também é ilógico. Mas, mesmo que isso se não desse, há em mim uma repugnância invencível, quasi psicópática, pela vida de professor de liceu; um lunático, alheio à vida prática, não pode ensinar meninos desatentos; um ano de experiência, como professor de alemão no Colégio Vasco da Gama, exacerbou ainda mais a minha antiga repugnância; as explicações a alunos de Faculdade interessavam-me, as explicações a alunos do liceu esgotavam e estiolavam-me. E, afora tudo o mais, ¿ não seria triste ver enterrar-se na vida de professor de liceu, a ensinar o « rosa, rosae » e umas fabulzinhas de Fedro e a estupidez ensossa do Cornélio Nepos, um rapaz com a escola humanística do Padre Charpine, com a escola filológica de Leite de Vascencelos e José Joaquim Nunes, com o conhecimento construtivo do latim, o conhecimento razoável do grego e já um pouco do sânscrito, com o conhecimento do alemão, língua tão importante nos estudos filológicos, com uma razoável cultura geral e uma preparação profissional imperfeita mas séria?

5.<sup>a</sup> hipótese). Posta de parte esta hipótese, que me repugna radicalmente, que fazer? Nem eu sei bem... Talvez empregar-me em casas comerciais, que precisassem dum tradutor de alemão; faria êsse trabalho por dever de officio, sentado a uma secretária, ser:



cansar a laringe com garotos desatentos; e consagraria as minhas horas de ócio à Filologia, como Gonçalves Viana, e à Literatura, como Cesário Verde. — Agrade-me mais ir como recebedor de finanças ou qualquer outra cousa para uma ilha quasi deserta, longe de todo o bulício, onde poderia dizer como o epitáfio grego: «! Ó tu que passas, não perturbes o meu silêncio e a minha sombra!» Seria Pôrto Santo, já que não pode ser o Corvo, por causa da humidade. Isto parece fantasia, mas olhe, em 1925, — era meu Pai ministro das Colónias — e eu aluno do 1.º ano da Faculdade, — apareceu num jornal um artigo sôbre o Corvo; meu Pai comentou: «O Carlos Eugénio tinha feito para viver numa ilha assim.»

6.ª hipótese). Morrer. Porque não prevê-la? «! Então o senhor não calculou o sitio onde havia de morrer?», — dizia Foch a um examinando. Não tenho coeficientes psíquicos que me prendam à vida: o último era o desejo de estudar e o lugar de Coimbra. Sem mãe, sem irmãs, sem noiva, sem filhos, sem ninguém que precise de mim, sinto que a minha morte até daria alívio aos oficiais do meu officio. Meu Pai teria um grande desgosto, mas eu faço êste raciocínio: Teve desgosto ainda maior com a morte da mulher, sentiu a vida quebrada, impressionou tôda a gente, tem tido uma viuvez há oito anos sempre exemplar, ascética mesmo, e no entanto foi depois de viúvo que êle teve as grandes horas da sua vida pública, como ministro das Colónias, ao financiar Angola e ao salvar

Macau do condomínio inglês, como governador colonial e como português, na questão do Pôrto da Beira, ao atirar trinta contos mensais às ortigas e ao levar a opinião atrás de si.

O próprio Cristianismo não é um coeficiente psíquico que me prenda à vida. Não é evidentemente uma escola de suicídio, como o *De contemnenda morte* de Cícero, pôsto em prática pelos Estoicos desde Catão o Uticense até Séneca. Mas é uma escola de desapêgo à vida, desde S. Paulo («*Cupio dissolvi et esse cum Christo*»), «*Quis me liberabit a corpore mortis hujus?*») até à Imitação de Cristo («*Beatus quem nullius rei amor retinet in mundo.*»).

Tenho de acabar. Sinto-me muito cansado. Espero mandar-lhe amanhã os sonetos; hoje é impossível.

Desejo-lhe as melhores prosperidades na sua viagem e do coração lhe digo o que Édipo dizia a Creonte: «*¡Oxalá tenhas um destino melhor do que o meu!*»

A sua passagem pela Guarda, à volta do estrangeiro, noutras circunstâncias, seria um prazer; assim seria uma consolação.

.....

*Ao ler tão desolada confidência senti na alma o dobre da derradeira despedida, e na névoa de amargura que me envolveu cintilava apenas o dever que havíamos cumprido e dera ao malogrado moço fugaz contentamento. Invadira-o*

a sensação do naufrago, e na perspectiva da morte nem alegria chegou a ser aquela «cavalgada do espírito», que o conduziu, inopinadamente, à criação poética.

No entanto, durante vários dias, nos breves minutos que a febre consentia, pôde ainda escrever algumas poesias e ditar a conferência sobre A atitude moral e mental do tuberculoso perante a vida —, páginas supremas de resignação, onde se não sente o travo do ressentimento contra o despedaçar de tódas as esperanças e o moribundo, num cântico à alegria cristã, vibra na coragem humilde de rogar perdão ao mísero e desditoso auditório de tísicos por não haver sido mais alegre: «Ninguém pode pedir ao abeto severo dos Alpes, a alegria da nossa amendoeira em flor.»

O cântico de resignada alegria volveu-se em testamento espiritual e em óbulo de caridade para os tuberculosos pobres.

Outro não devia ser o seu destino.

Desejou-o Carlos Eugénio, cujo coração, a essa hora, talvez mais intensamente que nunca, sentiu o sublime da misericórdia e do amor do próximo, santa e eterna mensagem de Jesus; e recolheu-o o altruismo da benemérita Senhora D. Leonor de Almeida e Silva Marques Guedes, publicando-a, vendendo-a e prefaciando-a com a ternura de uma delicada sensibilidade de mulher.

Em 4 de Junho, devido ao agravamento da doença, saía do Sanatório, e um mês depois, em 4 de Julho de 1931, com 26 anos, expirava aquele que fôra jubilosa esperança da Ciência das Letras e do renome da Pátria, levando como cortejo amargurado o luto inconsolável da Família, as orações dos crentes, que éle ajudara a afervorar, a dôr dos

*amigos, a saúde dos companheiros de jornalismo, o respeito dos ilustrados e a veneração dos colegas no magistério.*

\* \* \*

*Com excepção do último capítulo, este livro é constituído por artigos publicados no jornal «As Novidades», na página literária, semanal, que o autor dirigiu. É portanto uma compilação de esparços e, como a Jornada de um Crente, a ressurreição das horas aplicadas pelo moço estudante da Faculdade de Letras de Lisboa à margem dos absorventes deveres escolares.*

*Arrancá-las ao olvido das colunas do periódico era elementar dever de respeito pela inteligência e pela dignidade ao serviço do jornalismo, e dever não apenas para os amigos, senão para todos os que prezam a sinceridade das ideias, a probidade moral e a vida superior do espírito.*

*¿ Que seria de uma nação onde o culto desinteressado de tão nobres valores se subvertesse e trocasse pelo rendimento utilitário das acções e das coisas materiais?*

*Instrumento dócil do bem e do mal, a riqueza em si mesma é indiferente e não merece vitupérios.*

*Sem a libertação das fadigas do sustento quotidiano, sem o consumo do tempo livre, que ela proporciona, em fins desinteressados, não teria sido possível o trânsito imenso do troglodita ao Homem, da caverna à Civilização.*

*Pauperismo e civilização são coisas antagónicas, e quando outras razões me não houvessem convencido, bastaria tal con-*

*traste para me advertir que a única política fecunda é a das classes-médias, isto é, a do acesso do maior número à mediania económica. Por isso aplaudo tudo o que ampara a riqueza, desde a estabilidade da moeda, condição imprescindível do espirito de economia e da paz social, até à liberdade de acção, sem entraves intervencionistas do Estado,— muito embora a razão e o coração me não dissimulem a justiça das reivindicações dos que, possuindo apenas a única mercadoria vendável do trabalho pessoal, aspiram, como os que cultivam a sua propriedade agrícola ou administram negócios ou empresas em que inverteram capitais, ao bem-estar e aos benefícios da civilização.*

*Este é o magno problema do nosso século, e resolvê-lo juridicamente, isto é, enquadrar a actividade do mesteiral nas garantias do Direito, é hoje o objectivo supremo da Política, o qual não creio encontrar-se no incêndio das revoltas, na compressão das ditaduras de classe, nos ideais de subversão total, nos regimes económicos de miséria colectiva e, portanto, na destruição da burguesia.*

*A burguesia não é apenas o estado social, de incerta duração histórica, edificado sobre o capitalismo, porque é acima de tudo uma maneira de ser e de viver, que tem resistido e resistirá à caducidade dos regimes económicos e políticos. É na pequena burguesia, especialmente agrária, que encontro os bastiões inabaláveis da nossa nacionalidade, e que é a pequena burguesia senão a luta pela riqueza tangível, ou, por outras palavras, a conquista da independência, o desafio às adversidades, a hostilidade à vagabundagem e as fadigas e sacrificios em holocausto à tranquilidade familiar?*

¿A que devem os povos a prosperidade e a civilização os seus progressos senão à tenacidade burguesa, à segurança a que o burguês aspira, ao seu amor da família, da terra ou do ofício, para êle intimamente ligados pelo mesmo fio de sacrificios e de esperanças?

Não vituperemos, pois, a riqueza nem os seus cultivadores, mas não nos deixemos corromper pelos seus vícios e defeitos, que todos se casam no capitalismo de especulação e na estimação vaidosa e grosseira do «tanto temos, tanto valemos.»

Um país pode ver-se materialmente devastado e a sua moeda desaparecer no sorvedoiro da desvalorização, remoinho insaciável de tudo o que tece a paz pública; porém com trabalho, com a enxada, a cal e a pedra, ao cabo de poucos anos a primavera florirá nos seus campos, nas fábricas ouvir-se-á a canção maravilhosa e desolada das máquinas e nos migueiros tilintará de novo a moeda sonante. ¿Poderá dizer-se o mesmo da nação que se vê despojada das suas franquias morais e dos seus depositários da cultura?

De tudo o que constitui o património das nações a cultura é a coisa mais frágil e volátil. Para o seu desenvolvimento não há regras, nem leis; apenas condições mais ou menos propícias. Os seus progressos são imprevisíveis, esquivando-se a vaticínios o que o engenho é capaz de arrancar do mundo ideal da ciência, da beleza ou da moral num momento de exaltação interior, ou como regalo da pertinácia diuturna; pelo contrário, as vicissitudes e estertores são fatais quando sobre os insubornáveis do dever, os idealistas, os românticos e os depositários da cultura se estende a foice da morte ou a hecatombe das calamidades públicas. Então, os campos



*permanecerão idênticos, mas a fisionomia espiritual dos povos pode tornar-se irreconhecível.*

*A luta pela cultura e pela idealidade é de sua natureza incessante, e porque toda a nobreza do homem consiste em vencer a resistência da matéria, convertendo em realidades o valioso e o verdadeiro, cujo ser é ideal, suspender a luta, ou ignorá-la, é marchar para a vileza.*

*Foi de tão alto propósito, e não apenas da amizade saúdosa, que brotou este livro.*

*Os que o compilaram e editaram quiseram venerar uma vida, breve e sempre valetudinária, consagrada inteiramente ao culto da ciência e ao apostolado moral.*

*Ao lê-lo é possível que alguns leitores discordem de certas ideias —, e neles me incluo, porque, liberal convicto, o meu território dos valores da pessoa humana tem outras fronteiras e, sobretudo, o que aliás é adjectivo, diversa orgânica na sociedade civil. É possível ainda que outros, de olhos prospectivos e de costas para o passado, tenham a sensação de se encontrarem com um transviado, que, saúdoso do « bon vieux temps », viveu na incompreensão do mundo que o rodeava. As reflexões sobre Cícero e o Conde de Sabugosa, assim como o magistral ensaio sobre Os vencidos de Évora-Monte, sem dúvida discutível mas tão profundo nos alicerces morais e lógicos, não sugerem o drama interior do inadaptado?*

*Todas as dúvidas e adversativas abdicam, porém, perante a grande ideia e o fim nobre que dominam este livro: o combate ao relativismo moral e à política que Platão simbolizou em Calicles.*

*Numa época e numa sociedade em que a grande maioria*

*pensa e actua sob o signo do provisório, confiando ao amanhã progressivo e ao concêrto prorável das circunstâncias exteriores a solução sempre urgente dos problemas íntimos e de cada um, e não há porventura galhardia na afirmação do absolutismo do Bem, do Belo e do Verdadeiro, e nobreza moral no intento de arrancar os homens à instabilidade do transitório, isto é, à idolatria do progresso, para os reinstalar no sentimento da eternidade?*

*A posse dêste estado de espírito, que para alguns é o termo laborioso de dúvidas e meditações especulativas, foi para Carlos Eugénio uma das dádivas da crença religiosa; e ter compreendido cedo o que êle desentranha na acção e na visão da história humana é talvez a marca singular dêste moço no movimento católico da sua geração.*

*Como nenhum outro, êle foi o protesto da crença contra o cepticismo e a inércia do juízo, da concepção religiosa da vida contra a concepção laica da sociedade, da estabilidade dos valores morais contra a rectificação incessante dos ideais.*

*Êle deveu sem dúvida à viveza espontânea da intelligência e à assombrosa fidelidade da memória a penetração do juízo e a maturidade do saber, mas a influença das disposições congénitas desviá-lo-iam, como é vulgar na nossa juventude das escolas, para o diletantismo e para a vadiagem intelectual se não houvesse sido cultivado na pedagogia do esforço. Onde há na geração nova, educada na pressa, com a pedagogia da facilidade, desde o destêrro das fadigas do dicionário, isto é, da caça às ideas nítidas e aos termos adequados, até ao espectáculo do cinema chamado educativo, o qual torna o espirito servil a visualidades e puramente passivo, quem*

possa rememorar, como Carlos Eugénio, a adolescência do colegial treinado no esforço da inteligência e da vontade?

Se pensar com coerência consiste em encadear logicamente as ideias, a arte de bem escrever reside na escolha e disposição das palavras adequadas ao pensamento. O pensamento e a sua expressão são coisas diversas, e mas é acaso possível surpreender a claridade de um juízo através do nevoeiro de termos equívocos e confusos?

O acolhimento da primeira palavra que ocorrer ao bico da pena pode dar, e dá, a rapidez da redacção; não gera, porém, nunca a arte de bem escrever. Ela é, quasi sempre, a recompensa tardia do esforço de procura e de comparação dos termos, e este esforço, se é possível no exercício da língua materna, é incomparavelmente maior no trato de uma língua morta. O seu estudo obriga a manusear o dicionário, a apelar para a memória e para a reflexão, a porfiar na presa da expressão fugidia, e tal esforço e treino conduzem insensivelmente à iniciativa pessoal, à virtuosidade literária, à nitidez das ideias, à clareza e vigor do espirito, ambição suprema do escritor.

Por isso, a educação clássica há-de ser sempre fermento do gosto e da pujança intelectual, mormente quando ao exercício da composição acrescer a explicação das leituras —, duas coisas desterradas do nosso ensino secundário e cuja ausência solta a confusão mental e a corrupção da linguagem.

Carlos Eugénio foi educado nesta arte, e com que grata veneração recordou sempre o P.<sup>o</sup> Albert Charpine, seu mestre de humanidades, ou antes de «retórica», no amplo e nobre sentido francês!

O professor de Friburgo iniciou-o na lição viva e perene dos clássicos. Com êle aprendeu a conhecer os antigos, a intuir a serenidade da beleza, a ordenar judiciosamente as ideias, a exprimi-las com concisão e elegância, a exercitar-se na crítica, e se é certo, para glória da Faculdade de Letras de Lisboa, que Carlos Eugénio devia a formação científica aos grandes Mestres José Maria Rodrigues, José Leite de Vasconcelos e José Joaquim Nunes, não menos certo é que foi o pedagogo de Friburgo quem o ensinou a grangear nas disciplinas da eloquência e da poesia o tacto delicado e o discernimento seguro.

Graças ao seu ensino, êle ficou cativo da beleza que não morre e daqueles escritores como Corneille, Racine, Bossuet, Fenelon, André Chénier, onde o sulco do clacissismo, romano ou helénico, se vincou indelêvelmente.

O conhecimento e a veneração da antiguidade, porém, não lhe paganiçaram o espirito. Sobre o pensamento de romano — algumas vezes me disse que pensava em latim — ardia, como nos grandes da nossa melhor tradição humanista, a alma de cristão, e quer-se melhor testemunho do que êste livro?

Êle representa a florescência de uma educação rara no nosso meio, os méritos da pedagogia do esforço e da educação clássica, e, sobretudo, o dom incomparável do sentimento do Espiritual, ou, para empregar as mesmas palavras de Carlos Eugénio, « o sentimento e o amor desinteressado de um objecto de ordem espiritual, ou que o sentimento espiritualiza. »

Como nenhum outro jovem do seu tempo êle soube ligar a santidade emotiva da mensagem de Jesus à beleza fria dos pagãos, e reportar a variedade infinita das acções e das

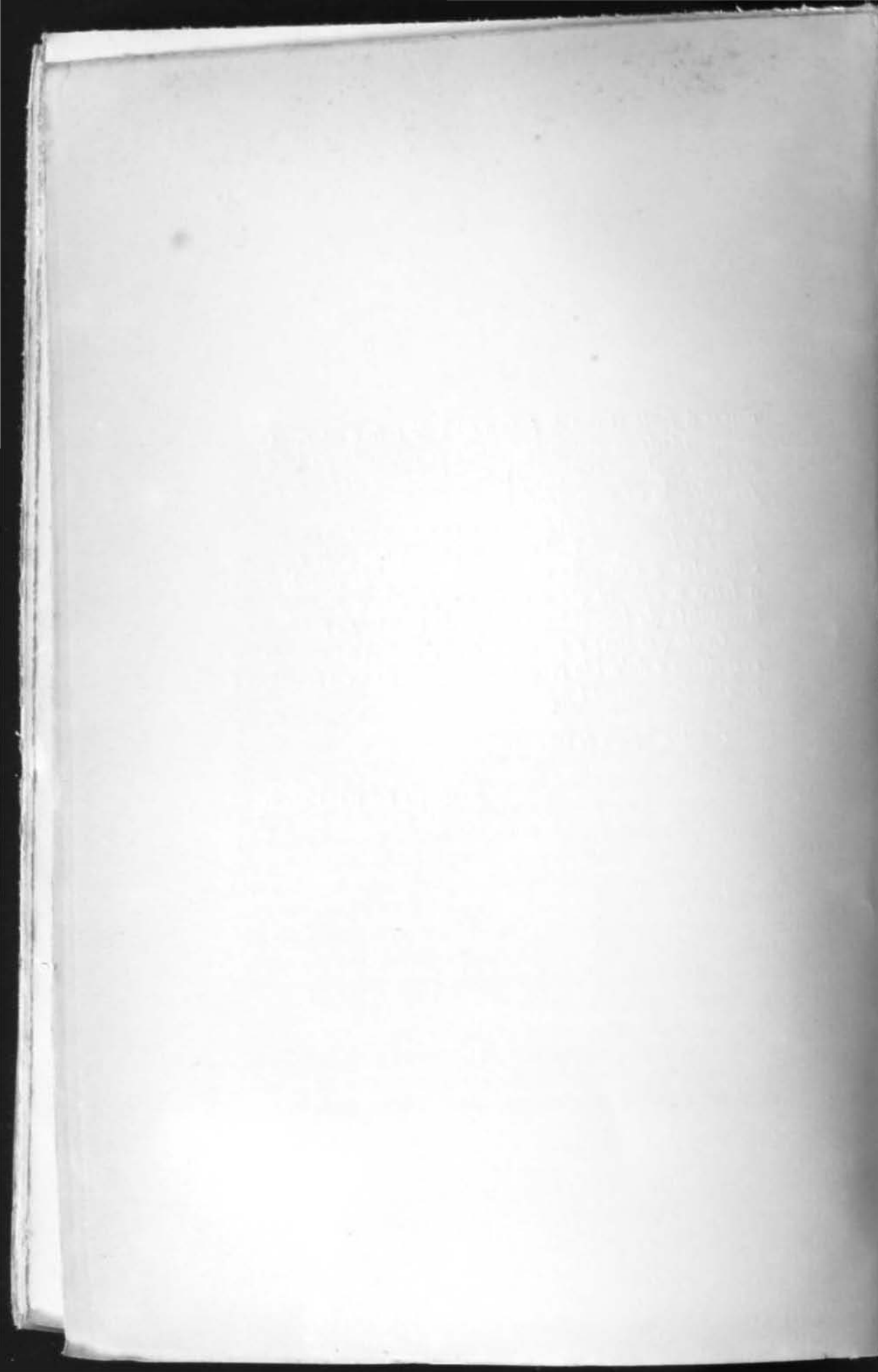
*coisas à fonte eterna de todo o ser e de todo o estar. Quem na mocidade se elevou tão alto e se consumiu na labareda da vida contemplativa, num infatigável amor do saber, ¿ como frutificaria na maturidade?*

*¿ Perderam as Letras um crítico à maneira de um Sainte-Beuve cristianizado? Perdeu a Ciência um sábio capaz de converter a Filologia em amor do Logos, de descobrir sob a letra o espírito que a vivifica? Perdeu a Erudição um humanista da imorredoura estirpe de Quinhentos?*

*Creio que sim; e porque o creio, inclino-me com ânimo respeitoso e dolorido perante a memória da mais promissora mocidade do nosso tempo.*

*Coimbra, Páscoa de 1934.*

JOAQUIM DE CARVALHO.



## CÍCERO

O MAIS DISCUTIDO DOS HOMENS DE LETRAS — COMO VEIU ATÉ  
NÓS A CULTURA CLÁSSICA — O DUALISMO DE UM TEMPERA-  
MENTO — CÍCERO E O CONDE DE SABUGOSA

Talvez nenhum homem de letras deu azo a opiniões tão contraditórias.

O seu carácter foi tratado por tantos com severidade. Em plena Renascença, quando ler os clássicos era uma febre, Montaigne disse dêle que «a vaidade o levara a pedir aos historiadores de então um lugar nas suas crónicas». No século XIX Mommsen e os filólogos alemães pretenderam apeá-lo.

Mas o artista ficou para muitos. Êsses que amam a *Beleza* e só a *Beleza*, êsses a que hoje se chamam *puros estetas*, amam Cícero. Sainte-Beuve, figura típica de *dilettante*, dizia dêle: «C'est le plus grand littérateur qu'il y ait jamais eu».

E todavia Cícero nunca foi um puro esteta, pelo menos à primeira vista; nunca foi um sacerdote da Arte. *A arte pela arte*, à Renan, nunca êle a praticou. A eloquência foi para êle um meio de persuadir, portanto um meio de agir e de vencer. Compreendeu como poucos a função social da literatura e esta foi para êle sobretudo um meio de ensinar, de divulgar ideas. Mesmo, *homem de letras e sem mais nada* nunca chegou a ser; homem de acção quis ser até ao fim e pagou com a vida essa ambição.

Mas, a-pesar-disso, os artistas amam-no...

Pelo contrário, aqueles que preguntaram a si próprios se a vida tinha ou não uma finalidade superior e viveram torturados por essa idea, aqueles que, como Platão, queimaram o



que tinham dado à Beleza para se porem em busca da Verdade, êsses detestaram Cícero. Pascal detestou-o; Ernest Hello considerou-o como o breviário do homem mediocre.

Os espiritos metafísicos e ascéticos detestam-no, pelo menos, os ascetas dos tempos modernos. Mas os ascetas antigos amaram-no muito. Santo Agostinho pergunta «se na língua latina há alguma coisa melhor do que as obras de Cícero»; e S. Jerónimo, o penitente da Terra Santa, confessa numa carta íntima que jejuava com a consolação de ler Cícero em seguida: *jejunabam Tullium lecturus...*

É que os grandes santos da Igreja sentiram mais intensamente do que ninguém o prazer espiritual! E gostava de saber o que dêle pensou Bossuet, Bossuet que lhe imitou o estilo.

Cícero foi alguém.

O seu personalismo, como hoje se diz, ou antes, a sua vaidade, como a Igreja sempre disse, tornou-o bem mesquinho. Assim, na hora patética do *Pro Milone*, esquecendo-se do cliente para só pensar em si, saiu-se a dizer que, num dado momento da sua vida, a Itália inteira correria a Roma para o ver, a êle, Cícero. Escravo da vaidade, julgou tôda a sua vida ser êle o centro do mundo.

Mas, a-pesar-disso, foi alguém.

O seu espirito aberto assimilou tão bem o que de bom havia nos pensadores e nos artistas da antiguidade; êle representa um papel tão grande na formação da cultura geral que nenhum espirito equilibrado o pode desprezar, como já entre os Romanos Quintiliano o sentiu um século depois da sua morte. É dêle que se pode dizer com razão o que Lamartine disse de Voltaire: «c'est un siècle fait homme».

Foi Cícero, talvez mais do que ninguém, quem tornou assimilável a cultura clássica. O *Brutus* e as *Tusculanas* são obras primas; poucos têm escrito história da literatura ou exposto doutrinas filosóficas duma maneira tão amena, que nos deixa todavia a impressão bem funda de que entre os antigos houve quem pensasse e quem sentisse a beleza.

E depois, êste homem sentiu como poucos e exprimiu os seus sentimentos como ainda menos o sabem fazer. Ironia,

delicadeza, manha habilidosa, admiração sincera, desânimo, esperança, coisas comezinhas e espiritualismo elevado, há de tudo no que êle escreveu. Há quem o ache conselheiral; defende-o o filólogo francês Laurand, sempre tão ponderado, e diz com razão: « Quand on le croit uniformément solemnel, c'est qu'on ne l'a pas compris ».

Êste homem que sentiu tão intensamente foi um dos mais complicados da antiguidade. Sentia a Beleza, mas quis escondê-lo aos Romanos sóbrios que só conheciam a palavra *Virtus*. Por isso há dois Cíceros, um que tratou a literatura de *leviores artes* e num tribunal romano fingiu de ignorante em belas artes, e há outro Cícero que, em face das estátuas gregas do Parténon, teve como Platão a intuição da beleza perfeita e deixou escrito numa página admirável do *Orator* que as obras dos homens, por mais belas que sejam, nunca chegam a realizá-la... *Cogitare tamen possumus pulchriora*.

« *Il y a deux Cicérons, le Cicéron ami des Grecs et le Cicéron vieux Romain* », ouvi várias vezes ao meu culto professor de latim, dr. Joseph Girardin.

No fundo daquela alma havia um *puro esteta*, que o cônsul romano sufocou. Mas o puro esteta nunca morreu de todo; não é sem razão que Émile Gebhart, em *L'Agonie de Cicéron*, põe no espírito de um velho de sessenta e quatro anos, prestes a morrer vítima da sua ambição política, esta estranha consolação: « *il sentait plus qu'il n'y aurait plus à Rome beaucoup de beaux discours* ».

Houve na vida portuguesa dos últimos quarenta anos uma figura que faz lembrar Cícero sob vários aspectos: foi a do Conde de Sabugosa.

Cícero amou a *Roma vetus*; amou-a mais intensamente do que Tito Lívio e Tácito, porque a viu morrer.

Sabugosa também viu morrer o Portugal velho, e do que êle escreveu são essas as páginas que ficarão.

Pode-se ter dúvidas sôbre o carácter de Cícero, mas não se pode ter dúvida sôbre a sinceridade com que êle chorou a transformação social da velha Roma.

Se êle sacrificou ao seu país o seu temperamento, foi por-

que sentia que valia a pena dar tudo por essa velha Roma, aristocrática e sóbria, em que a virtude reinava e em que os cidadãos tinham sentimento nacional. E o desgosto que teve por vê-la revolucionada, foi o mais profundo da sua vida.

Quando vê morrer um dos do seu tempo e do seu pensar, tem sempre a mesma idea: feliz por já não viver.

Crasso morreu, foi um luto para a Urbs e para todos os homens de bem, mas para êle foi um bem; não viu Roma revolucionada, Roma onde êle fôra o primeiro dos oradores.

E Sabugosa? Há nêle a melancolia de Cícero quando fala com saudade dos tempos em que « as praxes regulavam as normas de bem viver ». Quando em 1911 vai a Inglaterra e visita o túmulo de uma filha de D. João I, leva-lhe a homenagem « dumromeiro nascido do mesmo torrão, mas em época tão avessa à sua! ».

O estudo foi para Cícero a consolação duma velhice amargurada. Sem essas amarguras não nos teria dado as *Tusculanas*. Diz êle então que se entrega a estudos que a sua vida não deixara prosseguir, mas de que o seu espirito não se esquecera (*retenta animo, remissa temporibus*) a filosofia é para êle uma consolação. E Sabugosa?

Em circunstâncias análogas dirá e sentirá que

« Para quem vive do passado  
Só a história dá carinho. »

## LIÇÕES DO PASSADO

A história é um cemitério de nações, idea já velha.

E dessas nações que morreram são de-certo as da antigüidade as que mais facilmente se prestam à dissecação. Defuntos que nunca mais ressuscitaram, separados de nós por longos séculos de transformações sociais, a sociologia descritiva (que é afinal a única História digna dêste nome) pode mais facilmente fazer-lhes a autópsia e diagnosticar-lhes a causa da morte.

Sim, mas aqui surge logo uma objecção:

«*Les anciens ont très bien connu l'idée de cité et pas du tout celle de patrie*», — registava Eugène Pelletan.

Em última análise, não foi só a antigüidade clássica que concebeu a pátria como uma *cidade-nação*. A civilização germânica na Idade-Média e, por contra-pancada, a do Norte da Itália assentou tôda sôbre a mesma idea. Para ela, — escreve Gonzague de Reynold, — «*a pátria acabava às portas da cidade*». A pátria era Colônia, era Strasburgo, era Nuremberg, era Florença, era Veneza. A Alemanha, a Itália, eram apenas comunidades étnicas e lingüísticas um tanto ou quanto abstractas.

¿Mas isso afinal que importa? Seja a pátria uma grande nação fortemente cimentada por um labor secular de unificação, como a França, ou não ocupe ela extensão maior do que uns palmozitos de terra, como na antigüidade Atenas e Siracusa, o sentimento que ela inspira é na essência o mesmo. «*Como os indivíduos, os povos têm instintos e o primeiro dêstes instintos é o da conservação*, —» dizia Pictet de Rochemont.

\* \* \*

¿Pôsto isto, essas cidades do passado, de que morreram?  
 Oh! tiveram destinos bem diversos. Umas, como Herculanium e Pompeios, foram cobertas num só dia pela lava dum vulcão que veio sepultar de repente um quadro duma civilização em todos os seus pormenores, desde as ânforas com água até o barbeiro a fazer a barba ao frèguês. Outras, como Korsôté e aquelas outras cidades meio lendárias da Arábia deserta morreram de inanição há vinte e tantos séculos e hoje é uma ou outra inscrição que de vez em quando permite aos sábios epigrafistas identificar umas ruínas em que ninguém repara com tal cidade de remotos tempos em que tinham falado Heródoto, Xenofonte ou Estrabão. Outras, mais poderosas e que mais pròpriamente constituíam um Estado, morreram, como Cartago, fulminadas em plena luta.

Outras emfim, perdida a hegemonia, perdido o antigo foco de cultura do espirito, definharam dia a dia, ofuscadas por novos astros de maior grandeza; tal foi o caso de Siracusa, onde o coração da velha Grécia pulsava tão intensamente como em Atenas, Siracusa-a-Velha, onde Platão fôra vendido como escravo, onde Lísias, o mais puro dos oradores áticos, viera aos quinze anos beber o leite da boa rêtórica, onde Teócrito inventara o idílio e onde Arquimedes, embrenhado nas suas cogitações, gritava pelas ruas: «*Eureka! Eureka!*»

E tudo isto passou! Tudo isto já lá vai!

«*Schöne Welt, wo bist du?*»

(¿Mundo tão lindo, que é feito de ti?), — dizia Schiller.

«*Tout une splendeur évanouie, tout un monde enseveli*»,  
 — dizia Émile Gebhart.

E, de tôdas essas cidades que ficaram como padrões duma civilização morta, houve duas que sobressairam: Atenas e Roma.



Falemos primeiro de Roma, embora a ordem cronológica mandasse o contrário.

Roma, de que morreu?

Guizot, Fustel de Coulanges e Ferrero fizeram-lhe a autópsia. Morreu de uma morte que nos ameaça se continuamos a enveredar pelo caminho por onde vamos. Minada a saúde social pela imoralidade escancarada e pela desagregação da família causada pela generalização do divórcio, diminuída cada vez mais a natalidade, Roma morreu de gangrena; morreu também de falta de equilíbrio social, devido ao esmagamento económico da classe média e ao enfraquecimento da autoridade pública.

Mas Roma moribunda teve uma qualidade que até certo ponto resgata a sua agonia: foi o *patriotismo altivo*. Os últimos césares nunca se esqueceram de que eram os herdeiros de dez séculos de soberania, os representantes directos dos velhos patrícios que se tinham deixado chacinar pelos Gauleses para não fugir da *Urbs*, de Apio Cláudio — o Cego — que, com os pés para a cova, viera ao Senado gritar: « *Paç com o estrangeiro inimigo? Não!* », de Cipião, que destruíra Cartago, e de Augusto, que sonhava de noite: « *Vare, legiones redde!* »

Ouçamos Louis Bertrand, o emocionante biógrafo de Santo Agostinho:

« Até mesmo os mais degenerados dos últimos imperadores nunca perderam o sentimento da grandeza e da majestade de Roma. Até ao fim êles põem em campo tôdas as manhas da sua diplomacia para não permitir que os chefes bárbaros se possam julgar outra coisa que não seja servidores do Império. Honório, cercado em Ravena, recusa obstinadamente a Alarico, Rei dos Visigodos, o título de chefe da milícia, mesmo sabendo que a sua obstinação há-de ter por paga o saque de Roma e porventura a sua própria morte. »

Assim acabou Roma.

E Atenas?

O génio ático voara mais alto, mas a história de Atenas tem manchas maiores.

Em Atenas, aos males que mataram Roma veio juntar-se outro: a *infiltração estrangeira*.

Quais foram as facções, quais os aventureiros políticos da Atenas da decadência, é pormenor secundário. O que importa, o que apasiona ainda hoje é o grande duelo que se travou na Atenas do século IV entre o *partido dos patriotas e o dos amigos da Macedónia*.

Houve um homem cujo nome ficou ligado a essa luta: foi Demóstenes. Foi êle que tentou galvanizar as energias mortas de Atenas, lembrando-lhe os dias de Salamina, em que até as mulheres tinham corrido à pedrada a mulher de Cirilo, o que propusera a paz com os Persas. Foi êle que denunciou os inimigos do estrangeiro e as suas peças dentro da praça; foi êle que combateu uns e outros sem esmorecer, até que, vendo-se paladino duma causa perdida, levou aos lábios um estilete envenenado, numa ilha perdida do Mediterrâneo azul.

A opinião pública, como hoje em Lisboa, era apática, tinha a sensibilidade embotada. Então como hoje através da fumurada do Chiado e da Arcada, a grandeza moral aparecia muito diluída e a energia nacional era uma palavra ôca. As cidades da Grécia, Anfípolis, Olinto, Tebas, iam caindo uma a uma nas malhas da rêde urdida pelo Macedónio, e entretanto em Atenas os homens práticos iam deixando correr o marfim.

Demóstenes sacudia-os:

« ¿Atenienses, de que é que estais à espera? De que haja urgência? ¿Mas, para homens livres, que cousa é mais urgente do que evitar o opróbio e a deshonra? Mas não! continuais a contentar-vos com andar pela praça pública a perguntar uns aos outros: O que há de novo? ¿Quereis novidade maior do que ver o Macedónio a pôr Atenas em cheque e a governar a Grécia? »

Houve um dia em que Demóstenes foi soberbo. Cinquenta mil ouvintes grangearam-lhe nesse dia uma reputação que a posteridade não desmente. Nesse dia, o rapazote bôca de favas de quem o público de Atenas tinha feito troça e a quem então um velho no Pireu dissera que o seu talento era igual ao do grande Péricles, êsse mesmo rapazote tornado homem



falou como nunca haviam de falar nem Cícero nem Bossuet nem Mirabeau.

Esse dia foi aquele em que elle se bateu face a face com Ésquino, o seu rival, o partidário da Macedónia. E, voltado para os juizes, Demóstenes dizia: « *¿ Mas parece ser este homem um amigo de Alexandre ou parece antes ser o seu corretor?* »

E Ésquino, vencido, abalou de Atenas para nunca mais voltar e foi ensinar retórica na longinqua ilha de Rodes. Era já tarde; passados poucos anos, Cassandro, o Macedónio, submetia Atenas.

¿ Será esta história uma fábula? ¿ Não terá ela relação alguma com a vida pública portuguesa nos dias que vão passando? O *Ciganus* da *Pátria* de Junqueiro, o homem sem escrúpulos que raciocinava:

*Que precisamos nós? Libras! Libras! Dinheiro!  
Libras de ouro a luzir! Onde as há? No estrangeiro!*

Esse tipo seria apenas um produto de fantasistas elocubrações (para empregarmos os próprios termos que emprega a Companhia de Moçambique)?

Era exactamente que Mousinho escrevia a José Luciano, referindo-se à acção desnacionalizadora da mesma Companhia: « *o corretor encartado de todos os negócios vesgos que têm por base a alienação mal disfarçada dos territórios, ainda portugueses, da África Oriental* ».

Há apenas uma diferença: é que os Ésquinos de hoje, colados com grude aos seus rendosos lugares, não abalariam de-certo para a ilha de Rodes para viver de lições de retórica.

Em alguma coisa se há-de progredir...

UM GÉNIO QUE SOBRESSAI NA FEIRA  
DAS CONSAGRAÇÕES

---

VERGÍLIO, O « CISNE DE MÂNTUA »

Neste fim de Abril em que a natureza rejuvenescida estende por tóda a parte um manto verde vivo salpicado de brancas flores, a cidade de Mântua acaba de inaugurar a estátua do mais ilustre dos seus filhos e que foi também dos que mais docemente sentiram as horas grandiosas e calmas da natureza: Vergílio.

Assistiram à cerimónia um representante oficial da ditadura fascista, e os Reitores das Universidades de Paris, de Oxford, de Cambridge, de Praga e de Estocolmo. Uns e outros estavam no seu papel. Os Reitores das Universidades estrangeiras prestavam a homenagem da Europa culta àquele que fôra sem favor um dos maiores vultos da literatura universal. O delegado de Mussolini, — do Mussolini que pretende galvanizar o velho império de Itália, — devia celebrar em Vergílio o porta-voz do imperialismo romano, o poeta que pedira a Tétis, para Augusto, o domínio dos mares e escrevera no frontispício do trono dos césaes a soberba divisa:

*Tu regere imperio populos, Romane, memento.*

Todavia, na desorientação da hora que passa, esta comemoração tem alguma coisa de estranho.

A guerra deixou atrás de si um longo rasto de frivolidade e de baixeza. Depois do pesadelo, succedeu o que sucedera em França, nos anos do Directório, passado o Terror: a socie-

dade quis viver, quis gozar, sem ideal e sem freio. A imprensa, por seu turno, passou a ser mais do que nunca o *grande veículo do espírito fútil e superficial*, — como Ernest Hello já dizia há meio século. E para a multidão, ávida de sensações, ignorante do valor mental e da verdadeira beleza, um Carpentier, uma «Miss Portugal» passaram a ser os heróis do dia.

Ninguém amanhã se lembrará de que Carpentier existiu. Porventura daqui a alguns séculos um investigador do passado, *doublé* de pensador, ao andar à busca dos fosséis da nossa civilização e ao querer fazer a filosofia da história do nosso tempo, porá num verbete o nome do célebre lutador; então o «*Vai haver lágrimas nas cabanas de França*», com que um jornalista de além-Pirenéus comentou o êle ter sido batido por Dempsey, dará matéria para um parágrafo do capítulo *As puerilidades do século xx*.

«Miss Portugal» também está condenada a desaparecer com a rapidez com que os *films* passam no *écran*. Lisboa frívola e volúvel, que dum dia para o outro esqueceu Sidónio e Sacadura, não tardará muito que a ponha de banda, a ela também, como a um *bibelot* sem novidade. Não passa à história. Passará, quando muito, à triste galeria dos que tiveram... *de grande nome bárbaro desejo*.

Vergílio, pelo contrário, perdura sempre. É que êle é uma centelha da verdadeira beleza.

O seu nome nunca esqueceu. Na antigüidade os seus versos tinham passado em provérbio; testemunham-no as cartas de Plínio-o-Moço. Naufragada a civilização greco-latina, «a Idade-Média, que esqueceu tantos autores clássicos, ficou fiel a Vergílio», — escreve o filólogo Laurand. Na ante-manhã do Renascimento o Florentino chamou-lhe *onore e lume* dos poetas. Mais tarde, a épica neo-clássica do século xvi viveu dêle em grande parte. No século xvii o teorizador do classicismo francês, o comedido Boileau, fêz dêle o elogio máximo:

... *le lecteur préfère  
le clinquant du Tasse à tout l'or de Virgile.*

Emfim, no começo do século passado, ao desenhar-se a revolução romântica, Chateaubriand, no *Génio do Cristianismo*, deixou-o bem de pé como um dos que não passam.

Em Portugal, também Vergílio gozou de grande nomeada. Camões, nos *Lusíadas*, elevou-o às nuvens no final do canto V... *et pour cause*. Depois, o seiscentismo venerou-o como um padre-mestre e Frei Luiz de Sousa escreveu: «Entre os homens de letras o Poeta é Vergílio». Mesmo hoje que a tradição clássica está tão diluída, ainda há quem, como Jaime Batalha Reis, saiba o que são «as lágrimas do verso vergiliano»; e agora me recordo de ter lido há anos num jornal de Viseu que um velho professor de seminário, falecido em 1920 na barreira dos noventa, tinha o costume de reservar para as horas vagas o prazer de saborear Vergílio.



Foi, salvo êrro, o medievista Léon Gauthier quem estabeleceu a divisão entre epopeias *naturais* e *artificiais*. Pouco importa saber quem o disse; trata-se dum ôvo de Colombo.

As epopeias *naturais* são as que se coadunam com o sentir da época que as produz; poemas de povos moços que vão à escalada da vida, traduzem uma civilização em formação, ainda na fase psicológica, e que procura explicar pelo *maravilhoso* os factos que impressionam a imaginação popular: os poemas homéricos e as epopeias medievais estão nesta categoria. — As epopeias *artificiais* denotam, pelo contrário, uma incoerência, um contraste entre o maravilhoso que ainda contêm e a tendência crítica e racionalizadora da sociedade que as produz; têm por vezes a majestade serena dum grande rio no estuário, mas falta-lhes o entusiasmo ingénuo e simples do serrano que vai à guerra e que já era assim nos dias do velho Homero.

A *Eneida* não pertence de-certo à categoria das epopeias naturais. Se o maravilhoso pagão não é nela tão artificioso como nos *Lusíadas*, — pois representa ainda alguma coisa que, pelo menos, estava nas fibras da civilização romana, — não

deixa todavia de ser « o Olimpo em que *já se não acreditava* », — como disse Chateaubriand. Vergílio comia à lauta mesa de Mecenas com o scéptico Horácio e tinha tido a precedê-lo na curva da civilização romana o ateísmo de César e o eclectismo filosófico de Cícero.

A respeito da *Eneida*, escreveu Émile Faguet: « *L'Enfer de Virgile est très froid et le poète est plus philosophe que païen* ». Muitos passos do poema provam esta asserção.

*Tantaene animis coelestibus irae...* ¿ Então os deuses também têm irritações tamanhas?... — Já no século XVIII Delille vira com sagacidade que este passo traía uma diferença fundamental entre o maravilhoso vergiliano e o homérico. Em Homero, os deuses antropomorfizados, nada mais natural do que elles terem as paixões e os vícios dos humanos. Em Vergílio, os deuses ainda têm paixões, essas paixões são mesmo necessárias ao enredo, mas o poeta já anota à margem a sua estranheza por ver que no sereno Olimpo também há reflexos da mesquinha condição dos mortais. O espiritualismo deu um passo para a frente.

Onde a frase de Faguet acha largo campo para ser demonstrada é no canto VI, « a descida de Eneas aos Infernos ». Nem Ciclopes nem Circes, nem quasi nenhuns desses entes sobrenaturais que uma imaginação ardente gerou na Odisseia e nos poemas medievos do ciclo arturiano. Mas, em compensação, está aí traçado o problema supremo da vida, o destino das almas para além do sepulcro. E o poeta repercute em si as correntes filosóficas que agitaram o mundo mental da antiguidade: aquele trecho em que o velho Anquises contempla as almas *dos que hão-de vir ao mundo* é platónico; a diferença está em que para Platão a *idea* era o protótipo do *universal*, ao passo que em Vergílio, — como, aliás, em Camões, que o imitou no canto X dos *Lusíadas*, — ela é o arquétipo do singular.

Não é portanto *no maravilhoso* que está a pedra de toque da *Eneida* como poema épico. ¿ Será então *no herói* do poema? Também não.



Vergílio não criou um destes heróis a que o seu nome ficasse para sempre ligado. Chateaubriand, que sentia por êle uma admiração viva e sincera, achava que êle tinha feito de Eneias «um herói filósofo» e que fôra mais feliz na pintura dos caracteres ternos e meigos como Niso e Eurialo, os dois pequenos do exército troiano. Poeta de sensibilidade delicada, que «deu lágrimas ao verso», o Mantuano não era talvez bastante viril para criar um herói de epopeia.

Eneias, no poema, não é só o filho duma deusa; isso importa pouco. Êle é sobretudo o traço de união entre duas civilizações, o sobrevivente da ruína de Tróia, em cujo espirito ficou bem gravada a memória da *noite fatal*:

... quaeque ipse miserrima vidi  
Et quorum pars magna fui.

e o antepassado de Roma a gloriosa, Roma que êle há-de vir a fundar nas remotas paragens do Lácio (... *Romanam condere gentem*). Faz lembrar aquele velho aldeão que, no final da *Pátria* de Junqueiro, fica sozinho sôbre a terra de Portugal, só com o neto nos braços... «*Flor de morte, flor de esperança*»... Único resto duma pátria morta, única esperança duma pátria nova...

E todavia, sem ter criado um herói típico, sem ter conseguido adaptar o maravilhoso a um poema do século de Augusto, Vergílio foi épico. Foi-o porque o assunto estava à altura duma epopeia e foi-o sobretudo porque teve *o tom épico*.

O tom épico de Vergílio não consiste, como o de Vitor Hugo, na abundância de belas imagens épicas. Tem outros elementos: em primeiro lugar, *o ritmo*, que embala quem o está a ler; depois, a elevação dos sentimentos, elevação *soutenue*; emfim, e sobretudo, o modo como a sua sensibilidade soube pintar na alma de todos os Troianos de lei a imagem de Tróia a arder e a saudade da sua grandeza desaparecida.

Em primeiro lugar, Eneias. Poderá o gosto literário evo-



luir em sentido que não podemos antever, não importa, há-de ficar sempre *clássico* aquele começo da narração de Eneias no banquete de Cartago:

*Infandum, regina, jubes renovare dolorem,  
Trojanas ut opes et lamentabile regnum  
Eruerint Danaï...*

Essas dezenas de versos do começo do canto II são de-certo dos mais belos que o Mantuano escreveu; por isso a antiguidade os sabia de cor. Ritmo cadenciado, elevação do sentimento e ao mesmo tempo sentido da medida, imagens reais da vida, tudo aí está. É bem um dos passos em que Vergílio subjuga e apaixona.

Mas não é só Eneias que tem diante dos olhos a ruína de Tróia. No canto III, a Andrómaca de Vergílio é a Troiana *de senhora feita escrava*. Foi em vão que a vitória dos Gregos a amarrou ao carro do triunfador! Ela é sempre a viúva de Heitor e nada mais; enquanto, na terra do Epiro, arrasta uma vida de escrava, o seu espírito vagueia muito longe, junto de Heitor, o belo e viril guerreiro que morreu às mãos de Aquiles.

Um dia, na terra do exílio, onde só vê inimigos, apparece-lhe Eneias. « Mas como? tu ainda vives? ; ou então, se já não és deste mundo, se és apenas uma sombra, diz-me, que é feito de Heitor?... » E desata a chorar. « ; Como foi bem mais feliz do que eu Policena, a virgem inocente que um Grego cruel decapitou sôbre as ruínas de Tróia, para satisfazer a sombra de Aquiles! »

E Andrómaca continua a falar: « Mas tu tinhas um filho. ; Que é feito do pequeno Ascânio? Quando êle nasceu, já Tróia estava cercada... » A recordação de Tróia é para ela, como a de Heitor, uma obsessão; apoderaram-se de tal modo do seu espírito que a elas tudo se refere.

Mais tarde, no canto IX, quando os Troianos já abordaram à terra prometida do Lácio, dois rapazes, muito unidos, quási

crianças, tentam uma sortida no acampamento dos Rútulos que disputam a Eneias a posse da terra.

Mas o mais velho, Niso, hesita em levar consigo o outro que é ainda imberbe e trás consigo a mãe. Então êsse, Eurialo, o mais novo, diz-lhe com dorida nobreza: «¿ Niso, não queres levar-me contigo? ¿ deixar-te-ei então ir sozinho arrostar tamanhos perigos? Não foi para isso que meu pai, o bravo Ofeltes, me educou, a mim, nascido no meio do terror dos Gregos e das privações de Tróia.»

Voltam vencedores os dois pequenos. E, ao vê-los, um dos anciãos que acompanham Eneias, o velho Aletes, «de avançada idade e de maduro conselho», põe-se a dizer, cheio de alegria: «O deuses pátrios, *vós continuais sempre a proteger Tróia...*»

Eneias, a viúva do generoso Heitor, o pequeno Eurialo e os velhos guerreiros, todos os que escaparam à chacina na noite do *salve-se quem puder*, todos têm um mesmo pensamento. Como os Judeus no cativoiro de Babilónia oravam com os olhos voltados para Jerusalém, também êles têm os olhos da alma presos a uma velha cidade que só à traição foi tomada, na costa da Ásia Menor. E pode-se bem dizer com Fustel de Coulanges: «*La ville de Troie a péri, mais non pas la cité troyenne.*»... Sucumbiram as muralhas de Tróia, mas não sucumbiu a gente Troiana.

Quando os Polacos, perdida a independência, andavam de terra em terra como judeus errantes e eram apenas, para a indiferença gelada das chancelarias europeias, súbditos do Czar, do Rei da Prússia ou do Imperador da Áustria, êles compraram então, a muitas léguas de Varsóvia, o castelo de Rapperswil, à beira dum dos lagos da Suíça. Fizeram dêle uma espécie de lugar sagrado; povoaram-no com tôdas as recordações da pátria. Ai ao menos podiam ser livres, ai ao menos podiam ser Polacos.

*A Eneida é outro castelo de Rapperswil.* Depois das páginas inspiradas do *Velho Testamento* é talvez a mais bela lição de amor da pátria no infortúnio, de amor a uma pátria morta.



A vida é um rosário de sofrimentos. Há vinte e quatro anos, ao pintar com traços rápidos e profundos a fisionomia da Europa feliz e podre de antes da guerra, Romain Rolland escrevia no prefácio da sua *Vida de Beethoven*: «A vida é um combate de todos os dias para aqueles que se não resignam a vegetar na mediocridade moral e a maior parte das vezes um combate inglório, sem grandeza, sem felicidade, travado a sós connosco.» Afora o pessimismo gelado que a envolve, esta confissão amarga dum ateu da geração de ontem não está muito longe daquela outra confissão, igualmente dolorosa, que há perto de mil anos escapou a um anónimo de génio na IMITAÇÃO DE CRISTO: «Quanto mais espírito quere ser o homem, tanto mais amarga se lhe torna a vida.»

Por isso mesmo, de entre os poucos que vivem da vida do espírito, e quem não comprehende aquele obscuro sacerdote de Viseu que, no sossêgo da sua Beira, longe da mesquinhez do Chiado e dos pigmeus da política, esquecia esta «apagada e vil tristeza» e, embalado pelo ritmo dos versos de Vergílio, deixava-se levar a regiões etéreas... *où le rêve peut s'épanouir librement?*

«*Virgile est l'ami du solitaire, le compagnon des heures secrètes de la vie,*» — disse um dia Chateaubriand. E foi das melhores definições do «cisne de Mântua».

Sintra, Abril de 1927.

## NA AGONIA DA ROMA DOS CÔNSULES

Il n'y a pas d'histoire qu'on étudie plus volontiers aujourd'hui que celle des derniers années de la république romaine. . .

L'importance des questions qui se débattaient alors, la vivacité dramatique des événements, la grandeur des personnages justifient cet intérêt.

G. BOISSIER (1).

Faz amanhã dezanove anos que foi decretado em Portugal o divórcio, lei que veio sancionar à face do Estado o adultério, deu direito de cidade às ligações que a tradição nacional e a consciência colectiva consideravam justamente irregulares e, enfim, transformando o casamento num mero contrato transitório e revogável, sem responsabilidades e sem grandeza, veio dar machadada violenta na instituição sagrada da família.

E faz amanhã um ano que, *a comemorar* essa data porventura decisiva na decomposição da sociedade portuguesa, o *Diário de Notícias*, jornal que traz no cabeçalho « a maior tiragem e expansão dos jornais portugueses » e que por isso mesmo devia ter mais do que qualquer outro a consciência das suas responsabilidades sociais, inseria na primeira página, em itálico e em lugar de destaque, a seguinte curta e expressiva local:

*« Faz hoje dezoito anos que o divórcio foi instituído em Portugal, por decreto do Governo Provisório, que assim satisfaz uma reivindicação que de há muito era preconizada como uma necessidade de ordem social. »*

(1) *Cicéron et ses amis*, 36.<sup>a</sup> ed., pág. 1.

Era porventura uma resposta à Pastoral colectiva do Episcopado português publicada havia duas semanas e que dissera textualmente: « quantos postergam as leis da santidade conjugal, já deixando de abençoar de Deus a sua união, já traindo a fé jurada e irrefragável, especialmente pelo recurso ao divórcio. »

Era mais uma vez a luta da sociedade laica contra a religião, que Voltaire tanto apreciava na *Athalie* de Racine e que o levava a considerar essa peça, sob êsse aspecto, como « a obra-prima do espirito humano ». Ao apêlo dos sucessores dos Apóstolos para que o Cristo reinasse, respondia mais uma vez a multidão: *Nolumus hunc regnare super nos.* ? Pois que significado profundo pode ter uma tolerância de bom tom, direi quasi de moda, se a sociedade teima na sua apostasia prática?! ? De que serve honrar o Cristo com os lábios quando o coração está longe d'Ele?!

E, por uma dessas incoerências da vida portuguesa, o jornal que há exactamente um ano, extremados os campos, tão bem interpretou o sentir da sociedade laica, é o mesmo que penetra num grande número de lares católicos.

\* \* \*

Esqueçamos por momentos o mundo de hoje e a sua miséria, transponhamos vinte séculos, penetremos na Roma do fim do paganismo.

Bem sei que não se deve ver a História à luz das tendências aproximativas; como dizia Gaston Boissier em resposta a Mommsen e a Drumann, os mortos ilustres do fim da república romana merecem mais do que serem trazidos para o tablado das nossas questiúnculas de hoje.

Mas, por outro lado, quando a aproximação salta aos olhos, quando os sintomas de gangrena são os mesmos ou semelhantes, ? não será lícito ver o presente à luz do passado, lição mais serena e mais completa? ? Haverá o direito de fazer tábua-rasa das experiências dolorosas da humanidade?



Herculano entendia que não; entendia que das *experiências lentas e custosas do passado* devíamos tirar *ensino e sabedoria para o presente e futuro* (1).

Fechado êste parêntesis, voltemos a Roma, à Roma das togas com fitas de púrpura.

Era em Fevereiro do ano 45 antes de Cristo. A república estava na agonia.

Os seus grandes dias tinham passado. Os velhos patricios da têmpera de Manlio e de Apio Cláudio já só existiam nos arquivos e nos anais, à espera de que Tito Livio lhes viesse dar para a eternidade o colorido da sua prosa.

A antiga plebe das Guerras Púnicas, que tivera por simbolo o primeiro Catão, desaparecera: esmagada pela invasão da grande propriedade, tivera de vender os seus quintalórios; depois, batida pela concorrência dos escravos nos trabalhos rurais e na indústria urbana, quisera pão e fôra tentar fortuna na conquista da Europa; e em seu lugar tinham ficado em Roma libertos sem senso moral e estrangeiros videirinhos.

A república romana, que soubera manter durante séculos o equilibrio dos poderes e das classes e fornecera a página mais interessante da história das instituições na antigüidade, a república romana que conquistara a Itália, destruíra Cartago e fizera do Mediterrâneo um *mare nostrum*, deixara-se vencer por seu turno. Econõmicamente pelo latifúndio, moralmente pela corrupção. *Graecia capta ferum victorem cepit*, — diria mais tarde Horácio.

E agora, com um patriciado miope, egoista e corrupto, fossilizado nos seus preconceitos, com uma classe média ambiciosa e sem escrúpulos, absorvida pelo negócio e indiferente à politica, com uma plebe adventícia, ociosa e venal, feita de

---

(1) «Carta V sôbre a história de Portugal» — in *Opúsculos*, 3.<sup>a</sup> ed., t. V, pág. 128.

— Por seu turno o suiço Jean de Müller também escrevia: «*Je regarde l'histoire comme un magasin d'expériences à l'usage de la politique.*»



estrangeiros e de libertos, sem tradições, sem amor a Roma, sem espírito municipal, era de ora avante impossível a república, sistema de governo que assenta na consciência que os elementos sociais têm da sua função política.

Impotente o Senado, exorbitando os tribunos cada vez mais dos seus imensos poderes, atiradas para a rua as sociedades secretas de plebeus pobres e de escravos, Roma estava havia quasi um século à mercê das convulsões sociais, à mercê dos aventureiros da esquerda e da direita, alguns de talento como os Gracos, remotos precursores do socialismo moderno, outros, como Sula, ferozmente apegados a um passado morto numa quimera à D. Miguel, outros, como o renegado Clódio, instigadores da plebe desenfreada a mexer os cordelinhos da carbonária de então, outros enfim, como Catilina, chefes anónimos e efémeros duma amálgama tenebrosa de pescadores de águas turvas. E assim Roma continuaria aos trambulhões, sem rumo certo, sem continuidade governativa, até que um dia uma nova Cartago, vinda lá da Gália ou da Sarmácia, vingasse os manes de Aníbal.

Para salvar a civilização, César era inevitável. Dado o conflito entre as duas necessidades sociais, era preciso sacrificar a liberdade à ordem. Farsalo havia de ser um fim para a Roma *sui generis*, que durara séculos, é verdade, mas havia também de ser um comêço para a Europa. A vitória de César, consolidada mais tarde por Octávio, é que havia de abrir a grande e fecunda era da *Pax romana*, é que havia de levar as conquistas da civilização greco-latina aos quatro cantos da Europa conquistada, até então tratados como roças pelo patriciado e pelos *equites*. Tê-lo entrevisto, tê-lo ensinado à Europa culta, que ficara desde o Renascimento presa à nobre memória dos vencidos de Farsalo, foi o mérito de Theodor Mommsen.

¿ Mas nesses dias quem é que pensava nisso ?! Pensava-se, sim, em que a liberdade, que fôra apanágio da *Urbs*, ia morrer aos pés dum homem disfarçado em defensor dos interesses da plebe, como mais tarde entre nós aquele rei do pelicano que havia de escolher para si a divisa *Pola ley e pola grey*.

Pensava-se, sim, em que ia acabar o longo reinado daquela fórmula altiva que dera leis da Lusitânia à Síria: *Senatus populusque romanus...* E os filhos de Roma viam já com tristeza os Gauleses e os Hispanos a passear pelo *forum* com ares arrogantes, tal como hoje, — na frase de Lloyd George, — « são os Domínios que governam em Downingstreet ».

O direito do mais forte ia pôr um ponto final em cinco séculos de história... e de que história!

! Ia pôr?... Já estava pôsto!

Três anos antes, num dia de sol canicular, jogara-se nos campos da Tessália a cartada decisiva: Farsalo — 8 de Agosto de 48. Depois disso, precipitavam-se os acontecimentos.

César vitorioso inaugurara o govêrno absoluto. O mediocre Pompeio, em fuga, recebera o coice do burro da fábula e fôra assassinado ao abordar a costa do Egipto, no batel que o vinha trazer para terra. Agarrado ao cadáver, à *inanis umbra* da liberdade, o último Catão, discípulo dos Estoicos, rígido, corajoso e tenaz, ao ver tudo perdido, suicidara-se em África, nos arredores daquela mesma Cartago que um século antes seu bisavô quisera por fôrça ver destruída.

! Num século, que voltas que o mundo dera! E o destino ainda havia de trazer, após a morte de César, num último lampejo de vida do passado, a noite da batalha de Filipos, em que, em face de Octávio vencedor, em face do império que despontava para lavar e durar, o último paladino da república, o quasi asceta Quinto Júnio Bruto levantaria os olhos ao céu e, ao ver desfeito o ideal político da sua curta vida e o de tantas gerações de Romanos, diria com profunda amargura antes de succumbir:

« ! Ó virtude, não passas duma palavra! »

Grito pungente dum pagão moralmente grande perante a injustiça da vida terrena e o vazio da Eternidade. O Cristianismo ainda não viera dar à Vida o seu sentido total.

Entretanto que fazia Cícero?

Desiludido dos homens e das cousas, saudoso da *normalidade constitucional*, tendo quasi renunciado à oratória e à

vida pública, saíra de Roma sem prever que ainda havia de soar para êle a hora intensa das *Filipicas* e — na frase de Émile Gebhart — a hora de *morrer como cônsul romano* (1). E, em Tusculum, na mais garrida das suas vivendas, a respirar o ar puro do campo, refugiara-se no estudo da filosofia e da história da eloquência que enfeitiçara a sua mocidade longínqua (2).

Mas àquela hora morria-lhe ali, ao dar à luz uma criança, Túlia, a sua filha querida, casada em terceiras núpcias e divorciada havia pouco de Públio Cornélio Dolabella, elegante e distinto patricio de Roma, do sangue dos Cipiões e de Sula, com avós ilustres em todos os séculos.

De entre as muitas cartas de pêsames que choveram sobre a mesa do velho Cícero, cartas de homens de todos os partidos, inclusivè de César, uma houve que passou à posteridade: a do jurisconsulto Sêrvio Sulpício, seu condiscípulo de meio século atrás, depois seu adversário no *Pro Murena* e então governador da Grécia, carta tão bela que quatro séculos depois foi imitada pelo cristão Santo Ambrósio, Bispo de Milão.

Não é menos bela a resposta de Cícero. Tito Lívio, alma de Espartano que se comprazia na pintura duma humanidade heroica, achava-o fraco e pouco viril. Eu acho-o intensamente humano na expressão dos sentimentos, do seu desencanto politico, da sua solidão moral: « o fórum enjoava-me, não podia suportar a vista do senado... mas então ainda tinha com quem desabafar. » (3).

Agora tudo desabava para êle.

Pouco se sabe sobre a índole de Túlia. Boissier, guiado por uma impressão subjectiva, contra o seu costume, viu nela

(1) *L'agonie de Cicéron* — in *AU SON DES CLOCHES*.

(2) V. o começo do livro I das *TUSCULANAS*... « *ea studia quae retenta animo, remissa temporibus, longo intervallo intermissa revocavi.* »

(3) « *Nihil in foro agere libebat, aspicere curiam non poteram... habebam quo confugerem, ubi conquiescerem...* » (ad *Famil. IV, 6*).

uma mulher-filósofa, uma sêca rata sábia. Prefiro antes ver nela, como Beauchot, uma *figura melancólica* a iluminar a velhice do pai (1) e a fazer-lhe esquecer com a sua doçura (*suavitas*) a agonia da Roma livre, da Roma dos cônsules e dos graves senadores.

Cícero revia-se nela. Êsse homem a quem faltava um lar, que tivera por mulher a avarenta e gananciosa Terência, espírito sem vôo e sem asas, incapaz de o compreender, e que tinha por filho o estouvado Marco, valente mas perdulário, avesso à cultura e em vésperas de ser o campeão da embriaguês, êsse homem moralmente desamparado sentia que a filha era na sua família o único ente que tinha afinidades espirituais com êle. E por isso escrevera doze anos atrás, nas horas amargas do exílio: «Acho nela as minhas feições, o meu modo de falar, o meu modo de sentir.» (2).

¿ E qual fôra o destino de Túlia?...

Aos treze anos tinham-na casado com Gaio Pison Frugi. Viúva dentro em pouco, tornara a casar aos vinte com Fúrio Crassipes, mas seguira-se o divórcio.

Como o divórcio era moeda corrente na sociedade corrompida do tempo e Cícero era então procônsul na Cilícia, calculando tóda a gente que êle voltasse muito rico, não faltaram pretendentes. Houve até quem atravessasse os mares e fôsse até à Ásia pedir a Cícero a mão da filha, parece que sem consulta prévia; mas o preferido de Túlia e de sua mãe foi Públio Cornélio Dolabella.

Dolabella era um lindo rapaz, elegante e distinto. Tinha muito espírito e sabia conversar. Andava na melhor roda de Roma; pertencia àquela *jeunesse dorée* que Boissier analisou tão bem no seu estudo sôbre Célio (3). E depois, era um patricio de velha estirpe, um Cornélio, da família dos semi-lendários Cipiões que derrotavam Anibal e destruíam Cartago; era tudo isso, e Túlia reconhecida sentia-se a filha do

(1) *Cicéron — œuvres choisies*, 7.<sup>a</sup> ed., pág. 653.

(2) « *effigiem oris, sermonis, animi mei* » (ad. Quintum, I, 3).

(3) In-*Cicéron et ses amis*.

*eques* de Arpinum que a sua eloquência pujante elevara ao consulado.

Não trouxe felicidade a união de Túlia e de Dolabella. Ele era, debaixo do verniz que todos viam, um libertino friamente cínico. Continuava na sua vida desregrada de sempre, com serenatas noturnas às mundanas do tempo, e sobretudo enrodilhado na teia de aranha que lhe tecera uma das mulheres mais devassas da aristocracia romana, Cecilia Metela, mulher do cônsul Léntulo e pertencente ela própria a uma das famílias mais antigas de Roma, a mesma que séculos depois daria à Igreja nascente e à arena do Coliseu a mártir Santa Cecilia.

Atraçou-a. Gastou-lhe a fortuna. Por fim quis repudiá-la. Então Túlia, desolada, voltou para casa do pai.

E agora morria, deixando ao desamparo uma criança que nascia órfã de mãe e moralmente órfã de pai, um Cornélio pequenino, que o amigo fiel de Cícero, Tito Pomponio Ático, iria ver a casa da ama.

Era assim a sociedade romana do tempo: estava em gangrena. Os homens, sobretudo os rapazes novos, só cuidavam do prazer (1); Bruto era, como lhe chama Boissier, *uma brilhante excepção*. A mulher perdera o pudor.

Considerada durante séculos um zero político e um elemento social inferior, a mulher quebrara as algemas que o velho Catão e os antigos lhe tinham pôsto. Emancipara-se senão de direito, pelo menos de facto (2). E, uma vez emancipada, abusara logo da liberdade; umas tinham-se feito negociantes sem dar contas ao marido, como a mulher de Cícero; outras levavam uma vida de devassidão: era o caso de Cecilia Metela, da própria mãe do austero Bruto (irmã de Catão!), de Clódia, a Lésbia idealizada do lirico Catulo, que era afinal a mais impudente de tôdas.

(1) V. os discursos de Cícero, v. g. a 2.<sup>a</sup> *Catilinaria* e o *Pro Milone*.

(2) V. Cícero, *Pro Murena*, XII, 27.



E o divórcio generalizado fôra um dos grandes factores da dissolução da sociedade romana. Os dois historiadores modernos que chegaram a essa conclusão, um dêles, Guizot, era protestante, o outro, Fustel de Coulanges, era ateu (1).

Na Roma antiga a família era instituição sagrada. O adultério era crime de morte e o divórcio, raríssimo, restringia-se ao caso de não haver filhos. Agora era o divórcio generalizado que permitia a Pompeio mudar de mulher como mudava de toga e a uma Romana do tempo, Paula Valéria, divorciar-se no próprio dia em que o marido chegava a Roma para se ir ligar com um dos generais de César; era ainda essa generalização do divórcio que permitia que Cícero fizesse tristes figuras na velhice quando se divorciou de Terência e se foi unir com uma pupila que passados meses havia de repudiar.

E Dolabella, ao casar com Túlia, sabia bem que, depois de explorada aquela mina, tinha o recurso do divórcio e voltava a ser solteiro.

Evidentemente não podemos julgar a antigüidade pagã à luz das nossas concepções cristãs. *Nemo dat quod non habet*. O matrimónio não era para os Romanos um sacramento indissolúvel de instituição divina, como é na concepção católica. Mas na Roma primitiva e máscula era alguma cousa que deixara de ser na sociedade corrompida daquele tempo: *o alicerce da família, com raízes na religião natural*. E creio com Santo Agostinho que há no fundo da consciência humana, pelo menos do semi-civilizado para cima, uma noção, às vezes coberta de ferrugem, da rectidão e da justiça.

Gaston Boissier, herdeiro directo dos humanistas, que com tanta sagacidade e com tão vasta cultura soube dissecar a Roma de Cícero e de César, devia ter visto um símbolo trágico nessa rapariga de trinta e um anos que morria desgra-

---

(1) V. sobre o assunto Jean Guiraud, *Histoire partielle, histoire vraie*, t. I.

çada e que a filosofia da Grécia, bebida nas lições do pai, não pudera tornar feliz: era a filha, quasi inconsciente, duma sociedade em que o casamento apparecia já como um contrato sem grandeza e a vítima duma corrupção geral de que Cornélio Dolabella era o expoente.



## CULTORES DUMA LÍNGUA MORTA

Para lá dos Pirineus, o grego, êsse tesouro que nos legara o engenho e a reflexão dum povo inteligente e artista, ficou muito menos inexplorado.

O século xv, com a chegada dos refugiados bizantinos a Florença, pôs termo ao provérbio medieval *Graecum est, non legitur*. Erasmo no mundo germânico e a dinastia dos Estienne em França restauram o estudo da língua grega. E êsse movimento não se limitou aos laboratórios da erudição; teve de há quatro séculos para cá uma repercussão imensa sôbre a literatura francesa.

« C'était la Grèce avec sa poésie aux images simples, sa logique et son sourire, qu'il fallait rendre à la France du xiv<sup>e</sup> siècle », diz Émile Gebhart no seu livro *Origines de la Renaissance*. E foi o que aconteceu. O classicismo francês, tão vivaz, dominado pela idea da imitação dos antigos, idea que avassalou tantos espiritos e que em três séculos bem diferentes foi um dogma para Ronsard, para Boileau e para Voltaire, o classicismo francês data daí, teve a sua origem na restauração dos estudos greco-latinos que caracterizou a Renascença.

O primeiro momento foi de impetuoso entusiasmo por essa língua desconhecida que reservava tantas surpresas aos modernos e que, depois de ter feito as delícias de Horácio e de Cícero, quinze séculos mais tarde passaria a fazer as de Montaigne. O século xvi viu Rabelais e Ronsard, dois talentos tão diversos, mas ambos tão representativos da sua

época, seguir o conselho do velho Horácio e passar a noite a ler os clássicos gregos.

Depois arrefeceu o entusiasmo a pouco e pouco, mas ficaram os resultados adquiridos: ficou a imitação dos antigos que caracterizou o classicismo francês; e ficou o conhecimento da língua grega.

No século xvii, um grupo de ascetas, preocupados com os problemas transcendentales da teologia e seduzidos igualmente por tudo o que o espírito humano produzira de grande, retirou-se do mundo e fundou uma escola. Foram grandes mestres de grego os solitários de Port-Royal; na sua escola tiveram por aluno uma criança que lhes mandara uma avó jansenista, fervorosa; essa criança, que havia de escrever mais tarde as obras primas da tragédia francesa, chamava-se... Jean Racine. E o conhecimento do grego, língua rica de *nuances*, foi para Lanson um dos segredos do talento de Racine.

O século xviii, porém, assiste à agonia do classicismo e a uma mudança profunda na maneira de sentir. O romantismo desponta. O desequilibrado Rousseau, no seu ódio à civilização, amaldiçoa a Grécia. Algumas dezenas de anos depois M.<sup>me</sup> de Staël condenará a imitação dos antigos como sendo uma aberração literária e então a revolução romântica estará consumada. Mas o grego ainda tem por cultor um artista de raça: André Chénier.

Filho duma grega, nascido em Constantinopla, criado até os oito anos na paisagem estranha do Bósforo, depois educado ao Deus dará, André Chénier, o último dos clássicos, tinha as condições para sentir a arte grega melhor do que ninguém. A sua *Jeune Captive*, graciosa e pagã, com o seu desejo « Je ne veux pas mourir encore », ¿ o que é senão a transposição da Ifigénia de Eurípides no quadro agitado e cheio de incertezas da Revolução francesa? E à língua grega, que êle tanto amou e tão bem compreendeu, chamou-lhe: « le langage aux douceurs souveraines, le plus beau qui soit né sur les lèvres humaines. »

A cabeça do último dos clássicos rolou no cadafalso e a

revolução romântica seguiu o seu rumo. Em 1802, Chateaubriand proclama no *Génio do Cristianismo* a superioridade estética da religião cristã sobre o paganismo. E o artista que prefere a Bíblia a Homero, também prefere o hebraico, a língua dos patriarcas, ao grego, a que êle chama: « langue d'une nation gracieuse et vaine, mélodieuse et prodigue de paroles. » Mas êsse desdém é um desdém de vencido; basta ler Chateaubriand para ver a cada passo que êle sentiu o encanto do grego como poucos o têm sentido.

Passou o romantismo. Fêz-se a reacção e o mestre do Parnaso, Leconte de Lisle, aparece a dizer que « é preciso voltar aos modelos gregos e que os bárbaros invadiram a poesia desde que Homero e Píndaro emmudeceram. » Êste poeta sabia grego perfeitamente e traduziu em francês os poemas de Homero.

Gregos quiseram ser os Parnasianos. Gregos também foram os dois grandes estilistas modernos, Renan e Anatole France, para quem, perdida a fé, a arte foi um ópio e que encontraram nos encantos da linguagem de Homero muitos dos segredos do seu estilo.

Mas, hoje como há dois séculos: dum lado os exageros dos Neo-Áticos, como Juliette Adam; do outro as críticas dos adversários, mormente os sarcasmos de Lemaitre. Neste pleito, Charles Maurras teve o critério que então faltou a Boileau e declarou no prefácio de *Anthinéa*: « Nous ne cherchons pas la beauté parce qu'elle est grecque, mais nous allons à la Grèce parce qu'elle est belle. »

## II

### CULTORES DO GREGO EM PORTUGAL

« O MAIS EUROPEU DOS PORTUGUESES DO SEU TEMPO » — AQUI  
JAZ AIRES BARBOSA, MESTRE GREGO

O mais antigo dos helenistas portugueses foi Aires Barbosa. Não pertence à história das nossas letras, pois nada escreveu em português. As suas obras, impressas umas em Salamanca em 1515, outras em Coimbra em 1536, foram tôdas escritas em latim, num latim muito elegante, que em 1842, ainda nos bons tempos da cultura clássica, levava Cunha Rivara, o erudito bibliotecário de Évora, a dizer: « A quem escrevia latim como êle, facilmente desculparemos a preferência que lhe deu sôbre a língua materna. » Na verdade, ao lê-lo, tem-se o prazer de ver a que ponto um humanista português assimilou uma língua morta e soube usar os seus torneios de syntaxe.

Português dos quatro costados, filho dum Barbosa e duma Figueiredo, nasceu êle em Aveiro em 1456. Foi estudar para Salamanca e daí passou a Florença. A Atenas da Itália estava em plena Renascença e os Medicis albergavam então na sua côrte de artistas e de letrados os sábios gregos fugidos de Constantinopla. Foi em Florença que o nosso Aires Barbosa ouviu as lições de Ângelo Policiano e por condiscípulo teve a João de Medicis, que mais tarde havia de ser o Papa Leão X.

Quando voltou, ficou a meio caminho, porque em Salamanca o quiseram para *professar*, — como então se dizia, —

as cadeiras de grego, latim e retórica. Lá professou cerca de trinta anos e, como era o primeiro que na Península ensinava a lingua de Platão, os seus alunos chamavam-lhe o *Grego*. Estava êle então na fôrça da vida e à velha Universidade deu êle os anos mais fecundos duma vida de estudo; assim nos diz o mais rítmico dos seus epigramas latinos: *Ad urbem celebrem Salmanticem: Cui dedimus nostrae melioris tempora vitae.*

Um dia, porém, estava êle já jubilado, D. João III chamou-o à côrte para ai ser perceptor dos infantes D. Henrique, o futuro Cardeal-Rei, e D. Afonso. Há quatro séculos, o *fanático* D. João III teve o tino de trazer para a côrte um intellectual português que vivia lá por fora, e para isso mandou um correio especial a Salamanca; hoje manda-se vir do estrangeiro um técnico de qualquer indústria, às vezes mesmo da indústria hoteleira. *Autres temps, autres moeurs.*

De volta a Portugal, Aires Barbosa *viveu na côrte, mas não foi da côrte*. Da côrte queixa-se êle. Se o seu real aluno levou seis anos para aprender o que teria podido aprender em três, o mestre atribui isso às mudanças dessa côrte, que não parava em parte alguma, já com mêdo da peste, já em busca de folguedos. E que o velho catedrático, habituado à vida regrada de Salamanca, se não comprazia no meio dessa gente galhofeira e frívola que troçava dêle, provam-no bem os seus epigramas.

A-pesar-disso êste homem complicado teve um defeito do cortesão: bajulou. As línguas mortas estavam então na moda e bajular em latim não deixa de ser bajular. Faltou-lhe a altivez fidalga do verdadeiro carácter português.

Se Aires Barbosa não foi um verdadeiro cortesão, muito menos foi um democrata.

A um discípulo que o vem consultar sôbre a escolha dum lente para uma cadeira, êle respondeu: « Não votes por aquele que tem por si a multidão, mas por êsse a quem vês poucos seguirem. » Sem ser um aristocrata de raça e de sentimentos, foi no século em que viveu um partidário consciente da teoria das *élites*.



¿ Foi o *Grego* um português de lei? Nem sequer o foi « O mais europeu dos portugueses de então », diz de Damião de Gois o Conde de Ficalho. Aires Barbosa, outra figura representativa da Renascença em Portugal, também parece ter sido mais europeu do que português. O acompanhar o movimento das ideias lá por fora e o ter vivido meio século no estrangeiro desnacionalizou-o, fêz com que não sentisse a tradição portuguesa. Adversário da rotina e entusiasta dos estudos clássicos, deixa transparecer de vez em quando nos seus epigramas o seu descontentamento pelas cousas de Portugal; Salamanca foi o meio que mais lhe agradou.

¿ Mas o que foi afinal, êste homem? O iniciador dos estudos clássicos em Portugal, o mestre de André de Rezende e de todos os que vieram depois. Detestando o bulício e a multidão, amigo do recato que favorece o estudo, foi também talvez um egoísta intelectual no género de Horácio: *Odi profanum vulgus...* Talvez, mas êsse seu retraimento pode atribuir-se unicamente ao facto de se sentir pouco à vontade no meio dêsses *bárbaros* que, como êle nos diz, « troçam se alguém tem a coragem de falar em latim e têm por cousa quasi monstruosa o ouvir falar em grego. »

Seja como fôr, Aires Barbosa acima de tudo foi um estudioso, um dos raros, — nesse tempo menos raros, hoje raríssimos, — que, no dizer do velho Sócrates, « buscam os tesouros que os homens sábios de outro tempo nos deixaram » e para quem a recompensa está nos horizontes novos que se lhes deparam; numa palavra: o *verdadeiro humanista*.

E... um humanista católico. Na verdade, Aires Barbosa foi um dêstes espíritos equilibrados e são que souberam aproveitar o muito que tinha de bom a civilização grêco-romana sem abraçar cegamente o que nela havia de péssimo. O estudo das humanidades não fêz dêle um pagão. Prova disso é a sua *Antimória*, em que êle sai à estacada para combater o diletantismo de Erasmo. Não faltará quem diga que Aires Barbosa foi católico *por política*, por ter dado tino que nem na escolástica Salamanca nem na côrte de D. João III se tolerava a maneira de pensar de Erasmo. Pensem o que



quiserem os que, sem ter aprofundado cousa alguma, têm para todos os assuntos uma opinião *a priori* contra a Igreja. Continuamos a crer que Aires Barbosa foi *um espírito são* e não um hipócrita.

O Grego foi morrer a Aveiro, onde nascera, e esquecido está há muitos séculos. Quem teve mais respeito pela sua memória foi D. João III, o *fanático*, que fêz moço fidalgo a seu filho Fernão Barbosa, « em atenção aos serviços do pai ». E êle lá jaz ao abandono numa capelinha, por êle fundada, na vila da Esgueira, perto de Aveiro, onde lhe puseram êste epitáfio singelo: Aqui jaz Aires Barbosa, mestre grego.

### III

## CULTORES DO GREGO EM PORTUGAL

O GREGO NÃO « PEGOU » EM PORTUGAL — UM ESQUECIDO —  
O QUE TEM FEITO FALTA AOS MODERNOS

Fôra Aires Barbosa o primeiro a ensinar grego na Península. Anos depois, na academia humanista dos paços de Santa Clara, Luísa Sigêa, a *Toledana*, leitora de Plutarco, ensinava grego a uma infanta de Portugal, D. Maria, filha mais nova do *Venturoso*, aquela cujas metamorfoses o Conde de Sabugosa narrou em estilo elegante e vernáculo nas suas *Donas de tempos idos*.

Contudo, o grego não se generalizou nem mesmo nos meios cultos. As helenistas de Santa Clara eram as *bas-bleus* da época e o grego como cousa de *bas-bleus* ficou.

Sintoma significativo de o grego não ter *pegado* entre nós é a reputação de Virgílio. « Au moyen âge, on croyait voir en lui toute la poésie antique », escreve o filólogo Laurand. A Renascença, porém, com o novo incremento dado aos estudos de grego, viu Vergílio sob um prisma mais exacto; até entré nós Aires Barbosa reconhece que êle é um imitador dos gregos. Torna-se a falar no « divino Homero » e Camões, embora não saiba grego, consagra-lhe alguns versos dos *Lusiadas*, senão dos mais belos, pelo menos dos mais delicados :

Êsse que bebeu tanto da água Aónia,  
Sôbre quem tem contenda peregrina  
Entre si Rhodes, Smyrna e Colophonia...

Mas foi sol de pouca dura... que não durou mais do que o século xvi. Para aqueles que não lêem Homero no original grego, Vergílio passa de novo a ter a primazia; assim, já no começo do século xvii Frei Luís de Sousa escreve: «Entre os homens de letras o Poeta é Vergílio.» Poeta com P grande.

Esta maneira como evoluiu entre nós a reputação de Vergílio deixa ver a ofensiva do grego terminando em revez. Ora em França, no século em que viveu Frei Luís de Sousa, se bem que Vergílio fôsse então o preferido da gente culta, Racine e Fénelon, dois dos mais belos talentos e dos mais finos espiritos de então, souberam grego e sentiram a arte de Homero como Chénier e Chateaubriand um século depois.

Outro sintoma de o grego não ter *pegado* é a crítica literária da época. Um padre Aranha, citado por Silva Tullio, querendo fazer o elogio de Frei Luís de Sousa, «acha-lhe tôdas as propriedades dos antigos historiadores»; latinos, cita todos os de polpa; gregos, nenhum lhe ocorre; o contraste é significativo. E todavia se algum dos nossos prosadores clássicos faz lembrar os Gregos, êsse é de-certo Frei Luis de Sousa; pela elegância e pela ligeireza do seu estilo, pela naturalidade dos sentimentos que exprime, parece-se com os Áticos do grande século, com êsses que nos ensinaram que a beleza é simples.

Se o grego não *pegou* em Portugal, teve a-pesar-disso cultores. Um deles foi, nos séculos xviii e xix, o Padre Custódio José de Oliveira. Quem é êste desconhecido? Na história dos estudos clássicos merecia alguma coisa mais do que dormir o sono dos inofensivos; foi na verdade um humanista inteligente e desinteressado; compreendeu que o objectivo da cultura geral é ensinar o homem ao homem, e, como os humanistas da Igreja, desde S. Basilio a Mgr. Dupanloup, compreendeu também o papel de destaque que as letras grêco-romanas têm na aquisição da cultura geral. Nomeado pelo Marquês de Pombal para lente de grego no Colégio dos Nobres, o Padre Custódio de Oliveira lá ensinou longos anos e a êle se devem umas edições portuguezas dos clássicos

gregos, por êle prefaciadas e comentadas em latim; a primeira, dedicada a Pombal, saiu em 1773; a última, ainda dêle e dedicada ao Príncipe Regente, imprimiu-se em 1806.

Mal sabia êle nos *ditosos tempos* em que fazia versos em grego à inauguração da estátua do Terreiro do Paço, mal sabia êle então que um século depois da sua morte, com a vida tão cara, os livreiros da capital venderiam as suas selectas gregas por uns parcos cinco mil reis.

Depois da sua morte ainda houve uma última edição portuguesa dos clássicos gregos. Imprimiu-se em Coimbra, na tipografia da Universidade, em pleno reinado de D. Miguel, de caluniada memória. Nesses tempos ainda havia mestres de grego nos Estudos públicos, um nos Paulistas, outro em Belém, outro em Alfama e outro para o bairro do Rocio. ¡ Como tudo isso já parece uma velharia !

¡ É que em 1834 as machadadas na Tradição acabaram com tanta cousa boa que havia por cá ! ¡ E lá se foram os estudos clássicos ! Todavia a primeira geração do constitucionalismo, educada ainda nos moldes antigos, tinha uma sólida cultura clássica; foi essa a geração de Castilho, de Cunha Rivara, de Silva Túlio e dos outros letrados da *Revista Universal*; em 1843, quando da morte de António Maria do Couto, que fôra « professor de lingua grega no bairro do Rocio », prestaram êles homenagem a êsse helenista « *de quem também tinham sido discipulos* ».

Herculano não sabia grego. Se tivesse sabido, teria êle dito que « os historiadores antigos só nos apresentam os gestos e meneios convencionais e estudados do fôro, do senado, do templo e da solenidade pública »? Ao escrever estas linhas, pensava de-certo no Romano Tito Lívio e não as teria escrito se tivesse lido no original as páginas encantadoras do grego Xenofonte que levara Chateaubriand a dizer... exactamente o contrário: « *il jeta de pieux regards sur le cœur humain* ».

Não soube grego o velho de Vale de Lobos, mas ao menos êle teve a visão da antigüidade clássica e sentiu o muito que nós lhe deviamos. Os que vieram depois nem isso tiveram; as últimas gerações literárias têm vivido na ignorância da arte

grega e deixaram de cultivar as humanidades. Em França ainda tal não aconteceu; é pena que nós de lá só importemos o mau.

De há anos para cá, tem-se falado a torto e a direito em *tempos luminosos* e *tempos ominosos*. Em matéria de estudos clássicos pode-se dizer sem paixão que os tempos ominosos têm sido de Evoramonte para cá.

## UM BAIRRO SOSSEGADO E GENTE DE OUTRO TEMPO

O ÚLTIMO DIA DA « REPÚBLICA VELHA » — ONDE SE EVOCA O  
CONVENTO DOS FRANCISCANOS, BOCAGE E NICOLAU TOLENTINO  
— LISBOA IGNORADA — UM BAIRRO MORTO ONDE ÀS VEZES SE  
TOPA COM UMA OU OUTRA FIGURA DO PASSADO

Amarrado a uma cama durante perto de dois meses por ter quebrado uma perna que sempre foi frágil, condenado ainda a não sei quantos meses de imobilidade, raras vezes tenho sentido a *nostalgia das cousas* como neste verão que me fugiu por entre os dedos.

*Laudabunt alii claram Rhodon aut Mitylenen...* Felizes os que à hora do entardecer, quando a luz do sol já não é forte demais, embebem a vista na baía de Cascais ou nas praias sem fim do Atlântico, onde o amarelo das areias se prolonga dum lado e de outro, a perder a vista.

Mais felizes ainda os que descansam os olhos e o espírito naquele verde de muitos matizes da serra de Sintra. E mais felizes do que todos os que em quintas escondidas por êsse campo fora passam um ou dois meses em comunhão com a natureza e em contacto com um Portugal mais são.

*À d'autres de jouir...* Por mim, quando o sol já no ocaso perdida a violência dêstes dias caniculares, doira o verde dumas árvores frondosas que tenho diante de mim, bebo com sofreguidão essa única sensação de beleza que a meus olhos é dada e lembro-me com saudade das paisagens que estou privado de ver.

Emfim, há outros mais infelizes, e Castilho, cego, no seu



jardim da rua de S. Francisco de Paula, nem sequer gozava os raios do sol poente; para êle o verão chegava « ao cantar a primeira cigarra de Anacréonte na copa da sua olaia. »

Foi na manhã de 28 de Maio que abalei para o Porto para voltar... de perna quebrada. E não tornei a andar pelas ruas de Lisboa, cheias de encanto para quem as percorre sòzinho sem se importar com os habitantes.

A essas horas já o Exército tinha decidido intervir na vida da Nação e pôr um ponto final na inconsciência grotesca de S. Bento.

Mas, a-pesar-duma noite de prevenção, Lisboa não desconfiava ainda de que tínhamos voltado talvez uma página da nossa história contemporânea; apenas uma patrulha de policcias guardava o Parlamento,... *pierre précieuse à garder dans un écrin de soie...*

E como Ferrero diz que, ao sair de Paris, em Julho de 1914, quinze dias antes de declarada a grande guerra, saíra « sem desconfiar que tinha dito adeus ao grande século inaugurado em 1815 », também eu mal sabia que aquele lindo dia 27 de Maio, em que pela última vez andei por meu pé pelas ruas de Lisboa, fôra também o último dia de sol da *república velha*, daquela que Sidónio Pais há oito anos julgava ter pisado aos pés e que afinal, assassinado o ditador, renascera como a hidra de Serna.

Nêsse dia que me ficou de memória (os engaiolados lembram-se do último dia de liberdade), houve um bairro em que me demorei, um dos mais simpáticos de Lisboa: *o Arco a Jesus*.

Nenhuma recordação de pequeno me ligava a êste sítio. Por isso quando, ao voltar lá de fora, há dois anos, fui pela primeira vez à Faculdade de Letras, numa tarde de Setembro em que só lá estava um empregado, ter-me-ia julgado numa terra estranha se não visse no horizonte, sentinela avançada do bairro onde nascera, a casa de José Luciano.

Mas depois, indo todos os dias à Faculdade como aluno, afeiçoei-me a êsse bairro. Passou a ter para mim a fisionomia dum velho amigo de cara franca que tôdas as manhãs me

dava os bons dias, como a tôdas as horas e em tôdas as estações.

Quantas vezes nas tardes de inverno, chuvosas e cinzentas, um raio de sol desgarrado vem de repente dar vida ao côr de rosa deslavado das casas da rua Eduardo Coelho. E nos dias bonitos de primavera é um gôsto descansar a vista naqueles jardins que se debruçam sôbre a rua, como os das casas de Lausanne.

Um bairro sossegado. Uma vez ou outra os gaiatos jogam ao *foot-ball* e fogem em tôdas as direcções, mal vêem a polícia. Automóveis são raros. Eléctricos nem se ouvem. Só se ouve o chilrear dos pássaros e o silêncio é de tal ordem que o poeta poderia despertar as abelhas como nas encostas do Himeto, na lendária Grécia.

A Lisboa do vai-vém e da grande circulação, dos eléctricos, das carroças e dos automóveis, fica mais àquem, nos Paulistas. A Lisboa aristocrática e rica, a que sabe dar festas elegantes e sabe também deitar dinheiro pela janela fora, fica mais acima, para as bandas do Príncipe Real, que a fobia das realzas crismou em Praça Rio de Janeiro. A Lisboa dos cafés, dos boatos e das revoluções, felizmente também não fica ali.

Aquele bairro burguês respira sossêgo, o sossêgo do Salitre e do Fala-só num cenário mais modesto. De manhã, quando toca o sino na igreja das Mercês, as boas velhinhas devotas pegam nas contas e vêm ouvir missa. De tarde, os velhotes reformados, com o inseparável cão pilôto ao lado, vão gozar os dias bonitos para o jardim do Príncipe Real. O *business*, a vida intensa da Lisboa de hoje ainda ali não penetrou.

Mas aquele bairro adormecido teve um passado...

Antes do terramoto, a cidade acabava no vale de S. Bento. O palácio branco dos Condes das Alcáçovas, na Cruz dos Poiais, era já um solar meio campestre; do cónvento dos frades bentos para cima era tudo campo: a cêrca dos frades, que subia pela encosta acima até à Estrêla, diz o sr. Matos Sequeira. Para o outro lado estava-se em plena Lisboa ele-

gante: na rua Formosa morava o Marquês de Pombal e o Bairro Alto era então moradia de grandes do reino.

Entalado entre a Cruz dos Poiais e a rua Formosa, — *formosa* só para os séculos cuja estética ainda não concebera as avenidas rectilíneas, largas e desafrentadas, — o bairro de Jesus nasceu em tórno dum mosteiro, como bem diziam os nomes antigos e populares das suas ruas: a rua dos Cardais de Jesus, hoje Eduardo Coelho; a rua do Arco a Jesus, hoje da Academia das Ciências. ¿ Para que é que lhes mudaram os nomes se êles é que contavam a história do bairro?

Dominava todo aquele sitio o Convento de Jesus, dos frades franciscanos, no século xviii talvez a mais brilhante das ordens religiosas. Lá entrou para noviço Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, o futuro Arcebispo de Évora, que havia de escrever algumas das páginas mais deliciosas da nossa prosa eclesiástica, e, diz êle, « logo se me encarregou a limpeza da livraria, cujos suores eu sempre chamei bem-aventurados. » Foi também no remanso daquela casa de Deus que Viterbo coligiu pacientemente as notas do seu *Elucidário* enquanto o burro pachorrento dava à nora no pátio do velho claustro.

Pertencia aos frades a igreja das Mercês. Vê-se bem que é posterior ao Renascimento, pois é das igrejas de Lisboa que têm mais luz e está muito longe da penumbra recatada e mística do templo medieval de Milão. Ali jaz em sumptuoso jazigo um dos homens mais importantes do Portugal restaurado, António de Sousa de Macedo, e em redor do seu túmulo os Frades de S. Francisco escreveram na parede dísticos latinos, uns repassados de sabedoria, sôbre a brevidade da vida e a inaniidade das cousas humanas, outros com um sabor a Vergílio:

*Lysia me genuit: norunt regna externa.*

Aquela igreja e aquele mosteiro foram testemunhas de muitas cenas dum passado bem morto. E já no alvoracer do século que viu os frades abalarem dos conventos, foi ainda ao claustro dos franciscanos que levaram a enterrar Bocage em-

quanto Frei José Botelho Torresão, filho da nobre Morgada do Escatelar, lhe recitava um soneto em guisa de oração fúnebre. Novo ainda, com trinta e nove anos de idade, mas estragado pela vida boémia que levava, Bocage acabara sua agonia às dez e um quarto da manhã de 21 de Dezembro de 1805, num pobre terceiro andar da travessa de André Valente, aos Paulistas, e — escreve Vilhena Barbosa, — « seus restos confundidos e desprezados perderam-se para sempre. »

E de Bocage dizia mais tarde Rebêlo da Silva: « Ninguém sabe o que lhe reservava o futuro. Ninguém hoje inclinado sôbre um túmulo é capaz de sondar nas cinzas frias as posses daquela inteligência *extinta antes de se revelar inteiramente, nem os prodígios dum engenho que não entrou nunca em luta que perdesse.* »

Seis anos depois de Bocage ter descido « à cova escura », onde, como êle anteviu na agonia, « seu estro foi parar desfeito em vento », enterrava-se numa outra cova do claustro dos franciscanos, Nicolau Tolentino de Almeida, outro poeta de raça, dum século que deu tanto falsificador da musa. Deslocado no século XIX, tendo passado sem querer da Lisboa de Pina Manique para a Lisboa de Junot, Nicolau Tolentino falecera a 22 de Junho de 1811, numa casa, hoje demolida, da rua dos Cardais de Jesus, em cujo quintal acanhado êle costumava passear as suas setenta primaveras.

¡ Todo aquele bairro tem um sabor a Tolentino! Ainda respira a *intimidade moral* da velha sociedade, que Tolentino, talvez o único realista do seu século, soube tão bem retratar.

Há poucos meses subia eu a rua Eduardo Coelho (a rua onde morreu Tolentino), e os olhares de tôdas as janelleiras fixavam-se num homem estranho de barbas apostólicas e cara de maltês, que batia de porta em porta. Aquelas comadres janelleiras e as velhitas que acorrem ao sino das Mercês são as netas legítimas das senhoras vizinhas do século XVIII, que num tempo em que ainda não havia fósforos, iam pedir umas às outras a acendalha, ao toque das Avé-Marias:

Então já quando em cardume  
Sai a gente da Fundição,

Como sabeis que é costume,  
E já as vizinhas vão  
Pedir às vizinhas lume

E os velhotes reformados que vão passar a tarde para o jardim do Príncipe Real honram a tradição de seus avós, que faziam o mesmo:

Iremos ouvir mil petas  
Quando mais o sol se empina  
Vendo acérrimos jarretas  
Junto a Santa Catarina  
Argumentando em gazetas.

Tolentino, Bocage, já lá vão há muito, já depois deles passou muita onda no mar das letras. Os frades também já abalaram há noventa e dois anos. Do convento fizeram Academia das Ciências e a um canto lá coube a Faculdade de Letras. Mas essa mesmo, a casa onde ensinaram Mendes Leal, Rebêlo da Silva, Viale, Epifânio, a herdeira do Curso Superior de Letras, como não faz réclame nem para lá vai a *jeunesse dorée*, há muita gente que julga que ela dorme o sono dos inofensivos... Descansem, que não dorme!

\* \* \*

Naquela tarde, para mim saudosa, de 27 de Maio, em que pela última vez calcurreiei Lisboa, tinha estado bastante tempo à porta da minha Faculdade, que é também entrada para a Academia. Era quinta-feira, dia de sessão, os académicos iam entrando a pouco e pouco, e a pessoa com quem eu estava a falar conhecia-os a todos.

A certa altura chegou um sujeito já muito idoso, trôpego mas ainda direito, tez morena enrugada e olhos ainda vivos. Mal êle entrava perguntei com curiosidade:

— ¿Êste é que é o Cristóvão Aires?

— Não. Êsse já não anda; amputaram-lhe uma perna. Êste que entrou agora é o sr. Dr. Júlio de Vilhena.



Júlio de Vilhena! É bem uma figura do passado. Foi ministro pela primeira vez com Fontes Pereira de Melo, há quasi meio século.

Foi uma espécie de Thiers português, homem culto entre os políticos e político entre os cultos. Como Thiers, acompanhou durante meio século a vida mental e literária do seu meio sem nunca ter subido aos « pincaros de gelo e de luz » onde morava Antero, mas adquirindo no contacto com gerações literárias *de verdade* a clareza e a correcção necessárias para exprimir as ideas que o interessavam e a *verdadeira cultura*, que é muito diferente da erudição *tout court*, pois representa uma assimilação ordenada das ideas e dos factos.

Aquele homem personificou bem a mentalidade duma época morta. « *Formoso espirito, liberal da gema* » — chamou-lhe ainda há meses o sr. Dr. Bernardino Machado. Há quarenta e três anos elle era o alvo dos ataques da miguelista *Nação* porque na Câmara dissera que ao Estado não convinha a separação da Igreja para melhor a ter sob a sua alçada. E um quarto de século depois, nas vésperas de o trono desabar, foi ainda elle que levou ao Paço das Necessidades as obras de Zola e de Daudet para que o Senhor D. Manuel estivesse ao par da literatura moderna.

Hoje Júlio de Vilhena é uma reliquia. Os marechais do tempo da monarquia já lá vão quasi todos. Alguns, fulminados em plena luta, como Hintze Ribeiro e Mariano de Carvalho. Outros morreram já depois de proclamada a República, destronados e esquecidos: assim acabaram José Luciano, Alpoim, Teixeira de Sousa, Campos Henriques. Da velha guarda, chefes, só restam Júlio de Vilhena e João Franco.

Outras figuras do passado costumam entrar para a grande casa encarnada do Arco a Jesus. Não é raro encontrar-se o Dr. Vergílio Machado, verdadeiro tipo de sábio, alheio ao que se passa à sua roda, embrenhado nas suas cogitações como Arquimedes em Siracusa. Há tempos, era meio dia, a rua estava deserta, e do velho casarão saía Lopes de Mendonça, outro que se deve sentir deslocado na Lisboa comodista do *après guerre*.



Há tempos ia eu para a minha vida e encontrei nesse mesmo sitio uma figura patricia de sacerdote: Mgr. Gustavo Couto.

Falou-me com saudade em cousas e em homens que já morreram há muitos anos. Falou-me em António Enes, que êle conhecera de perto em Moçambique. Lembrava-se perfeitamente de ter visto chegar à Índia, em princípios de 1882, meu Avô, que eu já mal conheci, o velho e honrado Conde de Paço d'Arcos, aureolado pelo prestígio da sua bravura de marinheiro e dos seus governos em Macau e em Moçambique. Ia êle então governar o Estado da Índia, que era nesse tempo o bastão de Marechal — e aqui Mgr. Couto, filho da Índia Portuguesa, acrescentou em voz comovida: — « *como há-de ser em todos os séculos dos séculos* ».

E Mgr. Couto recordava-se de todos os pormenores. Dir-se-ia que meio século não tinha passado, meio século vivido tão intensamente, meio século em que os governos *da costa de África*, como há mais tempo devia ter sucedido, desbancaram em responsabilidade e importância as poucas reliquias que nos restam do império dos vice-reis.

## DIVAGANDO POR LISBOA...

*Sunt lacrymae rerum...*

VERGÍLIO.

Têm fisionomias bem diferentes os bairros das sete colinas.

As Avenidas Novas, espaçosas, bem alinhadas. Prédios altos e confortáveis. Ruas sem lixo e sem pedintes, disputando umas às outras o título de *avenida*. Mas, falta-lhes por completo aquela *intimidade moral* que era o encanto da velha sociedade e que alguns bairros antigos ainda não perderam de todo.

Um suiço que estava em Moscou em 1917, contou num livro curioso, *La Russie rouge*, que no prédio onde morava, os inquilinos só se conheceram uns aos outros no dia em que saiu para a rua a revolução bolchevista. As nossas Avenidas lêem pela mesma cartilha; dizem bem claramente que mora ali uma parcela da multidão de anónimos que é afinal de contas a Europa de hoje.

Há todavia um oásis da cidade velha perdido no meio das Avenidas Novas. É a calçada de S. Sebastião da Pedreira, com casas acanhadas à *antiga portuguesa*, senhoras visinhas à janela e garotos de pé descalço a brincar no meio da rua. É um resto do tempo passado, de Pombal e de José de Seabra, cujo palácio ficava para aqueles lados.

A Baixa e o Chiado... atrofiam. Junqueiro mostrou numa prosa cheia de vigor e de colorido como a Lisboa dos cafés e da baixa intriga atrofiou o talento de Fialho. Eram *flâneurs* dessa força que Demóstenes imprecava ao ver Atenas afun-

dar-se: « Que fazeis? Só sabeis perguntar: ¿O que há de novo? » (1).

A Estrêla tem para mim o encanto do mistério. Foi o bairro que meus olhos se habituaram a ver quando ainda a memória nada registava; é o bairro que para mim *não tem começo*. E depois a Estrêla tem pedaços de campo incrustados na casaria branca; nestes dias de primavera, vejo da janela do meu quarto terras de sementeira, homens a cavar, carros a acarretar.

Nascido num século em que a fidalguia ia já a caminho da cova, o bairro vizinho do Campo de Ourique tem sobre a Estrêla uma vantagem: *é um bairro burguês que ainda não se envergonhou de ser burguês*.

À beira do Tejo, mas sem ver o Tejo, fica Alcântara. Bairro feio, mas simpático. Bairro plebeu. Domingo passado, ao andar ao acaso por aquelas ruas e ao ver os *remediados gozarem o seu feriado*, dizia eu de mim para mim: *Mais alegria são e menos « jazz-band » do que nos bairros elegantes*.

« Bairro democrático por excelência », — chamava-lhe uma vez *A Época* em dia de eleições. Achei muito bem dito; mas talvez haja nesses bairros, ainda mais do que nos palacetes, muitas dessas *« almas que começam a abrir-se para a luz »*, em que falou o Senhor Arcebispo de Évora.

Mas há um bairro que a todos eu prefiro, um bairro onde o sussurro de Lisboa chega amortecido e para onde gosto de fugir nas tardes livres: é aquele bairro *da Sé para lá*, para onde se vai pelo carro da Graça.

\* \* \*

« Os palácios vivem e morrem como os homens » — dizia Viollet-le-Duc. E as cidades também.

Siracusa morreu. ¿Quem dirá hoje, ao ver Siracusa-a-Nova apagada e esquecida, quem dirá hoje que Siracusa-a-

(1) Demóstenes, *Filípicas*, I, 10-12.

-Velha foi, com Atenas, Alexandria e Roma, uma das quatro capitais da antigüidade clássica?

De Siracusa ficou todavia uma linda história. Sentiu o palpitar das multidões nos tempos em que elas, já então com medo da ditadura, escreviam « em fôlhas de oliveira » o nome do aspirante a ditador, para que elle abalasse (1). Depois, venceu Atenas e Cartago. Viu Platão vendido como escravo, Platão, o assombro da Grécia, cujo berço uma lenda dizia que as abelhas tinham procurado. Emfim, já no ocaso, ela viu ainda o sábio Arquímedes embrenhado nas figuras geométricas que desenhava na areia, e assim o viu morrer numa revolução às mãos dum soldado romano que não sabia quem era aquele *doido*... (2). E nesse dia o Romano Marcelo entrou em Siracusa, *de senhora feita escrava*.

Siracusa morreu. Toledo também morreu. A antiga capital da Espanha tem hoje... 22:000 habitantes. Resta-lhe a catedral, o alcácer,

... *Y un pueblo triste que vegeta al pie*

e o romântico Zorrilla chamou-lhe numa bela imagem:

*Monumento elevado á la memória  
De otra ciudad inmensa que se hundió.*

Também morrem os bairros. O bairro *para lá da Sé* morreu. Ou, se vive, é dêsse viver em que ainda hoje se arrastam Siracusa e Toledo: é um presente que está em desproporção com o passado.

\* \* \*

Quando o carro da Graça me leva, quando ao deixar a Baixa, me vejo defronte da Sé e, logo depois, do Limoeiro,

(1) Diodoro Sículo, XI, 87.

(2) Tito Lívio, l. XXV, c. 31.

tenho bem a sensação de ter atravessado a fronteira que separa duas idades da história; e vem-me à memória aquela frase de Sabugosa: « nós hoje vivemos num dia mais intensamente do que nossos avós viveram séculos. »

Logo de entrada, a Sé, « que nem no seu arquivo queimado nem nas suas rugas caiadas e douradas pode achar a certidão do seu nascimento » —, dizia Herculano.

Em seguida, o Largo do Contador-Mór. Ponteagudo e pequeno, com uma álea de árvores ao meio e a pequena igreja de S. Tiago em baixo, parece um largosito de vila, de aldeia mesmo. Mas aquelas casas têm uma história que entreteve Júlio de Castilho na *Lisboa antiga*. Houve um tempo em que foram vínculo de famílias nobres: os Quintelas do Almirante, os Sande Salemas ali moraram.

Ao chegar ao Limoeiro... Há oitenta e dois anos, Alexandre Herculano observava e escrevia:

« Quem hoje passa pela cadeia da cidade de Lisboa, ainda vê na extremidade dela umas ruínas, uns entulhos amontoados que separa da rua uma parede de pouca altura onde se abre uma janela gótica. *Esta parede e esta janela são tudo o que resta dos antigos paços d'apar S. Martinho...* »

Ali viveram D. Dinis, que ali ao pé fundou as *Escolas Gerais*, Afonso IV, Pedro o Cruel, Fernando o Formoso. Ali bateu o coração do Portugal da Idade-Média. Ali se deu *no século xiii a primeira revolução de Lisboa*, em que o mestre de Aviz matou o Andeiro; e as mulheres que corriam pelas ruas só tinham para Leonor Teles um grito: *a aleivosa!*

A revolução, feita pelo povo, corria pelas ruas desenfreada. « *Era tanta a gente que parecia coisa estranha de ver* » —, conta Fernão Lopes. — E hoje? As revoluções são de seis em seis meses, mas aquele bairro está morto. Só o electrico passa vagaroso por ruas estreitas que nunca tinham julgado ver assim um eléctrico.

Caminhando para a Graça, o Largo das Portas do Sol tem uma das vistas mais belas de Lisboa. É *a beleza imprevisista*, êsse género de beleza que maravilhou Napoleão ao dar

de repente com o Lago Léman. A igreja de S. Vicente, tão escondida que até de S. Pedro de Alcântara mal se vê, aparece de improviso como se tivesse saído da terra. Branca, ligeiramente inclinada, com umas linhas muito bem proporcionadas, é a filha esquecida dum século que ainda sabia o que era harmonia.— E do outro lado, o Tejo, deserto de água sem navios, a dois passos, tão perto que se vê a nitidez da espuma das ondazitas.

E o carro continua a descer e subir ladeiras até à Graça.

A Graça, bairro típico, com grandes casas brancas, de janelas de sacada, muitas delas casas nobres desfiguradas. Quando o Portugal velho acabou em Évora-Monte e D. Miguel partiu « para nunca mais voltar », as famílias fiéis ficaram para aquele bairro, não se misturando com o resto e vivendo duma vida caseira, dia a dia mais apagadas. Hoje, se alguma coisa resta ainda do *patriarcado de Lisboa*, é êsse bairro: Graça, Santo André, S. Vicente.

Separado da Graça por uma descida e por uns poucos de séculos de primogénito, o bairro de Santo André mostra bem ter nascido num tempo em que a arraia miúda, com medo dos cercos e dos campos talados, o que queria era ficar aconchegada ao Castelo. Por isso os largos ficavam a cavalo em outros largos. Num dêles, uma igreja das mais curiosas de Lisboa: *o menino Deus*.

Arquitectura muito singular: tecto achatado, falsas janelas elegantes, frestas quadrangulares com grades; à entrada uma escadaria como no Loreto. E no alto esta inscrição:

O M ALTO  
REY D PORTUGAL  
D. JOÃO V  
LANÇOV A P<sup>RA</sup> PEDRA  
D TODA EST OBRA  
EM 4 D IVLHO  
D 1711

Sõmente a igreja está fechada desde o 5 de Outubro e



está ao desamparo. O branco da parede ennegreceu de há muito; em compensação a porta, que parece ter sido encarnada, está suja de branco.

Nem sequer sabia que essa igreja existia. Há um ano, por um domingo de Março, dei com ela; a pequenada jogava desenfreadamente ao *foot-ball*. Voltei lá outro dia; era dia de semana; o largo estava deserto; de vez em quando passava um ou outro pequeno com uma garrafa de vinho ou um cabaz. Quem hoje mora para aquelas bandas é gente que ganha a vida com o suor da cara.

Todo aquele bairro sentiu de há muito deslocar-se para longe o eixo da vida de Lisboa. E aquele de entre os modernos que mais intensamente sentiu *a vida que ali se viveu*, Alexandre Herculano, viu bem essa indiferença dos homens de hoje pelas cousas que as pedras dizem:

« As ruínas da monarquia dormem em silêncio à roda de nós e, envolto nos seus eternos farrapos, o povo vive eterno em cima ou ao lado delas, e *nem sequer indaga porque jazem aí* » (1).

---

(1) A. Herculano — *Arrhas por fóro de Espanha*, c. II.

## ESTUDAR POR OFÍCIO E ESTUDAR POR AMOR AO ESTUDO

A nossa época de desequilíbrio social é rica em ensinamentos para o espectador que olha para o borbórinho da vida sem paixão e a quem os factos só interessam pelo seu significado social.

Na verdade, a mentalidade portuguesa está mudando tanto e quão dolorosas são algumas dessas mudanças para todos aqueles que têm a consciência do verdadeiro Portugal. Algumas custam, nem tôdas.

Uma personagem característica da nossa sociedade de ontem e que hoje já passou ao segundo plano é o *bacharel*.

O *bacharel* vem de longe. Têm três a quatro séculos de existência. Nasceu nessa época da nossa história a que Herkulano chamou, algo injustamente, « de *hibernação* absolutista » e em que « em Portugal — escreve êle, — os pais disseram aos filhos por alguns séculos: *Ou armas ou letras.* »

Busque-se a biografia dum membro qualquer da nobreza ou da burguesia afidalgada dêsses tempos. Se não foi militar, lá se há-de encontrar a estudar em Coimbra. — Em suma, os estudos, que tinham sido no século xvi uma ocupação de espiritos, *passaram a ser um modo de vida* e até um meio de brilhar. Ia-se para as letras e para a magistratura como se ia para a igreja: porque se nascia filho segundo de família privilegiada e morgado era só o mais velho.

Isto não é novidade para ninguém.

Os nossos homens do século xix, que infelizmente viram com muito mais agudeza os defeitos da velha sociedade do

que as suas grandes qualidades, não se calaram a êste respeito. Herculano estigmatizou o abuso com crueza em 1842, oito anos depois da « débâcle », num artigo que precedeu as suas famosas CARTAS. Garrett diz com ironia nas VIAGENS NA MINHA TERRA que os fidalgos dantes *tiravam o privilégio de desembargador* quando ser desembargador valia alguma coisa... e tanta coisa.

E Júlio Diniz, nos FIDALGOS DA CASA MOURISCA, reuniu *o mano morgado, o mano doutor e o mano abade*, trindade curiosa dos abusos do Portugal velho.

Ia-se para as letras sem vocação?

Estudava-se por officio?

Ê preciso não sermos injustos.

Dessas muitas gerações de fidalgos doutores, tudo nos faz crer a cada passo que a sua cultura era muito superior à do nosso meio, mais sólida e menos superficial. Para isso bastava o terem vivido numa época em que, como disse um pensador francês, « poucos liam, mas êsses poucos liam para estudar, ao passo que hoje tôda a gente lê, mas para saber o que se passa. »

Contudo, nada de confusões.

Que de entre os muitos que iam para Coimbra alguns, até bastantes, sentissem despertar em si o gôsto pelo estudo, é provável; foram vocações que acertaram.

Que houvesse fidalgos letrados em Portugal, desde Sá de Miranda ao Duque de Lafões, passando por Taroucas, Vimiosos e Ericeiras e atravessando uns poucos de séculos da nossa história, todos o sabem; nada de mais natural, aliás, visto que se tratava da classe mais requintada e portanto mais acessível à cultura.

Mais ainda: *houve fidalgos que estimularam o gôsto pelo estudo*. Bem interessante é o testemunho de D. António Caetano de Sousa, citado por Sabugosa; diz êle dos Ericeiras que, num tempo em que não havia bibliotecas públicas, êles facultavam aos estudiosos a sua rica biblioteca, « onde se achava asilo e direcção e tinha cada um aquelas riquezas por próprias suas. »

Mas o que ninguém me tira da cabeça é que era absurdo *os filhos segundos dos nobres nascerem para doutores*, como, absurdo era os filhos dos burgueses afidalgados seguirem também essa carreira.

A culpa era dos pais que diziam aos filhos « ou armas ou letras » e era ainda mais da legislação de então que só admitia três caminhos de distinção: soldado, eclesiástico, magistrado.

Que o absurdo era admitido pelo pensar da época, prova-o o testemunho de Jacinto Freire de Andrade, que no século XVII escreve: « Nas nossas casas nobres foram sempre as letras o segundo morgado. »

Mas nem todos liam por essa cartilha e alguns espíritos mais lúcidos não deixaram de protestar; por exemplo, um nobre, um Sousa Coutinho que professara, escrevera nesse mesmo século XVII estas linhas curiosas que fazem lembrar *Telémaque*:

« Dura jurisdição, por não dizer tirania, exercitam hoje muitos pais sôbre as condições e natureza dos filhos. Em nascendo já fazem a um, clérigo; a outro, frade; a outro, soldado. De espreitar a inclinação e geito que cada um tem para as cousas, não há tratar. »

Isto escrevia Fr. Luís de Sousa na VIDA DO ARCEBISPO. Não é curioso ver que era o frade quem tinha vistas largas sôbre a educação?

O abuso que êle condenara fêz com que o nosso meio escolar se degradasse. A palavra *doutor* que designara no século XVI um Aires Barbosa ou um André de Rezende, passou a designar um peralvilho de cabeleira empoada, tal qual como na civilização grega a linda palavra *sophistès* exprimira primeiro « o que busca a Sabedoria », depois um mestre qualquer de retórica e enfim um burlão manhoso.

Morreu o absolutismo, foi-se o Portugal velho e ficou o *bacharel*. A burguesia do constitucionalismo gostou imenso daquele figurino e pensou logo em doutorar-se.

! E assim a triste moda de estudar por ofício não acabou!

Indolente e apática, incapaz de iniciativa individual e ainda menos dum esforço a favor da colectividade, nem sequer sendo,

devido à sua heterogeneidade e à sua falta de tradições, uma força social característica como o fora a velha nobreza, a nossa burguesia liberal do século XIX viu no grau de doutor uma recomendação que a ajudasse a trepar sem sair da sua inércia e um tapa-misérias para esconder a sua pobreza de cultura e de vida intelectual.

Conseqüência: os bachareis multiplicaram-se. Estudar por ofício passou a ser o modo de vida de muita gente, daquela gente que se julgava o escol da população.

Dai veio a corrupção do nosso meio escolar, corrupção agravada ainda pela laicização que tirou o ensino àqueles que tinham mais amor ao estudo, os religiosos. De então para cá recuámos, a-pesar-de falarmos muito em Progresso; perdeu-se a noção do verdadeiro valor dos estudos; quasi tôda a gente se esqueceu de que ensinar é, como o sentira Sócrates, fazer com que as inteligências se abram e aprender é compreender melhor o homem, *humanior fieri*.

Liceus e universidades, a-pesar-da competência reconhecida e do amor ao estudo de muitos professores, passaram a ser as rodas duma engrenagem complicada que num labor de doze a quinze anos deitava para fora o *bacharel*. E, como se estudava por ofício e não por amor ao estudo, multiplicaram-se as *sebentas*, inveterou-se o regime dos *empenhos* e de copiar nos exames, e o estudante sem vocação passou a ser o tipo do *não te rales*.

Um estrangeiro inteligente que aqui viesse diria e com razão:

¿ Para que serve uma fachada tão bonita, se por dentro as paredes estão roídas? ¿ Para que serve fingir que se estuda, quando na realidade se não estuda?

Eis senão quando surgiu inesperadamente a guerra com a crise económica que trouxe. A sociedade começou a abalar-se e grandes mudanças se deram.

Dantes Lisboa era dos *bachareis* e quem se sentia *fura-vidas* ia para o Brasil. Hoje Lisboa é dos *fura-vidas* e o *bacharel* será talvez dentro em pouco um anacronismo.

A multidão desorientada o que viu?



Viu que os estudos rendiam menos do que o comércio e daí veio o descrédito dos estudos.

Verdade, verdade, se outros factores não viessem intervir, se não alastrasse a corrupção e o desequilíbrio social, como se está a ver a olhos vistos, Portugal teria mais a esperar do despertar das iniciativas individuais do que do *dolce farniente* duma classe de parasitas doutorados.

Mas não nos iludamos.

O espírito mercantil da nossa época, sêde febril de ganhar e de gozar, não é menos nocivo à vida do espírito. Pelo contrário.

Perverteu a mentalidade; fêz com que muitos espíritos não concebesses outro raciocínio que não fôsse o do interesse grosseiro; fêz com que se medissem os homens já não digo aos palmos, mas pelo número de acções que possuem.

E... os que têm amor ao estudo?

Êsses são uns *ratões* que nem sequer têm esperteza bastante para ganhar com a moeda desvalorizada o que ganhavam antes da guerra. É por êste prisma que a Lisboa de hoje os vê; de vez em quando pode fingir que os admira, mas no fundo não os compreende. O velho Epifânio, que os bachareis do seu tempo acharam original, para os fura-vidas de hoje seria *um doido*.

Há no tesouro das literaturas clássicas um texto por onde se vê que vinte e quatro séculos antes de nós já houve quem tivesse amor ao estudo.

Heródoto, grego estranho e encantador, conta uma entrevista entre Sólon, um dos sete sábios da Grécia, e Creso, o rei da Ásia Menor cuja fortuna ficou lendária. E Creso, mais inteligente do que os nossos novos-ricos, diz ao sábio:

« Ó tu, estrangeiro que vens de Atenas, chegou até nós a fama da tua sabedoria e das tuas viagens, pois que filosofando fôste *ver muitas terras pelo prazer de as ver.* »

*Theóriès héineken*, estudar pelo prazer de aprender. Era, creio eu, a divisa dum sábio dominicano e meu professor, Père Stéphane Morard, que me revelou êste trecho.



## CARTA DUM EUROPEU DO SÉCULO XVI A UM PORTUGUÊS DO SÉCULO XX

A PROPÓSITO DE CAMÕES E DO BIMILENÁRIO DE VERGÍLIO

¿Poderás tu porventura abstrair da vida moderna, das necessidades criadas pelo homem dos séculos XIX e XX, das invenções maravilhosas, do telefone, do telégrafo, do automóvel, do eléctrico, do avião, do comboio electrificado, do animatógrafo, dos *trusts* económicos, da vida mecanizada, condenada a fornecer um rendimento  $x$  num tempo  $y$  para não ficar atropelada no *struggle for life*? ¿Poderás tu porventura esquecer tudo isso e transportar-te em espírito a uma dessas cidades do século XVI, uma dessas que Mérian desenhou e em cujas ruas entrevês, com as suas passadas lentas, graves cavalheiros de barba à *Guise*, gibão, meia alta e gola à genovesa?

¿Mas para quê contemplar êsse passado morto? O presente deve ser *prospectivo*, deve olhar, e unicamente, para o futuro,—pensas tu, homem moderno.

Que não adoremos o passado,—de acôrdo. Seria adormecer energias. Mas que não procuremos nêle a explicação daquilo que o presente só por si não pode explicar,—seria cegueira demasiada, avessa ao espírito crítico que o século XIX entronizou sôbre as ruínas de muita cousa.

Homem moderno, Português do século XX, deixa-me dizer-te a verdade: se não te transportares em espírito à Europa do século XVI, nunca poderás compreender o poema pelo qual

tens hoje feriado nacional e do qual aprendeste *ex auctoritate* que era a obra prima da literatura portugueza...

Poderás ter dos *LUSÍADAS* uma visão parcelar, menos exacta mas talvez mais sugestiva e mais fecunda do que a visão total. Se és poeta, continuarás como as gerações anteriores a « escutar a sombra de Inês entre os salgueiros » e pressentirás nas três formosas estâncias do naufrágio de Sepúlveda um drama não menos impressionante e mais próximo da realidade. Se és esteta, hás-de sentir que Camões, ao pintar três batalhas a pouca distância, não se repetiu: focou em Ourique a intervenção do sobrenatural; pintou a largos traços no Salado o grande duelo entre duas raças inimigas, a insignificância do exército cristão a levar de vencida « os espantosos arraiais dos Mouros »; enfim deixou para Aljubarrota o fino desenho duma batalha solene entre príncipes cristãos, à moda da Idade-Média, com trombetas que dão sinal e alferes que volteiam bandeiras. Se és portuguez, continuarás a sentir no poeta, como muito bem disse Agostinho de Campos, « o épico da energia nacional »; encontrarás, disseminados pelo poema e às vezes onde menos esperas, olhares confiantes para o futuro, para o futuro construído por nós, a apologia do *self-made* e o azorrague na instituição secular *filho de papá*. Se és valente, curva-te perante a galhardia do malogrado D. Lourenço de Almeida na baía de Chaúl, mais digno de ser o herói do poema do que o afortunado e cruel Vasco da Gama.

¿ Mas, depois de tudo isto, acaso comprehendeste os *LUSÍADAS*?! acaso sentiste a *unidade épica do poema*?!

Sê franco! Não sentiste. És, quasi inconscientemente, um vago neto da geração romântica que viu Madame de Staël dizer que o rei ia nu, que viu Chateaubriand demolir os dogmas clássicos da necessidade da mitologia na epopeia e da inadaptabilidade do cristianismo à matéria da estética literária, que ainda viu Niebuhr *ex cathedra* condenar Vergílio e as chamadas *epopeias artificiais* para se pôr à procura dum fantástico cancionero de Roma... Epopeias, tu só as concebes

no género da LÉGENDE DES SIÈCLES e da PÁTRIA, com símbolos em vez de personagens sobre-humanos, com muito vago e muito nevoeiro nórdico. O maravilhoso para ti é ferro velho e o padre-mestre Boileau é uma múmia gasta.

Então?!

\* \* \*

Sonha agora que um avião ou uma fita de animatógrafo te transporta de repente à Europa do século XVI. Ao longe, na penumbra do horizonte, uma cidade cinzenta, uma *disputatio fidei* numa catedral gótica, Calvino a discutir em latim com dois frades de burel.

Mais para oeste, vêes outra cidade com ruínas romanas: Évora. Entre as ruínas passeia uma côrte erudita. Aqui, um velho *gramático* rabugento a queixar-se dos que fazem troça dêle: é Aires Barbosa, *mestre grego*. Mais além, uma moça de 17 anos, de cabelo cortado, a disputar públicamente sôbre a filosofia de Aristóteles: é Públia Hortênsia. Acolá, um douto arqueólogo com tanto amor às cousas romanas que é capaz de fabricar inscrições para provar a estada de Sertório em Évora: chama-se André de Resende. A observar todos êles, um estrangeiro, um flamengo que atravessou a Gália num rocinante para vir a Espanha aprender árabe e que está felicíssimo por poder falar grego e latim com a gente da terra: chamam-lhe Clenardo. Enfim, de passagem, outro flamengo, que também veio a estes reinos coleccionarervas raras e inscrições romanas: assina *Carolus Clusius*.

E tôda esta gente fala latim, escreve em latim, pensa em latim. Todos êles, — como frisarás mais tarde Herculano, — affigem-se ao ver a república romana moribunda aos pés dos césaes, mas pouco se lhes dá que um novo César esmague a seus pés o municipalismo medievo da sua terra.

Foi neste ambiente que nasceu e escreveu Luís Vaz de Camões. Excedeu-o, porque tinha génio, porque «transformava em ouro tudo em que tocava», — como Boileau dizia

de Homero, — porque soube viver o grande dia de sol da nossa história, dia de sol que ia já no seu ocaso, olhando para o passado, sim, mas também para o presente, que lhe pareceu valer uma epopeia. Contudo foi um filho legítimo do século XVI; e só à luz do humanismo renascentista e da leitura aturada de Vergílio podemos chegar a compreender a *unidade épica* dos LUSÍADAS.

Foi Vergílio que inspirou Camões, como fôra Homero que inspirara Vergílio; e no entanto cada um destes épicos (se é que o cantor de Kymé existiu algures) tem uma individualidade bem acusada.

¿ Sem a lição da ENEIDA, como compreender o *enxérto dos feitos heróicos dos portugueses na acção do poema*? O banquete de Cartago, com Eneias a contar a Dido a escalada trágica de Troia e os trabalhos que depois passou no mar, deu o modelo para a longa narração do Gama ao xeque de Melinde sobre a história de Portugal e os sucessos da sua própria viagem. Sem a descida de Eneias aos Infernos, sem Anquises, discípulo transviado de Platão, a mostrar ao filho as almas dos futuros Romanos, como compreender o canto X dos LUSÍADAS e a ninfa a mostrar ao Gama as «claras ideas» (no sentido metafísico e platónico do termo, mas aqui *singulare ante rem*) dos «altos barões que estão por vir ao mundo»?

¿ Sem a ENEIDA, como compreender o *mecanismo mitológico* do poema? ¿ Sem o exemplo de Juno a concitar tempestades no mar contra os Troianos e a aliciar Eolo e os ventos, teria ocorrido a Camões a idea de transportar Baco ao palácio dos deuses marinhos e de o pôr a arregimentar os ventos contra os nossos? ¿ Sem Vénus a interceder junto de Júpiter pelos míseros Troianos, ter-se-ia Camões lembrado de fazer dela a protectora dos Portugueses, a que, intercede junto de Júpiter e que remove tempestades no mar?

Mais ainda: Vergílio actuou nos LUSÍADAS até em alguns daqueles passos que tu te habituaste a considerar como mais intensamente originaes. Cassandra, na noite trágica de Ilion, a levantar os olhos ao céu na impossibilidade de juntar as mãos, deu o modelo de Inês. ¿ E, sem Polifemo, promontório

transformado em homem, sem linguagem e sem sentimentos, acaso teria surgido Adamastor, homem transformado em promontório, com linguagem e com sentimentos?

Por isso, Português do século xx, respeita a memória de Vergílio, em cujo bimilenário ouves falar. E não faças troça dos homens do século xvi, que sabiam menos do que tu, que tinham uma visão mais restrita do mundo, mas que, tendo mais ócios para o recolhimento estudioso, sentiram como ninguém essa parcela do património espiritual do Homem que a antiguidade nos legou.



## A PEREGRINAÇÃO DOS SÉCULOS AO TÚMULO DE CAMÕES

A Arte diz ao eleito :

« Tu não morrerás inteiramente: e mesmo amortalhado, metido entre as tábuas dum caixão, regado de água benta, tu poderás continuar por mim a viver. O teu pensamento, manifestação melhor e mais completa da tua vida, permanecerá intacto sem que contra êle prevaleçam todos os vermes da terra; e ainda que fixado definitivamente na tua obra, pareça imobilizado nela como uma múmia nas suas ligaduras, êle terá todavia o supremo sintoma da Vida, a renovação e o movimento, porque fará vibrar outros pensamentos e através das criações dêles estará perpétuamente criando. »

Se houve um Português a quem se applicassem estas linhas de Eça de Queiroz (1), foi de-certo Camões.

A vida não lhe sorriu. Passou, como mais tarde Beethoven, por entre a inveja dos homens e a incompreensão das mulheres. Poucos foram os que adivinharam o seu génio desde a primeira hora, como D. Manuel de Portugal, o censor do Santo Officio e o cura de S. Sebastião da Mouraria. Preguntou amargamente a si próprio se valia a pena escrever para Portuguezes,

Tão rudos, & de ingenho tão remisso. (2)

Acabou por morrer na miséria.

---

(1) *Notas contemporâneas*, Prefácio dos AZULEJOS do Conde de Ar-noso.

(2) *LUSÍADAS*, V, 98, 7.



Mas depois da sua morte as águias juntaram-se em tórno do corpo. Ficou de pé para tôdas as escolas, porque cada uma saboreou um quinhão da sua opulenta herança e, em última análise, porque êle as transcendia a tôdas.

Primeiro, o clacissismo dos séculos xvii e xviii, com Faria e Sousa, com João Franco Barreto, com Cândido Lusitano, viu nele o engenheiro da linguagem, o cantor das glórias pátrias, mas viu sobretudo o descendente directo de Vergílio, o feliz imitador da antigüidade clássica, que então aparecia como um *nec plus ultra* para o espirito humano.

Depois veio o romantismo, amante do sentido cristão da arte, da Idade-Média, das legítimas tradições nacionais. Rompeu com convenções havia muito arreigadas, com dogmas literários, qual o da necessidade da mitologia na epopeia, dogma que condicionara a acção dos LUSÍADAS. E por entre o desfazer da própria mentalidade em que o poema se gerara, Camões ficou de pé.

Herculano, na torre de marfim da Ajuda, olhava com desdém para os eruditos do passado, para os humanistas do século xvi e acusava-os, não sem razão, de se terem desnacionalizado na visão da Grécia e de Roma, de « se afligirem perante o espectáculo da república a debater-se moribunda aos pés dos cézares e de nem de leve se incomodarem ao ver o absolutismo assentar-se sôbre as ruínas da liberdade moderna. » (1). E Herculano poupou Camões. Porquê? Porque êle « lançara com o pincel divino os lineamentos principais das nobres recordações da Idade-Média. » (2).

O mundo marcha. Por seu turno o romantismo, ainda clássico *malgré lui* pelo seu culto quasi infantil das glórias avitas, havia de ceder o lugar, bem contra sua vontade, a uma escola nova, iconoclasta, cosmopolita e céptica. Antero, Teófilo e Eça de Queiroz haviam de destronar Castilho, Pinheiro Chagas e Tomás Ribeiro. E, por entre tantas ruínas, Camões ficava de pé.

---

(1) Herculano, HISTÓRIA DE PORTUGAL, 7.ª ed., t. I, págs. 32-33.

(2) Idem, ibidem, pág. 34.

Na hora do *bota abaixo* Junqueiro, o poeta demolidor das tradições em que assentava a ordem social, nesse poema fremente de sentimento nacional que é a PÁTRIA, dedicava a Camões os seus mais belos versos e, por entre o desabar do passado e do presente, reservava um lugar único para os LUSÍADAS, qual na hora do crepúsculo dos deuses Lucrécio poupava Vénus.

Pela mesma época, Simões Dias, poeta pensador como Antero e como Antero perdido nas brumas do negativismo, sem esperança, « sem outra ventura que não fôsse a das lágrimas choradas no abismo da noite », dedicava a Camões estes versos sugestivos e sinceros:

Quando um dia o velho enfêrmo do Ocidente  
Quiser saber se ainda é vivo ou não,  
Pouse sôbre êste livro a mão fremente  
E sentirá bater um coração.

Estes depoimentos, vindos da geração dos demolidores e dos desesperados, são deveras valiosos.

Entre os editores e comentadores de Camões, vêem-se, através de três séculos, nomes dos mais ilustres da cultura portuguesa: Manuel de Faria e Sousa, João Franco Barreto, o morgado de Mateus, José Gomes Monteiro, o visconde de Juromenha, Adolfo Coelho, Epifânio e D. Carolina Michaëlis, para só falar de mortos.

E a sua fama irradiou para além-fronteiras. Lamartine moço pedia em Paris a Filinto Elísio que lhe ensinasse português para poder ler os LUSÍADAS na própria língua (1). Estrangeiros houve que dedicaram ao poema trabalho verdadeiramente beneditino; um nome avulta entre muitos: o de Storck, êsse erudito alemão que, pelo muito que amou os LUSÍADAS, pela análise inteligente e laboriosa com que os enriqueceu e pela sua biografia do poeta, merece uma estátua

(1) V. as notas do próprio punho de Lamartine à ode das « Meditações », *La gloire*.

em Lisboa, semelhante ao monumento que os cantões primitivos da Suíça ergueram na praia lendária do Grütli ao cantor estrangeiro de Guilherme Tell. Outros estrangeiros houve que se inspiraram na personalidade de Camões, poeta soldado a salvar um poema nos naufrágios da vida, para arrancar ao verso novas centelhas de ideal: foi o caso do lirico suíço Conrad Meyer.

\* \* \*

Camões mereceu essa homenagem quente e fiel dos pósteros.

Tinha diante de si o século de Quinhentos, o papel deveras extraordinário de Portugal na história da civilização, *a dar mundos novos ao mundo*. Tinha bem a consciência da grandeza épica do assunto e soube cantá-lo com uma elevação que, como na ENEIDA, teve no ritmo o seu revestimento:

Materia he de Coturno & não de Soco

A que a Nímpha aprendeo no immenso lago: (1)

Soube ser *variado*, qualidade suprema do épico, que não faltara a Homero nem faltou depois a Vitor Hugo.

Passou do sonho de D. Manuel para a fala do velho do Restelo, da loucura imperialista para a realidade esquecida. Passou da ironia ligeira do episódio de Fernão Veloso para o *medonho choro* de Adamastor e ainda soube enxertar nesse « medonho choro » as três estâncias líricas da lenta agonia no sertão de Manuel de Sousa de Sepúlveda e de D. Leonor de Sá. Entremeou a vida a bordo entre tempestades e vigílias com a evocação da vida medieval que representa o episódio dos Doze de Inglaterra. Poz na bôca duma ninfa a predição do heroísmo dos Almeidas e na bôca de outra ninfa a narração do martírio de S. Tomé.

Poema sem defeitos? Evidentemente que não. Já são sobejamente conhecidos.

(1) LUSÍADAS, X, 8, 1-2.

Mas êsses senões, uns não affectam a essência do poema, como o abuso de pormenores históricos e geográficos, patente sobretudo nos cantos III e X; outros explicam-se pelo gôsto da época, como o *cultismo deslocado* que levou o poeta a fazer com que Inês moribunda se lembrasse de Semíramis e de Rômulo e a pôr na bôca do Gama, na hora do maior perigo, referências às «Syrtes e baxos arenosos» e aos «Acroceraunios infamados» (1).

Quanto ao maior defeito do poema, visto na sua técnica, a *mistura de cristianismo e de paganismo* na acção, que condenou o livro para Chateaubriand, não é assunto que possa ser tratado num rápido artigo de jornal. Sòmente se deve frisar que não basta *criticar* à luz da nossa mentalidade de hoje; é preciso *compreender* à luz da mentalidade do Renascimento.

Ora os três séculos de classicismo (até Chateaubriand — GÉNIO DO CRISTIANISMO — 1802) não concebiam uma epopeia sem o mecanismo mitológico. Por outro lado, Camões era cristão sincero, se bem que incoerente (vejam-se as est. 2-14 do canto VII), e muita vez, *aut sponte sua aut non*, lhe fugia a lingua para a verdade...

Mas nos *LUSÍADAS* não há só uma lição *estética*. Há também uma lição *social*, construtiva, com certos aspectos sempre actuais.

O trabalho, o esforço próprio, o mérito pessoal, semelhante ao *self-made* dos Ingêleses, é que Camões louva. A instituição *filho de papá*, entre nós corrente, é justamente escarpelizada, no final do canto VI, as intrigas cortesãs são verberadas em versos que não morrem (cfr. p. ex. X, 22-25). Pena é que a ilha dos Amores destoe por completo dessa grande lição de virilidade dada pelo poeta que desprezara Leonor Teles porque

hum baxo amor os fortes enfraquece (2).

(1) Cfr. *LUSÍADAS*, III, 126, 7-8; e VI, 82.

(2) *LUSÍADAS*, III, 139, 8.

Sobretudo não vejamos o poema à luz dum sebastianismo exagerado e dolente. D. Sebastião aparece no poema como Marcelo no canto VI da ENEIDA. Nada mais!

A lição do poema é sobretudo uma lição de *esforço*, vocábulo que aparece a tôda a hora e que Epifânio traduziu por *coragem*. ; Para longe as manhãs de nevoeiro enigmáticas e estéreis! Foi num grande dia de sol que o Gama aportou a Melinde e é ainda num grande dia de sol que, longe da Lisboa dos boatos e dos cafés, o lavrador do Alentejo faz a sua colheita de trigo!

## ALEXANDRE HERCULANO

### MEIO SÉCULO APÓS A SUA MORTE

Fêz no passado dia 13 cinqüenta anos que morreu em Val-de-Lobos Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo.

Então, inspirado pela morte do Mestre, Pinheiro Chagas escreveu páginas belas de estilo mas pobres de conteúdo e repassadas de liberalismo romântico. Alves Mendes fêz-lhe o elogio fúnebre, obra prima de verborreia gongórica. Para lá das fronteiras de Portugal, Sanchez de Moguel, em Madrid, Döllinger, na Alemanha, celebraram a sua memória. Emfim, até mesmo no campo dos adversários que êle mais renhidamente combatera e (porque não dizê-lo?) mais grosseiramente insultara, nas colunas da velha e honrada *Nação*, o miguelista João de Lemos, volvidos poucos anos, escrevia estas nobres palavras: «? Ainda ontem se sumiu no túmulo Alexandre Herculano e o seu vulto já faz sombra na posteridade?»

Meio século passou. E nesse meio século morreram os que o tinham conhecido e venerado; dos que foram em peregrinação a Val-de-Lobos creio que só resta Jaime Batalha Reis. Mas, em compensação o tempo foi também amortecendo os ódios que o autor do *Eurico* suscitara em todos os campos, desde o partido ultra-conservador até aos avançados como Teófilo Braga e Adolfo Coelho. Acalmaram-se as paixões; e Herculano está a caminho da justa e serena consagração a que o seu extraordinário talento e o seu carácter davam de-certo direito.





Herculano foi *um símbolo*. No século XIX, pela pujança da sua inteligência êle foi o mais audacioso desafio lançado aos privilegiados da época pela burguesia pobre e, de comêço, socialmente anulada.

Saído duma humilde linhagem de canteiros e de sapateiros, nascido e criado num páteo de Lisboa, tendo conservado tóda a vida os hábitos frugais e simples da casa de Teodoro de Carvalho, falando aos poderosos a linguagem rude da franqueza, Herculano foi bem o homem que pôde dizer na velhice, ao recusar uma comenda: «Pertença pelo berço a uma classe obscura e modesta. Quero morrer onde nasci.»

Mas a sua vida e sobretudo o sonho da sua mocidade diz mais alguma coisa. O homem de talento que, numa época em que os privilégios económicos estavam em poder de duas classes, pegou em armas para implantar um novo estado de cousas e, após 34, lutou na imprensa contra os defensores do *statu quo ante*, êsse homem simbolizou as aspirações da classe média, foi bem o ideólogo do liberalismo.

Para o compreendermos é preciso pensarmos que o burguês então estava politica e até mesmo socialmente anulado havia três séculos. No Pôrto e em algumas terras do Alentejo o espirito municipalista ficara sempre latente. Mas em Lisboa, o burguês era um ser inofensivo que jogava o gamão pelas boticas e tagarelava no Alto de Santa Catarina. E o burguês de talento — bem o acentuava Teófilo Braga — era um pária destinado a comer as migalhas da mesa dos grandes, como acontecera a Tolentino e a Bocage.

Herculano ambicionou mais para a colectividade do que para si.

*Liberdade* era então uma palavra mágica que galvanizava a classe média.

«A liberdade, ídolo do meu entendimento» — escrevera a Marquesa de Alorna nos dias de Voltaire e de Rousseau.

«Uma boa *libradade*» — pediam os pasquins clandestinos

nos dias de Gomes Freire. E Herculano, inflamado pelo mesmo ideal político, foi de-certo um dos mais puros daqueles « sete mil e quinhentos esfarrapados que só venceram por traição do Póvoas »; foi êle que depois architectou a aristocracia *do mérito* nas colunas da REVISTA UNIVERSAL.

O próprio Cristianismo aparecia aos olhos daquela geração como a fonte sagrada da liberdade.

Herculano escrevia na HARPA DO CRENTE:

*A cruz no céu do Oriente  
Da liberdade annunciara a vinda.*

Por essa mesma época Vinet escrevia: « Le christianisme est dans le monde l'éternelle semence de la liberté. » E Laccordaire ia até dizer: « Le plus grand cri de liberté qui soit jamais sorti d'une poitrine humaine est: je crois à l'Église Catholique. »

Sonho realizado, sonho desfeito.

Herculano morreu desiludido do constitucionalismo como, quarenta anos depois, Sampaio Bruno havia de morrer desiludido da república. E no Prefácio da PAQUITA de Bulhão Pato revela ideas bem diferentes das da sua mocidade: o progresso, concebe-o já então como um caminhar para trás quando se reconhece que, ao marchar para a frente, se andou por caminhos errados.

\* \* \*

Todavia Herculano deixou obra mais duradoura. Êle trouxe *espírito novo* ao estudo da nossa história.

Antes dêle, entre nós, a história era... o que ela fôra desde a remota antigüidade até aos dias de Bossuet, para quem ela era ainda « a vida das grandes personagens. » Uma resenha de factos, uma crónica, um conjunto de biografias. As épocas talhavam-se arbitrariamente por dinastias e reinados, e não consoante as grandes transformações sociais. Dêste modo a côrte bárbara de Afonso o *Batalhador* e a côrte hierática de D. João V pareciam irmãs gêmeas.

Dissecar o passado, interpretar e *correlacionar* os factos, ver a história à luz das diferenças profundas entre a sociedade dum a época e a de outra, ressuscitar as *civilizações* mortas com os seus costumes, as suas instituições próprias, deixando na sombra o *indivíduo* que até então atraía tôdas as atenções e que é afinal, até certo ponto, um reflexo do modo de ser colectivo, deduzir das disposições dum foral que resgatam o homicídio por dinheiro e dos enxovalhos por que a multidão faz passar uma rainha de Castela, uma concepção da justiça e da moral pública que não se parece com a de hoje — tal foi a revolução operada por Herculano no campo da historiografia. Não criou, pois essa revolução mental já então agitava a Europa inteira; mas emfim, entre nós, foi êle o primeiro que o *fêz conscientemente*.

Consciêntemente?! É que *inconscientemente* — como êle próprio escreveu na *Introdução à História de Portugal* — as crônicas da Idade-Média, ingénuas e pormenorizadas, eram já uma imagem da vida colectiva mais verdadeira do que a dos historiadores clássicos.

Acrescente-se a isto o trabalho de documentação, de selecção das fontes, e ter-se-á um rápido e insuficiente resumo do que foi a maior obra de Herculano.

« *No dia em que as suas teorias de historiador forem postas de banda, êle há-de ficar de pé na literatura como Montesquieu e como Michelet!* »

Estas linhas são de Lanson a respeito de Fustel de Coulanges. Aplicam-se a Herculano.

Ninguém como êle soube dar vida ao drama da invasão árabe e à epopeia da reconquista gótica. Ninguém como êle soube cobrir a imensa estepe das Espanhas onde êsse longo duelo se travou. Ninguém como êle soube falar a linguagem rude e expressiva dos velhos guerreiros. E por isso, passados quási cem anos, hoje que o romantismo está fora da moda, a magia do seu estilo e a beleza das suas imagens encantam sempre.

## O ETERNO PÁRIA

« O eterno pária » — foi assim que Gonçalves Crespo chamou ao Poeta num soneto das *MINIATURAS*.

Essa idea fôra magnificamente ilustrada numa balada célebre de Schiller, *A partilha da Terra* (*Die Teilung der Erde*):

Um dia Zeus repartiu a Terra pelos mortais. Todos tiveram o seu quinhão. Todos, não. Houve um que chegou tarde de mais: *foi o poeta*. Quando chegou, já a herança estava tôda repartida pelos *homens práticos*, já não havia quinhão de terra nem de fortuna para lhe dar. Era o deserddado da sorte. Então disse-lhe Zeus que ficasse pelo Olimpo a cantar.

Raras vezes se transpôs para versos tão belos a antinomia de raiz que existe entre a índole do poeta e a do homem prático.

Depois o romantismo tangeu esta corda em todos os tons e em tôdas as línguas. Para os românticos, o poeta, porque incompreendido, está condenado ao infortúnio. Corina vagueia pela Itália em busca da ventura inatingível. Isolado na sua torre de marfim, Vigny é bem o símbolo daquilo a que os do seu tempo chamavam « o génio incompreendido »: *Odi profanum vulgus*. Mais terno e mais sensível, Lamartine curva-se ante o dogma romântico do infortúnio forçado do Poeta; é bem patente êsse seu sentimento naquela ode das *MEDITAÇÕES*, *La gloire*, que êle dedicou à velhice amargurada de Filinto Elísio. Para cá dos Pirineus o castelhano Zorrilla escreve:

... el poeta en el mundo  
Es una planta maldita  
Con frutos de bendición.

e à beira do Vouga, Soares de Passos:

*Ai do que a sorte assinalou no berço  
Inspirado cantor, rei da harmonia!*

Foi esta a teoria dos românticos. Agora os factos... ¿Correspondem ou não?

A vida dos poetas célebres diz que não poucos lutaram com a miséria. Uma lenda teimosa representa Homero cego e mendigo a cantar de terra em terra os poemas que compusera; vem essa lenda desde a remota antiguidade até o *chanteur de Kymé*, de Anatole France; e ela é afinal a cristalização dum costume: a vida dos *aedos* na civilização jónica, ambulante como a dos trovadores na Provença medieva.

Camões agonizante viveu das esmolas que o Jau recolhia e morreu de miséria. Bocage comeu muita sardinha salgada, arranjou um emprêgo graças aos empenhos de três graúdos do reino, e por fim acabou os seus dias na miséria, num 3.º andar da travessa de André Valente, aos Paulistas. Musset agonizou e morreu numa mansarda de Paris. Lamartine septuagenário teve de escrever para viver. João de Deus passou as passas do Algarve. Gomes Leal foi encontrado pela policia a dormir num dos bancos do antigo Rossio, como os vadios e os cadastrados, numa madrugada quente de Agosto de 1919. Olavo Bilac — contaram-me brasileiros — precisou um dia dum par de botas e viu-se sem dinheiro; correu então as redacções nos jornais do Rio até que por fim lhe deram vinte mil reis por um soneto...

Estes os poetas que comeram o *pão do proletário, pão que o diabo amassou...* Se à lista acrescentarmos outros *que também sorveram do infortúnio a taça*, então é um nunca acabar: Ovidio, Dante, Petrarca, Tasso, Bernardim, Garção, Filinto, Tomás António Gonzaga, Byron, Schiller, Lenau, Gonçalves Dias, Antero, António Nobre... e quantos e quantos mais!

Poetas como Horácio, a fazer versos no remanso duma casa de campo, repartindo as horas entre o sono e a leitura dos clássicos gregos,

*Nunc veterum libris, nunc somno et inertibus horis*



*poetas felizes* e ao mesmo tempo *grandes poetas* — é que parecem ter sido excepções.

O poeta é infeliz, porque incompreendido, — proclamaram os românticos. E embora essa afirmação fôsse filha do seu individualismo estreme, êles não andaram muito longe da verdade.

O poeta, — no mais nobre sentido da palavra, — é um ser mais espirito do que carne. O ideal sustenta-o. Na vida prática não sabe ser martelo. Repugna-lhe instintivamente chafurdar no lodo dos charcos grandes e pequenos. « Anscia pelo eterno gôzo » e por isso desprende as asas. E cá em baixo a multidão olha para êle com estranheza.

Conta Teixeira de Pascoais que um dia alguém em Amaranthe, andando à sua procura, entrou numa botica e deu sinais dêle. Uma pessoa que lá estava deu as informações precisas; mas, à palavra *poeta*, fêz-se muito séria e disse em guisa de desagravo: « *Poeta?! Isso é que nunca ouvi dizer!* »

\* \* \*

Mas, afinal, qual é a definição de *poeta*? No século xvii ainda um estudante de retórica poderia responder: *Poeta é o que faz versos*. E logo depois acrescentaria, como lição bem sabida: A poesia divide-se em épica, lírica, dramática e didáctica; e os géneros não se misturam. Então messire Boileau teria aplaudido. Hoje só falaria assim o conselheiro Acácio.

A estética moderna, muito mais vasta e rica de sensações do que a clássica, embora muita vez menos equilibrada, deu ao termo *poeta* uma elasticidade que faz lembrar a do étimo grego, que foi seu ponto de partida (*poiêtês*, o que faz, o que cria). Ruskin proclamou que « para ser poeta bastava sentir fortemente ». Depois dele ficou à moda a expressão *poesia em prosa*, os simbolistas confundiram poesia e música, Ernesto Hello tratou Ovidio de versificador insuportável e em compensação os irmãos Goncourt disseram do *pintor* Watteau que êle fôra o verdadeiro *poeta* do século xviii.



Ainda na mesma ordem de ideas, Júlio Dinis, na MORGADINHA DOS CANAVIAIS, ao pintar a curiosa figura do recoveiro Cancela, escreveu: «Cancela era o poeta da sua profissão.»

Hoje todos nos vemos embaraçados para delimitar o âmbito romântico desta palavra.

Que é então o poeta?

No sentido mais lato dêste termo, poder-se-ia talvez dizer: é aquele que sente e ama desinteressadamente um objecto de ordem espiritual ou que o seu sentimento espiritualiza.

O poeta que faz versos impregnados de espiritualismo e de ideal, como Schiller, e o químico que observa pacientemente no fundo duma retorta as reacções da matéria, nada têm de comum entre si? Têm. Um e outro são paladinos duma realidade superior, que divisaram através de brumas mais ou menos espessas. Num há amor à arte pura; no outro, amor à ciência pura.

Poeta —, *sensu stricto* —, músico, criador de beleza plástica, filósofo, homem de ciência, tudo são facetas duma mesma e única realidade. Todos são inquiridores da Verdade ou criadores de Beleza. Todos tiveram *quocumque modo* a revelação do *Espiritual*.

E para o mundo todos são *ralões, caturras, originais, maniacos*. Pudera! pois se elles nada entendem de negócios nem se interessam pelas intrigas políticas nem pelo repertório das más linguas, realidades inferiores que para Platão eram *sombras*. «Nos altos pincares de gêlo e de luz não há micróbios» — escreveu algures Guerra Junqueiro.

Na tomada de Siracusa, Arquimedes, alheio a tudo o mais, entretinha-se a desenhar na areia figuras geométricas; um soldado romano julgou que era um doido e matou-o. Os que vivem da vida do espirito, se nem todos acabam assim trágicamente, pelo menos todos podem contar com o ficarem incompreendidos.

Há cousa duns quatro anos, o reitor dum dos liceus de Lisboa, entendendo e com razão que não é masculinizando o seu traje (e a sua alma) que a mulher se eleva, proibiu às

alunas o uso da capa e batina; daí resultou, claro está, uma greve escolar, para não infringir o culto nacional da indisciplina e da preguiça. Uma manhã, comentava-se o caso numa conversa entre populares, na plataforma dum eléctrico da Estrêla; um dêles atalhou: « Isto de professores, *quási todos têm a sua mania*; aquele tinha a mania da perseguição. »

Esta frase foi para mim uma revelação. A profissão que mais traduz o contacto com as realidades superiores da vida mental, — se é que o imponderável se pode concretizar e identificar com um modo de vida, — é de-certo a de professor, a nobre missão de Sócrates. *Contemplari et aliis contemplata tradere* — (estudar e dar aos outros o que se aprendeu) diz a fórmula dos Dominicanos. Todavia, para o vulgo... *profesores = maniacos*.

¿ Que admira no entanto, que assim pensem homens sem cultura, se já na antigüidade Zenão chamou a Sócrates *o bobo de Atenas*?

\* \* \*

A guerra veio dar um grande solavanco ao mundo, solavanco de que o pacto de Kellogg, com todo o seu cortejo de maldições do passado e de esperanças para o futuro, é até agora o último acto. As condições económicas mudaram por completo: andam de automóvel pobres de ontem e vivem com custo os que se tinham por remediados.

Piorou a condição de quási todos. O bom tempo em que a vida era barata, em que a pobreza envergonhada corria séca e meca por uns miseros dez tostões mensais do Govêrno civil, em que os remediados, pelas alturas do S. João, se punham à procura de casas com escritos e traziam para a criançada brinquedos alemães por dez reis de mel coado, tudo isso já lá vai. « O grande século inaugurado em 1815 —, como disse Ferrero —, pôs-lhe um ponto final a deflagração da guerra. » Hoje, em face do desequilibrio da balança de cada um, do galope dos preços, das rendas de casa fabulosas, resta-nos dizer como outrora Talleyrand: « *Ceux qui n'ont pas vécu sous l'ancien régime ne savent pas ce qu'est la douceur de vivre.* »

Há uma classe esmagada em todos os países: a antiga *classe média*. A ela pertence a grande maioria dos *trabalhadores intelectuais*, nos quais podemos distinguir duas categorias: *os que escrevem e os que ensinam*.

Os que escrevem... Dêsses só têm hoje vida desafogada os que —, na frase justa de Charles Wagner —, « dão ao público *aquilo de que êle gosta* em vez de lhe darem *aquilo que o educaria*. »

Depois acontece que *a arte de escrever, mecanizando-se, morre*. Por isso não se pode fazer das letras um ganha-pão. Camilo, que assim fêz, acabou por descambar no mediocre. Pinheiro Chagas, « fritando os miolos à noite para dar de almoçar de manhã à família », deixou-nos um nobre exemplo de trabalho e de grandeza moral, mas em troca um espólio mental e literário desvalorizado. E hoje não será difícil apontar tal e tal homem de letras que, pela agudeza do seu espírito e pela sua rica cultura, prometia alguma cousa, e que afinal se habituou à engrenagem de deitar livros para as vitrines periódicamente, como as companhias que dão dividendo aos accionistas ao ano ou ao semestre.

Horácio, Boileau, La Bruyère, eternos atalaias do estilo, lá estão para os julgar, para lhes ensinar com ironia, o *quam difficile est scribere*. As letras não se industrializam... Sim, mas dadas as condições económicas cada vez mais agudas, a literatura de amanhã só poderia contar com as horas vagas dum Cesário Verde ou então com um ou outro feliz que nascesse numa saquinha de ouro.

¿ Não seria então inteligente fomentar prémios, como acontece lá fora e entre nós já há para a literatura colonial? ¿ Sómente, donde viria o capital? ¿ Do Estado endividado? ¿ Dos particulares que o aferrolham nos bancos de Londres?

¿ E como se faria a selecção do júri?

E quanto *aos que ensinam*... Nesse capítulo ainda é mais doloroso o contraste com o que se passa lá por fora.

Nos Estados-Unidos, há milionários como Pierpont Morgan

e Rockefeller que sustentam universidades, cousa incompreensível, entre nós, para uma certa camada que Brito Camacho definiu um dia « pessoas que, afora nascerem ricas, tiveram a ventura de nascer vacinadas contra o mal de pensar. » No país do *Time is money*, em Oxford e Cambridge, há helenistas como Jebb e Nioll que até têm vagar, para compor poemas em grego e traduzir para puro dialecto ático os discursos de Lloyd George, de Asquith, de Baldwin e de Balfour; de-certo não teriam vagar para isso se tivessem de fritar os miolos para viver, como Pinheiro Chagas. A Alemanha mantém galhardamente os seus pergaminhos de amor à cultura e ao esforço desinteressado nela dispendido. A minúscula Suíça sustenta sete universidades com grande concorrência de professores e alunos estrangeiros; o magistério secundário é reputado um sacerdócio, pelo menos nas capitais de cantões como Genebra, Lausanne, Friburgo; e a par disso a iniciativa particular criou a interessante tentativa das *Écoles Nouvelles*. Em França a iniciativa particular pouco faz; mas a iniciativa da Igreja pôs de pé os *Institutos católicos*; e o próprio Estado garante aos professores do Colégio de França e aos universitários a possibilidade de viverem para o estudo.

Em Portugal... os que vivem da vida do espírito, perdidos na multidão das tais pessoas que nasceram vacinadas contra o mal de pensar, devem ler uma das páginas mais curiosas e mais dignas de reflexão que a antiguidade nos deixou: *o liberto grego de Plínio-o-Moço*.

Zósimo era um homem honesto, educado, ilustrado; cómico de ofício, tinha uma grande cultura e tocava cítara lindamente. Mas era um liberto e valeu-lhe ter um bom patrão.

Não nos queixemos do nosso tempo; ainda houve tempos piores.

ALFARQUETTA  
LIVRO DE POESIAS  
POETAS DE ONTEM...

---

## GONÇALVES CRESPO

¿Este nome tem ou não direito a ficar de pé para as novas gerações?

¿Que é que caracteriza as suas poesias?

Nos dois pequenos livros que após si deixou nada há que se assemelhe a essa visão do mundo num grande dia de sol, que é a essência da epopeia. Faltou-lhe por completo a grandeza trágica de Antero a esvoaçar nos domínios da metafísica e a pedir angustiado às cousas que decifrassem o enigma da Vida. Não tinha a imaginação de Homero nem a de Victor Hugo. Também nos seus versos (tirante uma ou outra poesia como *A sesta*, *O Rosário* e *À beira do Mondego*), não há o ritmo embalador e constante dum Vergílio, dum Schiller, dum Leconte de Lisle... ¿Então que houve de grande nêles?

Houve, sim, espontâneo, quente e sincero (*non fucatus nitor...*) o desabafar duma alma cândida e pura, sedenta de beleza moral e de beleza artística e queimada no choque de todos os dias e de tôdas as horas entre o Ideal e a Realidade.

Sensibilidade imensamente vibrátil e delicadeza na expressão dêsse sentimento.

\* \* \*

António Cândido Gonçalves Crespo nasceu no Rio de Janeiro a 11 de Março de 1846. Seu pai era um emigrante minhoto.

Veio do Brasil com dez anos. Filho de português, portu-



guês ficou. Mas o Brasil de estranhas paisagens tropicais, onde a poesia lírica romântica dera a imaginação pujante de Gonçalves Dias e onde o indianismo literário ia renascer no romance com José de Alencar, êsse Brasil nunca morreu de todo nem na sua retina nem no seu coração: é ver *A sesta*, *Na roça*, *Ao meio dia*, quanto ao poema da mocidade, e, nos NOCTURNOS, *As velhas negras*.

E da mãe que êle nunca mais tornou a ver (e que nas cartas de Coimbra desejava vir a ter no seu futuro lar, então ainda quimérico), a recordação valeu à sua sensibilidade essa pérola que é *Alguém*.

Atirou-o para Coimbra, aos vinte e poucos anos, a vontade dum pai que o queria ver formado em medicina, dum pai a quem, não obstante os *conflitos de pecúnia*, êle chamava «o meu maior e mais dedicado amigo.»

Coimbra, centro da vida mental, estava então em plena efervescência. Declarara-se abertamente a revolução mental, complemento da revolução social triunfante em 34 e que, por seu turno, havia de ser coroada em 1910 pela revolução política. Despontava a geração de 70, a *geração do Bota-abaixo*: Antero, Eça, Teófilo, Junqueiro. Vingava o espírito racionalista, iconoclasta e cosmopolita. Antero, à noite, meio corpo fora da janela, interrogava as velhas beatas sôbre o Imanente. Conspirava-se nas lojas maçónicas. Lia-se tudo o que vinha de França. Architectava-se uma sociedade nova, assente sôbre ideas novas. E emquanto a *cabra* não chamava a mocidade revolta para as aulas dos velhos lentes fossilizados, cá fóra os que atiravam a luva a Castilho e escreviam o manifesto de 71 atiravam uns aos outros como chufa suprema os nomes dos clássicos pátrios, dos *maçorros semsaborões*, como lhes chamava o Eça.

¿Nessa Coimbra, que seria duma sensitiva?...

Tal foi o destino de Gonçalves Crespo.

E por isso, não obstante a lenda alegre que em tórno do seu nome se formou, a sua alma recolhia-se interiormente.

Era todo nervos. Teixeira de Queiroz, amigo de tôdas as



horas, deixou alguns dados valiosos para a compreensão daquela estranha sensibilidade (1): um dia, no teatro de Coimbra, o trágico Rossi representava o *Othello*; no momento da tragédia, quando o silêncio era solene e profundo, ouviu-se um grito pavoroso... era o Crespo...» Havia dias em que êle ficava a fitar melancolicamente o espaço. Às vezes, num passeio, mudava de rua de repente, sem se saber porquê. Filho do Brasil, terra de índios selvagens e supersticiosos, uma borboleta que lhe batesse no peito punha-o mal disposto. E, ao chegar a casa, repousava os olhos nos olhos puros dessa inocente criança do jardim vizinho que lhe inspirou a *Mimi*.

Nascera poeta...

Foi nesse estado de alma que êle compôs as *MINIATURAS*, o poema da sua mocidade.

Mas a vida segue...

Formava-se em direito em 1875.

E as *MINIATURAS* tinham tido um grande sucesso. Estavam à moda; eram mesmo um *bibelot* para as meninas elegantes que até então só liam Tomás Ribeiro e Bulhão Pato. E na velha casa de Pinteus, solar dos Vaz de Carvalho, refúgio duma velha família miguelista que, como tantas outras, a si própria se condenara ao ostracismo político, «alguém esperava o poeta, na sua solidão». Alguém e alguém de incontestável talento: D. Maria Amália Vaz de Carvalho.

Começa então para Gonçalves Crespo uma vida nova, vida de homem do mundo, em Lisboa. Um novo poema atestará essa fase da sua vida: os *NOCTURNOS*. Mas Gonçalves Crespo já não é o estudante bisonho de Coimbra, «alma árida e selvagem»; é agora um homem polido e fino que recita versos seus ante plateias de senhoras, que é deputado às côrtes e que vive na intimidade da aristocracia culta da capital. E, (porque não dizê-lo?) realiza um pouco o verso de Musset:

*Un poète mort jeune à qui l'homme survit.*

(1) Teixeira de Queirós, Prólogo da 3.<sup>a</sup> edição das *MINIATURAS*.

Mas a tuberculose espreita-o. E a 11 de Junho de 1883, com trinta e sete anos de idade, o poeta das *MINIATURAS* e dos *NOCTURNOS* morre após uma agonia longa e dolorosa.

\* \* \*

Os dois únicos poemas que Gonçalves Crespo deixou marcam bem as duas fases bastante diferentes da sua curta vida.

As *MINIATURAS* são o poema duma alma, o livro de versos dum estudante de Coimbra (da Coimbra de outrora), poeta *de verdad* e coração em busca dum affecto.

Mas não haja ilusões. Dizer que Gonçalves Crespo era uma alma pura não equivale a dizer que tudo seja casto no seu livro. Ah! não se procure nas *MINIATURAS* o idealismo puro dos Germanos que teve nos versos de Schiller a sua mais bela expressão. O lânguido e abúlico filho dos trópicos em nada se parecia com « os filhos indomáveis da Gothia... »

Infelizmente o sensualismo que emporcalhou e emporcalha a nossa literatura moderna, a ponto de deformar o gosto literário, não está ausente do livro. *Sara*, *A mulher que ria*, *Cortejo*, *Consolação*, e ainda outras poesias devem ser excluídas duma antologia norteada por são critérios espiritualistas. *Cela est bas* —, teria dito Hello.

No entanto mesmo êsse lirismo sensual não é tão baixo como o de João Penha, seu amigo e companheiro de quarto, ou como o de certos passos da obra de Junqueiro, coimbrão da mesma época. Nas *MINIATURAS* há bem *um duelo entre o Espírito e a carne* e nesse duelo o Espírito leva algumas vitórias: é ver *Dulce*, *Arrependida*, *Desdichada*, *Alguém*, *Mimi* e até (embora sejam uma flor num pântano) os últimos versos de *Sara* (V).

*Dulce e Arrependida* são talvez as duas poesias mais profundas de todo o livro. Há nelas a lição trágica que nos dão os seres que do fundo da sua degradação moral ainda olham com respeito e até mesmo com saúde para a Virtude, seres ainda não inteiramente corrompidos em que o sombrio Tertu-

liano teria reconhecido, juntamente com os vestígios do baptismo, a *anima naturaliter christiana*...

Do fundo da sua miséria moral Dulce diz:

*Tu sabes se te amei, santa virtude!*

.....

*Por minha mãe que a fome alucinava*

*Lançada fui no abismo! Então amava...*

*Hoje sou Dulce, a lama que se vende...*

E em *Arrependida*, é outro drama não menos real:

*Ela cisma ao luar; todo o passado*

*A seus olhos avulta, iluminado*

*Pelos dúbios reflexos da tristeza.*

*Por uma noite assim, límpida e clara,*

*Sua modesta alcova ela deixara*

*Por esse que ali dorme e a despreza!*

*Desdichada* é o poema das feias que sentem e nas quais acaba por resplandecer a beleza da Virtude.

*Alguém* é um bater de asas em busca do afecto mais nobre e mais puro da sua alma moça: a *mãe*, separada pelas águas do mar como Ifigénia na tragédia de Goethe:

*Mich trennt das Meer von den Geliebten!*

Se há uma característica dominante em todo o livro, é de-certo o *subjectivismo lírico*. Uma ou outra poesia, qual *Uma andaluza*, *Desdichada* ou *Arrependida*, em que o poeta tende para o *lirismo impessoal* dos Parnasianos, que ele há-de mais tarde atingir nos *Nocturnos*, são evidentes excepções.

Em todo o livro se sente aquele estado de alma a que os Franceses chamam « *l'épanchement du moi* » e que nós, à falta de outro termo, traduzimos por *egotismo*.

Tudo ou quasi tudo se refere ao *eu*, até o meigo e límpido olhar de criança em que êle, ao chegar a casa, descansa seus olhos ávidos de Beleza. O soneto *Á beira do Mondego* é

aparentemente impessoal, mas ¿quem é o poeta que vagueia de noite a «*escutar a sombra de Inês entre os salgueiros*»?...

É por este poema da sua mocidade, Gonçalves Crespo, contemporâneo de Eça de Queirós e de Teófilo Braga, pertence ainda ao Portugal romântico. Não ao romantismo feito teoria literária, qual o defenderam nos seus dias Castilho e Pinheiro Chagas. Mas pertence instintivamente ao romantismo *tout court*.

¿Não foi o *subjectivismo puro* a característica essencial do lirismo romântico? Sainte-Beuve dera a definição, falando do poeta das MEDITAÇÕES: «*Lamartine ignorant qui ne sait que son âme*». Mais tarde Faguet estendeu-a a Alfred de Musset; e ainda há pouco mais de um ano, numa conferência realizada na Faculdade de Letras de Lisboa, Mr. Morillot, reitor da Universidade de Grenoble, aplicou essa definição a M.<sup>mo</sup> Desbordes-Valmore.

Os NOCTURNOS são dum trama bem diferente. São talvez o livro que marca melhor do que qualquer outro a tentativa dum Parnaso português.

O Parnaso nunca existiu entre nós. Não se pode considerar a cultura clássica como condição *sine qua non* do lirismo subjectivo. Mas os factos são os factos. E a cultura humanista foi um elemento estético característico na poesia parnasiana de Leconte de Lisle e de José Maria de Heredia; fôra-o já um século antes para o lirismo impessoal de Schiller. Ora essa cultura era letra morta para os poetas portugueses da segunda metade do século XIX. E o Parnaso, — como nota Lanson, — corresponde, na vida mental, a Renan, Boissier e Fustel de Coulanges.

¿Quem poderia representar entre nós o Parnaso?

¿João Penha, o director da *Fólha*, a quem o próprio Gonçalves Crespo chama «*mestre*»? Na verdade, tinha ritmo, ideal supremo dum Parnasiano, mas era um poeta sem vôo e sem asas: não tinha ideal, nem ideas, nem cultura... ¿Simões Dias? Mais pensador e mais idealista, era ainda um romantico, *venu trop tard dans un monde trop vieux*... e porque êle era ainda um romântico, Mendes Leal e Pinheiro Chagas

o saúdaram na aurora do seu estro... Gonçalves Crespo? Sem cultura clássica de espécie alguma, é ainda quem representa melhor o lirismo impessoal do Parnaso.

Dizia D. Maria Amália Vaz de Carvalho que êle próprio « julgava proceder da arte parnasiana. » (1).

Parece ter imitado Leconte de Lisle em poesias como *As primeiras lágrimas de El-Rei*, *A resposta do Inquisidor* (poesia ousada *in rebus fidei*). No entanto essas poesias deixam o leitor frio, e sente-se demasiado que o poeta procura o efeito e que o condensa no último verso, um pouco à maneira da máxima sacramental das fábulas de Lafontaine. *On y sent la recherche.*

Das poesias de maior tómo, a melhor é *A venda dos bois*. Nessa o poeta inspira-se na *sensibilidade popular*, o que nêle não é freqüente. O final é talvez bebido em Leconte de Lisle; compare-se essa poesia com *La fontaine aux lianes*: em ambas o tema da indiferença da Natureza perante as desgraças do Homem, contraposto ao tema romântico da Natureza viva e carinhosa.

Lamartine (em *Le vallon*) escrevia:

*La nature est là qui l'invite et qui l'aime.*

No polo oposto, Leconte de Lisle (em *La fontaine aux lianes*) escrevia:

*Ignorant que l'on souffre et qu'on puisse mourir.*

.....  
*La nature n'entend pas les souffrances humaines.*

E por seu turno Gonçalves Crespo (em *A venda dos bois*):

*E àquela mágoa intensa*

*E inenarrável dor*

*Responde a descuidosa e gélida indiferença*

*Dos homens e dos Céus e do profundo Mar.*

---

(1) D. Maria Amália Vaz de Carvalho, *Depois de trinta anos* (prólogo da 2.ª edição das Obras completas de Gonçalves Crespo).



Onde Gonçalves Crespo atingiu plenamente o lirismo objetivo, foi nos pequenos quadros, nos sonetos: aí é que deixou maravilhas.

Há alguns meses, numa tarde quente dum Domingo de Julho, quem escreve estas linhas descansava do convívio dos homens, por vezes pouco interessante, na verdura do parque Silva Pôrto, em Bemfica. Passou um grupo de rapazes; um dêes, que levava a farda do Colégio Militar, ia a recitar sozinho uns versos: era o soneto *Odor di femina*, de Gonçalves Crespo.

O poeta morreu há quasi meio século; os seus versos ainda vivem.

• • •

Concluindo:

O poeta dos NOCTURNOS tem uma arte mais perfeita, e até mesmo uma visão estética menos restrita, mas o guitarrista coimbrão das MINIATURAS era mais espontâneo e mais íntimo. Há talvez versos mais belos nos NOCTURNOS, mas no poema da mocidade havia mais sofrimento, mais *alma* e até mesmo, se bem que preso ainda a um sensualismo mórbido, um anseio mais forte de Beleza.



## JUNQUEIRO E OS VENDILHÕES DA PÁTRIA

« Ó nau gigante, ó nau soturna,  
Galera trágica e nocturna,  
Que levas, dize, no porão?  
.....  
Dentro do esquite, amortalhada,  
Levo uma pátria assassinada  
No meu porão. »

Fala do *Doído* na PÁTRIA de  
Junqueiro (1).

A 7 de Julho de 1923, há precisamente cinco anos, ante a expectativa do país inteiro, ou, pelo menos, de todo o Portugal culto, que assistira impressionado à sua agonia, extinguiu-se em Lisboa, com 73 anos de idade, o último dos *Vencidos da vida*, o poeta incontestavelmente grande da PÁTRIA, dos SIM- PLES e da ORAÇÃO À LUZ.

Junqueiro, ao morrer, deixou um grande vazio. « *Era o último duma geração de grandes* », — escreveu-se então na imprensa. Sentiu-se que baqueava um roble muito anoso que atravessara a vida literária durante meio século.

... « *Eam gloriam quam nemo est postea consecutus* » (aquela glória que êle teve e que depois dêle ninguém mais logrou alcançar), — assim dissera Cícero (2) a propósito de Isócrates, um dos oradores mais célebres de Atenas, o criador da prosa rítmica e da frase musical. Junqueiro também viveu e morreu rodeado duma auréola de lenda que, entre nós, nenhum outro poeta alcançou depois dêle.

(1) Junqueiro, PÁTRIA, 3.ª ed., Pórtio, 1915, págs. 104-105.

(2) Cícero, Brutus, VIII, 31.

Essa auréola tinha remotas origens na Coimbra romanescas de 1870, onde os poetas usavam cabeleira e bebiam absinto; crescera depois com os seus poemas sensacionais; crescera enfim nos dias em que, feito tribuno da *idea nova*, a cuja causa elle consagrara a opulência da sua imaginação, Junqueiro apontava a república ás turbas desorientadas como sendo « a única janela aberta na casa que já estava em chamas ». ¿E quem sabe afinal se para essa auréola de lenda não concorria em grande parte o seu físico, que fazia lembrar a imagem, perpetuada na arte, dos antigos profetas de Israel?



Tiveram destinos diferentes os dois grandes poetas da geração iconoclasta. Antero nunca foi popular, Junqueiro foi-o... e todavia Antero voou mais alto.

É que a glória de Antero não nos pertence; pertence à Humanidade. No nossa literatura do fim do século XIX, até mesmo na nossa literatura *tout court*, elle foi o *poeta das ideas*. O que elle cantou foi, afinal, — como disse o Senhor D. Manuel Cerejeira, — foram « *as dores duma intelligência*. » (1). A pergunta angustiada que « os cativos » faziam aos bandos de aves que atravessavam o espaço:

Aonde ides? Qual é vossa jornada?  
Á luz? Á aurora? Á imensidade? Aonde?

era, sob uma imagem nova, a mesma que Goethe fizera à água do regato:

*Wo kommst du her? Wo gehst du hin?*  
(De onde vens? Para onde vais?)

Como Lucrécio, como Dante, como Goethe, como Vigny, Antero pertenceu à escassa dinastia dos poetas pensadores.

---

(1) G. Cerejeira, *Portugal contemporâneo — Cinquenta anos de vida literária e mental*.

E o Pensamento transcende a idea de Pátria, como transcende a idea de Tempo.

Antero podia ter nascido por entre as brumas da Germânia, numa paisagem triste e severa de bétulas e abetos com as copas cobertas de neve. Junqueiro não; é nosso e só nosso.

A sua obra traduz bem um momento da nossa vida colectiva. Junqueiro pertence ao Portugal do fim do século XIX e começo do actual como Aristófanes pertence à Atenas do fim do século V e Victor Hugo à França do século XIX.

No Portugal moderno, Junqueiro foi o *poeta do sentimento nacional*. Vibrou e sofreu com todos os enxovalhos da Pátria, estremeceu a todos os sintomas de gangrena. O neto dos «perros» cristãos-novos da raia trasmontana foi muito mais português do que o parisiense Eça de Queirós, seu contemporâneo, mesmo mais do que o fidalgo açoriano descendente de Câmaras e Quentais, com avós ilustres em todos os séculos. E por isso, por se ter identificado com a *terra mater* e pela *vis epica* que anima a sua obra literária, Junqueiro foi de entre os modernos o único que se aproximou de Camões.

\* \* \*

Quando Junqueiro ainda não era um consagrado e o *Diário de Notícias* ainda participava burguesamente que fôra nomeado Secretário Geral em Angra o Sr. Guerra Junqueiro, há meio século, Gonçalves Crespo, que havia de morrer pouco depois, antes de virem a lume as obras mais retumbantes do poeta, escreveu a seu respeito estas palavras proféticas: «*Que simbólico nome o deste homem: Guerra!*» (1).

Como os da sua geração, Junqueiro passou a vida a guerrear e a demolir. Mas todos quatro, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho, Junqueiro, «morreram *de mal consigo*»

---

(1) Gonçalves Crespo, OBRAS COMPLETAS, — Prosa — Retratos — «Guerra Junqueiro».

*mesmos e com a própria obra*», — como escreveu Agostinho de Campos (1).

Junqueiro morreu renegando parte do que escrevera. Morreu renegando *A VELHICE DO PADRE ETERNO*, e, se não acabou os seus dias no seio da Igreja, estava já contudo na persuasão de que a Igreja, que dera S. Francisco de Assis, era alguma coisa de mais elevado e de mais profundo do que aquilo que entrevira a visão estreita e apaixonada do moço poeta de 1884.

Morreu pedindo perdão à memória de D. Carlos e querendo expurgar das novas edições da *PÁTRIA* o que no poema havia de insultuoso para o Rei que êle ajudara a assassinar... *A assassinar? A literatura tem responsabilidades sociais. Também outrora em Atenas Aristófanes, com as suas peças panfletárias, armara o braço dos juizes que condenaram Sócrates a beber a cicuta.*

Houve todavia alguém que Junqueiro cobriu de sarcasmo, alguém que êle fustigou em prosa e em verso com o seu chicote de satírico e a quem êle nunca pediu perdão. Êsse alguém foi... foram *os vendilhões da pátria*.

A *PÁTRIA* de Junqueiro não é só o libelo da dinastia de Bragança e dos politicos corruptos do fim da monarquia. *Magnus, Opiparus, Ciganus* sobretudo, o cínico, e os três cães que ajudam o pirata inglês a crucificar Portugal, são personagens de ontem e de hoje. A *PÁTRIA* é acima de tudo o *J'accuse* formidável do sentimento nacional, dirigido à alta finança sem pátria nem escrúpulos, a todos os pescadores de águas turvas de 1890, escalracho prolífero e daninho desta pobre terra de Portugal.

Esses é que Junqueiro desancou. É ver, por exemplo, certas falas de *Ciganus*:

Mas vamos ao que importa, — ao bom pirata inglês.

Mais preto, menos preto, a mim que se me dá?

---

(1) *LUSTÂNIA*, 1924, artigo de Agostinho de Campos, *Conversão e morte de Junqueiro*.

Que precisamos nós? Libras! libras, dinheiro!  
 Libras de oiro a luzir! Onde as há? No estrangeiro?  
 Muito bem; o remédio é claríssimo, é visto:  
 Obrigar o estrangeiro a tomar conta disto.  
 Impérios de além-mar, alquilam-se, ou então  
 Sorteados, — em rifa, ou à praça, — em leilão.  
 E o continente é dá-lo a um banqueiro judeu,  
 Para um casino monstro... (1).

Mas na PÁTRIA não há só sarcasmos, não há só a pintura realista e crua dos traidores de *smoking*, luva preta e camisa de sêda. Há também um idealismo nobre, elevado e triste que vai desde a evocação do passado na fala de *Astrologus*:

... homens da mesma raça  
 Envenenaram-no.

até à previsão do futuro nos últimos tercetos da fala de Nun'Álvares.

E é êsse ideal dum Portugal antigo cheio de virtude, — semelhante à Atenas viril das Guerras Médicas que vivia na alma épica de Aristófanes satírico, — é êsse ideal que anima as falas do *Doido*, tão belas, tão surpreendentes pela opulência da imaginação. O *Doido* com as suas trovas de maldição é o pesadelo dos traficantes da política e da finança e o *Doido* é o *Portugal velho*, que exclama ao avistar ao longe o espectro de Nun'Álvares:

Ah! fui eu... um outro eu...  
 que andou no mundo e já morreu!...

O passado, a continuidade histórica... mas o que é isso para os homens práticos? *Quid sunt verba nisi verba?*

Oito séculos de vida independente; uma história à parte, um passado de quimera na vida real, sonho duma noite de verão do rei afortunado, que já não pode ser um narcótico para o presente, como o era nos dias de Castilho e de Silva Túlio, mas que deve ser, como queria Herculano, um *memento*,

(1) Junqueiro, PÁTRIA, 3.<sup>a</sup> ed., págs. 15, 35 e 301.

um lembra-te de quem és filho, uma tradição de brio, de bravura e de galhardia na defesa do nosso património colonial, que vai desde o fronteiro de África D. Duarte de Meneses, nos dias de Afonso o Africano, deixando-se fazer em pedaços pelos Mouros, para com êsses pedaços lhes tapar o caminho de Seuta, até João Maria Ferreira do Amaral morrendo no seu pôsto quatro séculos depois, vítima duma bala chinesa na cidadela de Macau; uma literatura à parte a marcar-nos um lugar entre as nações autónomas, tôda a bela herança, *nossa e bem nossa*, de Fernão Lopes, Sá de Miranda, Camões, Frei Luís de Sousa, D. Francisco Manuel de Melo, Bocage, Garrett, Herculano e Camilo, ¿ tudo isso não valerá cinco reis?...

Mesmo à luz fria da razão, isso tem outro significado que a vaga noção de tribo que terão a esta hora os povos paleolíticos do interior da Austrália e os *Bushmen* errantes do Kalahari.

É essa a lição de Junqueiro. Da sua herança de demolidor ficou contudo o sentimento da dignidade nacional, ficou o *delenda* construtivo: *guerra aos vendilhões da Pátria*. E do seu poema, escrito nas horas de intensa comoção nacional que se seguiram ao *ultimatum* de 90, se não foram as obscenidades que o mancharam e impedem que êle ande em tôdas as mãos, poder-se-ia dizer o que o poeta Simões Dias dissera dos LUSÍADAS:

Quando um dia o velho enfêrmo do Ocidente  
 Quiser saber se ainda é vivo ou não,  
 Pousará sôbre êste livro a mão fremente  
 E sentirá bater um coração.



## LA BRUYÈRE E O «GRANDE SÉCULO»

ASPECTOS CURIOSOS DE UMA FRANÇA IGNORADA POR NÓS E  
SUPLANTADA POR OUTRA FRANÇA QUE NÃO MERECE A CELE-  
BRIDADE QUE TEM

A 11 de Maio de 1696 sucumbia em Paris, fulminado por um ataque apoplético, messire Jean de La Bruyère, antigo professor de história do filho do Príncipe de Condé e um dos clássicos mais finos, mais interessantes e mais espirituosos do século xvii francês.

E este nome sugere tanta cousa!

\* \* \*

Quando há perto dum ano os rapazes integralistas da efémera *Ideia nacional* soltaram o brado *anti-francês*, quem escreve estas linhas acompanhou com simpatia essa atitude.

É que é já tempo de reagirmos contra a tirania mental que a França exerce sobre nós, desde os dias da Marquesa de Alorna e de Filinto.

Vemos o mundo através da França. Mais: através duma França decadente e podre que exporta para Portugal, tudo dentro duma mesma mala, a ironia voltairiana, a moral de costumes sôltos, o teatro e a literatura dissolventes, — que encontraram pela proa, em tempos já mui remotos, a boa prosa portuguesa de Castilho, — a moda dos cabelos *à garçonne* e suas manas de mais idade, e enfim, a condimentar tudo isto, aquele espirito de superficialidade, parisiense da

gema, que já cristalizou em fórmulas como esta: *Il vaut mieux faire des riens que de rien faire. — Je me dépêche de rire de tout, de peur d'être obligé d'en pleurer.*

E no entanto, paradoxo curioso, o que há de mais interessante em França ainda está por descobrir para os Portugueses. Assim, não só a vida mental da França de hoje é apenas conhecida duma pequena minoria que estuda a sério, como também o passado espiritual dessa nação é quasi totalmente ignorado, sendo porventura mais interessante do que certos aspectos do presente.

Há anos alguém teve a curiosidade de consultar o *DE LA LITTÉRATURE* de M.<sup>me</sup> de Staël. Não havia à venda nas livrarias de Lisboa, de-certo por não ter leitores; só foi possível encontrá-lo na Biblioteca Nacional.

E todavia o espirito que animou as literaturas meridionais desde a revolução romântica, a compreensão da universalidade da arte e do aproveitamento dos assuntos nacionais na literatura, a rajada de irreverência que deitou por terra os velhos dogmas clássicos de Ronsard, de Boileau e de Voltaire, está já patente nesse livro, anterior de dois anos ao *GÉNIO DO CRISTIANISMO*. Ésse pouco...

\* \* \*

Teve a mesma sorte em relação a nós o século xvii francês. Só tem interesse para meia dúzia de pessoas. E todavia, a-pesar-dos seus senões, foi o período mais brilhante e mais completo daquela literatura.

Por ser dum estrangeiro, vale a pena arquivar a opinião inteligente e serena do crítico literário protestante suiço Charles Cottier. Depois de ter registado as lacunas dêsse século, a não-intervenção do elemento popular e da vida de familia na literatura, a não interpretação da natureza, escreve Charles Cottier:

« Les prosateurs du « grand siècle » ont eu le mérite de mettre dans un jour éclatant les vérités éternelles de la mo-

rale; et la poésie, le théâtre surtout, nous offre, par l'analyse des passions humaines, une peinture vivante et vraie de l'homme de tous les temps. Cette littérature expose le vrai dans ce qu'il a de plus humain, de plus universel. Si l'on y ajoute la beauté de l'exécution, un plan sagement conçu, l'ordre et l'enchaînement des pensées; enfin les qualités les plus précieuses du style: clarté, simplicité, élégance, harmonie, on comprendra aisément pourquoi elle a mérité l'épithète de *classique*. » (1).

¿E que peça foi La Bruyère no xadrez do século XVII?

Lanson, que tem por êle uma simpatia intelectual evidente, acha que êle já não pertenceu bem ao século xvii e que, como em Fénelon, houve no seu ser espiritual uma *incoerência* que já anunciava o século xviii.

Sob certos aspectos, assim é. Para o século xvii francês, *o fundo sobrepujava a forma*. Fôra o século de Pascal, de Bossuet, de Molière; e para todos êles o estilo era apenas o revestimento da *verdade* que se queria exprimir, dessa mesma verdade que o teorizador do classicismo francês, Boileau, dissera ser o único campo da beleza, e portanto o único objecto da arte.

Ora La Bruyère, neste ponto (e quâsi só neste ponto), é revolucionário; basta citar aquele célebre período dos CARACTÈRES: « *Moïse, Homère, Platon, Virgile, Horace ne sont au-dessus des autres hommes que par leurs expressions et par leurs images.* » (2).

Depois, a frase de La Bruyère, concisa, curta, clara e quâsi sem lugar para a imaginação, é já a frase do século xviii, a frase simétrica de Voltaire e de Montesquieu. O século xvii ainda não chegou ao seu têrmo e já se está longe do período amplo e ciceroniano de Bossuet. E é esta nova estrutura da

(1) Charles Cottier, HISTOIRE ABRÉGÉE DE LA LITTÉRATURE FRANÇAISE, 3.<sup>a</sup> ed., Lausanne, 1908, pág. 120.

(2) La Bruyère, CARACTÈRES, ed. Schweighaeuser, Paris, 1847, pág. 26.

frase francesa que vai fazer da língua dos Enciclopedistas uma língua de vulgarização científica e torná-la de então para cá universal.

Mas não é tudo. Êste homem passou a vida em Chantilly a aturar os Condés e a observar, como num *écran*, o desfilar da alta roda da França, alta roda que o seu espírito finalmente mordaz havia de satirizar; êle foi o caricaturista do século xvii... e todavia há nêle muita cousa que é puro século xvii.

Em primeiro lugar, a sua admiração incondicional e exclusivista pela antigüidade clássica. Nesse capítulo La Bruyère chega a ser deprimente e logo desde a primeira frase: «*Tout est dit depuis sept mille ans qu'il y a des hommes et qui pensent.*» (1). ; Então porque é que escreveu? É verdade que foi um livro só, e êsse mesmo... *sans nom d'auteur*.

Nesse culto exclusivista da antigüidade greco-romana, La Bruyère é bem um afilhado espiritual de Boileau, e filho legítimo duma literatura que vivia em grande parte da imitação dos antigos. É preciso julgá-lo, não isoladamente, mas como parte dum todo, e êsse todo é o seu século.

Ora o seu século supunha que a antigüidade deixara um *nec plus ultra* para a beleza e não concebia que a imaginação tivesse cabimento em literatura, nem que houvesse fontes de renovação literária no elemento popular e nacional; o seu século não previa de modo algum que uma corrente nova havia de vir mais tarde, lá dos povos germânicos, com a helvética M.<sup>me</sup> de Staël e o celta Chateaubriand, mostrar aos Latinos boquiabertos que tudo no universo era gérmen de beleza e objecto de arte.

Seja como fôr, La Bruyère compartilha inteiramente essa opinião a que em geral se chama *clássica, sensu stricto*. Em literatura, para êle só há duas espécies de autores: os antigos, e alguns modernos que são hábeis e que os imitam (supõe-se que se refere sobretudo a Racine); o resto não o interessa...

---

(1) La Bruyère, *CARACTÈRES*, ed. Schweighaeuser, Paris, 1847, pág. 24.

Quanto às artes plásticas, é dêle a célebre frase, que hoje seria uma heresia de estética: « *l'ordre gothique que la barbarie avait introduit pour les palais et pour les temples.* » (1).

O século xvii ainda transparece nêle em muita outra cousa. É ver por exemplo a sua concepção:

« *La vie des héros a enrichi l'histoire, et l'histoire a embelli les actions des héros: ainsi je ne sais qui sont plus redevables, ou ceux qui ont écri l'histoire à ceux qui leur en ont fourni une si noble matière, ou ces grands hommes à leurs historiens.* » (2).

Não está muito longe do que diz Bossuet: « *La notre admirable princesse étudiait les devoirs de ceux dont la vie compose l'histoire.* » (3). Também não está muito longe do que dizia Plínio-o-Moço a Tácito na carta em que lhe agradecia o êle ir celebrar a memória do tio, Plínio-o-Antigo, sepultado na lava do Vesúvio. É a história concebida à moda antiga, como um gênero literário e não como uma ciência; é a história conjunto de biografias e resenha de factos; a história verdadeira, sociologia descritiva, que deixa na sombra o individuo para focar o agregado social, a história dos costumes e das instituições, ainda se não descortinava no horizonte.

Também pertence bem ao século xvii pela sua incompreensão dos graves problemas sociais que haviam de agitar os três séculos seguintes e até ao dia de hoje. É elucidativa a sua página sôbre os camponeses, *seres semelhantes a animais...* Nesse século de pés de barro, a condição social do camponês não era apetecível. Mas a literatura do grande século viu e passou de largo, como o sacerdote e o levita na parábola do bom Samaritano; tal foi o caso da terna e sensível Marquesa

(1) La Bruyère, *CARACTÈRES*, ed. Schweighaeuser, Paris, 1847, pág. 26.

(2) Idem.

(3) Bossuet, *Oraison funèbre de Madame, Duchesse d'Orléans*, in *ORAISONS FUNÈBRES* (Paris, Flammarion), pág. 50.



de Sévigné, que não teve uma palavra de indignação ao contar o enforcamento dos camponeses nas províncias de França por já não terem camisa para dar a seus senhores. La Bruyère viu, pareceu-lhe vagamente que não estava certo, mas passou também de largo. Fénelon viu também e deu um grande passo para a frente: gizou no *Telémaque* os alicerces duma sociedade melhor.

De resto, La Bruyère, não obstante a sua veia satírica, era, — como diz Lanson, — «um burguês de Paris muito pouco revolucionário.» Há entre êle e os homens do século XVIII o mesmo abismo que separa da Marquesa de Alorna o praguejo anónimo dos *porquês de Setúbal* e as cartas de José da Cunha Brochado; os antigos eram *descontentes*, os do século XVIII foram *revolucionários*.



La Bruyère foi um *crítico de raça*, não obstante os senões que derivaram para a sua personalidade da concepção estética do século XVII.

É ver as máximas que deixou sobre o bom gosto, sobre o sentido da perfeição, sobre a *ars recte scribendi*. É ver também as suas críticas, nomeadamente o paralelo de Corneille e de Racine: — o paralelo de Demóstenes e Cícero, que Quintiliano fizera na antiguidade, não lhe é superior e impressiona menos.

E La Bruyère foi também, e sobretudo, um *moralista satírico*. Deixou retratos de *pontos* da sua época, que o seu espírito arguto, mordaz e cáustico não poupou; e êsses *pontos*, às vezes, parecem de hoje. ; Porque se não hão-de rever na figura d'*Arsène* os pseudo-intelectuais da Lisboa de hoje?...

Não foi um grande génio; *não pairou nos céus em alteroso adejo*, como Pascal vinte anos atrás; mas a sua figura não foi de-certo mediocre.

Deixou um único livro, e êsse mesmo anónimo, mas cuidou dêle a valer e insistiu com bastante argúcia sobre o *quam*



*difficile est scribere...* O seu livro é uma leitura proveitosa para os plunitivos que supõem que o cérebro é uma entidade comercial a dar juros anuais aos accionistas nas montras das livrarias; e é também um consôlo para aqueles que aspiram a viver da vida do espirito, à margem do poder do réclame e da soberania das multidões.

## MADAME DE SÉVIGNÉ

No século xvii francês, a que hoje é costume chamar, não sem razão, *pouco natural*, houve uma senhora que atravessou os salões de Paris, respeitada por todos, que não correu atrás da Fama, e que deixou todavia de si o rasto de ter sabido escrever e ter sabido ser natural.



Foi Marie de Rabutin Chantal, Marquesa de Sévigné.

Êste nome evoca já tanta cousa!

Passa-me diante dos olhos o misticismo ardente da avó, Santa Joana de Chantal, a ascensão espiritual dessa alma que enchia de admiração o pagão Sainte-Beuve.

Em meia dúzia de linhas se resume a vida desta santa.

Sáida da nobreza de toga da Borgonha, os anos de rapariga passam-se-lhe longe de casa, no Oeste da França, no Poitou. Estava-se em plena guerra de religião; as igrejas destruídas ou desertas, as cruces quebradas; e Joana, quando passava, punha-se a chorar em silêncio. Esta compreensão precoce dos problemas supremos da vida aparece também numa outra grande figura cristã do século xvii: Bossuet, com quinze anos, viram-no chorar ao ler a Bíblia.

Aos vinte anos, casam-na na Borgonha com o Barão de Chantal. Enviúva muito nova. Passava a viver para os filhos e para os pobres. Monta a cavalo, percorre as quintas e anda pelo campo a fazer bem... *Notre bonne dame*, — dizem ainda hoje à noite, na reza, os camponeses da Borgonha.

Mas o bater de asas já começou. A graça já a tocou. Há

já nela *o apêlo do Infinito*, que Santa Teresa contou em páginas inimitáveis. Mas ainda é vago: « Há em mim alguma cousa que nunca se satisfaz, mas não sei dizer o que é. »

1604. Na quaresma, desponta em Dijon no púlpito, « o homem que tem o espirito de Deus », S. Francisco de Sales, Bispo de Genebra. Joana de Chantal *achou o que lhe faltava: uma direcção*. De ora avante vai ser a educação duma alma para o sacrificio.

Passados anos, parte para Annecy, na Saboia, fundar as Salésias; mas, para sair de casa, teve de passar por cima do corpo do filho, que se atravessou na porta. Seguem-se então anos que fazem lembrar os dias da Igreja primitiva: o mesmo desprendimento, a mesma confiança em Deus, a mesma mortificação dessas freiras, que, como dizia a Santa, « quem quisesse podia torcê-las como lenços. »

Um dia recebe de chofre a noticia: *Monsieur de Genève est mort*. S. Francisco de Sales já não é dêste mundo. E ela pôs-se a chorar. — Mas um frade que passava disse-lhe que chorar não é das almas que chegaram à resignação perfeita. « *Se eu soubesse que chorar desagradava a Deus, nem uma lágrima havia de chorar* », — respondeu-lhe ela. E deixou de chorar.

Passou o tempo. A Santa, que sobrevive aos filhos, ainda não tem setenta anos, mas está já uma velhinha. Deixou de ser a Superiora, e, quando a Madre de Blonay, eleita para o seu lugar, vai passar revista às celas, ela mostra-lhe tudo o que tem, nas gavetas « um paninho de tafetá verde para limpar os olhos », já muito cansados.

Poucas almas subiram tão alto.

\* \* \*

Neta de Santa Joana, filha única de Celse de Chantal e de Maria de Coulanges, havia uma criança. E, ao morrer-lhe a mãe, aos sete anos, já depois de ter perdido o pai, as Salésias perguntaram à Madre fundadora que destino se havia de lhe

dar. Essa conversa é preciso deixá-la na linguagem do claustro; numa tradução perdia todo o sabor:

« *Après ceci nous parlâmes de Mademoiselle de Chantal; et elle dit: « La sainte Vierge sera sa mère! » et on lui voyait couler fort doucement les larmes des yeux. »*

Essa pequena que andava já aos baldões pelo mundo, M.<sup>lle</sup> de Chantal, era a futura Marquesa de Sévigné. Corria-lhe nas veias o sangue duma santa, e duma santa que pensou muito nela quando já nada a prendia ao mundo. Corria-lhe também nas veias o sangue dos Coulanges, fidalgos da província pachorrentos e bons, de cuja familia havia de sair no século XIX essa interessante figura de historiador sereno e profundo que foi Fustel de Coulanges.

« O bom senso desenvolve-se melhor na placidez dos campos do que no bulício das cidades », — li isto algures. A Sévigné, então ainda M.<sup>lle</sup> de Chantal, brincou e cresceu na quinta de Livry, debaixo dos olhares dum tio, o *abbé* de Coulanges, a quem ela mais tarde, nas cartas, chamava *le bien bon*.

Êsses anos de vida calma e regrada, em comunhão com a natureza e com as práticas religiosas da velha abadia, deixaram no seu espirito moço uma recordação duradoura. A floresta de Livry ficou a ser para ela um paraíso; muitos anos depois, no meio dos divertimentos ela olhava com saudade para essa vida e dizia: « ¡ como estou longe das matinas e da solidão de Livry! »

O tio deu-lhe a educação que então recebiam as moças fidalgas. E deu-lhe bons mestres: Chapelain foi um dêles; Ménage, o sábio filólogo por quem ela teve « uma amizade que o tempo e a separação não matam », ensinou-lhe latim, italiano e espanhol.

Única herdeira do nome da fundadora das Salésias, M.<sup>lle</sup> de Chantal veio nova para a côrte de Ana de Áustria, quando Luís XIV ainda era o « real menino ». E de lá casou aos dezoito anos com o Marquês de Sévigné, fidalgo bretão que, depois duma vida cheia de reboição, acabou por morrer num duelo.

Viúva aos vinte e cinco anos, com um filho e uma filha, a Marquesa de Sévigné mostrou um bom senso singular. Meio retirada da sociedade, passando parte do tempo nas terras dos Sévignés, na Bretanha, endireitou a casa que o marido tinha arruinado e passou a viver para educar os filhos, sobretudo a filha, que ela adorava e a quem quis transmitir um dos seus grandes dotes... *un goût exquis et sûr de la beauté littéraire.*

À sombra das árvores da Bretanha M.<sup>me</sup> de Sévigné ensinava à filha... *latim*. Latim? Sim! Era o tempo feliz em que John Barclay escrevia em latim elegantíssimo o seu romance ARGENTIS e em que Jorge I de Inglaterra, não sabendo inglês, falava com os ministros em latim.

E mais tarde, quando a filha casou e abalou para a Provença, a mãe lembrava-lhe numa carta: « ... *que encanto era para mim quando liamos Tácito juntas e como eu a interrompia tanta vez para fazer com que ouvisse êsses periodos em que eu achava harmonia.* »

Palavras estranhas estas, hoje que o sentido das humanidades se perdeu entre nós. Mais uma razão para evocar essa interessante figura de mulher artista, cujo espírito o humanismo muito ajudou a formar.

São um encanto as suas cartas. Fúteis? Muitas vezes. O estilo não basta, « uma melancia em bronze não deixa de ser uma melancia » — escreveu algures Junqueiro; tudo isso é verdade, mas, emfim, o interêsse das cartas de M.<sup>me</sup> de Sévigné deriva muitas vezes da sua futilidade por mais paradoxal que isto pareça.

O que Herculano disse dos cronistas medievos, pode-se dizer dela. « Legou-nos ingenuamente os ditos e feitos » daqueles que observou. « Soube aproveitar certos toques que tornam mais fáceis de imaginar as linhas, contornos e côres das épocas. » Isto não é descabido aqui. M.<sup>me</sup> de Sévigné deu-nos a verdadeira *côr do século XVII.*

Um exemplo entre muitos: hoje a aparição dum cometa é



um fenómeno raro e que desperta o interêsse; mais nada; não sai do campo científico. No século xvii o cometa ainda era o objecto duma superstição, mesmo para os espiritos cultos; e isso soube-o eu porque M.<sup>me</sup> de Sévigné, nas vésperas dum acontecimento que a fazia estar em cuidados, escrevia a uma pessoa amiga: « Vi esta noite o cometa; a cauda tem um bonito comprimento; *ponho nisso parte da minha esperança.* »

Viu tanta cousa e viu com olhos de ver. Acompanhou dia a dia com verdadeiro interêsse o julgamento de Fouquet, em 1664, e essas cartas são tão humanas. Há nelas sentimentos diversos e descontraídos, mas ao lê-las achei aquilo a que Fialho teria chamado *a expressão sincera dum momento da vida*: primeiro, o processo que se arrasta; depois, o interrogatório feito de afogadilho; a convicção de que Fouquet, acusado de esbanjar o dinheiro do Estado, tem culpas no cartório, e, a par disso, o forte desejo de que êle escape à pena de morte; tudo isso são cousas que ela sentiu dia a dia, e é tão humano que até parece fruta do nosso tempo!

; E o interêsse que essas mesmas cartas têm para a filosofia da história! A justiça saca-rolhas (já nos *saudosos tempos!*) poupando Fouquet *porque desempenhou altos cargos e tem parentes poderosos.* A intimidade moral da velha sociedade, atestada por êsses criados que, ao serem separados, à fôrça, do patrão, « faziam um barulho tão exquisito que o carcereiro teve de os ir consolar. »

M.<sup>me</sup> de Sévigné respeitava Luís XIV (ainda era do tempo em que os Reis eram respeitados), mas não se sentia feliz no regime do *quero, posso e mando.* Durante o julgamento de Fouquet, suposera ela que o Rei de vinte e sete anos, Rei havia tão pouco tempo, era apenas mal aconselhado. Sete anos depois, já fala noutro tom, e deixa entrever a revolta mal sofrida da França ao ver Luis XIV atirar com Lauzun para uma prisão dos Alpes « pelo crime de ter inimigos muito poderosos »: *on avait grand'pitié de sa disgrâce dans les villes où il passait.* Essas cidades da provincia viviam e sentiam e nessa ocasião sentiram a injustiça. Eu a acabar de ler essa



carta e a dizer de mim para mim: Afinal, as monarquias absolutas morreram porque tinham de morrer, porque continham *em si mesmas* o germen que as havia de matar.

E, a par disto, há nessas cartas uma ligeireza de estilo, uma graça e uma ironia que ainda não é a de Voltaire. Com que graça conta a anedota dos galuchos bretões que deixavam cair mosquete e chapéu para cumprimentar o Duque de Chaulnes, Governador da Bretanha, e, depois de repreendidos, enterravam o chapéu com ambas as mãos para não o cumprimentar. E eis como ela define um *camafeu*, aliás Condessa d'Harcourt: « Livre-se dessa trombeta do juízo final; há vinte anos que não gosto dela e que lhe devo visita. »

No seu tempo, na literatura, *o homem era tudo, a natureza nada*. O suíço Rousseau ainda não tinha vindo dizer aos cortesãos de Versailles e aos burgueses de Paris que, a dez dias de mala-posta, nos Alpes, havia panoramas de sonho. E o « grande século », afora Lafontaine, esqueceu a natureza.

Mas a Sévigné, criada ao som dos chocalhos, olhou para a paisagem. Achava um prazer passear nas noites de Julho, na sua quinta da Bretanha; sentia « um silêncio, um sossêgo e um isolamento que não julgava fácil encontrar noutra sítio. » E achou aborrecidas as árvores da Côte-d'Azur, que estavam sempre verdes: *il vaut mieux reverdir que d'être toujours vert*.

Soube sentir e soube escrever, mas não armou em *intellectual*. Soube ficar senhora. Foi simples e foi natural. E quando as ondas do tempo passam por cima dos pobres literatos que na sua vaidade se julgam immortais, ela é um dos rochedos que as águas não levam.

## O AUTONOMISMO ALSACIANO E O DESFAZER DE UM LONGO SONHO LITERÁRIO

Quem segue pelos jornais os repetidos apelos de Mgr. Ruch, Bispo de Estrasburgo, ao clero e aos fiéis da sua diocese *para serem bons franceses*, — isto ainda no rescaldo do processo de Colmar, — e se recorda ao mesmo tempo dos dias da nossa infância, quando em face duma Alsácia ainda *irredenta*, nas festas dos liceus de Lisboa havia estudantes que empolgavam a assistência ao recitarem « O estudante alsaciano »... quem compara essas duas atitudes opostas dum mesmo povo não pode deixar de reflectir sôbre a instabilidade das cousas humanas.

*Tudo passa, tudo muda*, — já o dizia há dois mil e quinhentos anos o pensador misantrópico de Efeso.

Há pouco mais de meio século a resistência heróica de Estrasburgo, cercada por todos os lados e arrasada durante mês e meio pelo cañhoneio dos alemães, provocava delírios de entusiasmo em Paris, impunha-se à admiração da Europa, e até em Lisboa, feudo espiritual da França, inspirava a Pinheiro Chagas páginas de prosa lírica inflamada e sentida. Sangrava então a França ao perder a Alsácia-Lorena, mas essa mesma França que Bismarck riscara do mapa das potências, dizia-se que continuava a viver além dos Vosges no coração dos filhos da Alsácia.

Há meio século era assim... Hoje que a Alsácia está restituída à França, *quand tout devrait aller pour le mieux dans le meilleur des mondes*, surge a idea esdrúxula do auto-

nomismo, é preciso um bispo andar a mendigar amor à França junto dos seus diocesanos e, mais do que isso, à mesma hora a que Riklin, Rossé e os seus apaniguados, culpados do crime de lesa-França, aguardavam o julgamento na prisão de Colmar, os alsacianos, se bem que ainda não a maioria, elegem-nos deputados, dando uma bofetada mestra no govêrno de Paris.

A estas horas quantas ilusões já terão murchado para cá dos Vosges! O próprio Poincaré, loreno de Bar-le-Duc, há-de se lembrar dos dias felizes de há dez anos, quando, logo após o armistício de 11 de Novembro, êle, chegado à hora máxima da sua carreira de estadista, entrava triunfalmente na Alsácia na qualidade de Presidente da República, e, embriagado pelas palmas e pelas flores, respondia sobranceiro a Benedito XV e a Wilson, que tinham proposto um plebiscito para decidir da sorte da Alsácia-Lorena: *O plebiscito está feito!*

Mas não estava! Todos adoram o sol nascente. Dez anos passaram, e nesses dez anos... *quantum mutatus ab illo!*

\* \* \*

Hoje que já se extinguíram de todo os últimos ecos da guerra de 70, em face do que os olhos vêem é lícito perguntar: *¿Existiu alguma vez uma Alsácia francesa?*

Existiu.

Anexada à França no século xvii, na hora em que os Bourbons e seus ministros realizavam o plano imperialista de dar à França as fronteiras que tivera a Gália, a Alsácia fôra facilmente assimilada. Paris era já nessa época uma fôrça centripeta e a Alemanha de então estava fragmentada em centenares de Estados.

Ao chegar a hora de os povos disporem de si próprios, os representantes da Alsácia, abraçando as ideas da Revolução, que até certo ponto se harmonizavam com as suas tradições municipalistas e republicanas, declararam solenemente que

queriam ser Franceses. E foi numa casa de Estrasburgo que Rouget de Lisle compôs a *Marselhesa*.

Da Alsácia vieram alguns dos grandes generais da Revolução e do Império. Alsaciano era Kellermann, o vencedor de Valmy. Alsaciano, filho dum pedreiro de Estrasburgo, era Kléber. Alsaciano era Ney, o *bravo dos bravos* de Napoleão.

Que a Alsácia então estava assimilada pela França, deprende-se isso bem dos romances de Erckmann-Chatrion, *Le blocus, Mémoires d'un conscrit de 1813*.

Sem dúvida não palpita nêles um sentimento patriótico francês muito intenso; mas sente-se que os Franceses estão na Alsácia como em sua casa. Militares e paisanos mangas-de-alpaca chegam dos quatro cantos da França latina, e a população assiste a isso com a maior naturalidade; estrangeiros, são os Aliados que vão chegando para o bloqueio e roubam as vacas às pobres camponesas, prussianos, austríacos, todos aliás irmãos de sangue dos alsacianos.

A Alsácia de então sentia-se francesa... ? Mas quem é que não sentia o ascendente da França na primeira metade do século XIX?

A França aparecia então como a pátria da Liberdade, da Igualdade entre os homens, semeara as ideas novas por toda a Europa, e até para lá do Reno os maiores génios, Goethe, Schiller, Beethoven, tinham sido fascinados por ela. A França aparecia ainda como a pátria do Ideal, da Poesia, e na verdade, após séculos de convencionalismo e esterilidade, tinham surgido Vitor Hugo, Lamartine, Vigny, Musset, Béranger, trazidos todos na mesma onda de liberdade (*sensu latissimo*), de livre expansão do talento individual. A França aparecia enfim, — com ou sem razão, — como a protectora dos fracos e dos oprimidos, dos cristãos do Oriente, dos estados do norte da Itália, da Irlanda, sobretudo da Polónia, e perante o sorriso céptico das potências a voz eloquente de Montalembert gritava a plenos pulmões: « *Chère et sainte Pologne, nous te jetons à travers l'Europe le cri de notre amour.* »

Uma tal França entusiasmava. E os alsacianos sentiam-se seus filhos. A tal ponto que em 1840 erigiam numa das grandes praças de Estrasburgo a estátua de Kléber, o filho do pedreiro que morrera no Egito a servir a França e a quem Vigny chamava « *jeune homme de vertu antique.* »

Ninguém pensava então em outra cousa.

Um dia, porém, outro sol despontou...

A Prússia, construída durante séculos e minuto a minuto pelo esforço tenaz dos Hohenzollern, dessa grande e inconfundível dinastia, ia realizar a unificação da Alemanha. Unificação espiritualmente já feita desde 1813 pelos poetas do *Befreiungskrieg* (guerra da libertação, contra Napoleão) economicamente realizada desde 1828, enfim politicamente consumada em 1871. Começava o pangermanismo. Uma Alemanha nova, exuberante de vida, ia querer ser à viva força a espinha dorsal da Europa, de Hamburgo a Bagdad...

O eixo da Europa mudava de Paris para Berlim. E o desfecho da guerra de 70 arrancava a Alsácia à França para fazer dela, juntamente com a Lorena, um *Reichsland* (*pays d'empire*).

Nasceu então o *irredentismo* alsaciano. Os velhos, os que tinham lutado de espingarda ao ombro contra o invasor, os que nas noites de Agosto de 1870 tinham visto as labaredas do incêndio de Estrasburgo e ouvido o ribombar da artilharia alemã, êsses contavam essas cousas trágicas às novas gerações nos serões de aldeia e rematavam com um severo *lembra-te disto*, dito no dialecto da terra.

Por outro lado uma *élite* espiritual emigrou para cá dos Vosges. Prelados católicos como Mgr. Freppel e pastores protestantes como Charles Wagner quisera viver e morrer franceses *na terra bemdita da França*. Houve famílias que emigraram: os Hirschauer, os Kurtz, os Steeg, os Fischbacher. E o testamento de Mgr. Freppel deu a fórmula do irredentismo alsaciano: « *Je laisse mon cœur à l'Alsace le jour où elle redeviendra française.* »

Surgiu também uma literatura patriótica destinada a não



deixar morrer o fogo sagrado dum lado e do outro dos Vosges. Alphonse Daudet compôs o conto em que o petiz alsaciano, chegado o último dia de aulas do mestre-escola francês, se arrepende, já tarde, de ter cabulado para aprender a língua agora proibida e de ter ido patinar tanta vez para as águas geladas do Sarre. Mais tarde, René Basin condensou num livro tudo o que andava no ar: « *Les Oberlé* ».

O enredo é simples: Nos arredores de Estrasburgo vive um industrial alsaciano, Joseph Oberlé, esquecido de que seu pai foi francês *de verdade* e já perfeitamente aclimatado ao domínio alemão. A filha, Lucienne, também já está bem germanizada, tanto mais que tem namôro com um tenente da nobreza prussiana. Mas o filho, Jean, é um ponto de interrogação...

Para êle ficar bem germanizado até à medula e poder mais tarde dirigir a fábrica com o *placet* das autoridades, o industrial mandou-o estudar para a Alemanha de além-Reno. Mas, aos vinte anos, Jean volta para a Alsácia, não volta alemão e tem o coração preso há muito a uma rapariga da terra, Odile, de família pobre e intransigentemente fiel à França.

Têm o seu noivado na peregrinação regional de Sainte-Odile, e, em face da natureza surpreendente, um padre velhinho abençoa-os e evoca a mãe-pátria de além-Vosges. Mas no dia em que Jean fala nos seus projectos ao pai de Odile, o velho Xavier, êste, embora estime o rapaz, aponta-lhe para a casa onde êle mora e diz-lhe com tristeza severa: « *Tu esqueces-te de que esta mesma noite vai jantar àquela casa o prefeito alemão de Estrasburgo!* »

Jean sucumbe. Tem de escolher: ser francês ou viver na Alsácia; está preso entre a noiva e a família, sobretudo a irmã, que, a-pesar-do abismo que começa a separá-los, continua a ser boa para êle. E aproxima-se o dia em que Jean Oberlé, soldado do exército alemão, terá de ir fazer o serviço militar num quartel de Estrasburgo.

Chega a hora decisiva. Uma noite, Jean vai a casa da



noiva, despede-se para sempre de Odile e segue-se um curto diálogo com o velho Xavier:

« — *Où vas-tu?*

« — *France.*

Na manhã seguinte Jean Oberlé, desertor do exército alemão, galga os Vosges numa correria louca e pisa pela primeira vez a terra bemdita de França. Na Alsácia... nunca mais pode entrar.

O romance não é perfeito. Há caracteres mal desenhados e o próprio Jean Oberlé é um herói... *ex abrupto*. O capítulo em que Bazin pinta a sociedade alemã instalada em Estrasburgo faz sorrir os não-franceses. No entanto — afora o ser um livro absolutamente casto — perpassa em todo êle um sôpro de idealismo alevantado. O sentimento patriótico, sincero e profundo, deu asas a René Bazin; o seu livro ficou a marcar uma época, um estado de alma da vida colectiva: foi o *poema da Alsácia irredenta*.

• • •

¿ Francesa de sentimento, a Alsácia era-o também de *lingua*, de *civilização*?

De forma alguma.

Os alsacianos são germanos. O seu dialecto, o *Elsässer-dütsch*, é uma variante do alemão, como o *Schwyzerdütsch* ou suíço alemão.

E quanto à civilização? De 939 a 1648, isto é, durante os grandes séculos da Idade-Média e do Renascimento, a Alsácia andou na orla do Reich e, vazada nesse molde, ficou tão nitidamente germânica que o próprio Bazin, ao escrever o seu romance anti-alemão, não pôde repudiar inteiramente o germanismo da Alsácia.

Vejamos.

Num diálogo entre Jean e o velho Xavier, o velho diz-lhe: « *Je ne fais pas de différence entre un bourgeois de Strasbourg et un pauvre schlitteur des Vosges.* »

A idea é comum: é a noção de Igualdade que a Revolução Francesa e o século XIX proclamam aos quatro ventos, idea aliás profundamente humana. O que interessa é o *revestimento local* que ela toma.

Para o espírito do Alsaciano o degrau infimo da escala social era o pobre condutor de trenó das montanhas, o mais alto o burguês da grande cidade.

*Conceber o burguês no topo da escala social.* — ¿Virá esta idea de França?! ¿Da França ainda tôda cheia das recordações faustosas e cortesãs de Versailles e de Compiègne?! ¿De França, onde até à Revolução o burguês foi um zero político obcecado pela mania de se aristocratizar (é ver LE BOURGEOIS GENTILHOMME) e de então para cá uma personagem de opereta?!

Uma tal concepção da hierarquia social não é francesa; é característica da civilização germânica e medieval das *ciudades livres* das bacias do Reno e do Elba.

Entaladas entre potentados feudais, felizes por só dependerem nominalmente dum vago e remoto imperador com quem de facto até podiam estar em guerra, essas cidades foram verdadeiras repúblicas; e, adentro do municipio, as antigas familias *burguesas* constituíram no Renascimento os *patriciados* e passaram a ser as únicas com direito de cidade.

Tais foram as *Reichsstädte* (*villes impériales*). Foram centenas no passado: Colónia, Nuremberg, Constança, Basileia, Berne, Saint-Gall e quantas mais! Chegaram três reliquias até os nossos dias no norte da Alemanha: Hamburgo, Bremen e Lübeck. ¿E por outro lado a Suíça o que é senão um vestigio dessa civilização das cidades livres, senão nos cantões rurais que foram seu ponto de partida, pelo menos nos elementos adventicios que depois se lhe juntaram, como Zurich, Berne, Lucerna, Basileia e Friburgo, e que exerceram a hegemonia desde os fins do século XV?

Ora, as cidades da Alsácia, Colmar, Schlestadt, Huningue, Wissenburg, pertenciam a esta categoria. Estrasburgo, a mais típica, emancipara-se do seu Príncipe-Bispo no século XIII, tal qual Basileia e Saint-Gall, e, verdadeira república independente,

só foi engolida por Luís XIV em 1681. Mulhouse, essa, continuou desgarrada e foi até 1798 uma república independente, aliada dos cantões suíços.

• • •

A Alsácia era germânica de língua e de civilização. A Alemanha soube regermanizá-la por um regime de tolerância e de lenta infiltração.

Há meio século, perante a visão do incêndio de Estrasburgo, Pinheiro Chagas escrevia:

*« Aquela filha transviada da grande pátria alemã mostrava os mais vivos desejos de não regressar ao grémio maternal. »*

! Como estas palavras hoje parecem remotas!

Castelo de Vide, Outubro de 1928.

UMA CIDADE DE SONHO E UMA REPÚBLICA  
DE BRINCADEIRA

---

FRIBURGO

HORAS NON NUMERO, NISI SERENAS

(Inscrição que se lia num relógio  
suíço do século xviii).

Para além da Suíça dos estrangeiros, dos hotéis e dos sanatórios, para além dessas cidades improvisadas e cosmopolitas, « sem tradições e *sem alma* », onde já principia a haver as chagas e as podridões da Europa de hoje, vive uma outra Suíça mais bela, mais sã, ignorada de quasi todos e afinal muito mais digna de ser conhecida.

Essa outra Suíça não nasceu ontem nem se improvisou dum dia para o outro. Tem um passado e uma tradição; sabe manter o património moral dos *Treze Cantões Soberanos* do século xvi.

Estrangeiro, se tu a queres conhecer, percorre as estradas dos cantões primitivos e de vez em quando passará por ti um frade capucho ou um camponês que te dará os bons dias, como nas nossas aldeias; e numa rua de Stans há-de dar-te na vista uma casa amarela com uma velha lápide muito comprida, a qual diz que ali viveu ou ali jaz Melchior Sussy, um homem que foi eminente na Suíça de há quatrocentos anos!

É esta a Suíça antiga, a que ainda não está contaminada. Mas ela não está só ali. Para as bandas do Ocidente o passado está condensado em duas cidades cheias de encanto: Berne e Friburgo.

Cidades irmãs: ambas nasceram na Idade-Média, ambas foram fundadas à beira dum rio pelos Duques de Zaehringen e a ambas se deu por missão serem sentinelas da civilização germânica na fronteira dos povos de lingua francesa. Mas tiveram destinos diferentes: uma ainda hoje dá leis, a outra eclipsou-se há já muito. E foi Friburgo, a morgada, mais velha do que Berne treze anos, a que ficou vencida na vida.

Uma paisagem verde escura, às vezes mesmo azulada. Uma terra que parece ter sido ignorada dos Romanos e à qual, ao alvorecer da Idade-Média, « os filhos indomáveis da Gothia » em que falava o EURICO deram por nome *Uechtland* (terra sombria). Um rio quasi sem água no verão e que vai serpeando em continuos meandros até desaguar em outro rio, que irá levar suas águas ao Reno. E enfim, apertada em um dos meandros, quasi esganada, uma cidadezita de vinte mil almas.

Essa cidade, os Germanos da Idade-Média chamaram-lhe *Freyburg in Uechtland*; mais tarde, a febre de humanismo do Renascimento crismou-a em *Friburgum Helvetiorum*; os seus filhos chamaram-lhe altivamente « *la Ville et République de Fribourg*. »

*Descrevê-la, não sei. Outros o fizeram melhor.* Louis Veuillot, ao descobri-la em 1837, — num tempo em que ainda se não viajava em caminho de ferro, — achou-a « *cheia de ingénuas velharias* » (*pleine de vieilleries naïves*). Mais tarde, o inglês Ruskin chamou-lhe « *a mais pitoresca das cidades da Suíça.* »

Na verdade, Friburgo não é uma cidade que se pareça com todas as outras. Não tem pergaminhos romanos, mas há muitos séculos de história naqueles quatro palmos de terra.

Da Idade-Média ficou ali muita cousa: a esguia catedral gótica a escalar o azul, as velhas pontes, uma ou outra casa mais velha que a Sé de Braga, e sobretudo as *muralhas*, as muralhas só próprias para a guerra medieva e que nenhuma artilharia veio depois destruir, as portas da cidade e as tórres



de há quinhentos anos, por vezes quasi intactas, as ameias a trepar pela encosta acima, « como gatos », — dizia Ruskin.

O Renascimento germânico deu à cidade livre o *Rathaus*, ou, dizendo à francesa, o « Hotel-de-Ville ». Também ali deixou a cousa mais linda de Friburgo: umas praças em miniatura, na cidade baixa, com um chafariz ao meio, e a ornar cada chafariz uma estátuazinha elegante e formosa; aqui é a Samaritana, acolá a Fidelidade, e quasi tôdas são obras dum escultor alemão do século xvi, Hans Geiler, que veio para Friburgo em 1515 e lá passou a vida a esculpi-las.

Emfim, do século xviii francês ficaram as casas apalaçadas das famílias patricias, pequenas, garridas, elegantes, por vezes com uns querubins Luís XV a encimar a porta de entrada.

E é por isso que os suíços dos outros cantões, quando vêem um estrangeiro olhar com aprazimento para os vestígios que ficaram das épocas mortas, dizem: « *Allez à Fribourg. Fribourg a un cachet!...* »



A *urbs* deixa entrever a *civitas*. As pedras contam bem a história daquela cidade. Friburgo tem um passado e um passado que não é feio.

Fundou-a Berthold de Zaehringen em 1178. Ao nascer, nasceu alemã, recebeu por nome *Freiburg* (cidade livre) e trouxe logo para a vida um estigma, que era afinal o de tôdas as cidades livres do império germânico.

Qual êle era, êsse estigma, melhor do que eu o saberia dizer, di-lo Gonzague de Reynold, professor da Faculdade de Letras de Berne:

« O que caracteriza Friburgo é o *espírito burguês* (no sentido alemão da palavra)... *êsse espírito* nasceu nos fins do século xii, quando o primeiro burguês veio para a cidade habitar a primeira casa. *Êsse espírito é medieval e é germânico*; foi o que dominou em tôdas as cidades à beira do Reno, desde os Alpes até ao Mar do Norte, nos tempos do Santo Império Romano. Vive desta idea: *a pátria acaba às portas da cidade*,



ou, quando muito, umas seis léguas mais longe. Vive também duma outra idea: esta pátriazinha, a nossa, por mais pequena que seja, é sempre a melhor e, para bem a amarmos, precisamos de ter ciúmes de tôdas as outras.

«Vive enfim ainda desta terceira idea: quem não é burguês duma cidade não é homem e por conseguinte não tem muito direito à vida...

«O espirito burguês é o sentimento do privilégio: só quem é burguês da cidade tem direito a umas tantas achas de lenha nas florestas da câmara, a uns tantos hectares para cultivo, a um quarto no «Hospital dos Burgueses».

Já Eugène Pelletan dissera dos povos da antigüidade clássica: «Les Anciens ont très bien connu l'idée de *cité* et pas du tout celle de *patrie*.»

Assim nasceu Friburgo, com êsse estigma. E a sua história poder-se-ia resumir em duas palavras: nasceu cidade livre do império germânico, mas nasceu também na fronteira de duas civilizações.

De comêço ela foi de vento em pôpa. Tinha duas indústrias, tanoaria e tecelagem. Havia anos, aí pelos meados do século xv, em que exportava mais do que Colônia; era bem a metrópole industrial da Alemanha do Sul.

Foram os grandes dias de Friburgo. Chegava a emprestar dinheiro ao Rei da França; e andava de mão em mão, disputada pelas casas de Austria e de Sabóia, até que em 1481 os suíços a admitiram solenemente como um novo cantão soberano.

Mas então Friburgo, que nascera alemã, envergonhou-se de ter aprendido a falar francês com os Duques de Sabóia e com os camponeses dos arrabaldes.

Os cantões suíços, ao tempo, eram todos alemães; Friburgo, se continuasse a falar francês, seria o pardal no viveiro dos canários. Vá de germanizar tudo: o alemão passa a ser a única lingua oficial; só se permite uma escola francesa para tôda a cidade; até os pregoeiros pagam multa se gritam na

lingua dos *Welches*; e, para cúmulo, as famílias afdalgadas de apelido francês traduzem-no para alemão; Mestral passa a ser Ammam e Du Pasquier desfigura-se em Von der Weid.

Os grandes dias de Friburgo ainda não tinham passado. Foi o tempo em que Geiler esculpiu as lindas estátuas das praças em miniatura; foi o tempo em que a cidade teve um sonho imperialista e, aliada de Berne, conquistou terras para ocidente e para o sul, ao Duque de Sabóia e ao Conde de Gruyère; emfim, foi o século de Marignan, em que a Suíça deu brado na Europa, e em que até entre nós Jerónimo Côrte-Real, no *Naufração do Sepúlveda*, ao enumerar as nações da Europa, a não esquecia.

Mas o ouro já narcotizara muitas energias; enriquecidas, as famílias antigas já se envergonhavam de vender ao balcão. E a crise da Reforma ia ser fatal à cidade; o urso de Berne havia de cortar as asas à águia de Friburgo.

Berne, senhora dum rico património, tornara-se protestante. Friburgo, que se mantinha católica, via-se cercada de terras da sua rival. E já não era muito fácil mandar de longada os panos e os couros até ao Reno, para irem de barco para longes terras.

Os frêgueses voltavam as costas, tanto mais que os descobrimentos tinham aberto horizontes novos à Europa. A indústria decaiu, decaiu até que em 1620 morreu de todo...

Começa então para a filha morgada do Duque de Zaehringen uma vida apagada e mesquinha, que há-de durar séculos. Estiolada, sem indústria, sem comércio, vive sem futuro, sem que a sua população aumente, — pois que era de 5:800 hab. no século xv e será de 6:000 no começo do século xix. E os seus fastos passam a ser mais do que nunca *fastos de terra pequena*:

1574 — um cometa aparece nos céus a intrigar o homem, e o chanceler da minúscula república entretém-se a comentar em latim o fenómeno, no livro das actas. — 1580 — chegam os padres da Companhia à cidade para aí fundar um colégio

que terá vida duradoura, para educar a mocidade « *ad optimos mores optimasque litteras* », — assim reza um velho livro impresso em 1613 e do qual existe um exemplar na Biblioteca da Academia das Ciências. — 1618 — a peste mata muita gente. — 1636 — a cidade dá asilo a umas pobres freiras do Franco Condado que passaram o Jura sabe Deus como, para fugir à Guerra dos Trinta Anos. — 1680 — constrói-se o « Hospital dos Burgueses » com o dinheiro das famílias patricias. — 1737 — um incêndio devora umas poucas de casas boas na *Reichengasse*, na rua dos Ricos, não obstante o heroísmo dos frades capuchos, os bombeiros do século XVIII, etc., etc.

E emfim, em todo êsse longo período da história local, há apenas um facto que sobressai: é a formação dum *patriciado* à moda de Veneza, que principia a delinear-se em 1554, com a inscrição das famílias antigas no « Grande Livro dos Burgueses », e se constituiu de vez em 1627 com a resolução governamental de não admitir de ora avante mais famílias patricias.

E afinal foi êsse patriciado, ainda germânico na sua origem, que se deixou ensilveirar pela França de Luís XIV e deu assim a Friburgo uma nova feição.

O século XVIII francês, elegante, frívolo e espirituoso, « a idade de ouro da bagatela » — como lhe chamou Nodier, — pousou de leve em Friburgo e trouxe um perfume novo de delicadeza e de graça à velha cidade livre do império germânico.

Dali partiram os coroneis dos regimentos suíços que iam servir em Versailles, d'Affry, de Maillardoz, de Diesbach; e às vezes êles levavam consigo a família. Dali partiu com êles o *pauvre Jacques*, um vaqueirozito de quinze anos, que nas tardes de Trianon, com as saudades da terra e a melancolia das suas canções, enterneceu o coração de *Madame Elisabeth*, a desventurada irmã de Luís XVI. Foi ainda em Friburgo, nessa terra meio pastoril, que se albergou a velhice de *Madame d'Epinau*, a mulher inteligente e espirituosa que vinte anos atrás brilhara nos salões de Paris e, qual fada boa dum

conto oriental, um belo dia dera de presente a Rousseau o ERMITAGE, feito de propósito para êle. Também ali viveu alguns anos Étienne de Senancour, o misantrópico autor do OBERMANN, deixando atrás de si a recordação dum *mágico* que falava com as florestas e punha bruxedo nas casas onde morava. E emfim, ao estalar a Revolução Francesa, na debandada da côrte de Versailles, é ainda em Friburgo que se refugiam velhos, mulheres e crianças, ao passo que os homens válidos seguem pela estrada de Coblantz; e nas horas de 93, enquanto a cabeça de Luís XVI rolava na guilhotina, as Condés, as Contis, as Montaigus, ao incorporarem-se como penitentes nas procissões da rústica cidadezita, procuravam porventura esquecer a louca dissipação de Versailles.

E foi então que Friburgo estremeceu (uma vez na vida!). Quando, em 98, os soldados da Revolução se lançaram através da Europa, «Suas Excelências» do patriciado espreitaram por detrás das vidraças e olharam com assombro para êsses maltrapilhos que cantavam a *Marselhesa* e o *Ça ira*; julgaram então chegada a sua última hora...

Não admira. Goethe, em Valmy, ao ver êsses maltrapilhos caminhar para o ataque, tivera a intuição de que uma era nova ia começar.

Mas não! A trovoada foi estalar mais longe, os franceses farejavam presa mais rica, iam em busca do tesouro de Berne. E Friburgo voltou à sua vida de há muito, a vida serena e sossegada dos povos que não têm ambições e que nunca souberam o que é um drama.

\* \* \*

Um dia, há cousa de uns quarenta anos, uma varinha de condão tocou numa velha águia adormecida havia séculos. Friburgo renasce, mas para outra vida. Já não é a cidade-bagatela, aristocrática e burguesa ao mesmo tempo. É agora uma cidade de escolas: cria-se uma Universidade católica com Faculdades de Teologia, de Letras, de Direito e Ciências; criam-se escolas para todos os ramos de ensino; criam-se escolas médicas, técnicas e escolas comerciais; organiza-se o ensino

feminino; criam-se « écoles ménagères » e escolas de enfermagem; multiplicam-se as escolas primárias, desde as oficinas às fröbelianas e às dos Irmãos de S. João Baptista de La Salle; intensifica-se a assistência pública. Um político de valor fêz isto: foi Georges Python, o « ditador » de Friburgo.

E agora, com lentes belgas, húngaros e espanhóis, com estudantes polacos, holandeses e egípcios, com novos bancos, novos hotéis e novas avenidas... Friburgo morreu! Já não é a cidade encantada que parecia viver dentro duma redoma, debaixo da qual nem mesmo se estragavam as muralhas da Idade-Média. O tempo passa e transforma tudo!

Mas não! Ela ainda não mudou! Ainda é a cidade *sui generis* que Louis Veuillot, há noventa anos, achou « cheia de ingénuas velharias ». Ainda lá estão as muralhas do século xv, e ainda tôdas as noites, às dez e um quarto, os sinos da catedral tocam para anunciar, como na Idade-Média, que é o *couvre-feu*, que o dia de Deus já acabou e que a-dentro das muralhas cada qual deve apagar o lume. Ainda as velhas contam que nos dias de suas avós, a essa mesma hora da noite, « o homem das almas » percorria as ruas a gritar em voz alta:

*Il a sommé dix heures!*

*Priez pour les trépassés!*

qual se via na Lisboa do século de seiscentos, que D. Francisco Manuel de Melo pintou com tão vivas côres no *Auto do Fidalgo Aprendiz*. Ainda nas missas de finados se vêem as *traversières* (as carpideiras), com grandes véus negros, como no século xviii. Ainda uma vez por ano, a 6 de Dezembro, a cidade tôda anda pelas ruas, debaixo de neve, a festejar o seu padroeiro e a comprar S. Nicolaus de farinha com erva doce. Ainda pelas noites de inverno se come a sopa de queijo tradicional e se jogam *les tapes*, uma bisca qualquer em que só os filhos da terra estão iniciados. Ainda os velhos nos contam os incêndios da sua meninice, incêndios que se extinguíam com fileiras de homens robustos que passavam de mão em mão baldes de água fria desde o rio até à casa em chamas. Ainda lá estão os antigos conventos, com as respectivas fami-



lias protectoras, as mesmas do século xviii. E, enfim, ainda todos os anos, no dia do Corpo de Deus, antes de passar a procissão, essas famílias patricias põem às janelas das suas casas, na rua dos Ricos (ricos em tempos que já lá vão!), as suas mais lindas colchas, recordação dum esplendor de há cinco séculos, águas passadas que já não moem moinhos.

« *Un grand amour traditionnel et continué pour de petites choses* », — escreveu Gonzague de Reynold ao querer caracterizar esta terra. Linda cidade, faltou-lhe o pincel de Watteau e a pena de Tolentino!

Friburgo, *cidade industrial*, morreu em 1620, ao fechar-se a última fábrica da que fôra no século xv a metrópole industrial da Alemanha do Sul. Friburgo, *cidade livre*, morreu em 1848, quando a « Confederação », um poder central de fresca data, arrancou aos cantões soberanos os poderes majestáticos; então a filha mais velha do Duque de Zaehringen viu Berne, sua irmã mais nova, arvorar-se em capital, e ela, resignada, não pôde mais cunhar moeda sua nem fundir canhões com o seu escudo preto e branco... Sim, mas Friburgo, *cidade coquette*, durou até ao dia de hoje e parece dizer aos estrangeiros:

« Sou uma república, mas uma república de brincadeira, que nunca fêz mal a uma môsca, a não ser no século xvii, em que « Suas Excelências » do patriciado mandavam queimar as bruxas. Tive riquezas e hoje sou pelintra, mas não me ralo muito por isso. Fui séculos seguidos um dos Treze Cantões Soberanos e já nada mais quero ser. A Europa está muito longe e há mais de cem anos que as guerras só se vêem com binóculo para além do Jura. Por isso, no xadrez da Suíça, eu continuo a brincar, como minha madrinha, Maria Antonieta de Áustria, Rainha de França e de Navarra, antes de vir o furacão que levou tanta cousa, brincava aos jantarinhos no Petit Trianon. »

*Horas non numero, nisi serenas.*

Sintra, Agosto de 1927.



## IMPRESSÕES DO ALTO ALENTEJO

### MARVÃO — UM CASTELO DOMINADOR E UMA VILA MORTA

« Parece que foi ontem! Aqui estou outra vez entre os meus melhores amigos! Lá fóra os campos produzem como dantes, o vinho tem o mesmo sabor, o mesmo sabor o pão! Saio de casa, da mesma casa donde saí no dia seguinte ao do casamento e vejo os mesmos penedos, o mesmo castelo de Marvão, os montes de Espanha ao longe, como vejo as mesmas estrélas no céu! Nada mudou! »

Assim falava o septuagenário Patacas, na noite das bodas de ouro, em Os VELHOS de D. João da Câmara.

E tentava-me há muitos dias êsse castelo de Marvão...

Visto de longe, da Fonte da vila, aqui em Castelo de Vide, e a coroar uma serra escavada e cinzenta, forma um verdadeiro contraste com a verdura da Sintra do Alentejo. Quando aparece de repente, no caminho da Portagem ou dos Olhos de Água, pela extensão das muralhas, pelo aspecto dominador e pela aridez do cenário, traz à memória o Palácio dos Papas em Avinhão.

Fui vê-lo no sábado. E Marvão vale a pena de ser visitado.

Terra da Coroa, couto de homiziados até 1790, vila fronteiriça por excelência, tal foi Marvão. Nestas vilas fronteiriças do Alto Alentejo que os Reis não desejavam ver enfeitadas por Castela e que êles souberam tornar *terras da Coroa*, pondo-as ao abrigo das classes privilegiadas e abrindo-lhes um

largo horizonte de vida municipal, sente-se que cada pedra tem a sua história. No entanto, Marvão destaca-se. Porquê?

Se a meditação é a rutura do contacto com o mundo exterior, há também sítios que têm o condão de nos pôr em contacto com o passado, abstraindo do presente. E conheço três sítios no Sul de Portugal que são três tipos diferentes daquilo a que de Rousseau para cá se chama a *paisagem histórica*: Queluz, Palmela, Marvão.

No Paço de Queluz sente-se que ali viveu a côrte; foi o nosso Versailles do século XVIII, que o malogrado Mário de Almeida evocou em um capítulo finamente escrito da *Lisboa do Romantismo*; os quadros da parede e do tecto, a mobília das salas, os azulejos do tanque, tudo conta que ali passou uma sociedade elegante e polida, mas os elos que a prendiam a nós já se quebraram de todo...

Em Palmela há duas épocas sobrepostas, ainda mais remotas: é a conquista da terra aos mouros em plena Idade-Média e é o convento, embora restaurado, dos freires de Santiago que ficou a memorar o papel das Ordens militares; depois vem a crise do Renascimento, a luta de vida ou de morte entre a monarquia absoluta e os poderosos de então, e testemunhas desses dias ficaram o túmulo do bastardo de D. João II e a cisterna onde morreu de fome o Bispo de Évora D. Garcia de Meneses, *nas letras gram sabedor*, mas réu de lesa-monarquia e condenado à morte como todos os que se atravessavam no caminho do *Príncipe Perfeito*.

Também vem de longe Marvão. D. Sancho II deu-lhe foral em 1126; D. Denis, para vigiar Castela, cingiu-a de muralhas em 1299.

Num tempo em que ainda não havia aviões, nem sequer artilharia, era magnífico para a guerra defensiva aquele cume de serra escarpada, que só pela fome se renderia. Na cisterna havia água para seis meses, pelas seteiras caía azeite a ferver sobre os sitiados, e do alto da torre de menagem as almenaras vigiavam a campina imensa que se estende até à Serra da Estrêla, até Elvas e até Valência de Alcântara.

Repetiram-se as guerras com a Espanha, e Marvão, domi-

nando a raia (a dois passos, no sopé da serra, vê-se a aldeia espanhola de Fontañera), Marvão continuou a ter um grande papel. Foi sentinela da raia, resistiu a vários cercos, e, provavelmente na Guerra da Restauração, construíram-se quartéis a-dentro do castelo medievo.

Vieram as campanhas liberais e Marvão foi ainda o reduto onde se entrincheiraram em Dezembro de 33 os liberais do Alentejo, vindos de Espanha numa *razzia*, e donde tentavam sortidas na planície.

Depois veio a Maria da Fonte, os espanhóis entraram em Portugal e então tomaram Marvão, que tantas vezes tinham cercado.

Depois... Marvão morreu.

Vale a pena prosseguir no paralelo começado: Queluz, Palmela, Marvão...

« Queluz morreu há perto de cem anos com o último suspiro de D. Pedro », — escreveu Mário de Almeida. E todavia Queluz continuou. O que morreu foi o Paço onde viveram os Reis, de D. José a D. Miguel. A vila continua a viver, cheia de futuro, como as terras dos arredores de Lisboa, necessárias ao descongestionamento da capital; constroem-se *chalets*, andam pelas ruas burgueses, aldeões, soldados.

Palmela também não morreu. Morreu, sim, e apenas chorada pela miguelista *Nação*, a altiva capital dos freires de Santiago, que possuíram terras por êsse país fora e chegaram a constituir um Estado dentro do Estado. Morto o convento-quartel, a vila subsiste, dominando aquele panorama único que abrange os dois estuários, o do Tejo e o do Sado. Um simples relance de olhos pelos nomes das suas ruas, rua Heliodoro Salgado, rua Francisco Ferrer, *et ejusdem furfuris*, diz-nos logo que estamos na terra bemdita do jacobinismo anticlerical. E Palmela traz à memória uma frase profunda que o suíço Gonzague de Reynold teve para Saint-Gall, cidade industrial, protestante e socialista, que nasceu à sombra dum convento célebre de Beneditinos, um dos grandes focos de cultura da alta Idade-Média: « *c'est une ville qui est en contradiction avec son passé.* »

Foi outro o destino de Marvão.

Há um século ainda era gente. O seu castelo ainda era habitado e tinha por Alcaides-Mores os Condes da Atalaia, bastardos dos Reis de Aviz, o convento de Nossa Senhora da Estrêla ainda era povoado de franciscanos, havia duas freguesias a-dentro das muralhas, a vila tinha voto em côrtes e, há precisamente um século, a 11 de Julho de 1828, os seus procuradores sentavam-se pela última vez no undécimo banco, ao lado dos de Castelo de Vide, e aclamavam rei D. Miguel.

Hoje, « *os monges da serra já lá vão* », — como diria Mendes Leal, — as igrejas estão fechadas e Marvão está sem padre, o castelo ficou deserto, os quartéis estão sem telhados, e as últimas balas, abandonadas pelo chão, levaram-nas os rapazes da terra. A vila, isolada num pincharo frio e apertada no recinto das muralhas bem conservadas, estiolou-se também. Os habitantes foram abalando para a planície em busca de terras menos frias e mais próximas do caminho de ferro, daquele caminho de ferro que *os velhos* amaldiçoavam; dizem que até têm levado consigo as telhas das casas e vêem-se prédios abandonados. Ninguém anda pelas ruas; uma ou outra pessoa à porta da taberna, e, de vez em quando, uma cabeça que aparece à janela a espreitar os forasteiros que vão ver o castelo.

*Nihil novi sub sole.* Celenas, capital da Frigia, era « uma cidade habitada, grande e rica », tinha palácios e tapadas, quando Xenofonte lá passou há 2.300 anos com os mercenários gregos de Ciro. No tempo de Tito-Lívio já os moradores se tinham mudado para Apameia, a qual, crismada pelos turcos em Dinaïr, durou até o dia de hoje.

Em ponto pequeno, o mesmo está sucedendo a Marvão. Vai morrendo todos os dias, por transfusão de sangue para as freguesias rurais, menos frias e menos isoladas, que nasceram à sombra daquele castelo.

Eu estivera em Marvão há 14 anos. Era em Setembro de 1914; travava-se a essa hora a maior batalha dos nossos tempos, a do Marne, e tudo respirava paz naquela terra que

da guerra nascera e da guerra vivera. Voltei lá agora: a mesma paz, o mesmo silêncio; o mesmo castelo abandonado e, numa casa burguesa da encosta, as mesmas lindas sacadas que eu vira em 1914.

Só há a mais duas lápides. Uma delas numa casinha caiada de branco, à entrada do castelo, diz que ali nasceu a 6 de Novembro de 1845 Carrilho Videira, propagandista do ideal republicano, sonhador desinteressado dos dias longínquos em que Rodrigues de Freitas, com todo o seu talento, morava numa casa velha de sobrado podre e em que Sampaio Bruno vendia a livraria para pagar ao boticário.

A outra, na muralha do castelo, perpetua os nomes dos quatro *marvanejos*, soldados do 22, que morreram no «*front*» e foram enterrados em Junho de 1917 nos cemitérios de Vieille-Chapelle e de Le Touret.

Só falta um epitáfio: o da vila. Para êsse quadram bem uns versos que Toledo inspirou a Zorrilla:

*Hoy solo tiene  
Un alcazar sentado en una hondura  
Y un pueblo triste que vegeta al pie.*

Castelo de Vide, 18 de Outubro de 1928.



## ANTES MORRER QUE ARRIAR BANDEIRA

Um dia, há cousa de oitenta anos, quando ainda havia algum prazer para os desherdados da fortuna em calcurriar as ruas de Lisboa, sem automóveis, nem eléctricos, até mesmo sem americanos, caminhavam a pé das bandas da Ajuda para o bairro da Lapa três vultos representativos dos grandes dias da monarquia constitucional. Eram êles Rodrigo da Fonseca Magalhães, Felipe Folque e o velho lobo de mar Joaquim Pedro Celestino Soares.

Ao meterem pela rua do Conde, às Janelas Verdes, deparou-se-lhes uma senhora pobremente vestida que o bravo marinheiro cumprimentou. O diálogo que se seguiu, vale bem a pena transcrevê-lo, de tal modo é vivo e curioso:

« Mal sabem vocês quem ali está!

« — Quem?

« — Aquela mulher.

« — Quem é? e porque há-de haver empenho em conhecê-la?

« — Corre-lhe nas veias o sangue do homem mais valente que teve a nossa marinha no século passado.

« — e Muito fêz para assim o capitulares?!

« — Não botou fogo ao paiol como um desesperado, mas bateu-se até o navio se submergir.

« — Alguém no Pôrto fêz o mesmo.

« — Fêz o mesmo dentro do Douro, aonde poderia ser socorrido, mas êste fê-lo no meio do Oceano!



- « — Como escapou do naufrágio?
- « — Foi salvo pelos próprios inimigos.
- « — Então quem era?
- « — Luís da Cunha Moreira ».

Corria o ano de 1800. Em França, ao pesadelo da Convenção seguia-se o jazz-band do Directório. Entretanto a Revolução alastrava para além das fronteiras. A Europa absolutista pusera um cordão sanitário em tórno da França infestada, mas não dera resultado, e até alguns daqueles que tinham pegado em armas contra ela se deixavam já empolgar, como Goethe, pelo espectáculo estranho dum povo a caminhar para o ataque ao som das estrofes da *Marselhesa*.

Um homem despontava: o general Bonaparte. Não era ainda imperador, havia meses só que era primeiro cônsul, mas já riscava nações da carta política da Europa.

Três anos antes êle suprimira, por um capricho, a antiqüíssima república de Veneza, que atrás de si deixava na história um rasto de onze séculos. Fôra em Maio de 1797. O último doge, Luigi Manin fugira em trages menores à mesma hora em que um velho patricio de mais rija tèmpera clamava aos peixinhos do Adriático: « *Se temos de acabar, ao menos acabemos nobremente* ». Mas a soberba Veneza que dera leis ao Mediterrâneo acabava num Carnaval, e, depois de ter lutado palmo a palmo contra o império turco, rendia-se agora a três mil franceses sem disparar um tiro.

Veneza acabara. E era agora Malta que Bonaparte arrancava aos Cavaleiros do Hospital riscando assim de vez do mapa da Europa um Estado medievo típico que resistira a muitas tormentas, o último vestígio, já demasiado anacrónico, de soberania na mão das Ordens militares.

Por tôda a parte, a velha Europa começava a ruir.

Nêsses dias de tão grandes emoções navegavam no mar-alto dois bergantins portuguezes...

Reinava então entre nós D. Maria I, a sociedade lisboeta ainda era aquela que Tolentino retratou, com os velhos burguezes a discutirem politica internacional no Alto de Santa Catarina, as vizinhas a pedirem umas às outras a acendalha ao toque das Avé-Marias, o ricaço, pouco confiante no policiamento da cidade, a temer de encontrar pela proa o fadista, a dona de casa a levar o chá sete vezes ao lume. ¿E a nossa marinha que era nesses tempos idos em que havia intimidade moral?

Era uma grande familia de costumes simples e sãos, que, passada a embriaguês da Índia, parecia reflectir ainda até certo ponto a cristandade da Idade-Média; uma corporação cheia de tradições e de praxes, onde todos os anos partia « a nau da Índia » e onde pontificava um octogenário de humilde linhagem, o Mestre João Pires Ferrolho, « que tinha *deitado* muitos officiais de marinha » e que, para a gente do mar « era mais que a rainha ». Tôdas as noites, « ao bater das nove badaladas do sino de bordo », na nau *Conceição*, o velho mestre « sentava-se com as contas na mão no último degrau da escada do tombadilho, e, como bom indiático, mandava fazer chá para a ceia ».

Mas essa vida regrada e monótona não excluía a audácia e a coragem. O marinheiro de então vivia afeito ao perigo. O mar sempre pronto a enguli-lo, *irremeabilis unda...*; as longas calmarias a caldear os ânimos na adversidade, os corsários barbarescos, sempre de olho à espreita; e agora, para mais, um novo género de piratas: *os franceses*.

Ora precisamente uma fragata francesa de trinta peças andava à caça dos dois bergantins portuguezes. O de maior

fôrça, *Espadarte*, comandado pelo inglês Wolf, esquivou-se ao combate. Ficou só em campo o *Minerva*, que tinha por comandante a um primeiro tenente oriundo da burguesia pobre e cujo nome hoje está inteiramente esquecido: Luis da Cunha Moreira.

Vendo a bandeira portuguesa enxovalhada pela fuga do *Espadarte* e não havendo possibilidade alguma de vencer, Luis da Cunha quis vender cara a vida... Mas deixemos falar Celestino Soares na sua linguagem rude e colorida, já um tanto arcaica:

« Costado com costado, bateu-se com a fragata, — que nem que fôsse do mesmo lote dela; três horas durou a briga, perdendo sucessivamente uma cousa após da outra, pano, cabos, mastros, borda e parte da gente. O bergantim, cheio de rombos e meio de água, ia submergir-se, poucos momentos restavam àquela invencível guarnição para decidir-se: *ou morrer, ou arriar bandeira* e ser salva pelos vencedores; ninguém se resolveu a isso, quizeram morrer!! Quarenta pessoas, das noventa e duas que tripulavam o *Minerva* iam galharda e honrosissimamente, imitando o seu audaz comandante, ser submergidas com êle...! Os inimigos não puderam deixar de admirar tanta tenacidade e heroísmo, foram generosos; correram aos escaleres e socorrem estes valentes que, ao subirem o portaló da fragata, viram mergulhada nas ondas *mas não abatida* a sua bandeira, a bandeira das quinas, dos sete castelos. »

... E enquanto os três caminhantes acabavam o seu longo passeio pelas ruas de Lisboa, Celestino Soares rematou a narrativa:

« Esta pobre que ainda agora me cortejou é neta do valente Luis da Cunha, está na miséria; aonde houve um rasgo de valor e patriotismo, aí estão farrapos e indigência. »

\* \* \*

Esses anos do fim do século XVIII costumamos vê-los unicamente através da pusilanimidade do Príncipe Regente e das exquisitices de Pina Manique. Todavia houve então quem aventurasse a vida para resgatar um enxovalho feito por um inglês mercenário à bandeira de Portugal.

E hoje?

A 18 de Novembro de 1841, Alexandre Herculano escrevia na REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE:

*« O que foram nossos pais! — o que somos nós? ¿ Ainda cairemos mais fundo? »*

Caímos ou não mais fundo? O presente que o diga.

## OS VENCIDOS DE ÉVORA-MONTE E A TRADIÇÃO NACIONAL

### I

#### RESUMO DO 34 SUÍÇO — PARALELO COM O 34 PORTUGUÊS

A Suíça é a mais antiga república do mundo. Sim, mas essa república, a mais antiga do mundo, lutou palmo a palmo contra a Revolução francesa e recusou tenazmente a Rousseau, aliás cidadão de Genebra e não de Lisboa, o baptismo que elle deu às democracias modernas.

Foi em Janeiro de 1798. O Directório revolucionário de Paris queria levar à fôrça aos vizinhos « os frutos da Revolução » e criar assim em tórno da França « regenerada » uma cadeia de repúblicas feitas à sua imagem. Com os Países Baixos fizera-se a República Batava, com Génova a República Ligúrica, com parte do norte da Itália a República Cisalpina; e para baptizar as « republicues soeurs » haviam-se restaurado nomes fossilizados havia séculos nos alfarrábios dos historiadores latinos.

¿ E a Suíça, ali mesmo ao pé dos « homens livres » ?

Um dia, o *Club dos patriotas suíços*, de Paris, núcleo de emigrados onde dominava Cesar de Laharpe, aristocrata revolucionário, pediu auxilio ao Directório. O Directório ouviu-os de bom grado e chamou a Paris Ochs, de Basileia, o mais activo dos revolucionários suíços; Ochs voltou de Paris com um papel no bolso, a Constituição da futura *República Helvética*.

E a invasão da Suíça começou... mas a Suíça resistiu.

¿Viria a resistência dos cantões aristocráticos? Então havia cantões aristocráticos na republicana Suíça. Desde o século xvi, mercê do enriquecimento das famílias burguesas e da maré de absolutismo que durante três séculos avassalou a Europa, em algumas cidades as famílias mais antigas tinham assambarcado o poder e formado o *patriciado*. Berne, Friburgo, Soleure e Lucerna tinham-se transformado a pouco e pouco em pequenas Venezas.

¿Foram então êsses patriciados que resistiram? ¿A recordação, ainda bem fresca, da côrte de Versailles a caminho do cadafalso passara-lhes diante dos olhos?

Não. Friburgo e Soleure, patriciados católicos, aristocráticos até à medula, mas minados pela intriga política, não opuseram resistência séria; e as *grosses perruques*, espantadas como vizinhas embiocadas, viram passar êsses soldados cheios de vida que cantavam a *Marselhesa* e a *Ça ira*. Não era para admirar. Êsses soldados eram novidade para a Europa *ancien régime* e Goethe em Valmy também olhara espantado para êles.

Berne, a oligarquia protestante, perdeu-se em hesitações, deu tempo a que os franceses mobilizassem 40.000 homens, mas enfim sempre os recebeu com as armas na mão. Sôzinha arrostou com os vencedores de Jemmapes e de Rivoli. «¿Onde estavam os outros cantões? onde estava Zurich? e Lucerna? e Friburgo? e Soleure? e Unterwald, que dias antes mandara dizer a Berne que contasse com «a antiga» e venerável aliança dos cantões confederados?» — pergunta Albert Gobat (1).

Berne caiu de pé. Atacada por dois lados ao mesmo tempo (Brune avançava de Friburgo, Schauenbourg de Soleure), Berne chegou a levar de vencida os franceses. Na última refrega via-se, alquebrado pelos anos e encostado a uma árvore, o velho *avoyer*, como quem diz o *doge*, Nicolau Frederico von Steiger. Dias antes, o patriciado abdicara para salvar a cidade e, quando na Sala do Conselho o velho *doge*,

---

(1) *Histoire de la Suisse racontée au peuple.*



de cabeleira empoada, descera do trono pela última vez, a nobreza em pêso pusera-se em pé.

Emfim, no dia 5 de Março de 1798, Berne rendia-se. A essas horas, o velho von Steiger ia já longe; fôra pedir ajuda à côrte de Viena. Mas, nessa ocasião, ninguém mais pensou em resistir.

E a França saída da revolução impôs à velha Suíça a *República Helvética*. Desapareciam os cantões históricos para dar lugar a departamentos talhados ao Deus dará, à moda de França; desaparecia a soberania cantonal, pois os departamentos não passavam de puras divisões administrativas, sem vida própria; proclamavam-se alto e bom som as «liberdades» da Revolução francesa, a soberania popular teórica, mas desaparecia, em parte, pelo menos, a soberania, real e concreta, do burguês, da comuna e do cantão sôbre *aquilo que era seu*.

Tornou então a acender-se a fogueira. Quem a acendeu? Os cantões rurais e muito católicos do coração da Suíça, os primitivos (*die Urkantone*), êsses mesmos que em 1291 tinham jurado a aliança perpétua e que nesses dias abafados do século XVIII tinham sido, com a Inglaterra parlamentar, um dos raros sítios da Europa em que o povo tinha voz; nunca lá deixara de existir a «assembleia do povo», a *Landsgemeinde*. — Uri, Schwytz, Nidwild, Xag e Giaris recusaram-se a reconhecer a República Helvética... «et résolurent de défendre jusqu'à la mort la liberté et la foi de leurs pères.» (1).

Schwytz, que na Idade-Média dera o nome à Suíça, tornou-se o foco da resistência. Dez mil homens surgiram armados à voz dum frade capucho e dum nobre de família bem antiga, Aloys von Reding. Fizeram face aos franceses. Mas a luta era desigual; Schwytz acabou por render-se, «mas só com a promessa de que não se lhe tocaria na religião.» (2).

Procissões proibidas, bens dos conventos confiscados, em outros cantões, foi a resposta das autoridades da «Helvética».

(1) Suter — *Histoire suisse*.

(2) Idem.

E Nidwald saiu a campo, sòzinho. Luta desesperada, louca, dum punhado de camponeses: 1.600 contra 10.000. Atacados por três lados ao mesmo tempo, os suíços lutaram palmo a palmo, aldeia por aldeia, nessas montanhas só dêles conhecidas e onde o estrangeiro não punha pé havia cinco séculos, desde o dia perdido nos anais da lenda em que os companheiros de Guilherme Tell tinham expulso os bailios austriacos: 3.000 franceses caíram por terra, e o próprio general Schauenbourg escrevia: « C'est la plus chaude journée de ma vie. » Tudo acabou por um massacre e quem é que nessa terra se não lembra do « dia terrível de Nidwald » (*der grauliche Tag vom Nidwald*?).

Escaparam as crianças, órfãosinhos de cabelo louro e olhos azues que as terras da Suíça ocidental recolheram e aos quais se dedicou o célebre pedagogo Pestalozzi. E, conversando com a gente da terra, vim a saber que os de Nidwald ainda hoje chamam « má gente » (*bose Leute*) aos vizinhos de Obwald, que tiveram medo e capitularam.

Católicos de sempre, os cantões primitivos tinham pegado em armas *contra as ideas da Revolução francesa*, contra êsses invasores que profanavam as igrejas e queriam acabar com os conventos. Federalistas, ciosos da soberania cantonal, ao Directório, que lhes queria impor a República Helvética, figurino de Paris, êles tinham respondido: « *Nous voulons rester nous-mêmes, les Treize Cantons souverains.* »

Esgotada, a Suíça antiga caíu então por terra. Mas não tardou em levantar-se. A República Helvética, à moda francesa, só durou cinco anos.

Todavia, numa ocasião em que governar era tão difícil, os homens do barrete frigio fizeram alguma coisa: deram coêsão aos cantões desconjuntados, acabaram com os impostos feudais, a tortura, as alfândegas do interior; um dêles, Stapfer, tomou a peito a instrução. ¿Então porque durou tão pouco êsse regimen? Porque reinou pela violência, e também porque era importado do estrangeiro e ia de encontro às tradições seculares, *ao modo de ser do povo suíço*: unitária, laica e imbuída da ideologia « bota abaixo » da Revolução francesa,

a República Helvética era a antítese dos Treze Cantões, federalistas, religiosos e cheios de tradições.

Grande lição a daquele povo: « Nós queremos continuar a ser o que somos. »

\* \* \*

Também há na nossa história uma página semelhante: a agonia do miguelismo. Mas... ¿ não será antes a página das invasões francesas ?

Não há paralelo possível entre a invasão da Suíça em 1798 e as invasões francesas cá, pelo menos se as isolarmos dos acontecimentos que se lhes seguiram e que tiveram bem maior importância.

A invasão da Suíça pelos franceses em 1798 foi ordenada pelo Directório revolucionário, a pedido de doutrinários suíços, e, em parte pelo menos, com um *fim de ordem ideológica: espalhar as ideias da Revolução*, teve por reflexo imediato na vida interna do país a República Helvética, que, como as outras « républiques sœurs », era uma miniatura da França jacobina e *visava a destruir o modo de ser suíço*. As invasões francesas cá tiveram feição bem diferente. Vieram quasi dez anos depois. Ordenadas pelo « imperador Napoleão » e já não pelos homens da Revolução, *não tiveram fins ideológicos*, tiveram unicamente fins de política internacional: obrigar-nos a aderir ao bloqueio continental, fechar à Inglaterra uma porta aberta. Resultado imediato também não tiveram: *os invasores não pretenderam alterar oficialmente o modo de ser português*.

Diferente, portanto, nos fins e nos resultados. Só o *modus faciendi* é que foi o mesmo: rapina e brutalidade.

É verdade que na bagagem dos soldados de Junot vieram *ideias francesas*, que tão facilmente haviam de mudar o burguês de Lisboa; esse burguês que no século XVIII jogava descuidado o gamão nas boticas onde Tolentino o foi retratar e que se contentava com tradicionais e inofensivos pasquins no pelourinho, esse mesmo burguês, passadas as invasões, já ficou « liberal esturrado » e já fala em « valer a tôdas as pessoas

que forem causa duma boa *liberdade*.» (1). Verdade é também que os oficiais da Legião Portuguesa, organizada por Junot, beberam « as ideias francesas » no contacto com os camaradas de além-Pirinéus; Gomes Freire, Alorna, Loulé, Asseca foram dêsse número. — Mas, em suma, reflexo imediato não houve: as « ideias francesas » foram amadurecendo para 1817, 1820 e sobretudo 1834.

As invasões francesas não passam dum comêço de crise; a crise final, o verdadeiro drama está em 34. Em 34, muito mais do que em 1910 houve o *choque de duas mentalidades opostas*, ambas tenazmente defendidas.

Na luta de dois anos que vai do Mindelo a Évora-Monte e sobretudo na sua fase final também nós resistimos à Quádrupla Aliança, isto é, ao *liberalismo estrangeiro* coligado com uma minoria de portugueses, valente mas insignificante, « os sete mil e quinhentos esfarrapados que só venceram por traição do Póvoas » como dizia o povo miguelista (2). 2 E que queriam os liberais? Impor-nos uma Carta Constitucional que o país então pedia e que o país nunca sentiu como *cousa sua*. — A Carta Constitucional era obra de D. Pedro e não de estrangeiros — objectar-se-á. Também a Constituição da República Helvética tinha sido feita pelo suiço Ochs. Tanto uma como outra não deixavam de ser importadas do estrangeiro.

Como os suiços em 1798, nós dissemos então ao estrangeiro, personificado na França dos *pedreiros livres*... que queríamos ficar o que eramos.

Emfim, 1798 foi para os suiços, como êles dizem, *la chute de l'ancienne Confédération*; 34 também foi para nós o desmoronamento do Portugal velho, *o ano bota-abaixo*. Embora, à primeira vista, se tratasse duma luta só entre portugueses, Évora-Monte foi o nosso Nidwald; foi-o no seu significado profundo: *foi o ponto final posto brutalmente e sem critério numa tradição secular*.

(1) Carta de D. Miguel Pereira Forjaz ao Intendente Geral da Polícia. — Cfr. Raul Brandão, 1817, pág. 190.

(2) Raúl Brandão — *O cerco do Porto*, pg.á 10.

Foi ou não?

Comparando, aprende-se.

Sob o aspecto religioso, na Suíça, a República Helvética não teve *ukase* brutal à Aguiar. Limitou-se a pôr fiscais nos conventos (*exactores*, chamam-lhes em latim as crônicas conventuais), a proibir que novos professassem e a impedir que as ordens religiosas administrassem os seus bens, sem lhes dar, no entanto, outro destino como entre nós se fêz em 34.

Quanto ao cantão de Friburgo, onde os conventos eram e são numerosíssimos, sei mais alguns pormenores curiosos. As autoridades locais transtornavam a ordem e o sossêgo da vida conventual com jantaradas e divertimentos de frades e seculares à mistura (*computationes et lusus* — dizem as crônicas conventuais). Por outro lado « em fins de 1798 submeteram frades e freiras a um interrogatório, para saber se era verdadeiramente sincera a sua vocação e para lhes facultar a saída », três noviços franciscanos mostraram desejos de sair e o poder central, *por decreto* de 26 de Junho de 1799, garantiu-lhes uma pensão de 480 francos (1).

Uma tal atitude, é bem claro que visava a *matar lentamente os conventos*. Mas os católicos suiços, 41 0/0 da população, *reagiram logo*, e com êles a grande massa dos protestantes tradicionalistas. Essa resistência foi até ao massacre de Nidwald. E não acabou aí. « Se êste consulado arbitrário triunfou da revolta à mão armada, acabou contudo por succumbir ante a resistência passiva do povo. » (2).

¿E de então para cá?

Alguns conventos, sobretudo algumas abadias medievais muito ricas, Saint-Gall, Muri, Hanterive, vieram a ser secularizadas com o correr dos tempos.

---

(1) Crônica manuscrita dos Franciscanos de Friburgo. Max de Diesbach, *Les troubles de 1799*

(2) Max de Diesbach.



Por outro lado, os Jesuítas foram banidos em 1848, por uma lei de excepção, que a Constituição Federal de 74 veio infelizmente agravar. Mas a regra geral é outra: a pequena Suíça republicana conservou até hoje trinta e três conventos de frades e sessenta e seis conventos de freiras, sem lhes tocar nos bens.

Compare-se agora com o que se passou em Portugal. O Senhor Bispo de Bragança lembrava ainda há poucas semanas que o decreto de 30 de Maio de 1834, que *abolía* as ordens religiosas, acrescentava no artigo 2.º:

« Os bens dos Conventos, Mosteiros, Hospícios, Colégios e quaisquer Casas de religiosos de Ordens regulares ficam incorporados nos próprios da fazenda nacional. »

E Joaquim António de Aguiar, se bem o disse, melhor o fêz. Para o povo êle ficou o *Mata-frades*.

Uma cousa há que atenua bastante o alcance dêste confronto. Na Suíça, em 1798, as Ordens religiosas tinham como hoje têm, um prestígio que não tinham entre nós em 34. E assim o *ukase* de 34 infelizmente *achou ambiente*; um ambiente que faltou à República Helvética e por isso ela morreu de asfixia.

\* \* \*

¿ E sob o aspecto político ?

No entender de Herculano, a Idade-Média concebera as liberdades *como privilégios* e a Revolução francesa concebeu-as como direitos colectivos. Portanto, a consequência lógica da Revolução foi, por um lado, a proclamação dêsses direitos e, por outro lado, a abolição do *privilégio*.

Na Suíça, como em tôda a parte, a transformação política e social tendeu a abolir o privilégio mas não dum modo radical. Respeitou-o, lá onde êle era *uma cousa orgânica*, uma cousa que dava vida às células da nação, às *Gemeinden* ou comunas, e depois aos agregados de comunas, aos cantões.

É na comuna que o privilégio se mantém mais vivaz. Não



se é natural duma terra; ê-se burguês da comuna de seus pais e de seus avós: lá é que se tem direito à assistência e lá é que se tem outros direitos especiais, isto é, privilégios. Exemplo: em Friburgo, o *Hôpital des Bourgeois*, construído no século xvii com o dinheiro das « famílias patricias », é só *gratis para os burgueses de Friburgo* (o resto do cantão tem o Hospital cantonal); ainda hoje se observam prescrições bem curiosas com respeito às « famílias patricias » que o fundaram: a família de Diesbach pode levar um criado e um cavalo, a família de Reyff um cão. ¿Ninharias? Mas ninharias que têm um significado: nelas se espelha uma civilização que escapou, em parte pelo menos, à fúria niveladora da Revolução francesa. *Ex digito gigas.*

Vale bem a pena ouvir o pensador católico suíço Gonzague de Reynold, professor na Faculdade de Letras de Berne. Define êle assim o *sentimento do privilégio*: « Ser burguês é ter direito a um quarto no hospital, a tantas achas de lenha nas florestas da Câmara, a tantos hectares para lavoura nas terras dos burgueses. Êste pensar é medieval e é de origem germânica; foi o pensar que reinou em tôdas as cidades das margens do Rheno, desde os Alpes até ao Mar do Norte, nos tempos do Santo Império Romano. » (1).

Numa confederação de cantões, é interessante ver o que resta dos antigos *privilégios* dos « cantões soberanos ». No decorrer do século xix perderam por completo a soberania em questões de ordem internacional ou militar; conservaram-na em questões de administração, de instrução, mesmo de justiça (assim, a pena de morte existe nuns cantões, noutros não).

Sobretudo há uma cousa importante a registar: na Suíça as transformações políticas têm sido lentas, acauteladas e têm correspondido a *verdadeiras necessidades sociais*. Assim, após várias reviravoltas, os patriciados foram abolidos de vez em 1830, mas abolidos como oligarquias de govêrno exclusivas do resto da população; nada mais; as famílias históricas conservaram um papel de destaque na vida social e mesmo na

(1) G. de Reynold — *Les villes suisses — Fribourg.*

administração em Berne, em Friburgo, em Lucerna, em Basileia, até mesmo em Genebra, a cosmopolita.

Outro exemplo, ainda mais frisante: alguns cantões (Berne, Appenzell, Tessino, Neuchâtel, talvez dentro em pouco Vaud), substituíram o antigo sistema de « assistência por terra de origem » pelo sistema mundial de « assistência por terra de habitação ». ¿Porquê? Para acabar com uma tradição? Não. Por verem pequenas comunas pobres do campo estarem a agüentar com o sustento de indigentes que nunca lá puseram os pés, mas cujos avós eram de lá e que vivem nas cidades onde a vida é mais cara.

¿Essa compreensão das verdadeiras necessidades sociais, que houve na Suíça, houve-a entre nós nas transformações paralelas de 34 para cá? Creio que não, a-pesar-das boas intenções dos vencedores de Évora-Monte e a-pesar-duma qualidade que a burguesia do liberalismo teve em muitos maior escala do que os miguelistas vencidos: a curiosidade intelectual. — O principal êrro do constitucionalismo e da República, sua continuadora, parece-me ter sido o quererem impor « as ideas de Paris », sem se darem ao trabalho de ver as diferenças de mentalidade que existem entre nós e a França e de sondar as verdadeiras aspirações do nosso bom povo (que ainda o há).

D. João VI (escreveu Mário de Almeida e gostava de saber onde êle achou êsse pormenor), « tinha para a Grande Revolução uma palavra que era um ronco: *Pedreiros livres* » — Teles Jordão, em S. Julião da Barra, ao confiscar a um *malhado* preso o *Memorial de Santa Helena*, e ao ver que se tratava de Napoleão pôs-se a praguejar e a dizer: *Coisas do cão* (1). As gerações liberais, demasiado preocupadas com dar a Portugal um *smoking* para fazer figura no concêrto das nações europeias, só viram nestas coisas e noutras semelhantes o grosseiro da linguagem ou o acanhado do horizonte espiritual. Creio que elas contêm um sentimento digno de ser

(1) Baptista Lopes — *História dos presos da Torre*.

levado em conta, êsse mesmo que o suiço Gonzague de Reynold verificou no seu país e que êle definiu: « l'esprit de la terre, c'est-à-dire le sentiment de la stabilité, de la continuité, qui est fait de beaucoup de prudence à l'égard du voisin, de beaucoup de méfiance à l'égard des nouveautés. » (1).

E foi êsse pensar que na Suiça permaneceu tão vivaz e que entre nós ficou vencido em Évora-Monte.

\* \* \*

Vale a pena acabar êste paralelo com o confronto de duas afirmações.

Uma é de Gonzague de Reynold, o teórico do conservantismo suiço: *Notre démocratie n'est pas égalitaire, elle est fédéraliste*. E, concretizando mais, êle define o seu cantão de Friburgo: « uma democracia histórica, feita duma terra e duma história, oposta à democracia teórica, architectada por cabeças de doutrinários, longe das realidades concretas. »

Já estava desencadeada a Grande Guerra, nas horas da batalha do Marne, em que os acontecimentos graves se seguiam como relâmpagos e em que tantas coisas pareciam desmoro-nar-se, Ramalho Ortigão, sobrevivente duma geração leviana e céptica que em tempos de ordem e de sossêgo destruiu a sorrir e a brincar, Ramalho Ortigão, arrependido e a caminho da cova, escrevia estas linhas que são para meditar:

« *A obra liberal de 1834, — convém nunca o perder de vista — foi inteiramente semelhante à obra republicana de 1910. Nos homens dessas duas invasões é idéntico o espirito de violência, de anarquismo e de extorsão.* » (2).

---

(1) G. de Reynold — *Les villes suisses — Fribourg*.

(2) *A Restauração*, de 11 de Setembro de 1914.

II

A SOCIEDADE CRISTÁ E PATRIARCAL DO MIGUELISMO  
E « A ARISTOCRACIA DO MÉRITO » DO LIBERALISMO

¿Quais eram as diferenças fundamentais entre a velha sociedade, — a que ficou debaixo da roda na transformação da vida portuguesa que tem por ponto central 34, — e a actual?

Diziam-no as *Novidades* de 10 de Agosto de 1925, num artigo de fundo assinado por X, intitulado *Sondando o abismo* e no qual se analisava *a crise da civilização moderna*:

... « Observa-se que, enquanto desde a revolução francesa, *o respeito pela autoridade ia baixando sempre*, os progressos materiais subiam para transformar rapidamente as condições sociais, por tal forma que equivalia a transportar a humanidade civilizada para um mundo diverso, como se transportam hoje, sem preparação, os camponeses para as grandes cidades, *onde se lhes quebram os laços da religião e da família, facilitando-se-lhes a satisfação de prazeres, comodidades e ambições*.

« Assim aconteceu à sociedade.

« *Á vida austera e profundamente religiosa dos tempos passados, mái de preciosos hábitos de trabalho, frugalidade e submissão*, sucedeu, com uma rapidez que a lenta capacidade dos povos para mudanças profundas não comporta, esta vida moderna, a um tempo mole e agitadíssima, enervada e excitada pelos prazeres sensuais e as ambições, cómoda e anti-higiénica, onde o homem é arrancado aos braços da natureza mái, para o meterem numa gaiola dourada, onde tudo é *artificial*.

.....

« *Não esteve o mal no progresso, mas na orientação que lhe deram.* »

Tudo o que havia para caracterizar, na generalidade, as

diferenças entre a sociedade antiga e a de agora ficou aí dito. O que então havia e agora vai fazendo cada vez mais falta era bem êsse viver em comunhão com a natureza, êsse viver impregnado de profundos sentimentos religiosos. Sem a *filosofia da história* dêsse artigo sóbrio e profundo, eu não teria de-certo sabido dar coësão às desconjuntadas notas que vão seguir.

\* \* \*

Ao desmontar, peça por peça, a velha sociedade e ao compará-la com a actual, deparam-se-nos vários costumes que deixam entrever a sua feição patriarcal. A principal característica era a religiosidade profunda, na qual se moldavam, por assim dizer, os costumes. E dessa religiosidade derivava em primeiro lugar *o respeito pela vida de família*.

Preguntei há meses a um velho e honrado militar reformado, que está na barreira dos oitenta e que andava no liceu quando morreu D. Pedro V, que diferença havia entre a sociedade de agora e a do tempo em que êle fôra educado. Respondeu-me logo: *Ah! muita! os filhos tinham muito respeito aos pais!*

Pormenor curioso, êsse que assim falava era sobrinho do homem que em 1853, dezanove anos após Évora-Monte, escreveu que em 34 «os portugueses tinham deitado por terra a obra dos Reis».

O que era a vida de família em Trás-os-Montes no comêço do século XIX o desequilibrado e nocivo Camilo pintou-o numa página estranhamente bela dum romance sem pés nem cabeça (1):

«O hóspede encontrou na cozinha, sentada em escabelos, a numerosa família do sr. capitão, que tinha o prazer de ver assentados ao seu lar quatro avós.

«O hóspede sentou-se no melhor lugar, que era ao lado do avô paterno do sr. capitão.

---

(1) Vide *Misterios de Lisboa*, vol. II, págs. 130-137.



« — ¿ Que anos tem êste seu avô ?

« — Noventa e dois, feitos pelas bessadas, para o servir.

« — ¿ Como aqui são longas as vidas !

« — Pois ainda onde o vê, — disse o capitão — é rijo como as armas... Êle que lhe conte a vossemecê...

« — ¿ A vossemecê ? ! atalhou o velho — dobra a língua... tu não sabes com quem falas... Se fôsses à capital do reino como eu, terias aprendido a ser cortês...

« — ... ¿ Então já foi a Lisboa ?

« — Conte lá essa história cá ao Senhor que há de gostar.

.....  
« Finda a história, as raparigas principiaram a entoar a ladaíinha de Nossa Senhora, com admirável acorde de vozes. À meia noite, cada qual das que vieram ao serão pegou no seu touchão aceso e despediu-se com a frase usual:

« Com bem passem a noite. »

Não só na província, *em Lisboa também*, a família era patriarcal, tanto na nobreza como na baixa burguesia. Alexandre Herculano, saído duma humilde linhagem de sapateiros e de pedreiros, nascido e criado no pátio do Gil, ali à rua de S. Bento, escreve numa das suas poesias de emigrado, ao evocar a casa de seus pais:

« . . . . . À noite, o bom do velho  
As bênçãos paternas de Deus co'as bênçãos  
Sôbre minha cabeça derramava... » (1).

No campo ainda êsses costumes ficaram; os filhos ainda pedem aos pais:

— *Deite-me a sua bença; ... cá sa bença.*

\* \* \*

Mas, na cidade, êsses costumes foram mudando. E, em face da desmoralização crescente, dos *faux ménages*, dos re-

(1) A. Herculano — *Poesias várias* — *Tristezas do destêrro*.



resultados da lei do divórcio e da emancipação dos filhos, tudo coisas que representam o esquecimento da santidade da família, a linguagem, que é a expressão do pensamento, não achou termo melhor do que: *à moderna*.

O seu a seu dono. A República tem responsabilidades grandes: com a aplicação da lei do divórcio e com a sua complacência para com as doutrinas libertárias, ela tem fomentado a desagregação da família, numa inconsciência espantosa, dir-se-ia que unicamente pelo prazer de arrancar a sociedade à influência da Igreja. Ai de nós, católicos, se não nos organizarmos para a defesa *consciente*, se nos deixarmos embalar com vagos desejos de tolerância mútua e se nos esquecermos de que a República, no tempo dos comícios, tomou para si esta tarefa (e desde então ela tem-na prosseguido com mais ou menos tenacidade): a luta da sociedade baixa contra a religião.

Mas a República não foi a única causadora do mal. Se a sociedade portuguesa, mesmo nas suas camadas monárquicas, tão bem se tem sabido aproveitar das péssimas leis da República, é de-certo porque essas leis se adaptam à sua mentalidade, porque essas leis vieram corresponder à sua pobreza de vida religiosa e de orientação moral. O Código civil suíço também contém o divórcio, mas nos cantões católicos são raríssimos os divórcios. Nesse ponto, um homem de letras republicano, o sr. Raul Brandão, da *Seara Nova*, teve razão em dizer: «O que se está a passar de 5 de Outubro para cá — é exactamente o que se passava de 5 de Outubro para lá. Eram os mesmos homens e as mesmas chagas: só estavam encobertas.» (1).

Desenganemo-nos. Não é a República a raiz do mal. Vem de mais longe. «Uma das raízes da anarquia moral em que Portugal se debate é a literatura dissolvente de Eça de Queirós, de Junqueiro, de Oliveira Martins e do próprio Camilo.» (2). Mas há raízes que ainda vêm de mais longe.

(1) Raul Brandão — *O cerco do Porto* — Prefácio, pág. 34.

(2) Agostinho de Campos — *Antologia portuguesa* — Prefácio da *Crónica de D. João I*, pág. 88.

Essas raízes estão na aurora do constitucionalismo, nessa *brandura dos nossos costumes*, que foi, sob o aspecto moral, a principal vitória dos vencedores de Évora-Monte sobre a Igreja e a sociedade cristã. Veja-se a *Revista Universal Lisbonense*, revista de valor intelectual e com orientação moral, dirigida por Castilho; vejam-se os números dos primeiros anos: 1842 (estamos a oito anos de distância de Évora-Monte).

Número de 12 de Maio de 1842: « Domingo 8 assistimos à façanhosa comédia das *Primeiras proezas de Richelieu*. Não fazemos exposição; por mais que nós a disfarçássemos com tresdobrados veus, nunca seria possível apresentá-la em um papel que pode ir parar a muitas mãos honestas. Cremos firmemente que a Inspeção Geral dos Teatros dará providências para que tal escândalo para sempre se desterre dum teatro que se obrigou a ser normal. » (António Feliciano de Castilho). — Número de 19 de Maio: « Ainda voltaram no sábado as *Proezas...* ? Que se diria da Inspeção do Terreiro se se vendera trigo envenenado? que se diria da Inspeção dos Teatros se as mais obscenas obscenidades se representassem? » (de novo: António Feliciano de Castilho). — Número de 23 de Junho: « Com êste infame titulo *O marido de minha mulher* se representou sábado, uma comédia que deixou a perder de vista o Richelieu. »

Bastam êstes depoimentos. Mas, valha verdade dizer, então ainda a plateia pateava; hoje já não. Água mole em pedra dura...

\* \* \*

Ainda aqui estamos a pisar o terreno das *ideas francesas*, vindas de Paris no correr do século XIX *ad usum* dos espíritos fortes e « livres de peias teológicas », como então era costume dizer (1).

Foi Paris, o Paris sem moral e sem crenças do século XIX, a infiltrar lentamente a *brandura dos nossos costumes*, isto é,

---

(1) Cf. Manifesto dos estudantes de Lisboa, em 1882, por ocasião do centenário de Pombal.

a nossa falta de orientação moral. E essa infiltração fêz-se pelo teatro, pelo romance, pelo folhetim, pelas más influências sobre a nossa literatura, pelo exemplo das pessoas de maus costumes exportadas de lá para cá, pelo espectáculo das mi-sérias douradas de Paris postas ao alcance dos portuguezes endinheirados. Sejamos contudo justos; a semente, se veio de Paris, pegou cá facilmente.

Vale a pena pôr os olhos em outros povos.

A uma velha camponesa suiça ouvi um dia dizer: — « Eu não gosto da França. » — « Porquê? » — perguntei-lhe sem perceber o motivo. Respondeu-me: — « Há cousa duns trinta ou quarenta anos, principiaram a vir viver para as terras à beira dos nossos lagos uns fidalgos franceses que viviam com actrizes e vinham então para cá para estar mais à vontade. Isso fêz muito mal à nossa gente do campo, que assistia ao viver dêles. »

Um aristocrata de Friburgo disse-me uma vez: « Detesto o hotel de luxo de Lausanne, o *Palace*. ; Que gente que por lá se vê! *Faux ménages*, de Paris. » — Quando apareceu a peça *A vinha do Senhor*, o Prefeito do Collège St.-Michel, que, por sinal, era um padre francês, disse-nos: « C'est une honte qu'on joue ça à Fribourg. *Ces choses que nous viennent d'outre-Jura...* »

*Estas cousas que nos chegam de além-Jura...* E nós, afora Castilho em 42, soubemos alguma vez dizer: ; *Estas cousas que nos chegam de além-Pirineus?*...

Nada mais fácil e nada mais falso do que generalizações apressadas: *Ab uno disce omnes*. Houve famílias sólidas em todos os campos. Todavia creio não andar longe da verdade ao dizer que em face da sociedade da monarquia constitucional, *nem peixe nem carne*, que ia à Igreja e lia sem critério os romances de Paris, em face dessa sociedade cujo catolicismo superficial surpreendeu Armand Dayot (1) e já no nosso tempo o P.<sup>c</sup> Boubée (2), em face dessa sociedade, as famílias

(1) *Les capitales du monde* — Lisbonne.

(2) *Les Études*, Março de 1920.

miguelistas « do bairro de S. Vicente » e da fidalguia da provincia foram os genuinos representantes da tradição portuguesa.

A sociedade miguelista, honra lhe seja, dizimada e empobrecida, conservou em muitos dos seus elementos, a noção da santidade da familia e o forte desejo de preservar a saúde da alma. Foi essa de-certo uma das suas qualidades de mais pêsso.

Em 1883, meio século após Évora-Monte, por ocasião dum falecimento, a *Nação* (1) reproduziu a vida patriarcal duma familia miguelista num solar da Beira Alta, os Queiroz Pinto de Ataíde, em Sourosa. † Como tudo isso, hoje, já parece longe! Êsses pais que davam o pão aos pobres e à mesa se viam rodeados de filhos; essas senhoras vestidas de preto, « traje cujo rigor condizia com a severidade do inverno ». Nessas páginas amareladas há ainda um eco longinquo do falar de Santa Teresa: « *Mi madre, con morir de treinta y tres años, ya su traje era como de persona de mucha edad.* »

Por essa época já Eça e Ramalho estavam à moda e iam distilando cepticismo nas almas. Mas aquele jornal comprehendia as tradições portuguesas e tinha um género de coragem que se tornou rarissimo: a coragem de passar por *pires*.

Passados mais de quinze anos — quinze anos em que o sub-solo da sociedade se transformou ainda mais — morria Lucas Castelo, sétimo e último morgado do Campo Grande, um dos chefes do partido legitimista. E a velha *Nação* escrevia: « Deixou tóda uma familia impregnada do seu santo e salutar viver. Lucas Castelo foi um dêsses valentes a quem a desmoralização e egoismo com que o bafo revolucionário tem repassado a geração actual não pôde crestar. » (2).

Numa ocasião semelhante, de choque entre duas civilizações muito diferentes, a Rússia de Pedro o Grande fôra brilhante, dera prova de reais qualidades de trabalho e parecia

---

(1) Números de 6 a 11 de Setembro.

(2) *A Nação*, de 14 de Março de 1899.

ter assimilado a civilização europeia; mas a outra Rússia, a que amaldiçoou êsse czar « que fumava » e que se portava mal era « a Santa Rússia ».

#### A SOCIEDADE CRISTÁ E PATRIARCAL DO MIGUELISMO

Na sociedade antiga havia, bem marcado, o respeito pela vida de família. Em íntima coêsão com essa virtude, figuravam na primeira plana dois costumes: o tratamento de família dado aos criados e a caridade para com os pobres, tida como um dever das casas abastadas.

Não se pode dizer que os homens de 34 aboliram êsses costumes com duas penadas, como fizeram aos conventos. Mas, enfim, eram virtudes da sociedade antiga, da que ficou ferida de morte em Évora-Monte, e ela vai-as levando consigo para a cova.

\* \* \*

O tratamento dado aos criados... não era só em Portugal; era na Europa cristã.

Théodore de la Rive, protestante suiço convertido ao catolicismo, « falando só do que êle próprio vira e observara », escrevia em Roma, em Março de 1905:

« Em Itália, as relações entre amos e criados são muito diferentes do que são nos países protestantes. Não são domésticos, mercenários sempre prontos a voltarem-nos as costas se alguém lhes oferecer mais dinheiro; são *familiari*, pessoas de família, amigos que compartilham as nossas alegrias, sentem os nossos lutos e nós os dêles. » (1).

Êsse costume, na Europa cristã, vinha de longe. Remontava à Idade-Média, hoje mal compreendida, e que foi a fase da história em que a Igreja, elemento civilizador, suavizou os costumes dos bárbaros, povos viris e sãos.

(1) Théodore de la Rive — *Vingt-cinq ans de vie catholique*, pág. 161.



O escocês Walter Scott deixou em *Ivanhoe* um quadro típico da sociedade medieval: o castelão sentado à mesa com a família e, pegada à mesa dos fidalgos, uma outra mesa, com pratos mais grosseiros, à qual os servos estão sentados.

E essa figura de gigante que aparece no século XVI como um último produto da Idade-Média peninsular, ardente, cavaleirosa, capaz de sacrifícios, Santa Teresa conta o que era a vida em casa do velho pai, Don Alonso de Cepeda, num solar da Castela Velha: « *Era mi padre hombre de mucha caridad con los pobres y piedad con los enfermos y aún con los criados; tanta, que jamás se pudo acabar con él tuviese esclavos, porque los había gran piedad.* »

\* \* \*

E em Portugal?... ? Era também um velho costume medieval o que foi levado na enxurrada do século XIX?...

A meada é mais difícil de desfiar do que parece.

Por um lado, vê-se que a nobreza na Idade-Média não era popular. Nesses tempos ainda o pilão do absolutismo régio a não tinha reduzido à condição de *existência social*, ainda ela era um *factor político* em rixa com o clero e com o Rei (são os próprios termos de Herculano).

Havia então, bem caracterizada, a luta da « *arraya-miuda* » contra a nobreza.

Grande parte das queixas dos povos que tinham voz eram contra as tropelias dos nobres; e muitos dos privilégios que os Reis concediam aos concelhos, contra os nobres eram dirigidos (1).

Para se ter uma idea da má vontade que os plebeus tinham aos fidalgos, nos fins do século XIV, por ocasião de Aljubarrota, basta ler Fernão Lopes:

« Levantaram-se os povos em outros logares, sendo grande scisma e divisão entre os grandes e os pequenos... »

« E os castelos que os antigos reis, por longos tempos

---

(1) V. p. ex. as obras de Pinho Leal, Inácio de Vilhena Barbosa, etc.



jazendo sobre eles com força de armas, não podiam tomar, os povos miudos, mal armados e sem capitão, com os ventres ao sol, antes de meio-dia os filhavam por força.» (1).

Em face desta luta selvagem «entre os grandes e os pequenos» pela Idade-Média adiante, e como é que se explica então a lenta organização dessa sociedade em que havia nas classes debaixo um respeito espontâneo *pelos de cima*, dessa sociedade, que, tendo durado séculos, ficou vencida em Évora-Monte e se foi desfazendo de então para cá?

Não sei. O que é certo é que as crónicas, essas mesmas crónicas, ficaram como marcos sucessivos do desenvolvimento da sociedade patriarcal.

Já desde a remota Idade-Média os cronistas falam em sentimentos de generosidade, da parte dos fidalgos, e de dedicação, da parte dos criados.

Foi na leitura do velho Fernão Lopes que se me deparou um dos primeiros quadros da sociedade patriarcal:

«Houve em Portugal um bom e grande fidalgo que havia nome D. Gonçalo Pereira. *Este era de gram casa e estado, e acompanhado de muitos e bons parentes e criados, muito grado (generoso) e prestador*, assim aos seus como estrangeiros, em guisa que de sua grãdeza se acha estando em Pereiró deu sessenta cavalos a fidalgos que eram chegados a êle.» (2).

É já a fisionomia do *fidalgo-mãos-rotas*, a quem Antero de Figueiredo tirou o último retrato no *Morgado de Sabariç*.

Isto era em meados do século xiv. No fim do século xv, a nobreza *entidade política*, que por tãda a Europa era domada pelo absolutismo monárquico, entre nós, atirara a luva ao «Príncipe Perfeito». Vencida, o Duque de Viseu apunhalado pelo próprio D. João II, seguia-se o *Vae victis*.

Um dos cabeças era Fernão da Silveira, filho do primeiro

---

(1) *Antologia portuguesa* — F. Lopes, *Crónica de D. João I*, I parte, págs. 169-170.

(2) *Op. cit.*, pág. 132.

Barão de Alvito, duma família que brilhou séculos e que deu nome ao *Conde-Barão*. D. João II queria-o bem a ferros, mas... melhor do que eu fala a velha crónica de Rui de Pina:

« Ficou escondido per segredo e fiança d'hũ criado de seu Pay, que nunca se corrompeo, nem por temor das mortaaes penas d'El Rey a quem ho escondesse, nem por suas promessas de grandes mercees a quem ho descobrisse. » (1).

Bastam estes depoimentos para mostrar que na Idade-Média, a-pesar-da luta da arraia miuda contra a nobreza, aparece já, pelo menos em gérme, a organização patriarcal a que se chamou *o solar*.

\* \* \*

O que era na velha sociedade a dedicação dos criados pelos amos e a afeição que ligava uns e outros, sabemos-lo nós ainda hoje, nossos avós sabiam-no melhor.

Faziam parte integrante da família. Júlio Denis, que foi por vezes um observador penetrante dos meios ainda decididamente portugueses, deixou-nos na *Morgadinha dos Canaviaes* um lar característico do Portugal velho: a casa de aldeia, com D. Doroteia e a sua criada antiga Maria de Jesus.

Não era só na aldeia, era também em Lisboa. A história íntima de muitas famílias *que têm tradições e que são portuguesas de lei* teria interêsse para a história dos costumes.

Dêsse passado ainda chegaram até nós sobreviventes. Na hora agitada de 14 de Maio de 1915, D. Maria Amália Vaz de Carvalho, recusou-se *por causa duma criada velha*, a sair da sua casa de Santa Catarina, exposta ao bombardeamento; essa senhora saíra duma família portuguesa dos quatro costados e miguelista ferrenha; fôra nascida e criada no solar de Pinteus, « na solidão dum palácio esquecido ».

---

(1) Rui de Pina — *Crónica d'El Rey D. João II*, pág. 61.

Passados anos, em Janeiro de 1919, Santarém estava cercada; e a senhora Marquesa da Ribeira Grande não quis largar a sua quinta do Vale de Santarém, posta entre dois fogos, *para não ter de deixar sòsinhos os criados.*

Sobreviventes dum passado morto, nessas horas de luta apaixonada, davam que pensar, com a nobreza da sua atitude, se êsse passado tinha ou não direito à vida.

Não era só de portas a-dentro que se fazia caridade. O solar irradiava, no campo, sôbre a aldeia, em Lisboa, sôbre o bairro.

Na provincia, ainda êsses costumes não desapareceram de todo, creio que sobretudo no norte. No sul, já vão caindo. Quando eu era pequeno, ainda havia nas quintas *o dia dos pobres*; agora já há menos. O ano passado, em Torres Vedras, os velhos falaram-me no « *pão por amor de Deus* », que havia « nas casas mais valentes » em dia de Todos-os-Santos; hoje é coisa de que os velhos se lembram.

Dantes, em Lisboa, « o povo, para comer, invadia a portaria dos palácios e as vastas cosinhas, onde recebia a sopa fabricada generosamente, em volumosos caldeirões. Mais tarde, ia cada um, na capela do palácio, rezar o terço com a familia de quem era protegido. » (1). Só o palácio Ribeira, na Junqueira, é tradição que dava de comer a quatrocentas pessoas, ainda há cousa duns oitenta anos.

Agora, — dizia com ironia fina o Conde de Sabugosa, — « o dinheiro passou para outras mãos mais cautelosas no dar. »

---

(1) Conde de Sabugosa — *Embrechados*, pág. 69.



A monarquia *ancien-régime*, ao morrer em Évora-Monte, deixou-nos uma sociedade genuinamente portuguesa, patriarcal e cristã, à qual ainda se podia aplicar a frase célebre de Tertuliano: *anima naturaliter christiana* (alma espontaneamente cristã).

E dessa sociedade deixou-nos uma imagem:

« É a manhã do dia 24 de Julho de 1833. O Duque de Cadaval, à frente da divisão realista, e abandonando Lisboa às forças liberais, passa pela casa do *Homem da caridade*, que não tem tempo senão para dizer à esposa: « Parte à hora que pudes com os nossos filhos » e a pé seguiu a divisão.

« Momentos depois, ouvia-se ao longe o vozear confuso dos presos políticos, acabados de soltar, que se dirigiam para o palácio do Conde de Basto. Ficando-lhes em caminho a casa do *Homem da caridade*, param em tropel...

« Impelem o portão, invadem a loja, dividem-se; um grupo encaminha-se para escada principal; mas de repente detêm-se todos.

« No primeiro degrau da escada achava-se firme um velho, distinção na figura, amor todo êle aos moços que trouxera ao colo, dedicação êle todo àquela casa onde era filho pelo coração e mordomo no cargo...

« — A nada me opuz até aqui, senhores; levem ou queimem tudo isso; mas esta escada só a subirão sôbre o meu corpo.

« Furiosos, iam derrubá-lo, quando o que figurava de chefe lhe pergunta:

« — ? Então de quem é esta casa?

« Pronuncia-lhe o nome.

« Àquele nome todos viram num repente, defronte de si mesmos, também sôbre o primeiro degrau da escada e ao lado do fiel mordomo o próprio chefe da coorte, e foi êle que então bradou:

« — ; Nem mais um passo! A mim e a quantos não matou aquele senhor a fome! Nem mais um passo!

O Homem da caridade era D. Luís da Costa de Sousa de Macedo, Conde de Mesquitela e Armeiro-mór do reino. E esta cena, narrada pela piedade filial de D. António da Costa, tem um certo simbolismo histórico: *a agonia da sociedade patriarcal começa com a agonia do miguelismo.*

A SOCIEDADE CRISTÁ E PATRIARCAL DO MIGUELISMO.  
O PRESTÍGIO DO REI

Não se pode falar na sociedade antiga, na que o século XIX viu morrer lentamente, sem falar no ponto central dessa sociedade: *o rei*. Esquecê-lo é decapitar a velha sociedade.

Um historiador suíço, um dos mais serenos da actualidade, Suter, embora oriundo dum país estruturalmente republicano, escreveu, sobre a transformação da mentalidade francesa no século XVIII, estas linhas em que há desassombro e compreensão da mentalidade dos outros povos:

« Com Luís XV o país perdera *o respeito e o amor da realeza, que durante séculos tinham sido a honra da França.* »

Afora algumas excepções, a Europa *ancien régime* tinha tradições monárquicas. Quási por tôda a parte, o rei era o ponto central da sociedade.

\* \* \*

Portugal também era um país estruturalmente monárquico. Os nossos clássicos (e até mesmo alguns autores vernáculos do século XIX, como Vilhena Barbosa), ao falarem em Portugal, diziam *o reino*, tal qual como os Romanos, ao falarem em roma diziam *Urbs*, a cidade, por excelência.

O prestígio do rei era imenso. As gerações modernas, transviadas pelo negativismo, pelos preconceitos liberais e pelo orgulho intelectual, não podem facilmente conceber a impor-



tância que êsse factor tinha na velha sociedade. Tê-lo descoberto por baixo da ferrugem que o cobria desde 34 foi um dos méritos da *élite* integralista.

Na Idade-Média o ser rei era ser *o juiz dos povos*. Aquela imagem de S. Luís, Rei de França, exercendo a justiça à sombra dum carvalho, ainda é mais verdadeira para Portugal, onde, não tendo havido feudalismo pròpriamente dito, o Rei era o fiel da balança nas lutas entre as classes.

O povo sobretudo recorria a êle. Dessa época ficou-nos o grito *Aqui del rei*. Nas côrtes que D. Afonso IV, ao subir ao trono, celebrou em Évora, em 1325, o procurador da vila de Pinhel, Fernão da Sela, sentado no banco nono do braço do povo, ao queixar-se das tropelias que um filho do Conde de Marialva fizera no seu concelho, voltou-se para o Rei e disse-lhe: *Rei sois desta terra, fazei-nos direito e justiça* (1).

*Rei era um officio*. Por não ter sabido exercer êsse officio, D. Afonso IV ouviu um dia o «Senão escolheremos outro Rei».

E quando chegou a Roma a notícia da morte do *Príncipe Perfeito*, o Cardeal de Alpedrinha exclamou: «*Morreu o melhor dos reis, que era filho do melhor dos homens*».

Compreende-se então que o prestígio do Rei fôsse imenso. E era-o. Quando, em 1382, o Mestre de Aviz matou o Conde Andeiro nos aposentos de Leonor Teles, os seus puseram-se a gritar pela cidade *Matam o Mestre* e então os da «*arraia miuda*», amaldiçoando Leonor Teles, gritavam: «*Ó aleivosa! Já nos matou um senhor, e agora queria matar outro.*» (2).

Mesmo depois de a vida portuguesa ter mudado, depois de o absolutismo monárquico, com D. João II e D. Manuel, ter abaixado as classes, o Rei, que tinha deixado de ser o juiz dos povos, *continuou a ser o ponto central da sociedade e continuou a ser respeitado*.

Até no ressentimento havia respeito:

..... «*o Rei só nisto inico*»

(1) Pinho Leal — *Portugal antigo e moderno* — E. VII, pág. 77.

(2) *Antologia Portuguesa* — Fernão Lopes, II, pág. 59.



escreve Camões (1) ao censurar ásperamente D. Manuel por ter deixado na miséria o valente Duarte Pacheco.

¿O que foi o *sebastianismo* senão uma satisfação desse sentimento de *amor ao Rei* localizada num momento trágico da nossa história? E mais tarde, no Portugal restaurado dos séculos xvii e xviii, os Reis da dinastia de Bragança foram amados pelo povo que viu nêles, de novo, *o símbolo da nação*.

\* \* \*

« *J'ai vu Washington et Bonaparte; aucun visage humain ne m'étonnera* », — dizia Chateaubriand na hora em que as realzas principiavam a baquear, em que a tradição era posta de parte e só a aristocracia do mérito parecia ter direito à vida. Esse sentimento que Chateaubriand nutria pelos dois *revolucionários soberanos* do seu tempo existia na sociedade patriarcal e tinha por objecto *o Rei*.

A impressão profunda que o Rei e a Côrte faziam no lapuz dos campos, Camilo deixou-a gravada numa página bem curiosa, ao pôr na boca dum obscuro herói trasmontano quasi centenário a narração da sua ida a Lisboa em tempos de D. Pedro II, havia oitenta anos:

« Veio aqui um govêrno de chapeu de bicos, e disse-me que o senhor Rei me mandava ir a Lisboa. Atirei-me p'ra riba da minha égua e preguei comigo no palácio real. Veio o senhor Rei falar comigo a uma cousa assim a modo de andor, onde estavam muitos figurões, que me diziam muitas cousas e tal et cetera. E vai depois, veio um govêrno, que ajoelhou, e eu ajoelhei também; e êle pôs-se a rir, e os outros riram-se todos. Lembrou-me se era de obrigação rir-se a gente quando o Rei se ria, e pus-me a rir também. E vai depois, o Rei meteu-me um papel nas unhas e mandou-me ao erário onde me deram duzentas amarelas e me disseram que eu era fidalgo da casa real... » (2).

(1) *Lus.*, X, 25.

(2) *Misterios de Lisboa*, t. II, págs. 132-133.

Em Lisboa, se não havia a mesma estranheza, havia o mesmo respeito e uma afeição maior.



Interessavam-se então os portugueses pela família real como *cousa sua*; basta ler o capítulo que Sabugosa consagrou nas *Donas de tempos idos* à Infanta D. Isabel, filha única de D. Pedro II e de D. Maria Francisca de Sabóia. ¿Quem a chorou por ver morrer nela a herdeira do trono? O povo.

Quási meio século depois, em tempos de D. João V, um cortejo de bodas atravessava o Alentejo, como nos dias longínquos em que o « Príncipe Perfeito » puzera Évora em festa, ao casar o filho com a herdeira dos Reis católicos. Foram as *trocas das Princesas*, como disse D. António Caetano de Sousa: o futuro Rei D. José desposava uma Princesa espanhola e a nossa Infanta Maria Bárbara o Príncipe das Astúrias.

Portugal inteiro parece ter-se interessado por êsse acontecimento. No Paço de Madrid, ao ser recebida a Embaixada com um protocolo complicadissimo, o Marquês de Abrantes, por única resposta, dissera a Felipe V que era « *o mensageiro duma felicidade pública* » (1). Os remadores da galeota real, quando se trocaram as Infantas no Caia, disseram: « Mandámos uma rainha, mandaram-nos uma sardinha ».

E três quartos de século depois, ainda a recordação das « bodas do Caia » se não tinha apagado, visto que há ainda alguém que fala como em *cousa sabida* em « *as reais vodas dos nossos príncipes celebradas no Cayá* ».

Quem falava era D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, o sábio e austero Arcebispo de Évora, cujo talento Pombal adivinhara desde a primeira hora e que nos havia de deixar algumas das páginas mais serenas e mais originaes da nossa prosa eclesiástica. Mas não se envergonhava de falar com respeito nas cousas da família real. E como êle Bento de Moura Portugal, e quantos outros! (2).

(1) *Hist. geneal.*, X, 359.

(2) *V. O Panorama*, anos de 1842 e 1843.

A sociedade do miguelismo era ainda essa. Era ainda a sociedade patriarcal dêsses pescadores de Olhão que, ao verem abalar os franceses, se meteram num caïque e foram até ao Brasil dizer a D. João VI que podia voltar para o seu reino.

Era ainda a velha sociedade que, em 1817 ao julgar que êle voltava, celebrara « o Príncipe regente Nosso Senhor » nos versos dos soldados de infantaria 16, então aquartelados em Vale de Pereiro:

... « E quando por Sob'rano vos aclamam  
« Em cada coração vos dão um trono. » (1).

Os miguelistas chamaram ao Senhor D. Miguel « o último Rei da Tradição nacional », e com razão. O miguelismo, êsse *quelque chose d'ajoute* ao nacionalismo português, tem uma explicação: Nessa hora, já o fermento das *ideas francesas* infiltrava a classe média. O povo sentiu-o, e, essencialmente conservador, agarrou-se à tradição, ao *Rei*, que era o simbolo da sociedade antiga.

Mas o Rei... onde estava? D. Pedro, então ainda Imperador do Brasil, aparecia como um português renegado, para mais, pedreiro livre; D. Maria da Glória era uma criança, que nunca pisara terras de Portugal; o *conhecido do povo* era o Infante D. Miguel e, por isso, o povo, ao vê-lo chegar, a 22 de Fevereiro de 1828, poz-se a cantar: *Rei chegou! Rei chegou! Em Belém desembarcou!*

O *Rei chegou* não foi apenas um dêsses delírios das massas que incensam um dia ídolos dos quais, passados anos, já não se lembram. Seis anos volvidos e três meses antes de Évora-Monte, os 12.000 miguelistas cercados em Santarém estavam ainda « fiéis e animados » (no dizer de Pinho Leal, então alferes de caçadores), e até os liberais cantavam:

Andam rotos e famintos  
O pagamento findou  
Quanto mais a fome aperta  
Mais se canta o Rei chegou (2).

(1) Matos Sequeira — *Depois do terramoto*, II, págs. 260-263.

(2) Pinho Leal — *Portugal antigo e moderno*, l. VIII, pág. 526.

E quando se lê a *História dos presos da Torre de S. Julião da Barra*, do liberal Baptista Lopes, êsse dia a dia da Bastilha miguelista, deixa bem a impressão de que os carcereiros, grosseiros e bárbaros como eram, eram contudo verdadeiramente afeiçoados ao Senhor D. Miguel. Telles Jordão um dia rallhou com os presos por tratarem por tu os grilhetas « *que eram bons realistas* ».

Êsse respeito englobava a família real. Um dia o cabo Prelada voltou-se para os grilhetas e disse-lhes: « *Seria melhor que vocês, em lugar de cantar, rezassem por alma da nossa imperatriç rainha que morreu ontem* » (1). Na véspera morrera D. Carlota Joaquina.

Até para D. Pedro o negregado Teles Jordão teve um dia uma frase curiosa: « *Êsse homem que lá está no Pôrto respeitai-o enquanto foi digno filho do Senhor D. João VI* ».

A velha sociedade tinha uma qualidade que as gerações modernas enfeitçadas pela ironia voltairiana e pelo orgulho intelectual, perderam quási por completo: *o respeito*.

Só quiz falar do passado, dêsse passado que ficou vencido em Évora-Monte e se foi diluindo de então para cá.

Do presente... *doctiores loquantur. Ego autem silebo, quia hoc ad rem non pertinet.*

#### ¿ERA FELIZ OU NÃO A SOCIEDADE ANTIGA?

¿Era feliz ou não a velha sociedade? A escola liberal disse: *Não*. Os miguelistas disseram: *Sim*.

Os historiadores profundos e objectivos do liberalismo, Herculano e Gama Barros sustentaram a tese: « *de 34 para cá as condições sociais melhoraram, a-pesar-de tudo* ». No polo oposto a essa afirmação, uma das cabeças pensantes do miguelismo, José Agostinho de Macedo, deixou-nos nas suas *Cartas* uma apologia bem feita e colorida dos *tempos que já lá vão*.

(1) VII, pág. 5.

« Leia-se tãda a História Universal da Europa; ç onde se acham as queixas dos povos contra os absolutismos dos Monarcas? Acham-se depois que rebentou a Revolução Francesa, de quem tãdas estas novas pestes sã filhas e netas. *Tãdas as nações tinham Govêrnos, suas Leis, seus usos e concedamos também que suas preocupações, e tudo isto sancionado pelo lapso dos séculos, pelos hábitos, pelo consentimento unânime; com estes Govêrnos e estas Leis prosperavam, eram felizes, opulentos e respeitadores; viviam contentes; e, se viviam em êrro — felices errore suo — ditosos com o seu engano. Ninguém se queixava, ninguém murmurava, ou de lhe atacarem as suas propriedades, ou de atentarem contra sua liberdade individual. Nisto passavam as nações europeias séculos; e esta herança de contentamento, satisfação e harmonia era deixada pelos pais a seus filhos, e uma geração a transmítia a outra geração. »*

Quem tinha razão?

\* \* \*

O assunto desdobra-se.

Se se restringe a tese liberal « *melhorou-se de 34 para cá* » ao bem estar material, à segurança da vida e da propriedade, essa tese fica de pé.

Quanto ao bem estar material, a demonstração está ao alcance de todos. Há cinqüenta anos, Pedro Ivo espantou-se por ver que nas estradas de Trás-os-Montes os carros « não rodavam, mas saltavam de fraga em fraga »; então disseram-lhe os velhos: « isto hoje é mel » (1).

É verdade que o progresso material se fêz independentemente dos homens do constitucionalismo e mercê das grandes descobertas científicas do século XIX: o caminho de ferro, o navio a vapor, as aplicações da electricidade, a profilaxia contra doenças até então fracamente combatidas.

(1) P. Ivo — *O selo da roda*, pág. 13.



Contudo é inegável que os homens da monarquia constitucional tiveram a peito esse progresso; ainda há poucos meses o jornal republicano *O Rebate* lembrava que « é de Fontes a obra de fomento nacional. »

*No que diz respeito à segurança da vida, também se melhorou.* Nós hoje espantamo-nos por ver um cobrador assaltado em Santos. No século XVIII, em 1774, seis embuçados matavam um militar à meia noite, na rua das Salgadeiras, e no dia seguinte escapulia-se a caminho de Badajoz um fidalgo da velha estirpe, o 6.º Conde de S. Vicente.

A Falperra e o pinhal da Azambuja com as suas quadrilhas de salteadores, Diogo Alves, precipitando as vítimas do alto dos Arcos das Águas Livres, são ainda restos da sociedade antiga. Nas narrações do tempo (1), uma cousa nos surpreende, a nós, os de hoje: *a falta de policia*; nada defendia a sociedade organizada.

Hoje, a-pesar-de se ter piorado de novo (e essa responsabilidade cabe, em parte, pelo menos, aos homens da República, que glorificaram o Buiça e o Costa e fizeram outras cousas em que é melhor não falar), a-pesar-de tudo, já não é preciso atravessar a correr o pinhal da Azambuja.

Na escola primária duma pequena cidade suiça, à pergunta por escrito « *¿O que há em Genebra?* », as crianças responderam: « *A Farmácia Central* ». É que os pais mandavam vir de lá os remédios, saindo-lhes mais barato do que nas boticas da terra; e assim essas crianças só tinham essa noção sôbre a cidade que foi e é uma das capitais intellectuais da Europa.

Do mesmo modo, em Lisboa, a noção do *policia* é hoje uma das primeiras noções que a criança do povo adquire sôbre a sociedade organizada. Detesta-o, mas sabe que elle existe. Ainda há menos dum mês, no campo, uma criança de Lisboa me perguntou: « *¿Então aqui não há policias? ¿Então se vierem os ladrões?* »

(1) V. por exemplo a *Revista Universal Lisbonense*, do ano de 1842.



A defesa da sociedade organizada é uma noção que nós hoje bebemos com o primeiro leite e que se amalgamou com o corpo de ideas dos portuguezes de hoje. Por isso, não condenemos em bloco a Monarquia constitucional; ela trouxe alguma coisa.

\* \* \*

Mas, num sentido lato, a tese liberal « *melhorou-se de 34 para cá* » é falsa. Como desmentido, basta a crise moral gravíssima que estamos a atravessar e que, embora tenha causas bastante complexas, não deixa de ter raizes bem fundadas nas conseqüências da vitória de 34.

*A sociedade de há cem anos era mais feliz do que a sociedade de hoje.* É esta uma das verdades que os herdeiros do liberalismo não querem confessar, tirante alguns espiritos nobremente desinteressados e serenamente objectivos.

E a velha sociedade era mais feliz *porque tinha uma saúde moral superior*, que infelizmente se perdeu de então para cá. Lembra-o na sua última Exortação Pastoral a sabedoria ascética do Senhor Cardeal Patriarca: « *Está comprometendo os destinos de Portugal uma série de crimes aumentada constantemente em o número e gravidade de há mais dum século para cá.* »

Nos artigos anteriores tratei como pude das características da sociedade patriarcal: o respeito pela vida de família, o tratamento de família dado aos criados, a caridade para com os pobres, a hierarquia social espontâneamente admitida, o prestigio imenso do Rei.

Esses costumes eram elementos que entravam na composição dessa atmosfera de felicidade que os povos respiravam e da qual José Agostinho de Macedo teve uma intuição tão profunda.

Ficou-me ainda para tratar um assunto que muito se prende com a felicidade dos povos no *bon vieux temps*.

\* \* \*

No Portugal de hoje há um governador civil em Bragança e outro em Faro, um delegado do Govêrno em Melgaço e outro em Vila Real de Santo António. Não era assim no Portugal que acabou em 34, a-pesar-de já então os corregedores representarem por tôda a parte o poder central.

Aqui terras da Corôa, acolá da Casa das Rainhas, mais adiante da Casa do Infantado; depois outras dos nobres ou do clero. Um verdadeiro *morcellement* administrativo, mas que, em geral tinha raízes fundas no passado das diferentes terras e que, por isso, moldara as populações em moldes diferentes.

Na primeira plana, *as terras da Corôa*. Eram terras da Corôa aquelas em que os antigos Reis faziam Côrte como Santarém, Setúbal, Évora, Extremoz. Eram terras da Corôa as que orlavam a fronteira, sobretudo no Alentejo, planície fácil para invasões: Marvão, Castelo de Vide, Portalegre, Arronches, Campo Maior, Elvas; os Reis queriam-nas chamar a si, para que Castela as não levasse, e, a-pesar-disso lá se foi Olivença.

Eram os *enfants gâtés* dos Reis. Não queriam ter outro dono. Em 1498, D. Manuel deu o senhorio de Portalegre a um fidalgo, « mas não teve efeito a doação porque o povo se opôs tenâsmente exhibindo os seus privilégios. » (1). Vilhena Barbosa deu-se ao trabalho de compilar os « mui singulares privilegios » que os antigos Reis deram a Arronches: D. João I « o de não se levantarem ai soldados para ir militar para fora da vila »; D. Afonso V « o de não poder ser alienada da Corôa. » (2).

Se há em Portugal tradições de democracia municipalista, é nas cidades e vilas, sobretudo nas do Alentejo, em Santa-

(1) Pinho Leal — *Portugal antigo e moderno*, VII, pág. 227.

(2) V. Barbosa — *As cidades e vilas da monarquia portuguesa*, I, págs. 51-52.

rém, e no Pôrto, onde os fidalgos não podiam pernoitar mais de três dias. Reclamavam e falavam alto ao Rei, mesmo já em pleno absolutismo. Nos fins do seu reinado, D. Manuel desistiu dum imposto, porque um vereador de Évora, João Mendes Cecioso, falou «pola grey» (1). *Castelo de Vide* recalcitrou quando o absolutismo régio pôs pé na terra, bastante tarde, em 1547, com a substituição dos *juizes de eleição municipal* pelos *juizes de fora*, nomeados pelo Rei; e dois séculos mais tarde a Câmara da mesma vila lutou contra a vontade de ferro de Pombal, para poder administrar como cousa sua os bens duma albergaria que era sua e andava emprazada (2).

Havia nas *terras da Corôa* uma cousa que em Lisboa se perdeu quasi por completo, aquilo a que os suíços chamam *esprit communal*: interessar-se pela sua terra, trabalhar para ela, sentir-se seu filho. O absolutismo monárquico, cerceando privilégios, enfraqueceu esse espirito, mas não o esmagara. Assim se explica que *Castelo de Vide*, não passando duma vilasita, foi a primeira terra de Portugal a ter um asilo de cegos; nesse caso e em outros o progresso não foi um meteoro do século XIX; foi uma continuação lógica do passado.

Mas não havia só terras da Corôa; havia-as da Casa das Rainhas, da Casa do Infantado.

Se a Casa do Infantado era relativamente recente, pois não ia além do Portugal restaurado, a Casa das Rainhas, em compensação, datava do periodo mais remoto da nossa história medieval, dêsse a que Herculano chamou «visigotico-feudal».

Alenquer chamava-se na Idade-Média *Chapins da Rainha*, porque D. Afonso III a doara à Rainha D. Brites e dizia-se «que eram as rendas doadas para os chapins (ou botas) das Rainhas.» (3). Mais tarde vieram outras terras engrossar o património das Rainhas: Óbidos, doada por D. Denis à Rainha Santa, Silves, Faro, Caldas da Rainha, doadas por

(1) V. Barbosa — *Exemplos de virtudes civicas e domésticas*.

(2) César Videira — *Memórias históricas de Castelo de Vide*, págs. 108 e 191-193.

(3) V. Barbosa, *As cidades e vilas*, I, pág. 12.

D. João II à Rainha D. Leonor e talvez outras que eu não sei (1).

E as Rainhas que o povo amava não eram tiranas. Muito fez a Rainha D. Leonor pelas terras que lhe pertenciam; e quem não conhece a história das Caldas? E nesta mesma vila que uma Rainha fundara, o «torvo e fanático» século XVIII viu uma Rainha levantar a terra; fala Vilhena Barbosa, o investigador sereno e consciencioso das nossas antiguidades históricas: «*Na qualidade de senhora desta vila, a Rainha D. Maria Ana de Áustria, mulher de el-rei D. João V, mandou edificar a actual casa da câmara e cadeia.*» (2).

Nas terras dos nobres, nem todos eram tão infelizes como os ilhéus do Corvo, que em 32 mandaram um barco à Ilha Terceira agradecer a Mousinho da Silveira o ter abolido os direitos feudais. E quanto às terras do clero, no século XVIII há um testemunho curioso de D. António Caetano de Sousa; falando do primeiro Patriarca de Lisboa, o Cardeal D. Tomaz de Almeida (Lavradio), êle diz: «*Na vila de Alhandra, de que he donatario comprou huma Quinta somente para dar agua ao povo daquela vila, edificando-lhe huma fonte para a sua comodidade.*» (3).

A sociedade antiga sentia-se feliz e foi por isso que Portugal inteiro, a-fora a classe média, se pôs ao lado de D. Miguel.

Foi por sentir-se feliz que a velha sociedade se defendeu com unhas e dentes contra as ideas vindas de França. No comêço do século, escreveu algures Camilo, «um estranho, na provincia de Trás-os-Montes, corria perigo de ser arcabuzado, apenas a voz «jacobino» fôsse proferida e um dedo apontasse a vitima.» Trinta anos depois, Teles Jordão, ao saber que os sete mil e quinhentos tinham desembarcado no Mindelo, exclamou:

(1) V. Barbosa — *op. cit.*

(2) *As cidades e vilas*, I, pág. 96.

(3) *Hist. geneal.*, X, 848.

« ; Era o que faltava se meia dúzia de farrapilhos vinham agora dominar portugueses ! » (1).

.....  
 ; Mas então na velha sociedade não havia descontentes ?

DO DESCONTENTAMENTO Á REVOLUÇÃO — PRECURSORA DO LIBERALISMO, A MARQUESA DE ALORNA PLANEIA A « ARISTOCRACIA DO MÉRITO »

A velha sociedade sentia-se feliz, seria facciosismo negá-lo.  
 ; Mas... não havia descontentes ?

José Agostinho de Macedo, o porta-voz do miguelismo, ao escrever *Ninguém se queixava, ninguém murmurava...* exaggerou. Descontentes havia-os e houve-os desde que há história de Portugal.

Em tempos de D. João II, quando debaixo do cilindro compressor do absolutismo monárquico, a sociedade medieval se modificou profundamente, o descontentamento de alguns veio à tona de água nos célebres *Porquês* que uma manhã apareceram numa parede caiada do paço de Setúbal, escritos por mão desconhecida,

« porque tanta ypocresia  
 « ha em saldanha Dioguo ?

« porque ayres de myranda  
 « cada mez lança hũ pedido ? » (2)

No século XVI, nêsse século de riqueza, Diogo do Couto ainda fala em « uns *porquês* que uns praguentos fizeram na Índia ».

Mais tarde, no Portugal restaurado do século XVII, fêz-se éco do descontentamento o Padre Manuel Bernardes, « tão venerado por suas virtudes como conhecido por suas letras »,

(1) Baptista Lopes — *História dos presos da Torre*.

(2) *Cancioneiro geral de Garcia de Rezende*, IV, 339-344.



no dizer de Silva Túlio. É ouvir as suas queixas. Da decadência dos costumes na família diz elle: *Tempos houve (ó bons tempos) em que das portuguezas casadas se não conhecia fora de casa o nome.* Era necessário para explicação dizerem: a mulher de fulano. *Hoje conhece-se o nome, conhece-se o rosto...* Plebeu da gema, filho duma vendedeira da praça, queixa-se da nobreza e não cala o que sente:

« *Degeneraram as espadas largas em côtos e os capacetes trocaram se em perucas* ». Até do clero elle diz: « Na Igreja primitiva os cálices eram de pau, mas os sacerdotes eram de ouro; *hoje os cálices são de ouro e os sacerdotes de pau* ».

No século XVIII, até mesmo nesses dias de Pombal, em que o terror levava um estrangeiro a escrever: « *tout ici est plus secret et plus caché qu'à Venise* », o povo lá achava meio de recalcitrar. Em 1774, seis embuçados matavam um militar à meia noite na rua das Salgadeiras, tôdas as suspeitas recaiam sôbre um grande do reino, e então um anónimo pôs no pelourinho êste pasquim:

Está bello e excellente  
P'ra o conde de São Vicente.

Basta para mostrar que *houve sempre descontentes na sociedade antiga e*, muitas vezes, por motivos bem razoáveis. Mas... *descontente e revolucionário* não são sinónimos. Os descontentes do passado queixavam-se da velha aristocracia, mas não pensavam em deitá-la abaixo para pôr em seu lugar a aristocracia do mérito.

¿ Como é que se passou *do descontentamento à revolução?*  
¿ Quem trouxe para Portugal a idea da « *aristocracia do mérito* »?

\* \* \*

*A aristocracia do mérito...* ¿ o que quer isto dizer? Que a nobreza tradicional, mais ou menos antiga, não passava dum absurdo e que só o mérito individual tinha direito a dar fôro de aristocracia.



¿ Com quem veio esta idea para Portugal? Com Pombal? com « esse parentesis de luz num século de trevas »? Puro engano. Se Pombal acreditava na aristocracia do mérito, ¿ porque é que elle então « vigorou e ampliou » a legislação do passado, como escreveu Herculano? (1). ¿ Porque é que andou à busca de titulos e regalias para filhos, genros, parentes e amigos? É que o seu intento era amalgamar a sua gente com a velha nobreza e esse intento conseguiu-o. Pombal, o iniciador do Portugal moderno, mostrou-se nesse ponto um filho legítimo da Europa *ancien régime*.

A crêça na aristocracia do mérito entrou em Portugal exactamente com uma das vítimas do Marquês, uma que elle atirara aos oito anos para o convento de Chelas por ser « do infecto sangue dos Távoras »: D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, aquella que os poetas da Arcádia crismaram em *Alcippe* (a que ajuda os corseis) e que havia de ser mais tarde a última Marquesa de Alorna. Essa, sim; essa é que foi *uma revoltada contra o seu meio*; essa é que foi a verdadeira precursora do liberalismo e da aristocracia do mérito.

« Mulher extraordinária, a quem só faltou outra pátria, que não fôsse esta pobre e esquecida terra de Portugal », escreveu Herculano (2). Exaltava elle, dez anos após Évora-Monte, a precursora do liberalismo. Hoje, que já se vêem com mais frieza as cousas dessa época, não se pode negar que a Marquesa de Alorna é na história das ideas uma figura de primeira plana.

A senhora D. Maria Amália Vaz de Carvalho, ao compulсар há poucos anos no arquivo da casa Fronteira a correspondência inédita de Alcippe e ao compor as *Scenas do século XVIII*, teve dedo para escolher os textos característicos da revolução que se operou durante o cativo de Chelas, naquêle espirito de rapariga singularmente inteligente. Faltou-lhe, porém, destringar as diferentes correntes de ideas que nele se entrechocam.

(1) *Revista Universal Lisbonense*, 6. I. 1842.

(2) *O Panorama*, 1854.

Em primeiro lugar, *Voltaire*. Voltaire, a quem Leonor chama « o assombro dêste século », e a quem ela chega um dia a escrever aos vinte e poucos anos. A rapariga agarotada que faz espirito à custa do Arcebispo de Lacedemónia é uma discípula do homem que passou a vida a ridicularizar a santidade.

Depois, há, bem nítida, a *influência dos Enciclopedistas*, a crença « na ciência que há de trazer a felicidade ao mundo ». Ela própria escreve: « os melhores não vêem nas ciências o fim com que eu as olho, de nos procurarem a felicidade e regularem os costumes ». É esse o espirito que há de reinar um século, desde os Enciclopedistas até Renan, o Renan que, no dizer de Jacques Maritain, « ofereceu o seu talento ao ídolo Ciência ».

A par disto, porém, há em Leonor de Almeida *um fundo cristão, mas protestante* (e isso a senhora D. Maria Amália não o pôs em foco).

Basta ler com atenção as suas cartas. « Tenho lido quanto achei a favor da religião, com desejo de fortificar a doutrina com que me criaram. Agora há muito já que me privo dessas leituras, julgando que uma cousa superior a tôdas as razões humanas escusa delas. » — Este último período é protestantismo puro. A ideia da inutilidade dos nossos esforços aparece logo no começo do protestantismo, mesmo antes de Calvino. Oito ou nove anos depois de Lutero ter dado o brado de revolta, « mil e duzentos anabaptistas reuniram-se um dia em Appenzell e lá esperaram pacientemente que a comida lhes caísse do céu. Tinham lido no Evangelho: « Não andeis cuidadosos da vossa vida e de com que vos sustentareis. » (1).

Mas há mais. Leonor escreve: « Deus quer que o adorem em espirito e verdade... » ? Quem não reconhece a frase clássica do protestantismo?

E noutra carta ao pai: « Contento-me com cativar o coração com as verdades do Evangelho sem dar nisso contas a ninguém. » Desta vez não há hesitar. É a interpretação sub-

(1) Janssen — *L'Allemagne et la Réforme*, II, págs. 409-410.

*jectiva da Sagrada Escritura*, a essência do protestantismo. Foi assim que nasceu a nova religião, quando Lutero proclamou « só reconhecer uma autoridade, a Bíblia », e (não o disse êle então, mas os discípulos encarregaram-se de lho provar amargamente), a Bíblia *interpretada ao sabor de cada um*.

E, cousa curiosa, ainda por êste fundo protestante a Marquesa de Alorna é *uma precursora do liberalismo*. ¿ Pois o que é o liberalismo, que avassalou a mentalidade portuguesa desde 34 até há poucos anos? Escalpelizou-o nestas mesmas colunas o sr. dr. Serras e Silva, professor da Universidade de Coimbra, no seu belo artigo *Disciplina e ordem*, que a todos nós veio dar luz:

« A mocidade do meu tempo, de há trinta anos, não se sujeitava facilmente. *A consciência*, dizia ela, *era a suprema regra da sua conduta, — filha legítima da Reforma e nutrida com o leite precioso do liberalismo*. Profundamente individualista, não reconhecia autoridade estranha à consciência. » (1).

Essa mentalidade, *a crença na infalibilidade da própria consciência*, é já a da Marquesa de Alorna. Di-lo ela própria: « Não me desvio do que julgo bem feito por motivo nenhum ». E por isso, o pai, que é uma das figuras mais interessantes do pensamento católico do século XVIII, o segundo Marquês de Alorna, escreve-lhe do forte da Junqueira: « O teu entendimento podes ter a certeza que não basta, porque não houve até agora nenhum que fôsse livre de tentação e de ilusão. »

Espírito bem curioso, o de Leonor de Almeida. Como Madame de Stael, ela traduz a revolução dos espíritos na segunda metade do século XVIII. Inteligência muito viva e muito aberta, assimilou facilmente as ideas que agitaram a sua época. Espírito muito pouco metafísico, não concebeu a pujança do pensamento medieval. Espírito indisciplinado e abertamente individualista, também não compreendeu essa verdade que no século anterior atormentara Pascal e fôra resumida por Bossuet numa frase: « *La sagesse humaine est toujours courte par quelque endroit.* »

(1) *Novidades*, 12-I-1925.

Uma tal mulher não podia sentir-se feliz na velha sociedade. O que a caracteriza é exactamente o antagonismo permanente com o seu meio (e isso D. Maria Amália Vaz de Carvalho soube-o bem pôr em foco).

Até mesmo com os seus, a quem ela muito quere, Leonor de Almeida não se sente feliz. Compreende-se. As suas ideas avançadas inquietam tôda a gente. A mãe, uma pobre senhora Távora, que bem nova viu pais e irmãos morrerem às mãos do algôz, receia que « a maldade se apodere do espirito da filha », como diz um versiculo admirável da Biblia. « Minha mãe diz que sempre que abre os livros que eu tenho lhes encontra uma blasfêmia. » A amiga intima, Teresa de Melo Breyner, lembra-lhes nas cartas q̄ Deus revela-se aos humildes da Imitação; Leonor acha « que ela é uma santa », mas não vê necessidade de « rezar o Credo em cada carta ». Enfim, o próprio pai, espirito culto mas disciplinado e amadurecido, vê com inquietação a imprudente filha lançar-se no afoito adejo em que falou Bocage.

O antagonismo com o seu meio transparece em tudo. Ao velho Voltaire ella escreve: « *les préjugés sont trop puissants dans le pays que m'a vue naître.* » E com o pai ella tem êste desabafo: « A maior parte das pessoas com quem falo estão sempre de parecer contrário ao meu. »

Sobretudo Leonor detesta a gente da sua condição, a fidalguia ridícula que governa o mundo — como ella diz.

Chama às fidalgas, suas primas, « ignorantes de titulo, a quem eu chamo em segredo baixa plebe. »

Filinto Elísio, um dos espiritos revolucionários como o seu, ella define-o assim: « Character original para a nossa terra. Conhece bem que a felicidade está em si, que lhe não vem das honras que lhe fazem os fidalgos, não os distingue senão pela virtude ou pelos talentos. »

Não há duvidar. É já a aristocracia do mérito a dar sinal de si. A neta dos Távoras, que foram riscados da nobreza, já não está agarrada aos privilégios da velha sociedade. Asfixia no seu meio e respira já a plenos pulmões a atmosfera da Revolução Francesa.

A « ARISTOCRACIA DO MÉRITO » NA MENTE DE HERCULANO. —  
HERCULANO E O MIGUELISMO. — † QUEM TINHA RAZÃO ?

Quando as « velhas máquinas do absolutismo » principiaram a ter *caruncho* (1), quando a nobreza se corrompeu no luxo e na ociosidade a ponto de Bernardes dizer que « as espadas largas tinham degenerado em cotos e os capacetes em perucas », em suma, quando o terreno estava bom para o espirito revolucionário entrar, êle não se fêz esperar; e com êle entrou uma idea: a *aristocracia do mérito*.

Esta idea existe desde que o mundo é mundo. Surgiu com os primeiros vislumbres de ciência racional nos filósofos jônios da Ásia Menor. Acompanhou depois a civilização grecô-latina; exemplo único: Sócrates, que desprezou o pensar da multidão (2) e passou a vida a formar uma aristocracia do mérito.

Mas, na antigüidade e sobretudo em Roma, esta idea não era antagonica com o respeito pela nobreza tradicional. Cícero, um homem que trepou pelo seu talento, um « aristocrata de mérito », foi um grande admirador do patriciado romano, e teve palavras severas para a memória dos Gracos, que, com as suas ideas avançadas, foram os antepassados do fidalgo igualitário (3).

Na Roma viril da República, a *élite* do talento e a *élite* da educação não foram antagonicas. Pelo contrario, nos tempos modernos, pensou-se e escreveu-se: *Guerra à nobreza do nascimento, de raízes medievais; reine só o mérito individual*.

Esta nova *nuance* duma idea velha é que é relativamente recente. Data do século XVIII. Teve a sua consagração na Revolução Francesa.

A nobreza suicidou-se na noite de 4 de Agosto de 1789,

(1) São os próprios termos de Herculano — *Revista Universal*, 26. V. 1842

(2) V. Platão — *Crítion*, III.

(3) V. Cícero — *Brutus*, XXVII, 103.



em que, a pedido dum Noailles, nobreza e clero se nivelaram com o povo; foi o desfazer da *élite* do passado. Cinco anos depois, André Chénier, ao subir ao cadafalso, bateu na testa e disse: « J'avais pourtant quelque chose là »; era a única *élite* então admissível.

¿ E em Portugal?

Essa idea entrou na segunda metade do século XVIII com a Marquesa de Alorna, vimo-lo no último artigo. Filinto Elisio também já pertence a essa mentalidade nova; « não distinguia os fidalgos *senão pela virtude ou pelos talentos* ».

A revolução social que se realiza então em Portugal, sob o influxo das ideas francesas, e que em 34 fica definitivamente vencedora é dirigida contra as classes até então privilegiadas. E ao mesmo tempo ela é dominada por uma ideologia que se resume numa forma vaga: *Governe o homem de valor*.

O homem que interpretou esse pensar, o ideólogo do liberalismo, foi Alexandre Herculano.

\* \* \*

Antes de entrar na análise das suas ideas, vale a pena ver as influências que nêle actuaram.

Herculano era filho do povo. (« Pertença pelo berço a uma classe obscura e modesta, quero morrer onde nasci », disse êle na velhice).

Nascido e criado no pátio do Gil, à rua de S. Bento, pertencia a uma familia que *subira pelo seu trabalho*: o único quinto avô que se lhe conhece era sapateiro de aldeia, o bisavô, Caetano Tomás, de pais muito chãos, fôra mestre das Obras Reais, em Mafra; seu tio-avô, Manuel Caetano de Sousa, fôra o architecto da igreja da Encarnação (1).

Saía também duma familia liberal, liberal já do tempo em que os liberaes se contavam a dedo. Era em casa dum dos filhos de Manuel Caetano, o *Sousa do Rato* (onde hoje está o

(1) Matos Sequeira, *Depois do terramoto*, v. II e III.

palácio Palmela), que se reuniam os conspiradores de 1817, os cúmplices de Gomes Freire.

Herculano entrou em seguida para o mundo das letras pela mão de fidalgos individualistas, de fidalgos que tinham desprezado a sua condição social para se porem na vanguarda da sociedade nova.

Foi a primeira, creio eu, a Marquesa de Alorna. « Àquela mulher extraordinária é que eu dei incitamentos e protecção literária, quando ainda no verdor dos anos dava os primeiros passos na estrada das letras. » (1) — escreveu êle mais tarde. Essa que, meio século antes, presa no convento de Chelas, chamava às fidalgas *ignorantes de título* e detestava a *fidalgua ridícula que governa o mundo*, mudara já muito quando Herculano a conheceu, na velhice; mas emfim sempre ficara alguma cousa duma forte personalidade que se formara a si própria.

Nos primeiros anos do reinado de D. Miguel, Herculano, então um rapaz de 18 a 19 anos, aparece-nos a frequentar um cenáculo literário da rua da Alegria. Era a casa do Morgado de Assentiz, onde iam êle, os irmãos Castilhos e Inocência. E o dono da casa, Francisco de Paula Cardoso de Almeida Vasconcelos Amaral e Gaula, fidalgo da casa de Sua Majestade, Inocência define-o por estas palavras: « Não era homem que curasse de genealogias. Jamais se lhe divisaram pretensões ou caprichos aristocráticos. Os seus amigos e parentes foram sempre os homens de letras. » (2).

Êsse fidalgo artista e indolente que trocara a vida de fidalgo provinciano pela de empresário de teatro em Lisboa é já uma figura da aristocracia do mérito.

Eis como Herculano definiu essa nova *élite*, a única que de ora àvante tinha direito à vida:

« A aristocracia é uma necessidade social. A desigualdade entre os homens é um abismo sem fundo que nenhuma revo-

(1) *O Panorama*, 1844.

(2) *Arquivo Pitoresco*, 1858.

luções poderão encher com tôdas as ruínas das instituições do passado. Mas a desigualdade humana escreve-se lá em cima e não em diplomas de chancelaria.

« A aristocracia que vem de Deus está escrita no coração ou na inteligência do que a possui; a aristocracia que vem dos homens está escrita em um papel.

« O que temos dito não é senão o *resumo do pensar do nosso século*, pensar que êle tem revelado em doutrinas e obras.

.....  
 « Há seis meses que vivia em Londres uma rapariga franceza chamada Raquel: ela, diziam os inglêses, honrara a Inglaterra, dignando-se passar algumas semanas na pátria dos nevoeiros, do orgulho e do carvão de pedra.

« A Rainha Vitória abria-lhe como a uma irmã as portas dos seus paços e remetia avultadas somas para França com o fim de obter por mais alguns dias a presença de Raquel na esplêndida côrte.

« Um dia Raquel adoeceu levemente: daí a algumas horas um velho chamado Lord Wellington que há poucos anos nos campos de Waterloo riscou das cartas geográficas o império de Napoleão, batia à porta de Raquel, e, como um humilde cortezão de principes, ia cuidadoso indagar o estado de saúde da rapariga franceza.

« Raquel era simplesmente a primeira actriz da Europa e a Inglaterra só cumpria com o que era devido à rainha da cena.

« Esta história exprime o *pensamento da nossa época acêrca de aristocracia.* » (1).

Herculano foi uma grande cabeça; soube ver a história de Portugal à luz das diferenças entre a sociedade duma época e a sociedade doutra época. Mas aqui não é o pensador que fala; é o poeta, é o Herculano subjectivo e romântico, o que pôs na bôca do medievo Eurico um grito do século XIX: *Perante Deus são iguais o duque e o gardingo.*

(1) *Revista Universal Lisbonense*, 6. 1. 1842, assinado: A. H.

Esta definição da « aristocracia do mérito » explica-se pelas ideias políticas do solitário da Ajuda: êle *detestava a nobreza e detestava o miguelismo*.

Na época em que êle cresceu e se formou, a velha nobreza ainda era rica e poderosa, ainda morava em seus palácios; ainda se não tinha dado a *degringolade* dessas velhas casas. E Herculano, o pensador solitário que vivia da vida do espírito, tinha por essa gente que andava de sege a mesma antipatia que nós hoje temos pelos novos ricos que andam de automóvel.

Em 1830, aos vinte anos, levado por uma grande sêde de pureza, êle amaldiçoara a côrte de D. Miguel, do fundo das solidões da Arrábida:

Oh! cidade, cidade, que trasbordas  
De vícios, de paixões e de amarguras  
. . . . . alardeando  
Os teatros e os paços e o ruído  
Das carroças dos nobres recamadas  
De ouro e prata . . . . . (1).

Em 1842, passada a vitória de 34, nas *Cartas sobre a história de Portugal*, êle resume assim o esmagamento da velha nobreza pelo liberalismo: « derribamos meia dúzia de tripodes onde alguns vangloriosos se empoleiravam porque, pobres tanchos, precisavam disso para que os vissemos. » (2).

Em 1851, ainda êle é o mesmo; na sua polémica com os miguelistas da *Nação* chama à nobreza do passado: « *uma fidalguia safada e corrompida que só sabia arrastar-se e comer.* » (3).

Detestando a nobreza, *detestava o miguelismo*.

É das cousas que mais me tem custado a compreender. Então Herculano, êsse épico da energia nacional que escreveu a *Perda de Arzilla* e as *Arrhas por foro de Espanha*,

(1) Herculano — *A Harpa do Crente* — *A Arrábida*.

(2) Idem — *Opusculos*, V, 153.

(3) Idem — *Ibidem*, VII, 103.

as mais belas páginas que o sentimento do passado ditou a um português, esse homem para quem « o Portugal velho tinha muita cousa de bom » não compreendeu que a causa da Tradição estava com D. Miguel e desembarcou como soldado no Mindelo, ao lado dos sete mil e quinhentos que o vento de França trazia?

É muito estranho. Procurei uma explicação e pareceu-me esta a melhor:

*Hoje, o miguelismo parece-nos doirado porque o vemos a distância; vemos o que ele levou consigo para a cova, isto é, as virtudes da velha sociedade. Há oitenta anos, não era assim: em primeiro lugar, o descabro social então ainda estava no começo, depois estava-se ainda muito perto dos horrores e das barbaridades que levaram o miguelista Pinho Leal a confessar meio século depois: « Realistas e liberais eram duas hordas de canibais. » (1).*

Herculano escreveu: « O absolutismo que só se firmava em abusos não teria hoje em que se estribar. » (2).

Esta frase parece-nos absurda a nós que temos visto abusos e mais abusos tanto em monarquia constitucional como em república. Para a compreender é preciso pô-la na sua época, na época das ilusões liberais. Hoje para nós esses abusos já não são realidades vivas; mas para os de então a recordação ainda estava bem vivaz; e assim se compreende que Herculano detestasse o miguelismo.

Tradicionalista, êle era-o na verdade. Mas, o passado que êle amava era sobretudo a Idade-Média com as suas regalias municipais e o palpar da arraia miúda. O absolutismo era para êle um enxerto pior; uma causa de decadência. E por isso nunca compreendeu que o miguelismo tinha um significado nacional: *a defesa do modo de ser português contra o estrangeirismo.*

---

(1) *Portugal antigo e moderno*, VII, 356.

(2) *Opusculos*, VII, 99.



## III

O CAVALO DE BATALHA DO MIGUELISMO — SÔBRE AS RUÍNAS  
DA VELHA NOBREZA VINGOU A ARISTOCRACIA DO DINHEIRO

« As leis de 16 de Maio, 30 de Julho e 13 de Agosto de 1832 são o termo onde verdadeiramente acaba o velho Portugal e donde começa o novo. »

GARRET.

O miguelismo teve a visão duma revolução social, que êle quis impedir, e, ao ver que o não conseguia, cobriu de sarcasmos os vencedores.

O pensamento miguelista foi mais ou menos êste:

Havia em Portugal uma classe alta, de raízes fundas, que a prendiam à terra e ao passado; esta classe compreendia a sua função social e era amparo dos pobres. 34 foi um *chambardement*: pôs por cima os que estavam em baixo e por baixo os que estavam em cima. Ora os que estão agora por cima são agiotas que treparam, não pelos seus méritos mas pela sua cobiça. Resultado: em vez duma nobreza agrária temos hoje uma classe de agiotas.

Êste pensamento domina tôda a literatura miguelista, desde o intransigente Felipe Belford ao moderado Pinho Leal; aparece mais duma vez na *Nação*.

Nos anos de 63 a 68 o panfletário da causa miguelista era o advogado Felipe de Sousa Belford, meu bisavô materno. Filho do desembargador Belford, que D. Miguel fizera Intendente Geral da Polícia e que os «malhados» mataram dias depois de Évora-Monte, não tendo podido salvar o pai, êle odiava o regime constitucional. Nos seus escritos Felipe Belford sentiu bem que a nobreza cortesã ou agrária mirrava dia a dia e que uma plutocracia improvisada a ia empurrando para a cova:

« Os fidalgos do partido legitimista, não vendidos, ou vivem

no estrangeiro ou *quási como escondidos nas suas propriedades*; os partidários da Carta alguns já representados pelo elemento peão, apenas se encontram em S. Bento, *fazendo o côro ministerial*, ou no paço com a libré servil, *para ornato das paredes*; nos lugares eminentes *nem um*, e raros mesmo da pionagem titulada...

Noutro sitio, um quadro da sociedade nova:

« Lisboa, a nobre cidade catavento, verá em uma das suas praças a gentil figura da sua primeira rainha liberal, que com ajuda dos Vila Covas, Hortas, Bulhões, Folgosas, Junqueiras, Trovisqueiras, Lagoaças e *tantos outros fidalgos da plebe*, subiu ao trono depois de muito catatau. » (1).

Agora, um homem bem diferente: Pinho Leal, antigo alferes de caçadores do exército de D. Miguel. É já um miguelista esbatido; diz êle próprio que « *nem sempre agrada aos correligionários* » e não se esquece de que na tarde da Asseiceira, em que ficou prisioneiro, « *Vila Flor o tratou com a delizadeza própria dum verdadeiro fidalgo e dum bravo guerreiro* ». Mas, no que diz respeito às bruscas transformações sociais que o liberalismo ocasionou, Pinho Leal pensa tal qual como os outros miguelistas:

« *Do pé para a mão surdiram capitalistas, comendadores e barões como os cogumelos rebentam de qualquer monturo.* » (2).

O partido legitimista teve um jornal que durante quási três quartos de século foi o seu porta-voz: a *Nação*. Miguelistas abastados como Lucas Castelo, o último morgado do Campo Grande, empobreceram para o sustentar. Vale a pena

(1) *Revista politico-burlesca dos anos de 1864 e 1867* — pelo advogado Felipe de Sousa Belford.

(2) Pinho Leal — *Portugal antigo e moderno*, VIII, 526, 531 e 536.

ver o que pensava a *Nação* a respeito das transformações sociais; é exactamente o mesmo tom:

« Os descamisados de ontem, apareceram repentinamente com camisa lavada, com gravata ao pescoço, com palácios, com quintas, com carruagens, com tudo que lhes provinha das grossas prebendas liberais estatuídas por D. Pedro. » (1).

Sustentou a *Nação* com Herculano uma polémica que em parte versou sobre o célebre decreto de 13 de Agosto de 1832; por esse decreto Mousinho da Silveira extinguiu as contribuições dos povos a particulares, isto é, os privilégios dos nobres. Em meu fraco entender, com decretos dessa natureza, as classes que ganham ou julgam ganhar são por elles, as que perdem são contra. Ainda aqui tem applicação a frase de Pascal: *Vérité en deçá des Pyrénées; erreur au-delà*. Conforme se nasce dum lado ou do outro da barricada, assim se julga a maior parte das vezes, e já era assim nos dias do patriciado romano.

O decreto de 13 de Agosto pode ser defendido e atacado com argumentos de pêsso.

Um liberal dirá: Esse decreto estava na substância da revolução social que tinha de se dar. Privilégios de nobres era cousa compatível com o pensar da Idade-Média; é incompatível com o pensamento moderno: a Idade-Média concebeu as liberdades como privilégios e a Revolução francesa como direitos colectivos. Ora, a Europa moderna é saída da Revolução francesa, e, por mais voltas que o pensamento tenha dado, ainda não voltou à concepção medieval do privilégio hereditário.—Afora o mais, há hoje uma lei do contágio na Europa e essa lei fêz com que por tãda a Europa caissem as monarquias *ancien régime* umas após outras, como pinheiros a que o fogo se vai pegando.

Um miguelista poderá responder: Tudo isso pode estar certo *in abstracto*; mas *in concreto* a brusca abolição dos pri-

(1) *A Nação*, de 12-viii-1851.

vilégios dos nobres fêz secar pela raiz uma classe que era a-pesar-de tudo uma *élite*; matando-a sem a substituir por outra melhor, trouxe a pouco e pouco a desorganização dos quadros sociais e contribuiu para a crise moral. ¿Visto assim pelos seus resultados, o decreto de 13 de Agosto foi então muito útil ao país?

Posta a questão neste pé, assistamos agora ao duelo travado entre Herculano e os redactores da *Nação*, que, por essa época eram o velho Bruschy, João de Lemos e D. Sancho Manuel de Vilhena.

Herculano escreve:

« Redarguis-nos com a miséria de muitas familias nobres que ficaram privadas de subsistência pelo decreto de 13 de Agosto. ¿Quereis um excelente conselho para essas familias nobres? Trabalhem. É o que faz o homem do povo quando tem fome. » (1).

Resposta da *Nação*:

« Sim, trabalharão como fizeram seus pais, mas trabalharão para que os ladrões não voltem a levar-lhes numa noite o fruto de muitos anos de trabalho.

« Sim, trabalharão, mas êsses nobres a quem dais o conselho, hão de também de futuro acautelar-se daqueles que nutrirem às suas mesas, daqueles que engordarem ou protegerem em suas casas, para que lhes não saiam tais que os venham depois ajudar a saquear e a escarnecer.

« Êstes nobres, êstes nobres eram um crime da velha monarchia.

« Tinham o enorme defeito de representar os grandes nomes da nossa história; tinham a má qualidade de serem grandes proprietários; tinham o incomensurável vicio de dar emprego a muitos braços e pão a muitas familias.

« Eis aí porque D. Pedro os substituiu pelos agiotas que,

(1) Herculano — *Opusculos*, VII, 100.

desdenhosamente repotreados sôbre as burras prenhes de oiro alcançadas nas operações liberais financeiras, disparam dali seus detestáveis sorrisos à desgraça que lhes passa pela rua. » (1).

Nesta defesa sente-se o grito do velho Cícero ao falar na terra em que nascera: *Hic enim orti stirpe antiquissima sumus, hic sacra, hic genus, hic majorum multa vestigia.* (Aqui é que nascemos de raça bem antiga, aqui estão as nossas cousas sagradas, a nossa raça e o muito que nos deixaram os antepassados). (2).

.....  
¿ Tinham ou não razão os miguelistas?

#### ¿ TINHAM OU NÃO RAZÃO OS MIGUELISTAS?

A atitude dos miguelistas para com o liberalismo triunfante, ou, mais exactamente, a atitude dos elementos conscientes da velha sociedade para com a nova camada dominante foi, em resumo, esta:

1. Receberam na ponta das baionetas os decretos de Mouzinho da Silveira, e em especial o de 13 de Agosto de 1832, que suprimiu as contribuições dos povos a fidalgos e assim fêz secar pela raiz a nobreza tradicional, acabando-lhe com as fontes de receita.

2. Opuseram-se sistematicamente à nova aristocracia que elles, os defensores do passado, acusaram de, por um lado, ter surgido de pé para a mão, por especulações de dinheiro, e, por outro, não compreender nem conservar o *modo de ser português*.

Resta agora a pergunta: ¿ Tinham ou não tinham razão os miguelistas?

(1) *A Nação*, de 13-viii-1851.

(2) Cícero — « *De legibus* », II, 1.





O primeiro ponto, como argumento de discussão, nunca será decisivo a favor do miguelismo. A supressão dos privilégios económicos dos nobres foi na verdade uma das causas da *degringolade* dessa velha classe. Mas, em suma, o miguelismo brandiu êsse argumento dizendo: *Eis o erro. Repare-se*. Dezassete anos depois de Èvora-Monte ainda havia quem pensasse em reparar essa medida. Hoje, a nossa mentalidade mudou tanto que já ninguém pensa nisso; fomos levados pela corrente; e até os próprios integralistas, se amanhã fôssem ao poder, não restaurariam êsses privilégios, que eram afinal um elemento essencial do passado.

Agora o segundo ponto.

¿Que queria o miguelismo? ¿Queria a exclusão de camadas novas que viessem dar seiva à elite dominante?

Nesse caso, a resposta deu-a o sr. dr. Serras e Silva, professor da Universidade de Coimbra, na sua última conferência na Juventude Católica. Ficou lá bem demonstrado que o nosso passado foi afinal uma renovação constante de *élites*, sucedendo-se umas às outras e nascendo, por assim dizer, das necessidades das épocas: primeiro, a *nobreza da espada*, no Portugal guerreiro da Idade-Média e essa elite explica em seguida a epopeia da Índia; desaparecida esta em Alcacer-Quibir, surge depois no Portugal restaurado a *nobreza de toga*; e enfim hoje, por mais que isso desagrade aos *snobs*, o futuro é da *nobreza dos fabricantes*.

Nesse caso, se o partido legitimista queria a exclusão de camadas novas na elite, isso só vem agravar a sua posição, isso só vem dar fôrça ao argumento que Herculano brandiu contra o passado: *o miguelismo não é a defesa do passado; é simplesmente a defesa da gente que estava por cima em 34* (1).

¿Era êste o pensamento miguelista?

---

(1) *Opusculos*, VII.

Houve disto no miguelismo. Houve no miguelismo o desprezo pelas profissões baixas: essa mesma classe a que o sr. dr. Serras e Silva chama a *élite dos fabricantes*, meu bisavô Felipe Belford, miguelista ferrenho, definiu-a « uma aristocracia que vende por quilos e gramas mascavado e manteiga ».

Mas é bom não ser injusto. O preconceito *não é só miguelista, é português*. A uma pessoa de idade que nunca foi miguelista ouvi um dia dizer: « meu pai era do campo », e apressou-se logo a acrescentar: « mas não trabalhador de enxada. »

E este preconceito existe (quem tal diria!) até nos próprios republicanos.

Exemplo: a *Pátria* de Guerra Junqueiro, o livro de fogo cujas labaredas lamberam o trono; Junqueiro põe na bôca de Opiparus enojado estes versos curiosos:

« No globo não há mais que uma pátria: Paris.  
 « A nossa então que choldra! Infecta mercearia!  
 « Guimarães, Policarpo, Antunes, Braga & C.ª! »

e mais adiante, nas Anotações, Junqueiro escreve: « a burguesia liberal, *merceeiros, viscondes...* » (1).

O preconceito é português e tem fundas raízes na nossa história. Herculano escreveu que no passado « o avental do obreiro era um ferrete de infâmia » e que « semelhante nobreza era a condenação da indústria. » (2).

\* \* \*

¿ Mas o miguelismo, na sua compreensão da sociedade portuguesa, limitou-se a isto? Não.

Se o miguelismo fez guerra sem quartel à sociedade nova, êle lá teve as suas razões, e elas eram de pêso.

(1) *Pátria*, págs. 20 e 196.

(2) *Revista Universal Lisbonense*, 6-1-1842.

A sociedade nova era uma sociedade de capitalistas, de « agiotes repotreados sôbre as burras prenes de ouro alcançado nas operações financeiras », como dizia a *Nação* (1). Era uma camada que subira mais pela cobiça do que pelo mérito; e depois, era uma *élite* muito instável, muito pouco sólida, como tôdas aquelas cuja superioridade se baseia unicamente nos massos de notas arrumadas ao canto da gaveta.

Pelo contrário, a sociedade miguelista era, sobretudo, uma *sociedade agrária*. ¿ Quem dava mantimentos para sustentar o exército de D. Miguel ainda antes de os liberais terem desembarcado no Mindelo? Os *proprietários da provincia*. Um exemplo entre muitos: o govêrno louva um fidalgo da Beira, o Capitão-mór de Lobelhe, Lourenço do Couto da Costa Faro, por ter dado 10 carneiros e 10 alqueires de centeio (2).

Depois de Évora-Monte, a sociedade vencida ainda continuou a ser uma sociedade agrária, embora dia a dia mais mirrada. As famílias miguelistas viviam « quâsi como escondidas nas suas propriedades », escrevia o miguelista Felipe Belford. Eram os Almadas, os Pereiras da Cunha, os Infias, no Minho; os Silveiras, os Alpoins, os Guimarães Pestana, no Douro; os Albuquerque, da Casa do Arco, os Vieiras de Tovar, os Queiroz Pinto de Ataíde, na Beira Alta; a família de João de Lemos e os Rangeis de Quadros na Beira litoral. Para o sul, havia menos, mas ainda restavam algumas famílias dessas: os Castelos, morgados do Campo Grande, às portas de Lisboa; os Chichorros, no Alto-Alentejo; os Sarreas, no Algarve. Eram estas e outras famílias que ainda em 1883, meio século depois da derrota, se reuniam em diversos pontos para festejar os anos do Senhor D. Miguel II.

« Estes nobres tinham a má qualidade de serem grandes proprietários à custa do sangue de seus avós derramado pela independência da terra; tinham o incomensurável vício de dar emprêgo a muitos braços e pão a muitas famílias.

(1) Número de 13-VIII-1851.

(2) *Gazeta de Lisboa*, 29-VIII-1832.

« Eis aí porque D. Pedro os substituiu pelos agiotas... » (1).

Setenta e três anos depois, alguém, talvez até sem dar por isso, veio dar razão aos miguelistas neste ponto concreto; foi um pensador republicano, o sr. António Sérgio:

« A aristocracia, os senhores rurais, constituem sempre em todos os povos *um elemento de estabilidade, a que éles devem a pujança, a solidez do seu organismo. Não há sociedade bem firmada, sólidamente constituída, sem uma elite provincialiana, a qual forme ao longo dela uma série de gânglios coordenadores que lhe dão ordem e direcção...* » (2).

A sociedade miguelista não podia ter achado um advogado que, perante a História, a defendesse melhor.

\* \* \*

A luta do miguelismo contra a camada nova teve ainda um outro aspecto interessante.

A camada nova, surgida do pé para a mão, não fôra educada para o papel de *élite*, que quis desempenhar. O miguelismo, pelo contrário, representava a *gente antiga*, a que transmitia de pais para filhos as tradições de família e também a consciência de um certo número de obrigações.

Essa gente antiga compreendia e praticava a velha máxima *Noblesse oblige*. Esta idea aparece na *Nação* a todo o instante, por ocasião da morte dos veteranos da causa. Um exemplo entre muitos: « A nobreza servia apenas a Aires de Mendonça para lhe lembrar que por isso mesmo que era um dos primeiros na sociedade, tinha obrigação de a exemplificar com acções que estivessem à altura da seu nome. » (3).

E não foi só retórica. É verdade que Herculano chamou velhos sibaritas aos chefes miguelistas de 51, mas não é menos verdade que homens como Pereira da Cunha, Carlos Zeferino Pinto Coelho, o velho Bruschy, Lucas Castelo e Gomes de

(1) *A Nação*, de 13-viii-1851.

(2) *Diário de Notícias*, de 14-viii-1924.

(3) *A Nação*, de 25-xi-1880.

Abreu se impuseram pelo seu carácter, do mesmo modo que as famílias miguelistas se impuseram pela sua saúde moral.



Em 1842, a oito anos de Évora-Monte, Cunha Rivara, o grande trabalhador da Biblioteca de Évora, escrevia estas linhas que hoje são para meditar:

« Em uma das principais cidades do reino trabalhava-se, há cousa de três anos, em um projecto de novo Compromisso para a sua Misericórdia. Tachava-se de anacrónica, visigótica e bárbara a distinção dos irmãos em mecânicos e nobres; quando um varão sisudo rompeu pouco mais ou menos nestas palavras: *Se abolis a distinção dos mecânicos e nobres, em breve será esta casa, que é dos pobres e para os pobres, monopólio dos ricos e poderosos.* » (1).

Era o velho do Restelo a falar, mas a enxurrada levou-o.

---

(1) *Revista Universal Lisbonense*, de 30-vi-1842.



TENTATIVA DE RESPOSTA  
AO SR. ANTÓNIO SÉRGIO <sup>(1)</sup>

Por causa do meu último artigo nas *Novidades*, saiu-me à estacada o sr. António Sérgio, na *Seara Nova*, de 23 de Janeiro.

O sr. António Sérgio é *alguém* no meio intelectual de Lisboa; impôs-se pela formação do seu espirito, muito pessoal, e pela inteligência com que encara os assuntos. Tanto basta para justificar o título « *Tentativa de resposta* », pois não tenho a pretensão de tratar de igual para igual.

Posto isto, mãos à obra.

Empreendi há meses nestas mesmas colunas uma série de artigos intitulados « Os vencidos de Évora-Monte e a Tradição Nacional ». Fui levado a isso pela mentalidade dos monárquicos com quem tenho falado; achei na maior parte uma falsa visão da nossa história contemporânea: para eles 1910 é *a grande desgraça* e nem sequer suspeitam de 34. O meu intuito foi desviar a atenção da revolução de 1910, que é uma transformação secundária ou, pelo menos, *complementar*, e focar com tóda a luz que eu pudesse trazer a grande revolução social e mental de 34.

Os mais importantes dêsses artigos (2) versaram a com-

---

(1) Vide no final a carta de António Sérgio.

(2) Apareceram nas *Novidades* de 11, 18 e 27 de Outubro, 8 e 29 de Novembro, 27 de Dezembro, 5 e 10 de Janeiro de 1926.

paração das duas sociedades, aquela que ficou ferida de morte em 34 e a cujo cadáver o miguelismo se agarrou e a camada nova que subiu com o liberalismo. Se os artigos tivessem podido ter um título geral, teria sido: « A sociedade cristã e patriarcal do miguelismo e a aristocracia do mérito do liberalismo ». Se tivesse podido dar um sumário, teria dado êste, em que se vê o fio do pensamento:

« As qualidades da velha sociedade: respeito pela vida de família, bom tratamento dado aos criados, caridade para com os pobres, prestígio do Rei. — ¿ Era feliz ou não a sociedade antiga? Era, mas havia descontentes. — ¿ Como é que se passou do descontentamento à revolução? — A Marquesa de Alorna, a primeira liberal, renega a nobresa e sonha a « aristocracia do mérito ». — A *élite* do mérito na mente de Herculano. O duelo entre Herculano e os miguelistas. O cavalo de batalha dos miguelistas: sôbre as ruínas da velha nobresa não vingou a aristocracia do mérito, vingou a do dinheiro. — ¿ Tinham ou não tinham razão os miguelistas? »

Depois de ter analisado as duas sociedades radicalmente diferentes, fazia no último artigo esta pergunta: ¿ Tinham ou não razões de peso os miguelistas, defensores da velha sociedade, ao baterem à *outrance* contra a camada nova?

E achara a favor dos miguelistas o seguinte argumento: A camada nova era uma sociedade improvisada de capitalistas. A sociedade miguelista, pelo contrário, era uma sociedade essencialmente agrária, uma aristocracia rural, presa por raízes fundas à terra e ao passado; para a justificar citei êste trecho do sr. António Sérgio:

« A aristocracia, os senhores rurais constituem sempre em todos os povos *um elemento de estabilidade, a que êles devem a pujança, a solidez do seu organismo. Não há sociedade bem firmada, sôlidamente constituída, sem uma elite provincialiana, a qual forme ao longo dela uma série de gânglios coordenadores que lhe dão ordem e direcção.* » (1).

(1) *Diário de Notícias*, de 14-VIII-1924.

É deste modo vi no sr. António Sérgio um advogado *malgré lui* do miguelismo.

Aqui é que ardeu Troia. Saiu-me a estacada o sr. António Sérgio a dizer-me que eu «me enganei redondamente», e que «as frases que dele citei, em vez da *apologia* do miguelismo (como eu supusera) são a *condenação* do miguelismo.»

Então??

Vamos por partes.

Na *argumentação* do sr. Sérgio há duas coisas distintas: primeiro, *êle explica* o que entende por *aristocracia rural*; depois, *chega à conclusão*, enunciada de começo, de que «a *fidalgua portuguesa*, que caiu em 34, *não foi aristocracia rural*.»

A primeira parte foi uma lição para mim, que sou apenas um rapaz *com vontade* de aprender. O sr. António Sérgio expôs o seu pensamento, deu como tipo de verdadeira aristocracia rural a *inglesa* e fechou com esta síntese: «Aquela (a *fidalgua inglesa*) estabeleceu-se no seu campo, o qual *ela própria agricultava*, como lavradora competentíssima que sempre foi; e instituiu-se como o protector, o chefe, o grande mestre do camponês. *Permanentemente no seu posto*, foi ela que alojou, que aconselhou e que educou; que construiu e administrou a escola, a estrada e o hospital... Foi *élite* e *provinciana*».

Bom, ¿mas o reverso da medalha também estará certo? ¿Não houve entre nós aristocracia rural? ¿E, se houve, não teria ela caído em 34?

Uma distinção se impõe: há nobresa *fôrça política* e nobresa *existência social*.

Para o caso de Portugal, esta distinção vem nas *Cartas de Herculano*; escreve *êle* que, através da Idade-Média e principalmente no século xv, o poder do Rei, poder central, foi anulando gradualmente a nobresa e os municípios, «*anulando-os não como existências sociais mas como fôrças políticas*.» (1).

(1) *Opusculos*, 3.<sup>a</sup> ed., t. V, pág. 130.

Conclusão: do século xv em diante não houve mais em Portugal nobresa *fôrça política*, mas continuou a haver (e houve até 34) nobresa *existência social*.

Vista a questão por êste prisma, façamos agora o inventário do artigo da *Seara Nova*:

1) Provou que a fidalguia rural em Inglaterra tinha sido uma *fôrça política* de grande utilidade, pois fôra « uma corrente de resistência, a da vida privada e trabalhadora, contra a intrusão do poder central. » Viu nela e com razão a origem da solidês política da Inglaterra e do espírito de iniciativa dos particulares nesse grande país.

2) Mostrou igualmente que a nossa nobresa, pelo menos do século xv em diante, *não foi fôrça política*. (Isso aliás Herculano já o tinha acentuado: a monarquia absoluta centralizou a administração, e a nobresa, como as outras classes, passou a ter um papel apagado na direcção da vida nacional).

3) Disse e não provou que « a fidalguia portuguesa que caiu em 34 *não foi aristocracia rural*. » Talvez se possa provar o contrário, entendendo, está claro, a palavra *aristocracia* no sentido restrito de *existência social*.

Antes de mais nada, neste ponto o sr. António Sérgio faz uma confusão imprópria do seu cultíssimo espírito. Diz êle que nos países latinos « os nobres *arrancados do solo*, se dedicaram à mendicidade de cortesãos beneficiados, *nos paços* de Lisboa, de Madrid e de Versalhes. » Em suma: confunde *nobresa da côrte* com *nobresa da provincia*.

A nobresa da côrte corresponde à definição que o sr. Sérgio dá. A nobresa da provincia não; e, para o caso da França, eis como a descreve Albert Malet:

« Os 100.000 fidalgos da provincia tinham, regra geral, pouca fortuna. *Viviam em geral das suas quintas*. Era raro serem altivos e secos por sistema e os camponeses não tinham contra êles má vontade de espécie alguma, a não ser nas terras em que êles arrendavam os direitos feudais, como fazia a no-

bresa da côrte. Os fidalgos eram até respeitados e queridos no Oeste, em certas partes da Bretanha, no Anjou, no Poitou (na Vendéia), e no Sul (na Provença). E a razão era esta: *êles viviam em familia com os camponeses, interessavam-se pela vida que êles levavam*, presidiam às suas festas, eram padrinhos des filhos dêles, ajudavam-nos nas vacas magras. » (1).

Isto no que diz respeito à França. Quanto a Portugal, também não é difficil mostrar que os factos desmentem as afirmações de ordem geral feitas pelo sr. António Sérgio.

Havia entre nós em 34 *uma aristocracia rural* (no sentido restrito de *existência social*), e foi exactamente ella que constituiu a essência da sociedade miguelista.

Já antes de Évora-Monte assim era. ¿Quem dava carneiros e alqueires de centeio para sustentar o exército de D. Miguel? *Os proprietários da provincia* (2).

¿E depois de Évora-Monte? A nobresa da côrte veio a pouco e pouco morder na isca do patriato, que lhe estendia a Carta Constitucional. Houve famílias, como os Marqueses de Abrantes e os Condes de Almada, que se conservaram fiéis ao Rei de Brombach, mas êsses foram excepções.

Pelo contrário, a nobresa da provincia, meio século depois da derrota, ainda estava fiel a D. Miguel (3). Vão apenas alguns nomes mais conhecidos: no Minho, os Pereiras da Cunha e os Infias; em Trás-os-Montes, os Silveiras e os Alpoins; na Beira Alta, os Albuquerque da Casa do Arco e os Queiroz Pinto de Ataíde; na Beira Litoral, a família de João de Lemos.

Se era ou não *vida de nobresa agrária* a vida que ellas levavam, dizem-no umas linhas da *Nação*; descrevem a vida dum dêsses fidalgos da Beira Alta, da família Queiroz Pinto de Ataíde:

« Era um gosto e uma lição ver êsse homem *dando ordens*

(1) Albert Malet — XVIII<sup>e</sup> siècle — Revolution — Empire, pág. 351.

(2) V. *Gazeta de Lisboa*, ano de 1832.

(3) V. *A Nação*, fins de Setembro de 1883.



em meio de suas plantações, adextrando algum de seus dez ou doze cavalos, presidindo à construção de edifícios ou arroteamento de montanhas e em dias de repouso caçando pelas serras, acompanhado por amigos e por boas trelas.»

Foi dessa velha nobresa agrária que vieram os elementos mais sólidos da sociedade miguelista. Foi dela que vieram algumas das suas figuras de maior relêvo como João de Lemos e António Pereira da Cunha.

Havendo em 34 uma nobresa *aliquo modo* rural e constituindo ela a essência da sociedade miguelista, resta agora a pergunta: ¿Essa nobresa agrária realizou o seu papel de *élite*? ¿compreendeu e praticou a velha máxima *Noblesse oblige*?

O sr. António Sérgio, referindo-se sempre à nobresa *tout court*, dá a entender que não:

« ¿E a fidalguia de Portugal? Não foi *élite* nem foi *agrônoma*; não deu ciência, nem protecção. Em relação ao nosso povo, foi meramente *parasitária*...»

Neste ponto, as ideias do sr. Sérgio coincidem com as de Herculano. O solitário da Ajuda chamou à nobresa «uma fidalguia safada e corrompida que só sabia arrastar-se e comer.» (1). Herculano não exceptuava a nobresa da província; pelo contrário dos *capitães-mores* deu êle esta definição: «pachás da Turquia, diante dos quais tremia a gente do campo.» (2).

Manda a verdade dizer que o sr. António Sérgio acharia a seu favor farta documentação, quer na tradição oral, quer na literatura do século XIX. O desleixo, a ignorância, a inutilidade dos *morgados*, pintaram-na com realismo Júlio Dinis, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Antero de Figueiredo, em *O Morgado de Sabariz*.

Todavia, desconfiemos das generalizações apressadas. E neste caso há razão de sobra para desconfiar, visto que o

(1) *Opusculos*, 1.<sup>a</sup> ed., t. VII, pág. 103.

(2) *Idem*, 4.<sup>a</sup> ed., t. II, pág. 208.

naufrágio de uma hierarquia social que tinha raízes fundas no nosso passado não nos trouxe para destinos melhores.

¿ Não será injustiça ver só o lado mau dessa nobresa da província? Ela deu ao povo o exemplo da caridade cristã e muitas vezes também o da grandesa moral (1).

Deixemos falar o miguelismo em sua própria defesa. Fala António Pereira da Cunha, filho legítimo da velha nobresa do Minho, aquele que no século XIX os miguelistas escolheram para chefe e um dos que melhor tiveram a intuição da velha sociedade. Eis como éle pinta uma fidalga minhota do século XVIII: «D. Ana de Amorim Bacelar Falcão Peçanha era dona de prudência e bons costumes, mui chã e dada a todos e caridosa como as que o são.» (2).

Godefroid Kurth escreveu algures sôbre a acção social do cristianismo: «*Jetée dans le sein de l'humanité comme un ferment mystérieux, la parole créatrice l'a travaillée et pénétrée tout entière.*» Assim foi e a nossa velha nobresa rural, que hoje já lá vai e que o miguelismo defendeu, estava impregnada dêsse cristianismo que fêz do servo, despresado na antigüidade clássica, um irmão, uma criatura de Deus.

É natural que o sr. António Sérgio, cabeça pensante e polemista de valor, se não dê por vencido. Tem o dôbro da minha idade e uma cultura muito superior; viu e reflectiu mais do que eu. *Amor purae veritatis te trahat ad legendum*, — diz algures a *Imitação*.

#### CARTA DO SR. ANTÓNIO SÉRGIO

MEU CARO CARLOS EUGÉNIO

Por acaso, nunca lhe falei, nem o vi; não tenho deixado, porém, de pensar na sua pessoa, e da sua pessoa e de seus irmãos conversei por vezes com seu pai, meu velho amigo. Por isto, e por ser um dos jóvens

(1) V. *Novidades*, de 18-x-1925.

(2) *O governo nas mãos do vilão*.

por quem me interesse (pois o sei culto, inteligente e trabalhador), me aprás responder por esta forma à alusão a umas frases minhas no seu último artigo das *Novidades*. Diz assim:

«Setenta e três anos depois, alguém, talvez até sem dar por isso, veio dar razão aos miguelistas neste ponto concreto; foi um pensador republicano, o sr. António Sérgio:

«A aristocracia, os senhores rurais, constituem sempre em todos os povos *um elemento de estabilidade, a que eles devem a pujança, a solidês do seu organismo. Não há sociedade bem firmada, solidamente constituída, sem uma elite provinciana, a qual forme ao longo dela uma série de gânglios coordenadores que lhe dão ordem e direcção...*» (1).

«A sociedade miguelista não podia ter achado um advogado que, perante a História, a defendesse melhor.»

Assim diz; mas engana-se redondamente; porque o trecho é, pelo contrário, *uma condenação do miguelismo*. Não fui um «advogado» dêle: fui um radical acusador. Vejamos porquê.

Antes, porém, um reparo leve. Chamou-me «pensador republicano». Chame-me «pensador» se assim quiser, — isto é: espírito crítico, pessoa que busca, «inquiridor de verdades». Como inquiridor, porém, não sou republicano nem deixo de o ser; não levo para a inquirição nenhuma idea preconcebida; sou inquiridor e nada mais.

A inquirição, no entanto, me conduziu à Democracia, — como a entendem na Suíça, onde estudou e onde vivi; onde a idea política democrática, no dizer de Herculano, é uma prolação da idea moral. Sou democrata, e sempre o fui.

Quanto à forma republicana adoptada no meu país, afastei-me dela primeiramente, quando a vi atufada em jacobinismo, — isto é, fanática, «mística», absolutista, e *anti-democrática* portanto. Porque sou livre-pensador até a medula, e espírito crítico de raiz, — repulsei a perseguição que à Igreja Católica se moveu, e outras manifestações de fanatismo. A elite republicana, depois, deixou aos poucos de ser jacobina; — e o meu democratismo, portanto, compatibilizou-se do mesmo passo com a nossa elite republicana. Não fui eu que fui para a República; foi a República, na sua elite, que andou para o sítio onde eu estive sempre, e onde estou: para a Democracia e para a tolerância, para a liberdade, o relativismo, o espírito crítico e experimental. Se, *como inquiridor — e enquanto inquiridor* — eu fôsse republicano (ou monárquico, ou católico,

(1) *Diário de Notícias*, de 14-VIII-1924.

ou protestante, ou algo mais do que inquiridor), ficaria, a meu ver, desqualificado como inquiridor.

E liquidado assim este pormenor, venhamos à alma do nosso enigma: como é que as frases que de mim citou, em vez da *apologia* do miguelismo (como supõe), são a *condenação* do miguelismo?

A resposta é simples: é que a fidalguia portuguesa que caiu em 34 — não foi aristocracia rural; foi o *contrário*, até, de uma verdadeira elite provinciana. Isto eu disse na *Educação Cívica*, há cerca duma dúzia de anos; disse-o, pouco depois, nas *Considerações histórico-pedagógicas*; repeti-o, pela mesma época, no *Prefácio para uma tradução dos Ensaios políticos de Spencer* (na *Aguia*). Dêste escreitinho (o único dos três que tenho à mão) vou extrair os seguintes períodos, onde se compara o procedimento de uma verdadeira aristocracia rural — a inglesa — com o da fidalguia do nosso país:

«Sabe-se como, depois de conquistada por Guilherme da Normândia (pouco menos de um século antes da fundação de Portugal), a Inglaterra conheceu, primeiro que as restantes nações da Europa, o Estado centralizado e onnipotente. O Saxão agricultor abandonou ao intruso o exercício do poder, contanto que lhe garantissem (com a manutenção da ordem pública) a independência da vida privada. Mas não tardou a declarar-se esta reacção capitalíssima: os nobres estabelecidos por Guilherme juntam-se aos Saxões seus vassallos para combaterem a realeza: e esta corrente de resistência (a da vida privada e trabalhadora contra a intrusão do poder central) vai ser um fluxo ininterrupto de vitalidade no país. O contraste com as nações «latinas» é completo e decisivo: cá (Espanha, Portugal, França) todo o esforço do crescimento vai oposto ao sistema feudal: o elemento basilar da nação, o terceiro estado, trabalha pelo poder central contra os nobres, que, arrancados ao solo, se dedicam à mendicidade de cortesãos beneficiados, nos paços de Lisboa, de Madrid e de Versalhes; em Inglaterra, pelo contrário, todo o esforço se dirigiu contra a absorção pela realeza: o elemento forte é a nobreza **rústica**, — classe independente porque produtora, e forte porque ligada ao solo e às populações que o cultivam. Por isso, quando mais tarde sobreveio a época das crises, viu-se na Inglaterra o triunfo definitivo do governo livre, e entre nós o triunfo do absolutismo e comunismo; quando aqui as revoluções suprimiram os reis absolutos, o Estado ficou o que já antes era: o mesmo monarca onnipotente e universal biberon. Enquanto os hábitos militares, pela necessidade da Reconquista, se radicavam nas Espanhas, na Inglaterra a nobreza nova, estabelecida pelos Normandos, ia perdendo cada vez mais o temperamento da Cavalaria, e fixando-se no tipo social de proprietários *agricultores*. No século xv, quando nós trabalhávamos em Marrocos, era assim descrita a Inglaterra

por um erudito italiano: «Depois dos Franceses vêm os habitantes da Grã-Bretanha, que hoje se chamam Ingleses; têm como indigno de homens nobres o habitar numa cidade; vivem todos nos seus campos, avaliam a nobreza pelos cabedais, e *consagram todos os cuidados à cultura das suas terras*; vendem a lã e a criação dos rebanhos que possuem, e nada vêm de desonroso nos lucros que auferem do trabalho agrícola.» Tão importante como êste facto, e em última análise consequência dêle, é o de que a nobreza ao mesmo tempo se assenhoreia da administração. Sempre que o Estado pretende fundar qualquer serviço administrativo, a iniciativa do nobre mete-se à frente, toma o encargo, organiza-o ela própria, e atalha desta forma a criação duma burocracia. Ao passo que os reis de Espanha e França vão multiplicando e fortalecendo os agentes que os representam em tôdas as terras da monarquia, em Inglaterra o poder do *sheriff*, considerável ainda no século xiii, é limitado de continuo, enquanto ao lado dêste funcionário gradualmente desapossado, os *magistrates*, simples particulares não retribuidos, estendem a sua influencia e atribuições até absorverem finalmente todo o govêrno do condado.»

Eis aí o que eu escrevia, comparando o carácter da nobreza britânica com o da nobreza de Portugal. Aquela estabeleceu-se no seu campo, o qual *ela própria agricultava*, como lavradora competentíssima que sempre foi; e instituiu-se como o protector, o chefe, o grande mestre do camponês. *Permanentemente no seu posto*, foi ela que alojou, que aconselhou, e que educou; que construiu e administrou a escola, a estrada e o hospital; foi ela que abriu canais; que impulsionou a zootecnia, aperfeiçoando as raças; e foi ela, finalmente, que promoveu o avanço da ciência agrícola. Foi *élite e provinciana*.

E a fidalguia de Portugal? Não foi elite, nem foi agrônoma; não deu ciência, nem protecção. Em relação ao nosso povo, foi meramente parasitária; serviu o rei, mas não a grei. Ora, a função duma nobreza é servir o povo provinciano, — lavrando, protegendo, administrando e ensinando; e quando uma nação está decadente, a culpa é sempre da aristocracia.

Quem, no princípio do século xix, visitasse as aldeias do nosso país, não acharia estradas nem canais, não veria escolas nem civilização; não toparia os homens bem abrigados; nem progressiva a nossa cultura; nem a criação do gado, modelar. E porquê? — Porque faltava entre nós uma nobreza verdadeira, que merecesse o nome de aristocracia. *Noblesse oblige*. Obriga. ¿E obriga em relação a quem? — Obriga em relação ao povo. Havia pessoas privilegiadas; mas não eram mestres, nem protectores. Por isso, a fidalguia em 34 teve a sorte que mereceu...

Mas... ¿de que serve repetir isto? Não seria eu que tratasse o tema — para condenar gente que já passou. Não, não, mil vezes não: a função



da História, para mim, — é libertar-nos da própria História; estudo o passado, eu, não para o adorar ou condenar, mas para melhor livrar-me de ser servo d'êle. Sejam os historiadores — para não ser históricos. Se me parece coisa de muito préstimo o tomarmos consciência daquella phenomeno (a falta de uma nobreza na nossa terra que fôsse provinciana e que fôsse elite) é para d'êle tirarmos qualquer ensino, tentando criar em Portugal uma verdadeira elite que enquadre o povo, e o proteja e guie — finalmente! — na continuada ascensão para a verdadeira Democracia.

E dou tal importância a êste assunto — que não perco ensejos de voltar a êle.

RECORDAÇÕES DUM COLÉGIO DE SOTAINAS NEGRAS...

---

## ALMA DE ARTISTA, CORAÇÃO DE PADRE

Este mês de Agosto, mês em que todos nós, os privilegiados que saímos de Lisboa, sentimos aquela impressão de sossêgo e de confôrto que sentia Henrique de Souzelas ao ser despertado pelo barulho da azenha, êste mês de Agosto traz-me à memória a recordação de alguém com quem só cheguei a conviver um ano, mas que despertou em mim o entusiasmo que desperta num rapaz novo o contacto duma alma elevada e pura.

Era um padre e chamava-se Albert Charpine.

\* \* \*

O Padre Albert Charpine nascera em Lancy, nos arredores de Genebra, em 1864. Muito novo ainda, ficou órfão de pai e a mãe pô-lo a estudar em Evian, onde fêz o curso dos liceus.

Mais tarde, entrou por vocação decidida para o Seminário de Friburgo e, depois de se ordenar, foi alguns anos coadjutor em Genebra, na igreja do Sacré-Coeur. Os últimos trinta anos da sua vida passaram-se de novo em Friburgo no *College S. Michel*, onde era professor de literatura francesa, latim e grego.

O Padre Charpine morreu desgraçadamente nas montanhas de Gastloseu, nos Alpes, a 31 de Agosto de 1922. Um

bloco de pedra que um dos seus companheiros de excursão deixara cair bateu-lhe em chapa no peito e precipitou-o no fundo do vale; o Padre von der Weid, que também ia com êle, ajoelhou e deu-lhe a absolvição.

Tôda a imprensa suíssa se referiu à sua morte e mesmo, para lá das fronteiras do seu país, o *Mercure de France* consagrou-lhe uma crónica literária.

¿Quem era então êste homem?

\* \* \*

«Compreender é igualar» — dizia Rafael. Ora eu para poder analisar e definir o Padre Albert Charpine, não tenho, nem as facetas múltiplas da sua sensibilidade nem a sua cultura, ao mesmo tempo imensa e requintada, de humanista de além Pirineus.

Fui seu aluno um ano inteiro, mas, embora trabalhasse com afinco e me levantasse às cinco da manhã para traduzir os versos gregos do *Oedipo Rei* ou o latim sonoro de Cícero, o que é certo é que nas suas aulas, sobretudo nas de literatura francesa, estava sempre com os olhos muito abertos, sem perder uma palavra, como o camponês que chegou à cidade...

As suas lições de literatura francesa foram de-certo as que mais influência tiveram sôbre a maior parte dos seus alunos. Muitos anos antes de eu ser seu aluno, já tinham dado que falar e despertado vocações; para só falar daquela que êle mais cultivou, citarei René de Weck, cujos livros estão na Bertrand e que, embora depois se perdesse na fumareda de Paris, tem de simpático o nunca se ter esquecido de... *son Maître*.

O que havia de grande nos clássicos franceses, revelou-mo êle. Bossuet sobretudo; fêz com que eu ficasse gostando dêsse pensador da Igreja que deixou imagens tão belas num estilo tão calmo. «L'image, chez Hugo, *heurte*; chez Bossuet, *frappe*», dizia êle. Depois veio Fénelon; ensinou-me a decifrar *Télémaque*, a compreender as vistas largas do *monárquico*

*integralista* que se escondem nas entrelinhas do romance mitológico. E Molière! até então eu detestava-o, pois só via nêlo a ironia ligeira de francês espirituoso e frívolo; o Padre Charpine fêz-me ver como eram cheios de verdade os caracteres do *Misanthrope*. No fim do ano, como sobremesa, leunos e comentou-nos as frases curtas e incisivas com que escalpelizou a alta roda do século xvii essa criatura inteligente e *pobre* que passou a sua triste vida em Chantilly a aturar os Condés e que se chamava Jean de La Bruyère.

Tinha nomeada a sua largueza de espirito, Todavia êle não ia mais além do que a Igreja permitia; posso dizê-lo com serenidade, hoje que já lá vão três anos depois da sua morte. Em nada se parecia com êsses espíritos desnorteados da Lisboa do século xx que nos vêm dizer que « só é imoral o que não é sincero ». Um dia disse-me que não lesse *Au son des cloches* de Gebhart e feliz fui eu por ter achado quem me guiasse. Detestava os quadros dos pintores franceses do século xviii e ainda mais os do Ticiano; dizia: « il n'y a pas de peinture plus sale. »

« *Les mouches à miel se plaisent autour de leur miel et les guêpes autour de la fange* », escrevera S. Francisco de Sales, êsse artista espontâneo e inimitável que êle tanto queria que os seus alunos lêssem.

\* \* \*

Se gostei das aulas de literatura francesa ainda mais gostei das de latim. A principio, não. Líamos Horácio, de que nunca cheguei a gostar; pagão de bom gosto, mas sem ideal. *Carpe diem*. No meu quarto, aproveitava as horas vagas, para ler Vergílio com paixão; nunca poeta algum me pareceu tanto acima da mediocridade. Um dia fui-lhe dizer isso; respondeu-me: « Virgile m'a procuré des émotions très douces; je le trouve plus poète qu' Horace, plus doucement humain. »

Depois ainda viemos a ler Vergílio e Cícero. Mas aquilo de que mais gostei com êle foram as aulas que se davam quasi só em latim.

O Bispo de Lausanne, Mgr. Besson, instara. Estava-se no colégio fundado pelo Beato Canisio, canonisado há meses e que escrevera em latim elegantíssimo. Era preciso honrar as tradições; e, como havia aula de latim todos os dias, resolveu-se que à quarta feira só se falasse em latim.

De vez em quando escrevamos cartas a condiscípulos doentes e transpunhamos assim para essa língua morta o *día a día* da nossa vida de estudantes. Muitas vezes eram retroversões em que tínhamos de empregar aqui e acolá expressões de Horácio e de Cícero; verdadeiros «*thèmes d'imitation*» cozinhados por êle e pelos quais êle percebia se íamos assimilando ou não os autores estudados. ;E como êle era exigente! Não lhe bastava que escrevessemos em latim correcto quanto à sintaxe; achava o nosso latim sensaborão; queria que escrevessemos em latim elegante, ciceroniano; artista em tudo, queria que empregássemos sempre o *mot propre*, o *mot unique* de Flaubert.

Um dia, num dos seus dias felizes, estava eu a ser chamado. Tratava-se de corrigir um dêsse «*thèmes d'imitation*». Uma frase solta: *é mau regozijar-se com a desgraça alheia*; eu traduzira: *malum est enim alienis casibus gaudere*, estava correcto e julgava-me um sábio por ter sabido aplicar numa frase só, umas poucas de regras de sintaxe. Êle não gostou e, de emenda em emenda, chegou ao que queria: *laetitia enim in alienis casibus mala*.

Nós íamos a emendar no papel; êle pôs-se a ralar: «*L'important, ce n'est pas la phrase; c'est l'effort que vous faites pour y arriver.*» Aquele representante do humanismo da Igreja tinha em si, espontânea, a arte intuitiva da pedagogia moderna.

Mais adiante, a última frase era: Se Horácio tivesse lido isto, teria dito aos amigos que desatassem a rir. Eu tinha posto: *Si ea legisset, Horatius dixisset...* Não gostou e mudou para: *His oculo lustratis, Horatius dixisset...* E, voltando-se para mim, disse-me: «*Ne vois-tu pas que la nouvelle phrase est tout autrement latine?*»

Hoje tudo isso já lá vai. Encontrar um humanista em



Lisboa é quasi tão difficil como encontrar agulha em palheiro. Por isso êsses papéis rabiscados têm para mim mais valor do que teria o Tosão de Ouro.

A lingua grega, a falar a verdade, o Padre Charpine não a dominava como dominava a latina. Contudo foi com êle que aprendi a syntaxe grega. E ai, como em tudo, era artista.

Logo no comêço do ano, por umas tardes de outono encantadoras, em que senti mais do que nunca a belesa do outono doirado e transparente daquelas terras, leu-nos « *Le chanteur de Kymé* », de Anatole France, que então ainda não estava no *Index*. Iamos ler a *Iliada* e queria interessar-nos por Homero.

Interessante, com êle, foi de Fevereiro em diante o *Oedipo Rei* de Sófocles. « *Il avait découvert personnellement les classiques* », escreveu alguém a seu respeito; explicava-nos e interpretava-nos, à medida que iamos traduzindo, o *mouvement intérieur* que agitava as almas de Oedipo e de Jocasta. Duas peças havia que para êle eram as obras-primas do teatro de todos os tempos: como alta comédia, *Le Misanthrope*, de Molière; como tragédia, o *Oedipo Rei*, de Sófocles.

No seu entender, se Molière tinha por si o *verdadeiro* das personagens *postas de pé* na cena, Sófocles passava-lhe adiante, porque a essa profundeza da análise psicológica reunia um idealismo elevado e temperado com aquele sentido da medida que faz o encanto dos autores gregos.

Houve contudo alguma coisa de que êle um dia nos disse, já quasi no fim do ano: *c'est plus beau qu' Oedipe*. Foi o drama íntimo que se passou entre as duas almas de S. Francisco de Sales e de Santa Joana de Chantal. Drama que o Bispo de Genebra, disciplinado no sacrificio, santo em tudo, dominou desde a primeira hora, mas que para ela foi um calvário tão rude como o de Santa Teresa. Com que sentimento êle nos descreveu a dôr, calada e acima de tudo submetida a Deus, da freira Salésia ao receber a noticia: *Monsieur de Genève est mort*.

\* \* \*

A grandeza moral daquela vida, não a saberia eu definir. Ainda bem que me ficaram na cabeça as palavras tão cheias de verdade, *prises sur le vif*, que para a sua memória teve um seu antigo aluno, o Padre Charles Journey, um novo que é já uma das primeiras cabeças do clero suíço francês:

« A virtude dominante da sua vida, para mim, era a sinceridade. A falta de sinceridade que está no fundo da nossa natureza era o tormento da sua vida íntima. Ouvi-lhe dizer por vezes: Ao fazer tal acção, julgava ser sincero; hoje vejo que o não fui. Um dia citei-lhe uma frase de Ângela di Foligno: No meu amor só houve brincadeira e fingimento. Ficou um bocado a pensar e depois disse: É bonito.

« Dizia-me muitas vezes: Nós não somos cristãos; se o fôssemos, seríamos santos. Também costumava dizer esta outra frase em que havia uns vestígios de Pascal: Felizes, só os animais e os santos. »

A sua maneira de compreender a religião, di-la êsse Padre em duas linhas que dizem tudo e que não traduzo para lhes não tirar o sabor:

« Au fond de cette âme de pur artiste, sur laquelle la souffrance tendait souvent un voile de tristesse, il y avait une foi surnaturelle profonde, et delicate jalousie d'enfermer son secret.

\* \* \*

Conheci-o numa hora pouco alegre.

Conheci-o melhor e passei a ter intimidade com êle nos meses que se seguiram ao 19 de Outubro.

O que foram êsses meses, sei-o eu. O nome de Portugal achincalhado. Na rua, entrar numa loja, comprar um jornal e ler: *Au pays des révolutions*. No colégio, ouvir os outros dizer: *C'est pire qu'en Russie*. Em casas de gente fina e bem educada, receber mimos em que é melhor não falar. E até nos conventos, nessas casas de Deus onde tudo convidava a

vida consagrada ao Senhor no silêncio e no trabalho, até lá: *Portugal, bese Tage fur die Katholiken* (Portugal, maus dias para os católicos).

Estava ainda bem viva a recordação da fúria anti-clerical dos primeiros anos da República e julgava-se então que o 19 de Outubro ia ser a continuação. Por isso, nem mesmo nos conventos se fazia justiça ao meu país.

E a-pesar-de tudo isso, a-pesar-de me sentir isolado, havia dentro de mim alguma coisa que me dizia para ter amor à *la terre où me poussait l'instinct de mes ancêtres*.

Um dia, em Março de 1922, um dia em que as grosserias foram mais amargas, fui bater à porta do quarto do Padre Charpine. Entrei e desabafei. Êle olhou para mim e disse-me: « *Réponds-leur: oui, c'est vrai, mais nous avons de quoi vivre avec notre passé.* »

\* \* \*

Morreu passados meses. E foi aqui, nesta paisagem serena de campo, que nas férias grandes de 1922, as únicas em que vim a Portugal, amadureci o que com êle aprendera; foi aqui que me chegou de repente a notícia: « *le bon et droit Monsieur Charpine n'est plus de ce monde.* »

Sintra, Agôsto de 1925.

## PLEUREZ, DOUX ALCYONS

7 THERMIDOR DO ANO II: ANDRÉ CHÉNIER SOBE  
AO CADAFALSO

Era a manhã de 25 de Julho de 1794. *Thermidor* despontara dias antes no « Calendário republicano », *Thermidor*, o mês que Fabre d'Églantine designara como sendo o *mês do calor*.

O sol canicular abrasava Paris, onde, insaciável de condenações à morte, a Convenção delirava em pleno Terror.

Nessa manhã de 25 de Julho (7 Thermidor) as portas da prisão da Abbaye abriram-se mais uma vez; encheu-se um carro de presos que nesse mesmo dia iam ser guilhotinados... e nessa leva de gente para o açougue partiu a caminho da Morte o maior temperamento poético que teve a França no século XVIII: André Chénier.

Uma lenda dizia que para o mesmo carro entrara também o poeta Roucher. Os dois poetas, — dizia essa lenda — teriam falado da sua arte e Chénier dissera que a poesia era a coisa mais bela do mundo, depois da amizade.

Ao chegar ao cadafalso, Chénier contemplou a multidão bestializada que estava ali para o ver morrer, como se não tivesse já visto morrer da mesma morte Luiz XVI, Maria Antonieta, Filipe Égalité, arcebispos, cortesãos, burgueses, plebeus, Lavoisier, Bailly, Danton, Camilo Desmoulins, a velha devassa Dubarry, os Girondinos austeros e tantos e tantos milhares de outros...

Com 32 anos... *il touchait à l'heure plus féconde de son*

*génie*. Era um talento que se ia extinguir por morte violenta antes de se ter revelado inteiramente. Sentia-se preso à vida, à vida que tudo o ensinara a amar desde a paisagem oriental do Bósforo, onde o dera à luz uma grega formosíssima, à musa pagã de Homero que lhe contara que o divino Aquiles no reino dos mortos tivera saúdades da Terra.

Dias antes, por entre as grades da prisão, inspirado pela beleza de Aimée de Coigny, moça de sangue azul e sua companheira de cárcere, André Chénier compusera *La jeune captive* e pusera na bôca da condenada à morte um grito de alma que era afinal o último adeus da *Ifigénia* de Eurípides e das virgens da tragédia grega: *Je ne veux point mourir encore*.

¡E agora êle, o filho do século das luzes, ia morrer duma morte tão estúpida, imolado ao capricho duns homens emancipados como êle e que como êle só adoravam a deusa Razão! ¡Que ironia tão amarga se lhe afiguraria àquela hora o seu destino, à luz da filosofia sem Deus dos Enciclopedistas!

E o filho do século das luzes, voltado para os algozes, bateu na cabeça e disse:

*¡J'avais pourtant quelque chose là dedans!*

Mas... a República não precisa de sábios — fôra a oração fúnebre de Lavoisier guilhotinado. Nem de poetas! ¡O algoz não pode esperar! E a cabeça de André Chénier rola no cadafalso.

Todavia meio mundo se mexe para o salvar. O pai, que o adorava, agarrava-se a todos os empenhos (que também os havia nesses dias infernais); um dos irmãos que era convencional tentara o impossível. Tudo em vão! A vontade de ferro de Saint-Just, o puritano jacobino, nunca se dobrara.

¿Qual fôra então o seu crime?

Não corria nas suas veias o infecto sangue azul dos emigrados de Coblenz. Era republicano entusiasta... sim, mas tivera a nobreza de carácter necessária para manter a independência do espírito, no seu jornal estigmatizara os Jacobinos tanto como os nobres de Coblenz e fôra êsse o seu crime. Nesses dias já não se olhava a nada, guilhotinava-se à doida...



«A Revolução, como Saturno, devora os seus próprios filhos» — dissera Madame Roland ao subir ao cadafalso.

Se elle não tivesse entrado naquela manhã para o carro dos condenados... que teria acontecido? Teria escapado, como escapou a *Jeune Captive* e todos os que nesse dia ficaram na prisão. Dois dias depois deu-se o golpe de estado do 9 Thermidor, o Terror acabou, Robespierre, Saint-Just, Couthon morreram onde elas se pagam e a França pôde principiar a respirar.

Mas estava escrito nos fados que aquelle cisne do Oriente havia de acabar como os cisnes lendários do Eurotas: ao soltar o seu mais belo canto.

## UMA MULHER ARTISTA DO SÉCULO PASSADO

Adélia d'Affry... Um nome que não diz nada. ¿Quem foi?

Nascera ela em Givisiez, a dois passos de Friburgo, em 1839. Givisiez era uma aldeia onde umas poucas de famílias patricias, habituadas à vida dos regimentos suíços na côrte de França, tinham construído casas de campo; por isso chamaram-lhe o *Petit Versailles*; e Adélia pertencia a uma família mais velha que a Sé de Braga.

Os d'Affry «*vinham de longe e vinham do alto*». Eram das raríssimas famílias feudais que, vindas lá da alta Idade-Média, ainda chegaram à Suíça democrática do século XIX. Em tempos mui remotos tinham sido senhores de Avry, terrazita dos Arrabaldes de Friburgo. No século XV Guillaume d'Avry comandara o contingente de Friburgo na batalha de Morat em que Carlos — o Temerário dera às de Vila Diogo, vencido pelos *vaqueiros dos Alpes*. Quando em seguida a sua cidade livre se incorporou na Suíça e se germanizou até à medula, os d'Avry envergonharam-se de ter um título francês e, visto que o *v* em alemão sôa *f*, passaram a assinar *von Affry*; deram então supremos magistrados à república: Ludwig von Affry em 1572, Franz em 1644.

Mas depois a França de Luiz XIV tornara a seduzi-los e Adélia via agora nos corredores do solar de Givisiez a dinastia dos avôs de *cabeleira em anéis e gola à genovesa*.. O quarto avô, à frente dos suíços de Luiz XV, batera-se como um bravo contra os austriacos na Guerra da Sucessão da Po-

lônia, fôra ferido na batalha de Guastalla e o Rei dera-lhe então uma comenda que nenhum outro Suíço recebeu nos tempos em que éles serviam a bandeira branca das flores de liz.

Elisabeth d'Affry andara na roda de Maria Antonieta nas tardes doces do Trianon e porventura a *Austriaca* que ali andava como peixe fora de água achara nessa rapariga vinda dum país de costumes simples um coração mais puro do que o das cortesãs de Versailles.

Enfim o bisavô de Adélia, Napoleão achara-o simpático, em Paris, quando os deputados suíços foram conferenciar com êle e escolhera-o para *landammann* da Helvécia, em 1803...

¡Estranha história a desta família que atravessou tantos séculos de feição tão diferente e que parecia ter nascido numa saquinha de ouro!

E na vida serena de Givisiez Adélia cresceu brincando com a neve e fazendo bonecos brancos.

Aos dezassete anos appareceu um noivo, o Duque de Castiglione, um Colonna, daquela antiga familia patricia de Roma que dera tantos papas e cardiais. Adélia casou e foi viver para Roma, para a Roma de Pio IX.

Viuva aos dezanove anos, fechou-se no convento das Carmelitas da cidade dos papas. Mas os desgostos mais agudos nem sempre são os mais duradouros. Adélia não professou, e se não esqueceu o noivo que a morte lhe levava, nasceu para outra vida.

Ela tinha talento para a escultura. Passou a viver para a arte. Esculpiu então a *Bacante* e o *Chefe abissínio*, que, de nariz recurvo, barba de beduíno e turbante na cabeça, olha de soslaio, altivamente, quiçá para o Europeu.

Estava então na berra a grande exposição de Paris de 1867. ¿Adélia concorreria ou não?

Sentia intimamente que se não pode negar o direito à vida à mulher de talento, mas sentia também que se quasi todos os homens naufragam na chamada *vida pública*, ou por vaidade ou por corrupção, essa vida ainda menos se adapta à

indole delicada da mulher. Sentia também que « não há aristocracia que não empalideça ao pé da da inteligência e da do coração. » Sentia tudo isso entrechocar-se na sua alma...

Enfim resolveu concorrer à Exposição, sim, mas a Duquesa de Castiglione ocultaria o seu nome sob o pseudónimo de *Marcello*.

*Marcello*... porquê? ¿Estaria lembrada do herói de Vergílio que os maus fados não deixaram vingar? ¿Porque não *Marcella* ou simplesmente Adélia? Teria ficado mais feminina.

Concorreu e foi premiada, aos 28 anos.

Acompanhava-a sempre a mãe, uma dessas dedicações femininas apagadas e constantes que atravessam uma vida inteira. É que a mãe sentia que a sua amizade e os seus conselhos não eram demais para amparar no turbilhão do mundo a filha, nova, cheia de talento, admirada e Duquesa.

Adélia adoeceu e esteve à morte num hospital de Paris. Então uma multidão de curiosos, dessa gente que se chama a si própria « o mundo das letras e das artes », veio ao hospital saber quem era o *Marcello* desconhecido que tivera o prémio; à frente vinham o historiador Thiers e o pintor Delacroche.

*Mas a glória entontece e mata*, — lá dizia o *Astrologus* na *Pátria* de Junqueiro. Era o Paris dos consagrados... e a vaidade ali já embriagara tantos, alguns de génio, a começar por Chateaubriand e Hugo.

Adélia não estava destinada a murchar naquele meio. Poucos anos mais havia de viver. A tísica minava-a de ano para ano. Em vão a pobre mãe buscou de novo para a filha que lhe fugia dos braços o céu azul da Itália.

Os anos iam passando e a tísica ia avançando. Para mais Adélia sentia-se agora último ramo duma árvore já morta; a vetusta família d'Affry extinguiu-se em 1868 com a morte do último varão.

Enfim a 31 de Maio de 1878, após uma longa agonia, sucumbiu em Castellamare aos estragos da tuberculose a escultora mais eminente que a Suiça produziu. Tinha 39 anos,

a idade com que tinham morrido Pascal, Mozart, Bocage, e quantos outros! todos êles antes de o espirito ter percorrido a sua trajectória e todos lutando palmo a palmo com a doença. Ao menos teve por cenário dos seus últimos dias o céu das *claridades do sul* com que tanto sonharam, por entre os nevoeiros de Zurich, os poetas do país que fôra seu berço e o espectáculo daquela baía de Nápoles de que Lamartine se lembrava com saúdade ao contemplar o panorama grandioso do Bósforo.

O mundo já a tinha esquecido; a mãe é que não. E entre as últimas palavras que ela recolheu dos lábios da filha moribunda ouviu-se esta frase:

« Dieu me permetra de rejoindre là haut les âmes de ceux dont j'ai tant admiré les œuvres ici bas. »

Confissão sincera duma alma de artista que sentia a beleza como respirava e que ansiadamente desejava a beleza perfeita.

.....  
 Não sei porquê, ao pensar na curta vida desta mulher artista

que passou como a sombra da andorinha  
 sôbre o cristal dum lago,

nesta vida que roçou pelo limiar de tantas tentações de vaidade, vem-me à memória aquele versículo sublime da Sagrada Escritura:

*Rapta est ne malitia captaret intellectum ejus aut ne fictio deciperet animam illius.*

(Deus a levou para que a maldade se não apoderasse da sua intelligência ou então para que a fantasia não enganasse a sua alma).



UMA POETISA DE TALENTO MORTA  
AOS 25 ANOS

SARA SERZEDELO

« Sara Serzedelo, latina no sentimento e na fé, na adoração calma da natureza e da pátria, emotiva sem complicações nem artificios, *sintetizou na sua bondade, na sua crença, a elite portuguesa do espírito feminino*, e morreu, porque Deus a achou boa de mais para viver na terra. »

D. MARIA MADALENA DE MARTEL PATRÍCIO.

Foi há poucas semanas.

Um dia quente de Julho. Lisboa vegetava debaixo dum céu côr de chumbo. E após meses seguidos de trabalho intenso sôbre as mesmas matérias, o meu espírito vergava ao pêso do sentimento amargo que representa o enferrujar das mais queridas satisfações espirituais... Foi numa hora assim de tédio e de fadiga que Ismael, filho de Agar a Egípcia, adormeceu no deserto em vez de seguir caminho.

Na noite dêsse dia chegou-me às mãos um livro que tinham ido vender a casa duma pessoa de família. Livro duma poetisa arrebatada aos 25 anos por uma febre tifóide. Livro único e póstumo, e o produto da venda destinava-se aos tíficos do Hospital do Rêgo.

O nome da poetisa: Sara Serzedelo.

Não sabia quem era. Tratava-se, é verdade, duma terceira edição, mas para quem vive alheio ao *vient-de-paraitre* e deseja continuar anónimo para a feira de vaidades era uma desconhecida.

Mas — já a antigüidade o dissera — *nasce-se poeta*, e logo à leitura dos primeiros versos adivinhei que aquela alma nasceria poetisa.

Sara Serzedelo já não vive. Passou *como a sombra da andorinha sôbre o cristal dum lago...* Felizmente para ela, não chegou a respirar a fumarada estonteante das consagrações fáceis, o ambiente *snob* das falsas *élites*; não chegou a trocar a pureza e a espontaneidade da sua inspiração por uma vaidadezinha de autora. Nem sequer chegou talvez a saber se os seus versos tinham despertado novas emoções de beleza, se êles tinham encontrado no meio da multidão materializada pedras de toque que revelassem a presença do ouro. Por isso mesmo, sinto-me bem à vontade ao escrever estas linhas... *Les morts vont vite...*

\* \* \*

Sara Serzedelo, que chamou ao seu livro *Canto de Cisne*, morreu presa à vida:

É doloroso olhar o Bem que não se alcança,  
É bem triste morrer sem nunca ter vivido!...

morreu fascinada pela luz do sol e pelas harmonias do mundo criado:

Já não me aquecerá o sol aurifulgente  
Que sôbre o meu caixão virá baixar por fim,  
E nunca mais verei o dia sorridente,  
Que tinha uma harmonia excelsa para mim.

Assim morriam outrora em Atenas as virgens da tragédia. Fôra para o sol o último olhar de Cassandra no *Agamemnon* de Ésquilo, o último olhar da *Antígone* de Sófocles. E já quási ao sol-pôsto de Atenas, na hora do crepúsculo dos deuses, assim também veio a morrer a *Ifigénia* de Eurípides, a virgem mais célebre da tragédia grega.

Os Gregos vão partir para Tróia, por mar, para vingar o rapto de Helena. Mas é preciso acalmar os ventos, e Artemis,

a deusa caçadora, quer o sangue duma virgem: a vítima será Ifigénia, a filha primogénita do Rei Agamemnon.

Ifigénia, que vivia descuidosa e alegre, recebe de chofre a notícia, e volta-se para o pai:

«... ¡Não faças com que eu morra antes do tempo! ¡Sabe tão bem ver a luz! Não me obrigues a ir ver o que está de baixo da terra. Fui a primeira a chamar-te pai...»

Ifigénia perdura. Inspirou Racine, Glück, Chénier e sobretudo os versos eternos de Goethe; através dessas novas criações — como diria o Eça — o trágico grego está perpétuamente criando. Ifigénia também brotou em Sara Serzedelo, mas *espontaneamente*. Não foi ela que foi grega; a Grécia é que fôra amplamente humana na expressão dos sentimentos.

Todavia a separar as virgens da tragédia grega da nossa poetisa de ontem ficou o maior facto da História: o Cristianismo.

Aquelas eram perfeitamente pagãs. Nascida da saquinha de ouro dum palácio régio, Ifigénia encontrara-se um dia sem saber como num mundo florido e belo a que o sol tôdas as manhãs vinha dar vida, sob um céu azul de opala e à beira dum mar também azul; parecia-lhe a cousa mais bárbara ter de largar de repente uma terra com tantos cambiantes de verdura, tantas promessas de gozo. Mesmo depois de transformada pela resignação heróica, o que a movia era o pensar que a Grécia inteira estava com os olhos fitos no seu sacrificio. Para ela, tudo acabava no túmulo.

Após dezoito séculos de cristianismo, a *Jovem cativa* de André Chénier era ainda Ifigénia pagã ressuscitada nos dias pavorosos de 93:

Quoi que l'heure présente ait de trouble et d'ennui,  
Je ne veux pas mourir encore.

.....  
S'il est des jours amers, il en est de si doux!

.....  
Au banquet de la vie à peine commencé  
Un instant seulement mes lèvres ont pressé  
La coupe en mes mains encore pleine.

E por entre as grades duma prisão de Paris, dum Paris que ainda respira o ateísmo da Enciclopédia, Aimée de Coigny, enquanto espera nervosamente o dia da guilhotina, não tem a noção do pecado (*Tranquille je m'endors...*), não conta com a Providência, não se lembra da Redenção.

Não assim Sara Serzedelo. Ela é sinceramente cristã. Entendamo-nos.

Não se procure nos seus versos a filosofia da existência, a compreensão profunda dos problemas supremos da Vida, única cousa que preocupou cá na terra a monja castelhana de Ávila. Não se procure tão pouco nesses versos a ascensão apaixonada para Deus, a indiferença pela natureza e pelas almas imperfeitas, o desapêgo heróico de tudo o que é criatura (*... et super omne quod tu, Deus meus, non es*), o misticismo intenso e exacerbado das cartas de S. Jerónimo, dos versículos ritmicos da *Imitação de Cristo*, dos *Pensamentos* de Pascal. Nada disso.

Então?! Então?!

Sara Serzedelo pára a cada passo para contemplar a natureza, para escutar porventura «aquela música harmoniosa dos astros que só os eleitos ouviam» e — como diz no Prefácio a Senhora D. Maria Madalena de Martel Patrício — ela «viaja de terra em terra para colher novos aspectos de beleza». E, através das harmonias do mundo criado que lhe fazem esquecer as suas próprias dores, *ela ascende até Deus*.

Esta ascensão para Deus através das harmonias da natureza e da Vida, se inspirou na antigüidade pagã uma página admirável a Marco Aurélio, se reviveu do romantismo para cá em literaturas alheias ao espírito da Igreja (1), nem por isso deixa de ser um pensamento cristão e católico. Estava já na mente de Santo Agostinho; irradiou sobretudo, no calmo e construtivo século XIII, do coração do Pobre de Assis e da cabeça do Anjo da Escola.

(1) Cf. a oração do marinheiro em Bernardin de Saint-Pierre; cf. Bernard Shaw: *O God that madest this beautiful world*.

É esse pensamento que inspira a Sara Serzedelo a mais bela das suas poesias: *Subir no azul*. Transcrevo-a por inteiro:

Uma noite de Abril, noite de Primavera  
A despontar, rosada, acalentando a Vida,  
Eu perdi-me a sonhar no jardim da Quimera  
Onde habita o Amor em risonha guarida.

Eu perdi-me a sonhar e dolorosamente  
Relembrei o passado e as visões de outrora,  
Porque não há ninguém que enternecidamente  
Não recorde a sofrer o sonho duma hora!

As minhas ilusões no coração magoado  
Foram tôdas morrendo a carpir de mansinho,  
Como expira a cantar o cisne imaculado,  
Como fenece implume o pobre passarinho!

Vi-as a florescer em horas de alegria  
Quando dentro em meu peito um rouxinol cantava...  
Era um canto bem doce o que a Esperança ouvia,  
E de o rememorar a Salidade chorava!...

Veio o sôpro da brisa adormecer-me a alma  
E dar-lhe, em seu afago, uma consolação.  
No silêncio infinito, a noite linda e calma  
Entornava o esplendor dos astros na amplidão.

Deslumbrada fiquei por essa luz divina  
E, bem longe do mundo e da sua miséria,  
Voltei a reviver meus sonhos de menina  
Ao suave brilhar da vastidão sidéria...

Então, serenamente, a minha alma doentia  
Abandonou a terra e foi aos pés de Deus  
Depôs no seu regaço a lívida agonia  
E recebeu, em troca, a santa paz dos Céus.

Esta poesia, pela elevação do sentimento, pelo vigor das imagens, pela constância do ritmo, merece um lugar nas futuras antologias. Sem dúvida, como acaba de ser pôsto em



relêvo, o pensamento não é novo, mas Sara Serzedelo exprime-o em *versos que são seus*.

E, porque ela é cristã, Sara Serzedelo compreende o papel da *Dor na economia divina*:

Da Dor é que provém o sentimento  
Que nos eleva os olhos às estrêlas;  
Se não houvesse o Amor e o Sofrimento,  
Nunca a nossa alma choraria ao vê las...

E mais adiante, em *Bem dita seja a Dor*:

Ah! se não existisse a Dor e o Sofrimento  
Nunca ninguém soubera o que é um sentimento.  
.....  
Nunca ninguém pensara, em fundo meditar,  
Que a vida é sonho vão e a Morte um despertar.

Faz lembrar o *¿ Que fôra a vida se nela não houvera lágrimas?* do solitário de Carteia, ainda vagamente cristão no troyel de paixões que abrasavam a sua alma ardente.

Ainda por ser cristã, Sara Serzedelo concebe a *Vida transformada pela Graça*. É ver a poesia a que ela chamou *Elegia do Amor Divino*:

¿ Mas porque não vencer o duro sofrimento  
Olhando a Mãe de Deus, que já sofreu também?  
¿ Porque não procurar algum contentamento  
Na prática do Bem?

Se o grande mar da Dor a alma nos inunda  
E o desalento apaga o nosso triste olhar,  
Só a Resignação, sincera e bem profunda,  
Nos poderá salvar.

Procuremos no Bem um bálsamo infinito,  
Na Santa Caridade a nossa redenção,  
Transformando, a sorrir, a terra de granito  
Em vasto coração...

Da primeira à última linha a sua poesia é tãda repassada de pureza e de espiritualismo. Depois, o seu *eu* não é absorvente; mesmo nas poesias mais exclusivamente subjectivas o seu egotismo é discreto. E sob o aspecto doutrinário apenas registei um deslize; numa das poesias dedicadas à memória de Musset, ela escreve:

Martyr, de la douleur tu as reçu la palme  
Qu'à Rome les chrétiens reçoivent de leur foi.

A confusão entre o amor e a religião, vulgarizada pelos românticos, não pode ser aceite pela Igreja. No caso concreto que aqui temos, um pensador sem fé reconheceria que não há paridade possível entre a morte daqueles que se sacrificaram por uma grande aspiração *social* e a desventura de quem sofre pela não-realização da sua felicidade *individual*.

As poesias de Sara Serzedelo dividem-se em três categorias:

- 1.º poesias dum lirismo puramente *subjectivo*;
- 2.º poesias ainda líricas em que ela já tende para a *objectivação* da Arte;
- 3.º poesias sôbre *temas históricos*, nas quais ela fere uma nota *épica*.

Dum lirismo puramente subjectivo (*«l'épanchement du moi»*) é a poesia *Subir no Azul*, atrás transcrita, e êsses versos são bem a prova de que um lírico pode dar vida nova a êsse tema velho, contanto que haja em seu peito emoção e sinceridade.

Dum lirismo puramente subjectivo é ainda a poesia em redondilhas:

Sonhei que o mundo era belo  
— Duma beleza sem par —  
.....  
Sonhei que era linda a vida  
Pelo encanto da bondade,  
E nela nunca mentida  
A terna e pura amizade.

*Vaz lembrou Compositores*

*Creyendo innocens  
Qua si mundo era uno.*

Também pertencem a este grupo as poesias egóticas *Desilusão, Mistério, Rosário de sonhos, Insubmissão, A morte da esperança, Quando eu morrer*, e, por outro lado, as poesias mais retintamente cristãs, *Elegia do amor divino, Elogio da Dor, Bendita seja a Dor*. Se nestas últimas o eu não está projectado, é porque medita.

Pisemos agora outro terreno.

Em Março de 1922, Agostinho de Campos dava aos liricos portugueses este conselho de esteta:

« Só uma alma grande tem o direito de propinar ao público as suas confissões; e para que o faça sem ridiculo e sem tédio do auditório, ainda lhe é preciso ter talento com que dê forma nova às coisas velhas ou eternas. As almas pequenas, e até as de tamanho natural, procurem *no mundo exterior*, na vida do Homem sobretudo, a sua inspiração, e assim nos massarão menos. E o lirismo lá virá fatalmente de envolta com a sua interpretação pessoal da sociedade, da humanidade, do universo ou da vida. »

¿ Os nossos liricos têm feito ouvidos de mercador? Mais depressa cairão no olvido...

Neste campo do *lirismo objectivo* Sara Serzedelo deixou mui belos quadrinhos. Um dos mais perfeitos é *A alma da floresta*.

Outrora dois noivos vinham noivar à sombra dum carvalho. Um dia o noivo morreu. E desde então a noiva enlouquecida, indiferente à chuva e ao sol, ali vai em romagem todos os dias. Os homens

« Chamam-lhe a Doida —... à sua dor cruciante  
Atiram pedras, como aos cães raivosos!... »

mas o carvalho « dá-lhe a frescura acariciante de seus ramos frondosos ».

Nesta poesia é a natureza lamartiniana que aparece, compassiva e meiga para a miséria humana (*La nature est là qui t'invite et qui t'aime*). Faz um contraste com ela o final da poesia *Nocturno*: os sonhos humanos que a estrêla contara aos choupos e os choupos contaram ao rio vão sepultar-se no mar, na *irremeabilis unda* de Vergílio; o mar indiferente, sim, mas que delicadeza nestes versos:

As ondas eram bem mansas  
Mas o rio lá ficou...  
O mar das mortas esperanças  
Também meu sonho afundou!...

Outro quadro não menos perfeito é o soneto *Horas do entardecer*. Transcrevo-o por inteiro porque êle dá bem idea do que podia o talento de Sara Serzedelo no terreno do lirismo objectivo:

Horas do entardecer!... Horas de calma,  
Pairando sôbre o monte, escurecendo o val!  
Horas de sentimento e de feitiçaria!  
— As pombas vão dormir... já pousam no beiral...

Vai declinando o sol... Encantos e magia  
Perpassam pelo Céu, em nuvens de coral  
Que vão morrer ao longe, em doce nostalgia,  
A soluçar baixinho um hino ascensional.

Ja se calou agora o canto dos pastores ..  
A brisa murmurante, acalentando as flores,  
Tem um gemido ameno e cheio de tristeza.

Horas do entardecer... neste silêncio infindo  
A tarde já esmorece, e a noite vem surgindo  
A envolver a vida em sombras de Estranheza...

Há nesta poesia *idealização* da realidade, mas também há *observação*. Para bem a sentir, é preciso lê-la à hora a que Vergílio sonhava.

A esta categoria ainda pertencem as poesias *Lenda de Amor e Cegovim*, *A Morte e o Amor*, *Veneza antiga*, e, em última análise, as poesias em francês, *La langue française* e *A Alfred Musset*.

*La langue française* tem um interesse: mostra-nos Sara Serzedelo esteta, o seu modo de sentir a língua francesa (*Très doux gazouillement...*), os seus autores predilectos, os românticos, Victor Hugo, Lamartine, Musset.

A segunda das poesias dedicadas à memória de Musset é das mais belas de todo o livro:

Pourquoi lier ainsi cette femme égoïste  
A ton radieux génie, à ton inspiration?  
Pourquoi lui accorder ce cantique si triste,  
Où ton coeur, en sanglots, palpète d'émotion?

Pourquoi aimer autant cette femme frivole  
Qu'en ton âme, subtile, a versé son venin?

.....  
Mais l'amour est aveugle et, dans son ignorance,  
Il marche vers l'abîme où se perdent ses pas;  
Il oublie aisément qu'existe la souffrance,  
Et la souffrance vient l'écraser sous son poids!

Pauvre Alfred de Musset! Reçois d'une étrangère  
Dont l'âme eut le frisson sous ta rime poignante,  
Ces vers ingrats, tous pleins d'une émotion sincère,  
Mais écrits pauvrement dans ta langue charmante ..

Ao lermos versos destes, temos bem o sentimento de que Sara Serzedelo morreu cedo demais. Não havia nela apenas o egotismo dos românticos. Havia nela aquela sensibilidade receptiva que faz os líricos de todos os tempos. *Elle prenait à tout sujet qui passait par le rayon de sa sensibilité cette fleur dont les esprits délicats se composent un trésor intime.*

As poesias sobre temas históricos, na fronteira do género épico, são as menos belas do livro.

Não admira. A sensibilidade feminina é mais adequada



ao lirismo do que à epopeia. O espirito da mulher é mais inclinado a apreender com muita nitidez o *singular* do que a conceber o *universal*. E no verso a mulher exprime melhor os seus próprios sentimentos ou a idealização da vida do que o eco dos grandes factos da História.

Por isso as poesias *épicas* de Sara Serzedelo, *Mosteiro da Batalha*, *Aljubarrota* são menos belas. Para mais o seu verso, em geral ligeiro, torna-se pesado e duro nessas poesias. Uma delas todavia merece um lugar à parte: *Sagres*.

Eis aqui este mar, que o Infante mirava,  
Tal como o estão mirando, agora, os olhos meus;  
Eis aqui este mar, onde êle a sós sonhava,  
E que lá muito ao longe abraça e beija os Céus.

É a *paisagem histórica*, corrente de Rousseau para cá, mas desconhecida das literaturas clássicas. E esta poesia faz lembrar os sonetos de José Maria de Heredia (1).

\* \* \*

Antes de terminar, há um ponto que não quero deixar de frisar.

¿Sara Serzedelo pertence bem a Portugal?

Por sua avó paterna, Adelaide Cinatti, ela tinha uma costela *italiana* bem marcada. As irmãs Cinatti foram célebres na Lisboa de há meio século pela sua elegância e pela sua distinção. Eram quatro, creio eu; e das irmãs da avó de Sara, uma casou com Alfredo Keil e outra com Jaime Batalha Reis, dois estetas. O irmão delas, Demétrio, oficial de marinha e cônsul em Londres, era um *gentleman* dos mais distintos e dos mais insinuantes que tenho conhecido. E o pai dêste grande rancho, bisavô de Sara, era um architecto italiano, Giuseppe Cinatti, que da pitoresca Siena viera parar à Lisboa de 1850.

(1) Cf. *L'oubli, A une ville morte*.

Em Sara Serzedelo havia o *quid* não banal e sonhador desta família de artistas, hoje quasi extinta.

Por outro lado, educada em Paris, Sara era francesa pela sua formação, pelo ambiente em que viveu, pelas suas leituras predilectas, pela língua que assimilou a ponto de nela escrever versos bem formosos. Francesa ainda pelo sentido da medida, pela assimilação discreta da cultura.

E todavia ella pertence a Portugal pelas fibras mais sensíveis do seu coração.

Pertence-nos pela nostalgia dos seus versos ao lembrar-se das pinhais e das brancas aldeias de Portugal; pertence-nos pelo seu *orgulho em ser portuguesa*, que é o que há de melhor nas suas poesias sobre temas históricos; pertence-nos ainda pela tristeza com que veio ensombrar a sua fronte o ecoar no estrangeiro das nossas revoluções periódicas e de tragédias como a do 13 de Outubro.

É ver a poesia *Pátria*:

Teus filhos, já perdido o antigo amor,  
Mostram agora lúgubres perfis.

Quem estava no estrangeiro nessa hora trágica, quem ouviu então no colégio, na rua, nos jornais e em toda a parte, falar em Portugal como numa terra de bárbaros, *pior que a Rússia*, mede bem a profundidade desse sentimento.

\* \* \*

Quando há quatro anos, em Março de 1927, baixou à cova em Barcelona o corpo de Sara Serzedelo, quem adivinhava a essa hora que ia ali a enterrar, morta antes de se ter revelado inteiramente, uma poetisa dum lirismo espontâneo e puro, ternamente melancólico e docemente idealista, *uma eleita da Arte*, da raça de Lamartine, de Desbordes-Valmore, de Müntze e de Campoamor?!

Pérola verdadeira entre pérolas falsas. Alma com asas para voar... *bem longe do mundo e da sua miséria*. Tempe-

ramento poético duma rica e delicada sensibilidade servida por um ritmo seguro. E sobre o seu sepulcro a Arte poderia gravar estas palavras com que, ao ler Eurípides, Alfred Croiset definiu Policena, a virgem presa à vida, imolada pelos vencedores sobre as ruínas fumegantes de Tróia:

Ce ne fut qu'une ravissante esquisse.

«¿DE QUE VALE LUTAR  
SE EU HEI-DE MORRER MOÇO?»

.....  
... Houve um período da história que parece ter sido destinado a suscitar os juízos mais estupendamente contraditórios: Foi a Idade-Média.

Michelet, no seu exagêro liberal, chamou-lhe uma noite de mil anos, esquecido de que as catedrais de Chartres e de Reims, e até mesmo Nossa Senhora de Paris, que êle tinha diante dos olhos, eram catedrais góticas.

Os néo-escolásticos, num entusiasmo igualmente exagerado, vêem na Idade-Média o período máximo do pensamento humano, esquecidos também de que essa mesma Idade-Média, — como provou o antigo professor de filosofia da Universidade de Strasburgo, o alemão Baeumker, — revelou a mais completa incapacidade para as ciências da natureza e para a história.

Tôda a escola da Revolução Francesa viu nela um período morto, — sem grandeza, sem progresso, quási mesmo sem significado; uma escola moderna com Garreau e sobretudo com o belga Godefroi Kürth, vê nela um período cheio de vida, com intensidade mental e social, o verdadeiro embrião da civilização moderna, pelo Cristianismo que a impregnou, pelo espírito corporativo que a caracterizava, pelas formas políticas novas ou rejuvenescidas que nela se desenvolveram, e até certo ponto continuaram pelos tempos modernos fora.

Pois bem, nessa mesma Idade-Média, destinada a ser pomo de discórdia entre os homens de estudo, houve uma doença que exerceu uma tremenda função social: a lepra.

Na Palestina dos tempos bíblicos já a lepra dominava com estranha pujança. Mas a Idade-Média parece ter sido o período em que ela exerceu mais intensa função social. Reis, Bispos, nobres e plebeus, todos eram atingidos. Morria de lepra D. Afonso II, o avaro, terceiro rei de Portugal, e morria de lepra o mais obscuro petintal de Alfama. Ao passo que a peste aparecia de vez em quando (e não raras vezes), com um carácter epidémico, obrigando a côrte ambulante dos nossos reis de Aviz a fugir de Lisboa para Setúbal, e de Évora para Almeirim, a lepra tinha em tôda a Europa de então um carácter endémico, e por isso os leprosos, mesmo os mais altamente cotados na escala social, eram votados a um ostracismo permanente pela sociedade feudal ou municipal a pouco e pouco saída da barbárie.

O leproso foi para a civilização medieval o que o *homem ao mar* foi para a navegação à vela. Quem seguir pela estrada de Lisboa a Sintra, um pouco adiante do Ramalhão, encontra uma cruz de pedra e uma lousa sepulcral que o Abade Castro identificou há perto de cem anos com o túmulo dum Arcebispo de Lisboa do século xv, cujo nome não me ocorre, e que, no meio dos esplendores da sua alta dignidade eclesiástica, teve de largar tudo para passar a ser *um leproso* e viver no descampado. A sociedade medieval defendia-se com unhas e dentes da chaga que a ameaçava de morte; as gafarias eram então tão correntes como hoje os postos de rádio-telefonía, e aqueles que, como S. Luiz Rei de França, remavam contra a maré, e se compraziam cristãmente no tratamento dos leprosos, eram tidos por essa idade cristã como uma espécie de doidos.

A lepra diminuiu há muito de intensidade. Hoje já não exerce a trágica função social de que teve o monopólio durante tantos séculos e casos de recrudescimento sensível como os que se registam hoje em certas zonas do nosso país, têm muito interêsse para os dermatologistas e para a Direcção Geral de Saúde; não chegam a ter o interêsse palpitante da lepra de outrora para o inquiridor da história da civilização.

Mas uma lepra nova abateu sôbre a Europa (e emprego a



metáfora não pela similitude das doenças, o que não me pertence analisar, mas sim pela analogia das suas conseqüências sociais). Essa lepra nova é a tuberculose.

Mas um assunto pode aqui ser tratado por um leigo que é ao mesmo tempo um tuberculoso:

A atitude moral e mental do tuberculoso perante a vida.

\* \* \*

A atitude moral do tuberculoso... Começemos pela rapariga tuberculosa: *Ela é a perpetuação de Ifigénia.*

Ifigénia, a virgem mais célebre de tãda a tragédia grega, é uma criação de Eurípides, é já produto de um século de decadência, aparece no teatro já quási ao sol pôsto de Atenas, na hora do crepúsculo dos deuses...

Os gregos vão partir para Tróia por mar, para vingar o rapto da bela Helena que um troiano roubou ao Rei de Sparta. Mas os ventos são-lhes contrários e é preciso acalmá-los. Artémis, a deusa caçadora, a Diana dos latinos, exige o sangue duma virgem... A vitima vai ser Ifigénia, a filha primogénita de Agamemnon, rei de Micenas. Ifigénia, que vivia descuidada e alegre nos jardins do palácio de Micenas, recebe de choFRE a notícia e volta-se para o pai:

«... ; Não faças com que eu morra antes do tempo! ; Sabe tão bem ver a luz! ; Não me obrigues a ir ver o que está debaixo da terra!»

Raras figuras da tragédia grega, e mesmo de tãda a velha literatura clássica, terão deixado um eco tão vibrante na sensibilidade moderna.

Ifigénia não ficou esquecida, sepultada em velhos alfarábios.

Dramaturgos, poetas e músicos, foram pedir inspiração à filha desventurada da Grécia dos tempos heróicos. Já a Racine a virgem de Micenas merecera uma tragédia. Foi ela depois a inspiradora de Glük, um dos músicos mais célebres do século xviii. E é ainda Ifigénia pagã que ressuscita nas horas mais trágicas da Revolução Francesa, em pleno terror,

na *Jovem cativa* de André Chénier, filho duma grega, criado entre gregos, e predestinado à guilhotina. ; Quem senão ela reaparece nessa linda e encantadora Aimée de Coigny, condenada à morte e agarrada à vida, esperando o cadafalso numa prisão de Paris?!

Através de André Chénier, como é sabido, Ifigénia inspira ainda Lamartine em *Le lac*, a ode mais linda e mais rítmica das *Meditações*. E na Alemanha, fecha com chave de ouro êsse ciclo o grande Goëthe, com uma das suas tragédias de versos mais belos e de renome mais universal.

Mas a virgem de Micenas, para não ficar esquecida, não precisava perdurar na Arte. Bastava-lhe perdurar na vida. ; E querem ver como ela perdura?

Há poucos meses saiu dêste Sanatório, em estado já bastante grave, e creio que por se ter reconhecido que a altitude a estava a prejudicar cada vez mais, uma doente que no verão passado ainda andava a pé como todos nós, e dava mesmo passeios de noite pelo parque, coisa que eu por cautela nunca fazia. Passadas semanas, no dia em que chegou ao Sanatório a notícia da sua morte, eu, que mal a tinha conhecido, ouvi a alguém dizer que no dia da sua partida ela parecia despedir-se das cousas que a rodeavam e despedir-se de tudo. E nesse jantar melancólico em que vimos várias senhoras levantarem-se dos seus lugares para virem talvez chorar mais à vontade longe de olhares estranhos, eu cheguei sozinho à conclusão que há pouco disse: *a rapariga tuberculosa, pelo menos nos casos extremos, é a perpetuação de Ifigénia.*

E nas noites de verão, em que a frescura da hora parece libertar as almas do pêso do calor que as sufocou durante o dia, quando as raparigas borboleteiam no jardim, como outrora suas avós borboleteavam nas célebres noites de verão no parque das Laranjeiras, nos grandes dias do Conde de Farrobo, eu, do alto da galeria onde aproveito a noite para uma cura, faço de mim para mim a mesma conclusão de há pouco, e sinto que é de novo Ifigénia descuidosa do destino, a divertir-se nos jardins de Micenas, com seu irmão Orestes e com outros rapazes e raparigas, cujos nomes a tragédia não recolheu...

\* \* \*

¿E o homem tuberculoso?

Dois tipos me interessaram especialmente e, para não me alargar mais, a êles me cinjo:

1.º O artista tuberculoso (e por artista entendo todo o cultor de arte, quer na música, quer nas artes plásticas, quer na estética literária);

2.º O homem de estudo tuberculoso.

\* \* \*

Do artista tuberculoso não há um tipo único; ¿quem é que vai estabelecer uma identidade entre *Júlio Diniz* e *José Duro* ou entre *Gonçalves Crespo* e *António Nobre*?

Grande e vasta galeria de tipos por vezes irreductíveis, com uma única nota comum: *o sentimento de que o espirito não percorreu ainda tôda a sua trajectória.*

O artista tuberculoso... é Mosart a morrer bem novo, escutando o Canto do Cisne, o espirito imortal a sobreviver ao corpo. É Millevoye a cantar na agonia:

La fleur de ma vie est fanée,  
Il fut rapide, mon destin:  
De mon orageuse journée  
Le soir toucha presqu'au matin.

É Strachwitz um dos grandes líricos alemães que morre com 22 anos a dizer:

¿De que me servem as estrêlas  
Se eu não as posso alcançar?

É Álvares de Azevedo, no Brasil, que morre com 20 anos, e pouco antes de morrer escolhe para epigrafe dos seus versos o verso de Byron

«'Tis vain struggle, let perish young»  
«¿De que vale lutar se eu hei-de morrer moço?»

É Soares de Passos, o poeta do Amor, que morre sem ser amado e apenas assistido por uma irmã e por um irmão.

Júlio Dinis, lutando palmo a palmo com a tuberculose, pouco antes de morrer, põe no sonho de D. Luis, no final dos *Fidalgos* (livro que apareceu já depois da sua morte) uma mística da Democracia, uma exaltação de tuberculoso tão diferente do bucolismo sereno dos seus primeiros romances; e pressentindo a morte, dirige às andorinhas estes versos:

Eu morro! Na chama do sol que declina  
Bem sinto o preságio dum próximo fim.  
Se um dia voltardes à vossa colina  
Ó doces amigas, lembrai-vos de mim!

Gonçalves Crespo morre novo como todos os outros a que me referi, e pouco antes de morrer, nos seus últimos versos, dedicados à Senhora Condessa de Sabugosa, deixa bem entrever o seu adeus à vida de tuberculoso:

À SENHORA CONDESSA DE SABUGOSA

(NO DIA DOS SEUS ANOS)

Na quadra azul da mocidade, a gente  
Parte rindo e cantando, estrada fora,  
Gorgeia a cotovia em cada aurora,  
Suspira à noite o rouxinol dolente.

Ai! ditoso o que parte alegremente  
O que não viu aproximar-se a hora  
Em que é fôrça volver atrás... embora  
Nos arfe o seio, de ilusões fremente.

Para ti ainda existe o sonho alado  
A fé robusta, a cândida alegria  
Que nos chovem do céu claro e estrelado.

Nunca sejas forçada, flor, um dia  
A erguer chorando o braço fatigado  
Em busca da ventura fugidia...

GONÇALVES CRESPO (1).

(1) *Nocturnos*, 5.<sup>a</sup> edição.

Mais tarde José Duro, cadete de 19 anos, morre de frio, de pobreza e de cansaço, num dia de Janeiro, num quarto andar dum bairro frio de Lisboa. Poucos dias depois aparece o seu único livro de versos *O Fel*, em que êsse moço teoricador extremista da psicologia do tísico acaba amaldiçoando o homem são e bendizendo o tuberculoso:

Por isso tenho ódio a quem tiver saúde,  
 Por isso tenho raiva a quem viver ditoso  
 E odiando tôda a gente, eu amo o tuberculoso,  
 E só estou contente ouvindo um alaúde.

JOSÉ DURO (1).

E para rematar êste longo relatório de artistas tuberculosos em que ainda faltam Watteau, Chopin, Guilherme Braga, Cesário Verde, Eça de Queiroz, António Nobre e quantos mais, *termino com uma mulher artista* que levava vida de homem, embora dentro dos limites da honestidade: foi Adélia d'Affry, *a escultora mais eminente que a Suiça produziu*.

Depois de ter sido premiada na célebre exposição internacional de Paris de 67, morreu tísica passados anos em Castellamare a beber o céu azul de Nápoles, e a dizer moribunda à mãe que a não tinha querido largar: *Deus há-de permitir-me que eu chegue a alcançar lá no céu, as almas daqueles grandes artistas cujas obras na terra eu tanto admirei!*

\* \* \*

¿E o homem de estudo tuberculoso?

O artista, e na concepção moderna, de Kant para cá, o filósofo, são individuos essencialmente subjectivos: o que êles têm na mente, a sua obra, é uma forte visão pessoal do Mundo, do Espirito, da Vida, do Sentimento ou da Arte. O homem de ciência positiva, pelo contrário, quer nas ciências da natureza, quer nas do espirito (e nisso está quasi tôda a gente de acôrdo), é *um ser objectivado*, se assim nos

(1) *O Fel*, 3.ª edição, pág. 98.



podemos exprimir, um homem que, na definição do professor Maurice Arthus, « não pode enquadrar a natureza dentro das suas concepções, mas tem pelo contrário de tornar o seu espirito suficientemente maleável para compreender os factos. »

Por isso mesmo compreende-se que, ao passo que não há um tipo único do artista tuberculoso, podemos facilmente chegar a um tipo-padrão do homem de ciência tuberculoso.

Vamos atingi-lo *á posteriori*.

José Falcão que foi um homem de ciência, lente catedrático de Matemática da Universidade de Coimbra, e ao mesmo tempo a mais nobre figura moral do velho partido republicano, José Falcão, segundo o testemunho de Junqueiro, dizia aos amigos, meses antes de morrer: « Não duro muito, aproveitem-me! »

E agora, que estou prestes a findar, não posso deixar de ter dois minutos de meditação, ao passar junto dum túmulo que Teixeira Lopes embelezou, e que ainda deve repetir o éco das sóbrias palavras proferidas pelo Conde de Ficalho há perto de quarenta anos: « ¡Éle era bastante grande, para que baste dizer dêle a verdade, e só a verdade! »

¿ Mas de quem é êsse túmulo? É do homem porventura mais inteligente que a tuberculose vitimou em Portugal: OLIVEIRA MARTINS! Bem sei que hoje há três categorias de pigmeus enraivecidos contra a sua memória: os mediocres, os invejosos intellectuais e os especializados da régua e compasso. Mas Oliveira Martins resiste a todos êsses ataques. Éle foi o rapaz que se fêz a si próprio e que excitou a admiração de Herculano, que detestava a geração nova... ¡Foi aquele que os *Vencidos da Vida* reconheceram como chefe! Foi o homem que exerceu em Lisboa um pontificado intellectual que depois da sua morte nunca ninguém mais tornou a exercer! E dos homens de valor que se reúniam no seu cenáculo, ainda estão vivos a esta hora Jaime Batalha Reis, Bernardino Machado, Luiz de Magalhães e Manuel Ramos. Em sua vida o seu nome impôs-se a todo o Portugal culto e a tôda a Espanha culta; há anos vi num livro francês referências pormenorizadas aos seus livros. E tudo isto a-final que tenho estado a dizer,

não é mais do que o reflexo da plenitude interior dessa grande inteligência. Oliveira Martins foi o homem que viveu e escreveu numa ânsia de saber, « encarnando a curiosidade sábia do seu tempo », como disse o então Dr. Gonçalves Cerejeira. Foi o espírito que, por uma espécie de lei biogenética, percorreu, numa vida relativamente curta, a atitude mental de três gerações :

Da primeira. — O cientismo dogmático e exclusivista, confiante em si próprio e nos resultados da investigação científica para a solução de todos os problemas humanos;

Da segunda. — O cientismo céptico e dissolvente, descrente de si próprio, das vantagens do criticismo moderno e até da utilidade da própria inteligência humana;

Da terceira. — O regresso à Fé católica.

E nos nossos dias vimos dois tuberculosos ainda novos, homens de ciência especializados em ramos bem diversos do saber, vimo-los lutar palmo a palmo com a doença, e encher nobremente a vida precária que lhes restava de estudo sério, de trabalho intelectual, parecendo ambos mostrar o desejo ardente de deixar o seu nome ligado a produções que ficassem a atestar o seu valor. Êsses dois homens, duas esperanças da ciência portuguesa e dois ornamentos da Universidade de Lisboa, foram Carlos França e Magalhães Colaço. De tudo isto podemos já deduzir um tipo-padrão do homem de ciência tuberculoso. ¿Que é que o caracteriza?

O sentimento de que o espírito não percorreu ainda toda a sua trajectória, o desejo de a percorrer rapidamente, vertiginosamente mesmo, o desejo de deixar bem vincado o seu nome na vasta galeria do saber e da investigação, e de dizer aos vindouros: *¡Sabei que eu existi!*

Essa atitude posso resumi-la naqueles dois versos de Herkulano:

¿Que vale eterno vaguear no espaço  
Se o nosso nome mergulhou no olvido?

Cheguei ao fim do que me propuz tratar e vejo que não realizei o que desejavam de mim. Numa festa de alegria, as senhoras que a organizaram, esperavam de mim palavras me-

nos tristes. E já que eu não realizei essa esperança, quero ao menos ter no final a gentileza de lhes provar que elas é que estavam na verdade e eu é que estou no êrro.

Quem sondasse o manancial dos adágios de tôdas as linguas encontraria talvez em tôdas o elogio da alegria:

«*Tristezas não pagam dividas*». Esse culto da alegria talvez se prove amanhã que ascende ao remoto paleolítico; tem pelo menos as suas raízes nos tempos heróicos da Grécia, como Homero no-lo provou no Canto XVIII da *Iliada*, e teve a sua confirmação na moral socrática, não evidentemente naquela moral profunda, sublime, e por vezes mesmo patética, que Platão nos transmitiu em seus eternos diálogos, mas naquela outra moral mais comezinha e mais ao alcance do comum dos homens, que Xenofonte também recolheu dos lábios do Mestre.

Depois a Igreja desde os Ágapes dos cristãos primitivos, até à condenação do Jansenismo, defendeu sempre a alegria, pelo menos a alegria sobrenatural.

Do campo protestante li há anos no livro *Vaillance* do pastor Charles Wagner um capítulo bem sugestivo sobre a alegria, em que se frisava que ela é um dos factores da vida sã. Mais ainda: ela é mesmo um elemento criador e construtivo para os homens de ciência, como o demonstrou D. António Pereira Forjaz em os *Homens de Sciência em sua Casa*, citando os exemplos de Faraday, Pasteur e Berthelot. Eu não podia trazer mais lenha para me queimar, mas enfim, cada qual nasce como nasce. Ninguém pode pedir ao abeto severo dos Alpes, a alegria da nossa amendoeira em flor...

Tristes, dolorosamente tristes, foram Pascal, Beethoven, Alfred de Vigny e Antero do Quental..

---

NOTA. — Conferência feita no Sanatório da Guarda em Maio de 1931. Já não pôde ser lida pelo próprio autor. A sua composição mesmo fôra feita ditando-a, em períodos de dez minutos, única tolerância do médico, em dias de menos sofrimento. Foi publicada e prefaciada, em 1931, pela Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Leonor de Almeida e Silva Marques Guedes, em benefício da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

THE OLD FASHIONED WAY

The old fashioned way of doing things is the best way. It is the way that has stood the test of time. It is the way that has brought us the most progress and the most happiness. It is the way that has made our lives so full and so interesting. It is the way that has made our world so beautiful and so wonderful. It is the way that has made our hearts so full and our souls so pure. It is the way that has made our lives so meaningful and so purposeful. It is the way that has made our world so great and so glorious. It is the way that has made our lives so sweet and so happy. It is the way that has made our world so bright and so shining. It is the way that has made our lives so full of love and so full of joy. It is the way that has made our world so full of peace and so full of harmony. It is the way that has made our lives so full of hope and so full of faith. It is the way that has made our world so full of light and so full of life. It is the way that has made our lives so full of meaning and so full of purpose. It is the way that has made our world so full of beauty and so full of grace. It is the way that has made our lives so full of love and so full of joy. It is the way that has made our world so full of peace and so full of harmony. It is the way that has made our lives so full of hope and so full of faith. It is the way that has made our world so full of light and so full of life. It is the way that has made our lives so full of meaning and so full of purpose. It is the way that has made our world so full of beauty and so full of grace.

## ÍNDICE

	Pág.
PREFÁCIO.....	v
Cícero .....	1
Lições do passado.....	5
Vergílio, o «Cisne de Mântua».....	10
Na agonia da Roma dos Cônsules.....	18
I — Cultores duma língua morta.....	28
II — Cultores do grego em Portugal .....	31
III — Cultores do grego em Portugal.....	35
Um bairro sossegado e gente de outro tempo.....	39
Divagando por Lisboa.....	47
Estudar por ofício e estudar por amor ao estudo.....	53
Carta dum europeu do século XVI a um português do século XX.....	58
A peregrinação dos séculos ao túmulo de Camões.....	63
Alexandre Herculano.....	69
O eterno pária .....	73
Gonçalves Crespo.....	80
Junqueiro e os vendilhões da Pátria.....	88
La Bruyère e o «Grande século».....	94
Madame de Sévigné.....	101
O autonomismo alsaciano e o desfazer de um longo sonho literário	107
Friburgo.....	115
Impressões do Alto Alentejo .....	124
Antes morrer que arriar bandeira.....	129
Os vencidos de Évora-Monte e a tradição nacional.....	134
Tentativa de resposta ao sr. António Sérgio.....	192
Alma de artista, coração de padre.....	203
Pleurez, doux alcyons.....	210
Uma mulher artista do século passado.....	213
Uma poetisa de talento morta aos 25 anos.....	217
«¿De que vale lutar se eu hei-de morrer moço?».....	230

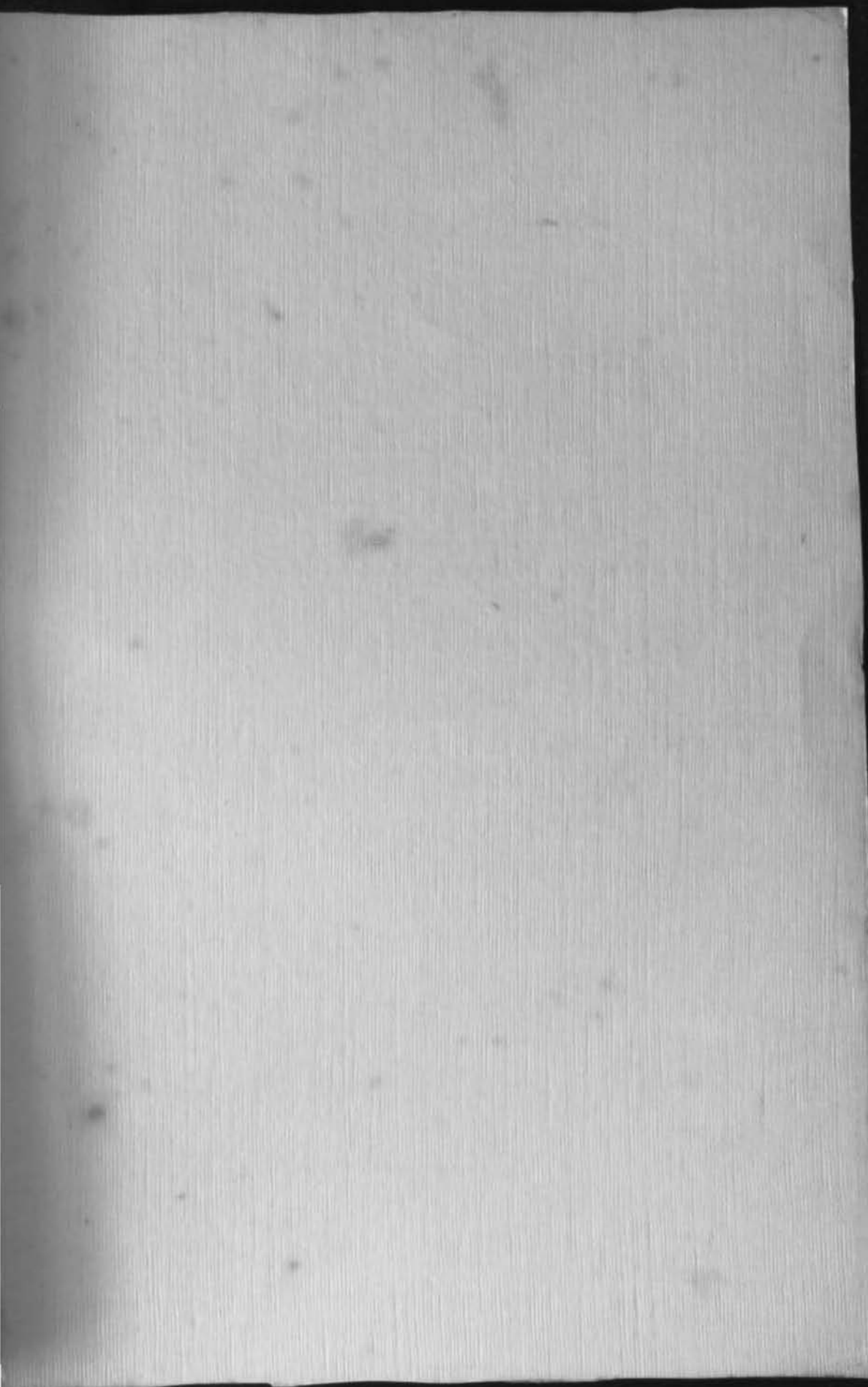


INDEX

## ERRATA

Pág.	Linha	Onde se lê	Leia-se
13	9	tautaene	tautae ne
16	13	O	Ó
22	6	Downingstreet	Doewing Street
40	24	Serua	Serna
42	34	alvoracer	alvorecer
57	16	patriarcado	patriciado
74	25	nos	dos
76	5	romântico	semântico
93	6	Seuta	Ceuta
94	23	mais idade	maior idade
98	17	La	Lã
125	28	1126	1226
136	23	Nidwild, Xag e Giaris	Nidwald, Lug e Glaris
137	17	vom	von
139	19	então pedia	então não pedia
142	13	gigas	gigans
148	15	baixa	laica
162	13	d'agoute	d'ajouté
209	2	bose	böse
226	4	Alfred Musset	Alfred de Musset





EDIÇÕES  
DA  
IMPrensa DA UNIVERSIDADE  
(EXTRACTO DO CATÁLOGO)

---

OBRAS DE C. E. CORREIA DA SILVA (Paço d'Arcos):

**Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusiadas».** Prefácio do Dr. José Maria Rodrigues.

**Jornada de um Crente.** Prefácio do Rev.<sup>mo</sup> Sr. Arcebispo de Vila Real.

**Visão imperfeita de um Parnaso cristão (Sonetos).** Prefácio do Dr. Vieira de Almeida.

**Vita Brevis.** Prefácio do Dr. Joaquim de Carvalho.